

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

MÔNICA GURJÃO CARVALHO

Plataformização do trabalho e desigualdade social: reflexões a partir da
categoria dimensão subjetiva da realidade

São Paulo

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

MÔNICA GURJÃO CARVALHO

Plataformização do trabalho e desigualdade social:
reflexões a partir da categoria dimensão subjetiva da realidade

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência para obtenção do título de DOUTOR em Psicologia Social, sob orientação da prof^a Dr^a Maria da Graça Marchina Gonçalves.

São Paulo

2023

(FICHA CATALOGRÁFICA)

Nome: CARVALHO, Mônica

Título: Plataformização do trabalho e desigualdade social: reflexões a partir da categoria
dimensão subjetiva da realidade

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer as trabalhadoras e trabalhadores que no decorrer desta pesquisa compartilharam suas histórias, pensamentos e reflexões. Sem vocês, nada disso seria possível e, talvez, eu continuasse na pequena bolha de pesquisadora que uma vez já habitei. As entrevistas foram momentos essenciais para aprender, compreender e repensar minha forma de ver o mundo.

Agradeço as amigas e amigos especiais que em diferentes momentos caminharam ao meu lado, compartilhando leituras, tomando café, vinho ou cerveja: Ana Ferrari, Winnie Nascimento, Flávia Lins, Lucas Ferreira.

Agradeço a minha psicóloga Mariana, obrigada por estar junto em meio a tantas descobertas.

Agradeço a Maria Daniela por me trazer leveza e amor na vida.

Agradeço aos meus companheiros de núcleo – NUPPEDS (PUC-SP) pelas ricas discussões e companheirismo e, também, aos companheiros do grupo NUTAS (PUC-SP) pelos materiais e informações enviadas.

Agradeço a minha família, sobretudo minha Mãe, Irmão, Tia Najla e avó materna: Se hoje sou, é também por vocês!

Agradeço sobretudo a minha orientadora, com quem faço esta caminhada desde o mestrado. A Graça, de uma maneira que talvez nem saiba, contribuiu para que eu seja uma psicóloga muito diferente da que chegou até a PUC em 2017. Sempre generosa, humana, solidária e, ao mesmo tempo, crítica, me fez ter vontade de ir em frente mesmo quando atravessamos uma pandemia global.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) código de financiamento 001º, número de processo: 88887.475882/2020-00

AS MOTIVAÇÕES

Não existe ciência neutra, não existe prática neutra em ciência.

Essa tese não é uma tese neutra.

É um texto que do começo ao fim está contaminado pelo sofrimento de uma pesquisadora, por suas alegrias e tristezas. Então, não se engane mediante ao cumprimento das regras científicas. Apesar dos padrões seguidos, vaza em cada página deste texto uma subjetividade. Subjetividade de quem se sabe trabalhadora, uberizada, precarizada e explorada.

Escrever esse doutorado não foi fácil, talvez porque escrever uma tese não seja fácil: Ora o que restaria para Mônica dizer? Provar? Evidenciar? Existe algo que não tenha sido dito antes por alguém com mais competência, ou talvez, até mais tempo?

O que seria esse ineditismo que buscamos na tese? Poderia eu escrever algo inédito?

Escrever esse doutorado não foi fácil, pois muitas vezes significou me dar conta da minha condição.

Não, eu não poderia escrever algo absolutamente inédito, por mais que a meritocracia acadêmica me cobrasse o contrário.

Jogue a primeira pedra o pesquisador que não se sentiu desta maneira e se deparou com a sua própria situação. Que tenhamos coragem de publicar as angústias presentes na vida acadêmica.

O fazer da ciência é sempre atravessado por nossas inúmeras questões pessoais, sobretudo quando estamos tentando conciliar este fazer com outras tantas atividades que, muitas vezes, garantem o nosso sustento.

Escrever essa tese foi atravessar tudo isso, tendo no meio deste percurso dois anos de lock down. Trancada em casa, questionando a importância deste trabalho frente ao fato de que diariamente eu assistia inúmeros entregadores e motoristas trabalhando pelas ruas de São Paulo, expondo suas vidas ao risco de contaminação.

E, não apenas isso, foi me dar conta de um mar de precarização que assola o mercado de trabalho brasileiro, ou, que na verdade sempre assolou e corroborou para a morte de muitas pessoas.

Escrever uma tese não é fácil, pois em última instância trata-se do exercício de manter-se lúcida, consciente sobre coisas que, talvez, fosse melhor esquecer.

Assim, fui me dando conta que eu, como professora, sou atravessada diariamente por este mar de precarização. E, quando percebi isso pude dar nome ao que me adoecia e ainda adoecce: Precarização!

Não, não é depressão, é o capitalismo, é a precarização do trabalho!

Sou uma mulher branca, nordestina, que vive em São Paulo. Apesar de desfrutar de alguns privilégios, tenho que trabalhar para meu sustento e, como tantos outros trabalhadores, eventualmente tenho de me submeter a condições exploratórias e desumanas.

Sou a cearense que escolheu deixar a área organizacional pelo sonho de viver “no mundo da educação” e que hoje sente um certo amargor quando lembra deste sonho.

E aqui serei breve em dizer que esse amargor que sinto, quase sempre quando entro em sala de aula, tem um nome: Uberização, Uberização da educação!

É ver que muitos dos fenômenos que aqui descrevo e analiso se apresentam diariamente para mim, permeando meu fazer enquanto professora. Que triste ver a uberização invadir massivamente o campo da educação.

Não almejo comparar diretamente meu trabalho ao dos motoristas do Uber, mas quero aqui denunciar que, no decorrer da escrita desta tese, estive muitas vezes doente em decorrência do meu trabalho.

Então não, não se trata de uma escrita neutra.

Esse processo foi e é eventualmente triste em muitos sentidos, pois eu sempre AMEI a educação, mas, o capitalismo neoliberal foi apto, como muitas vezes é, em explorar esse amor. Como dizem: Trabalhe com o que ama e, nunca mais ame seu trabalho.

Acho importante esse momento de “desabafo”, pois imaginamos professores, doutores, como seres neutros que habitam o olimpo educacional, científico. Então, não! Essa não é uma pesquisa “neutra”, não há pretensão nenhuma de neutralidade aqui, essa é uma pesquisa de uma mulher trabalhadora, cis-lésbica-nordestina, que sente na pele as opressões do capitalismo, e é sempre muito doloroso se dar conta disso e mais ainda, ter que escrever sobre isso. Por isso escrever essa tese não foi fácil, pois envolveu muitos momentos de desesperança, de questionamento, de medo.

Foi com dor e com tristeza que muitas vezes produzi esta escrita, mas foi sobretudo acreditando em uma certa resistência, acreditando na possibilidade de mudança que fui até o final. E é acreditando nessa resistência, mesmo com medo das proporções que esse texto poderá tomar, que faço esse relato-denúncia. Fico acreditando que minha voz ecoará junto à voz de tantos outros trabalhadores que denunciam os absurdos desse sistema mortificante capitalista.

Que possamos hoje e sempre manter Marx atual nessa resistência: Classe trabalhadora unidos!!!

Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao reestruturar o ser social terá *desestruturado o capital*. E esse mesmo trabalho autodeterminado que tornou sem sentido o capital gerará as condições sociais para o florescimento de uma *subjetividade autêntica e emancipada, dando um novo sentido ao trabalho*

Ricardo Antunes (2009, p, 180)

Os sentidos do trabalho

RESUMO

No contexto da reestruturação produtiva do capital, o mundo do trabalho tem passado por diversas transformações, diante destas, as plataformas digitais já são uma realidade, e a sua interferência e influência carecem de nossa reflexão. Se a princípio plataformas parecem ser meios exclusivamente tecnológicos, deve-se destacar que sobre elas incidem estruturas públicas e privadas que atuam em diferentes campos da vida cotidiana (alimentação, transporte, saúde, relacionamentos etc.). A plataformização do trabalho trata-se de um fenômeno complexo que ultrapassa o uso de aplicativos e plataformas, uma vez que estes são apenas a interface visível de um software, de um programa instalado em um computador ou celular, um campo de interação de um sistema que é econômico, social, político e tecnológico, com múltiplas repercussões. Frente a este cenário o desafio é reconhecer que, se por um lado as plataformas e aplicativos já se apresentam como inegáveis estruturas de trabalho, não podemos mistificá-las deixando que se encubra os processos sociais envolvidos. Ao não mistificar este fenômeno, podemos reconhecer que ele têm significado a exploração e subordinação de uma gama de trabalhadores que passam a ser utilizados por grandes corporações que se valem de aplicativos para obtenção de lucro, explorando camadas populares mais propensas à exclusão e à marginalização social – mulheres, negros e jovens periféricos – indivíduos que historicamente, no Brasil, sempre enfrentaram a face mais dura do capitalismo e continuam a ser subordinados e explorados através deste tipo de trabalho. Esta pesquisa, objetivou compreender a dimensão subjetiva da plataformização do trabalho. A categoria dimensão subjetiva da realidade dá visibilidade à presença dos sujeitos na construção do real, oportunizando a compreensão de que os fenômenos sociais têm uma dimensão de imagens, valores, ideias, afetos, etc., que é complexa, dialética, contraditória. Tomamos esta categoria e a base teórico-metodológica da psicologia sócio-histórica para pensar os imbricamentos existentes entre a plataformização do trabalho e a desigualdade social, relacionando ainda estes aspectos ao capitalismo subordinado e dependente que se instala no Brasil desde o período colonial. Teoria e método para psicologia sócio-histórica são indissociáveis e baseiam-se na epistemologia marxista. Portanto, não se trata apenas de ferramentas, instrumentos a serem utilizados para compreensão da realidade; envolve uma compreensão de mundo, de ser humano e uma concepção de conhecimento. O fenômeno da desigualdade é complexo e intrínseco ao modo de produção capitalista. No caso brasileiro, a desigualdade social se articula, a conexões de raça, classe e gênero, impondo injustiças e ausência de direitos sociais para grande maioria da população. Esta pesquisa contou com cinco entrevistas semidirigidas com diferentes trabalhadores que atuam no campo do trabalho

plataformizado. Buscamos, superar o discurso meritocrático-neoliberal, evidenciando como as explicações ideológicas camuflam a produção social e histórica da desigualdade, presente sobretudo no mercado de trabalho plataformizado. Encontramos como resultado que a lógica da plataformização do trabalho espraia-se para além do fenómeno do trabalho tornando-se uma prática de mediação da vida na atualidade, que contribui para manutenção de uma série de opressões já presentes no Brasil desde o período colonial, sobretudo o racismo. Finalmente, destacamos que a plataformização do trabalho acelerou, através do uso da tecnologia, a fragilização das relações trabalhistas e a negação da centralidade do trabalho enquanto elemento fundante do humano e essencial ao combate à desigualdade social, tornando-se urgente medidas legislativas sobre o tema.

Palavras-chave: Desigualdade social, Plataformização do trabalho, Psicologia sócio-histórica, Dimensão subjetiva da realidade.

ABSTRACT

In the context of the productive restructuring of capital, the world of work has undergone several transformations, in light of which digital platforms are already a reality and their interference and influence require our reflection. If at first glance platforms appear to be exclusively technological means, it should be noted that they are influenced by public and private structures that operate in different fields of everyday life (food, transport, health, relationships, etc.). The platformization of work is a complex phenomenon that goes beyond the use of applications and platforms, since these are just the visible interface of a software, a program installed on a computer or cell phone, a field of interaction of a system which is economic, social, political and technological, with multiple repercussions. Faced with this scenario, the challenge is to recognize that, if, on the one hand, platforms and applications already present themselves as undeniable work structures, we cannot mystify them by allowing the social processes involved to be hidden. By not mystifying this phenomenon, we can recognize that it has meant the exploitation and subordination of a range of workers who start to be used by large corporations that use applications to obtain profit by exploiting popular layers more prone to exclusion and social marginalization – women, black people and young peripheral people – individuals who historically, in Brazil, have always faced the harshest face of capitalism and continue to be subordinated and exploited through this type of work. This research aimed to understand the subjective dimension of work platformization. The subjective dimension of reality category gives visibility to the presence of subjects in the construction of reality, providing the opportunity to understand that social phenomena have a dimension of images, values, ideas, affections, etc., which is complex, dialectical, contradictory. We take this category and the theoretical-methodological basis of socio-historical psychology to think about the overlaps between the platformization of work and social inequality, also relating these aspects to the subordinate and dependent capitalism that has been installed in Brazil since the colonial period. Theory and method for socio-historical psychology are inseparable and are based on Marxist epistemology. Therefore, these are not just tools, instruments to be used to understand reality; it involves an understanding of the world, of human beings and a conception of knowledge. The phenomenon of inequality is complex and intrinsic to the capitalist mode of production. In the Brazilian case, social inequality is linked to connections of race, class and gender, imposing injustices and the absence of social rights for the vast majority of the population. This research included five semi-structured interviews with different workers who

work in the field of platformed work. We seek to overcome the meritocratic-neoliberal discourse, highlighting how ideological explanations camouflage the social and historical production of inequality present, especially in the platformed labor market. As a result, we found that the logic of the platformization of work extends beyond the phenomenon of work, becoming a practice of mediating life today, which contributes to the maintenance of a series of oppressions already present in Brazil since the colonial period, especially the racism. Finally, we highlight that the platformization of work has accelerated, through the use of technology, the weakening of labor relations and the denial of the centrality of work as a founding element of the human and essential to the fight against social inequality, making legislative measures urgent on the subject.

Keywords: Social inequality, Work platformization, Socio-historical psychology, Subjective dimension of reality.

GLOSSÁRIO

Aplicativo – app

Aliança – Associação Brasileira do setor de bicicletas

Big Tech - Empresas de tecnologia e inovação que apresentam dominância no mercado econômico

B2B - Business-to-business

Cloud Work – Trabalho através de nuvens digitais

Croud Work – Trabalho de multidões de trabalhadores

Gig economy – refere-se às formas alternativas de emprego mediadas por aplicativos e/ou sites

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Location Based – Trabalho localizado em uma localidade definida

MTurk – Amazon Mechanical Turk

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PT – Partido dos Trabalhadores

TIC's – Tecnologias da Informação e Comunicação

Web-based – Trabalho passível de ser realizado em qualquer localidade ou, sem localidade

Work on demand - Trabalho sob demanda

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. TRABALHO	35
1.1 Trabalho sob uma perspectiva marxista.....	35
1.2 A história do trabalho e da classe trabalhadora	41
1.3 A plataformização do trabalho na periferia do capital.....	53
1.4 A plataformização do trabalho e a classe trabalhadora Brasileira	64
1.5 Trabalho, autogerenciamento subordinado e despotismo algorítmico	72
2. A GESTÃO DA SUBJETIVIDADE EM TEMPOS NEOLIBERAIS	79
2.1 Subjetividades Neoliberais	79
3. PLATAFORMIZAÇÃO E A DESIGUALDADE SOCIAL	96
3.1 Plataformização do trabalho e desigualdade social - um nó górdio?.....	97
3.2 A dimensão subjetiva da desigualdade social.....	106
3.3 O racismo algorítmico – o necrocapitalismo dos nossos dias	113
4. O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	121
4.1 A psicologia sócio-histórica como fundamento teórico-metodológico	122
4.2 Metodologia	126
4.3 Procedimentos éticos	128
4.4 Entrevistas realizadas.....	128
4.5 Anotações e material coletado para análise	131
4.6 Procedimentos de análise.....	132
5. CATEGORIAS DE ANÁLISE	134
5.1 Despotismo algorítmico: o gerenciamento racista das plataformas.....	134
5.2 Plataformização da vida? a uberização para além dos aplicativos	142
5.3 “Eu tenho uma missão e não vou parar”: lutar e resistir.....	150
5.4 A Dimensão subjetiva do estar subordinado.....	156

6. REFLEXÃO FINAL: O TRABALHO É AINDA CENTRAL? REFLEXÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO PARA ALÉM DAS PLATAFORMAS.....	161
REFERÊNCIAS	165
ANEXOS	172
Anexo 1 – Cenário das plataformas digitais.	172
Anexo 2 – Imagens do Twitter do jornalista Nicolas Kayser-Bril (2020).....	173
Anexo 3- Imagens dos sites das empresas-aplicativo	174
Anexo 4 – TCLE – termo de consentimento livre esclarecido	176
Anexo 5 – TCLE – termo de consentimento livre esclarecido para as empresas	178
Anexo 6 – Levantamento de dados sociodemográficos dos entrevistados	180
Anexo 7 – Roteiro entrevista semidirigida	183

INTRODUÇÃO¹

Vamos esclarecer algo aqui: você não é contratado aqui, você “vem a bordo”. Gostamos deste termo. Você não trabalha para nós. Trabalha conosco. Não dirige para nós. Você realiza serviços. Não há contratos de emprego, nem metas de desempenho, você atende a padrões. Não há salários e sim honorários. Está claro?²

A internet tem, cada vez mais, ocupado diferentes espaços no cotidiano, dentre estes, parece ser inegável a presença de aplicativos, plataformas, mídias sociais e sites como ferramentas de trabalho. Guy Standing (2017) assevera que um terço de todas as relações sociais de trabalho serão mediadas por plataformas digitais até 2025. Nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho – OIT monitorou, em janeiro de 2021, a existência de 7773 plataformas digitais de trabalho no mundo destacando, contudo, que o número deve ultrapassar o que a pesquisa foi capaz de levantar. No Brasil, conforme mapearam Machado e Zanoni (2022), através da análise de tráfego de dados online, constatou-se que o número estimado de trabalhadores sob o controle das plataformas digitais tem se mantido próximo a 1,5 milhão de indivíduos.

Plataformas digitais já são uma realidade e a sua interferência e influência, não apenas no mundo cotidiano, mas, também, na realidade de trabalho carecem de nossa reflexão uma vez que estas novas formas de organizar e controlar as relações de trabalho têm significado uma massiva individualização e invisibilização de muitos trabalhadores (Antunes, 2020).

Se os números não são suficientes para justificar essa necessidade, uma breve reflexão sobre comportamentos que já incorporamos ao nosso dia a dia pode ajudar: se desejamos pedir refeição em casa, certamente pensamos em Ifood ou Rappi. Se precisamos nos deslocar na cidade utilizamos Uber ou 99 táxi. Se a busca é por hospedagem, o Airbnb será utilizado. Para pedir cerveja e bebidas em casa, basta acionar Zé Delivery. Supermercado? Basta pedir através do Daki ou Justo. O mundo de serviços e comodidades disponibilizados

¹ O texto foi formatado de acordo com o “Manual para elaboração do trabalho acadêmico – citações e referências em padrão ABNT” (2023), do Sistema de Bibliotecas da PUC-SP.

² Gerente do depósito apresentando o trabalho de entregas a Ricky. Diálogo inicial do filme *Sorry we missed you* – Ken Loach, 2019.

³ “a OIT afirma que havia em janeiro de 2021 pelo menos 777 plataformas digitais ativas no mundo (on-line web-based e location-based). Contudo, o estudo sustenta que esse número pode ser muito maior se considerados todos os tipos de plataformas de trabalho digital. Das 777 identificadas, 383 eram no setor de entregas, 283 eram do tipo on-line web-based (microtarefas, freelance e programação) e 106 no setor de táxi (transporte de passageiros)” (Machado; Zanoni, 2022, p. 45)

pelos aplicativos não para por aí; você pode solicitar um serviço de limpeza através do Maryhelp ou do Blumpa, requisitar alguém que conserte itens na sua casa através do Getninjas, contactar uma profissional para fazer seu cabelo ou unha através do Singu; ou alguém que passeie e cuide do seu animalzinho através do Doghero. É o fantástico mundo dos aplicativos, ou do trabalho sob o controle das plataformas digitais.

Apesar de parecer tão comum ao nosso dia a dia utilizar aplicativos como Uber, Airbnb, Rappi ou Ifood, a novidade é recente, uma vez que há duas ou três décadas atrás estas empresas não existiam. Um bom exemplo para isso é o Uber, que surgiu enquanto ideia em 2008, em uma noite fria de inverno em Paris, quando seus criadores – Travis Kalanick e Garrett Camp – não conseguiram encontrar um táxi. Em 2009, em São Francisco, Califórnia, os dois empreendedores desenvolveram um app para smartphone que lhes permitia solicitar viagens com o simples toque de um botão. A primeira viagem de Uber aconteceu nessa cidade em 05 de julho de 2010 e, em dezembro de 2011 a Uber atingiu território internacional sendo lançada na mesma cidade em que a ideia nasceu: Paris⁴.

Mas, para além da familiaridade que os aplicativos e plataformas digitais aparentam no nosso dia a dia, o que é uma plataforma digital? o que é um aplicativo? Como diferenciar estas tecnologias e compreender o modo como operam? São ambas a mesma coisa?

Podemos conceituar plataformas como uma infraestrutura digital, um meio tecnológico que media mercados e relações de trabalho; para tal, envolvem arquiteturas computacionais e diretrizes determinadas pelo governo e pela sociedade civil. Contudo, se a princípio plataformas parecem ser meios exclusivamente tecnológicos, vale destacar que sobre elas incidem estruturas públicas e privadas e, que além disso, estas atuam em diferentes campos da vida cotidiana (alimentação, transporte, saúde, relacionamentos, etc) (Abílio, 2022). Desta forma, plataformas são muito mais complexas do que a princípio imaginamos e, talvez, mais difíceis de serem definidas do que esperamos. A este respeito, sinteticamente, Ludmila Abílio afirma que plataformas são

catalisadoras de processos em curso no mundo do trabalho, que envolvem políticas neoliberais, financeirização e sua relação com a exploração do trabalho, novos modos de subjetivação associados ao empreendedorismo, a globalização de cadeias produtivas, entre outros elementos. Nesse sentido, o olhar para as plataformas digitais envolve desafios da categorização de transformações e permanências do mundo do trabalho que as ultrapassam, mas que são alimentados por elas – ou seja, trata-se da

⁴ “História da Uber”. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/hist%C3%B3ria/>. Acessado em 17 de abril de 2022.

compreensão das plataformas como solo fértil para as tendências contemporâneas do mundo do trabalho (Abílio, 2022, p. 127-128).

Já aplicativos (App's) são programas de software construídos a partir de certas linguagens de programação concebidos para processar dados eletronicamente. App's são a interface das plataformas, uma vez que estas são compostas por muitos elementos: aplicativos para os usuários, sistemas na web, sistema back-end que operacionalizam as regras do negócio e armazenamento, etc (Doorn, 2021).

Para melhor exemplificar, podemos recorrer à definição que a Uber usa para se apresentar: “A Uber é uma empresa de tecnologia que opera uma plataforma de mobilidade. Nós desenvolvemos um aplicativo que conecta motoristas parceiros a usuários que desejam se movimentar pelas cidades”.⁵ Em outras palavras, a Uber é uma empresa-plataforma cujo funcionamento relaciona sociedade-governo-diretrizes, operando dentro da lógica neoliberal de mercado e, para chegar até o usuário (que solicita a corrida, por exemplo) apresenta-se através de uma interface que é o aplicativo. Desta maneira, sinteticamente, podemos dizer que aplicativo é a interface tecnológica de uma plataforma.

Com o decorrer do tempo, as plataformas e aplicativos têm apresentado uma maior diversidade, nos levando a uma verdadeira profusão de termos para explicá-las e para nos referirmos às diferentes formas de trabalho e circulação de capital que proporcionam: “Plataform economy”, “Sharing economy”, “crowdsourcing”, “on-demand economy”, “crowdwork”, uberização, trabalho digital, capitalismo de multidões, etc.⁶ Contudo, se sintetizarmos esses diferentes títulos sob a identidade da economia de plataforma, verificaremos que esse fenômeno consiste em

mercados on-line que envolvem pelo menos três componentes: quem realiza o trabalho; quem solicita o trabalho; e a plataforma que intermedeia a oferta e a demanda. Devido ao papel assumido de “intermediária”, a plataforma consegue passar a maioria dos custos, riscos e responsabilidades para alguma das outras duas partes. Além disso, a plataforma é quem possui total acesso e controle dos dados, processos e regras, com a assimetria de informação gerando uma assimetria de poder (Manzano; Krein, 2022, p.32).

⁵ “Fatos e Dados sobre a Uber”. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-br/newsroom/fatos-e-dados-sobreuber/#:~:text=A%20Uber%20%C3%A9%20uma%20empresa%20de%20tecnologia%20que%20opera%20uma,de%20carona%20paga%20ou%20remunerada> Acessado em 09 de abril de 2023

⁶ “há pouco consenso na bibliografia sobre as terminologias a serem utilizadas, com autores empregando, inclusive, os mesmos termos para tratar casos e situações diferentes. Há muita variação também nos tipos de trabalho considerados para composição de cada categoria e para quantificação em cada estudo” (Manzano; Krein, 2022, p. 31) – Disponível em: https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais_eBook.pdf. Acessado em 08 de agosto de 2022.

A este respeito, Filgueiras e Antunes (2020, p.62) clarificam que apesar das diferentes expressões e terminologias utilizadas existem similaridades que podem ser apontadas no modo como as novas formas de organização do trabalho se associam ao uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC's).

1) Contatos on-line entre produtores e consumidores, trabalhadores e empresas; 2) Uso de aplicativos ou plataformas para acesso em computador ou instrumentos móveis de comunicação; 3) Uso abrangente de dados digitais para organização e gestão dessas atividades; 4) relações estabelecidas por “demanda” (ou seja, que resultam em arranjos a cada produto, desprovidos de segurança jurídica capaz de garantir sua continuidade) (Filgueiras; Antunes, 2020, p.62).

Mas, para além das similaridades apontadas, como delimitar essa profusão de terminologias? Teriam todas o mesmo significado? Como compreender essa heterogeneidade presente no mundo do trabalho digital?

De acordo com Manzano e Krein (2022), diante da grande variedade de possíveis trabalhos proporcionados pelos aplicativos, duas características podem ser utilizadas para uma delimitação: 1 – Atividades que não são vinculadas a um local específico, 2 - Atividades que são vinculadas a uma pessoa específica, mas podem ser desempenhadas por um conjunto de pessoas. Em outras palavras, podemos dividir, sinteticamente, essa gama de possíveis trabalhos a serem realizados pela internet em dois blocos: *Cloud Work* (trabalho de nuvem) e *Crowd work* (trabalho de multidão).

O primeiro bloco, *cloud work*, se refere a atividades que podem ser realizadas através da internet por meio de grandes bancos de dados dispostos em nuvens, podendo a atividade ser realizada a qualquer hora, de qualquer lugar do mundo. Portanto, são atividades que não exigem um local específico (*location-based*), podem ser acessadas por trabalhadores através de nuvens de dados e realizadas indiferentemente a localização geográfica. O segundo bloco, *crowd work*, refere-se a atividades que são prestadas em um determinado local para milhares de pessoas com quem não se estabelece uma relação de exclusividade, portanto é um trabalho que pode ser considerado “trabalho de multidão” já que a atividade é prestada para uma pessoa específica, mas pode ser realizada por qualquer pessoa a quem a atividade seja delegada. Em outras palavras, um usuário, em uma determinada localização geográfica, solicita uma tarefa – transporte, entrega, alimentação, etc – esta pode ser realizada por qualquer trabalhador com acesso a esta plataforma, indiferente a quem é este trabalhador.

A OIT (2021)⁷ também tem se debruçado sobre o tema, buscando compreender as plataformas e suas funcionalidades. Propõe uma divisão para as atividades realizadas a partir das plataformas que amplifica a proposta de Manzano e Krein (2022) em quatro categorias⁸:

- 1- Plataformas que envolvem serviços para usuários individuais (*Digital platforms that offer services to individual users*), onde se alocam: redes sociais, prestação de serviços, notícias, sistema de busca, etc.
- 2- Plataformas que fazem mediação de trabalho (*Mediate work*), grupo que possui duas subdivisões: trabalhos que são prestados *on-line* de forma remota por trabalhadores *freelancers*, e outros trabalhadores que realizam microtarefas, programação, consultas médicas, moderação de conteúdo na internet etc. Importante ressaltar que neste bloco estão trabalhadores que podem realizar suas atividades em qualquer lugar do mundo através de grandes bancos de dados compartilhados pela internet (*Cloud Work*), o que os difere do outro bloco que trabalha *on-line*, mediado por plataforma, mas em localizações específicas (*location-based*). Este grupo é composto por trabalhadores que realizam serviços de transporte, entregas, serviços para a casa (como eletricitista ou encanador), trabalho doméstico, trabalho de cuidado, etc.
- 3- O terceiro bloco é denominado facilitador de trocas (*Facilitate and mediate Exchange business*) as famosas plataformas *business-to-business* (B2B) – expressão sem tradução para o português – onde se incluem grandes plataformas de venda a varejo e atacado, mercados, empresas de manufatura, agricultura, empréstimos financeiros, etc.
- 4- O quarto tipo é de plataformas que mediam serviços de forma híbrida (*Mediating work and providing other services*); aqui estão alocados os serviços de vendas, entretenimento, sistemas de pagamento eletrônico, etc.

A divisão pode parecer complexa, contudo, a gravura exposta no anexo 1 deste trabalho aponta para o cenário das plataformas digitais quanto à divisão das atividades e serviços prestados pelas plataformas e aplicativos a partir do referencial da OIT (2021),

⁷ “World Employment and Social Outlook: The role of digital labour platforms in transforming the world of work”. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_771749.pdf. Acessado em 05 de maio de 2022.

⁸ No anexo 1 disponibilizamos o quadro realizado pela OIT com esta divisão, e as empresas que podem ser alocadas em cada categoria.

clarificando quanto às divisões existentes, serviços prestados, funcionalidades e os nomes das empresas mais conhecidos no mercado.

Além da OIT, diversos autores têm se debruçado sobre o tema, de maneira que correntemente existem diversos tipos de divisão quanto à maneira que o trabalho é atribuído, alocado e prestado a partir da internet e dos aplicativos. Contudo, frente a esta profusão de nomenclaturas, esta pesquisa adotará, majoritariamente, os termos: Plataformização do trabalho, Trabalho mediado por plataformas e Trabalho subordinado por meio de plataformas digitais - como nos sugerem Abílio, Amorim e Grohmann (2021). Compreendemos que, frente a um debate tão complexo, estes termos privilegiam o aspecto de como as plataformas se inserem no mundo do trabalho, realizando um controle do trabalho e de suas atividades sob diferentes níveis. Ao assumir essas terminologias, privilegiamos o debate sobre o “mapeamento e reconhecimento da exploração do trabalho e de sua centralidade nas formas contemporâneas da acumulação capitalista” (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021, p. 28). Reconhecemos, que o termo plataformização ou trabalho plataformizado, em certa medida, também contribui para o obscurecimento de algumas relações presentes nesse campo, como destacou Abílio (2023) em entrevista recentemente. Contudo, frente à complexidade na nomeação deste fenômeno, manteremos o termo trabalho subordinado a plataformas como majoritário, compreendendo, contudo, os limites ainda existentes.

O desafio aqui é reconhecer que, se, por um lado, as plataformas e aplicativos já se apresentam como inegáveis estruturas de trabalho, não podemos mistificá-las deixando que se encubram os processos sociais envolvidos, sobretudo no que concerne a flexibilização e precarização do trabalho; processos anteriormente já em curso no mundo do trabalho mas que passam a ser exacerbados pelo modo de trabalhar plataformizado que carrega como elemento central de seu funcionamento estes aspectos (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021).

Além disso, é preciso que se reconheça que a plataformização do trabalho, enquanto um fenômeno complexo, atravessa e modifica o mercado de trabalho como um todo, não se restringindo tão somente ao surgimento e utilização das plataformas e formas digitais de trabalho. Como destaca Ludmila Abílio em entrevista para o podcast “Pauta pública”⁹ (2023), “A uberização do trabalho não é sinônimo exclusivo de trabalho por entrega ou de motorista

⁹ Podcast pauta pública episódio “Uberização para além dos aplicativos” – Disponível em: <https://apublica.org/podcast/2023/05/podcast-pauta-publica/uberizacao-para-alem-dos-aplicativos-com-ludmila-abilio/>. Acessado em 30 de maio de 2023

por aplicativo, não é sinônimo de trabalho que está sendo subordinado por meio de plataformas digitais (4':20''). A socióloga destaca que se trata de uma maneira efetiva de gerenciar, controlar e organizar o trabalho.

Abílio (2023) destaca que a uberização é um fenômeno que amplia e sintetiza os fenômenos da “pejotização (PJ)” e “meicização (MEI)”¹⁰, sendo uma forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho, tendo três elementos centrais que se articulam com força neste movimento: 1 - A transformação do trabalhador em trabalhador sob demanda – *work on demand* (Stefano, 2016) – que coloca os trabalhadores numa posição em que ficam sem garantias, mas à disposição da empresa, sendo remunerados somente quando atividades são requisitadas. Em outras palavras, o trabalhador não tem qualquer garantia sobre a quantidade de trabalho e/ou remuneração que obterá, contudo se mantém disponível ao trabalho mesmo que as regras sejam pouco claras; 2 – o segundo elemento é o autogerenciamento subordinado¹¹; através desta expressão Abílio (2023) destaca que o trabalhador não é um empreendedor e, tem consciência disso, conhecendo, no entanto, a necessidade de realizar uma gestão frequente do seu trabalho. Trata-se do fato de que o trabalhador sabe que precisa ser um gestor de si mesmo, ou seja, não é mais necessário um relógio de ponto, a estrutura de uma empresa, pois independentemente do local e do horário, o próprio trabalhador se torna produtivo obedecendo as “regras do jogo” definidas pelas empresas (agora aplicativos e plataformas); 3 – Finalmente, o processo de informalização do trabalho que é consolidado e ampliado através da uberização, pela perda das formas estáveis de trabalho, normas de trabalho que operam de forma enigmática, dificilmente decifráveis.

Compreendemos que no Brasil, recorrentemente, utiliza-se o termo uberização – neologismo constituído a partir do nome do aplicativo UBER, que já alcança mais de 1 milhão de motoristas/entregadores parceiros¹² – entretanto, tal terminologia, não daria conta do fenômeno em sua complexidade uma vez que, como esclarecem Abílio, Amorim e Grohmann (2021), trata-se de um fenômeno complexo, que muitas vezes, ultrapassa o uso de aplicativos e

¹⁰ Os termos pejotização e meicização derivam das denominações: Pessoa Jurídica (PJ) e Microempreendedor individual (MEI). São utilizados para descrever o ato de manter empregados solicitando que estes “tornem-se empresas” através da criação de PJ ou MEI pelos contratados. Desta forma, a relação passa a ser entre empresas ao invés do contrato de trabalho entre empresa e empregado; tal processo contribui para que se transfira riscos e custos para os trabalhadores que atuam como funcionários, mas são remunerados enquanto empresas prestadoras de serviço.

¹¹ Esse item será mais bem explorado no tópico “1.5 Trabalho, autogerenciamento subordinado e despotismo algorítmico”.

¹² <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>

plataformas digitais. Além disso, o aplicativo significa apenas a interface visível do software em celular, ele é somente um campo de interação de todo um sistema econômico, político e tecnológico. Portanto, da maneira como ocorre hoje, esta forma de articular o trabalho transcende o uso de aplicativos, afinal, já se encontram empresas que gerenciam micro trabalhos através de plataformas digitais como a *Amazon Mechanical Turk*¹³ (MTurk), por exemplo.

Muitas empresas que encontramos hoje nesse vasto mundo da economia de plataformas nasceram baseadas em ideias progressistas como igualdade, sustentabilidade e comunidade. Desenvolveram-se propondo diminuir a pegada de carbono e ofertar mais confiança e benevolência entre os consumidores. No entanto, com o decorrer do tempo, as reais intenções deste tipo de negócio apareceram: “construir gigantescas fortunas privadas” (Slee, 2019, p.44). Desta forma, apesar da economia de plataforma nascer sob o discurso de um capitalismo compartilhado e, portanto, mais humano, abrandado, o que se observa, com o decorrer do tempo, é a pele fria e os dentes afiados deste novo filho do capital. Filho concebido sob a promessa de opor-se às grandes corporações de transporte, hospedagem, mídia e processamento de dados; gestado sob o compromisso de produzir um espaço de vida mais equitativo; mas que, à medida que se desenvolveu, mostrou-se ganancioso.

Sob a proposta de que não somos meros usuários, mas indivíduos que ajudam a construir essa rede de compartilhamentos – seja de comida, de hospedagem, de carros – o crescimento dessas empresas emplacou. Deve-se levar em conta, ainda, que muitas destas prometeram, sobretudo, ajudar indivíduos vulneráveis, tornando-os microempresários. A proposta parecia maravilhosa, pois iria permitir

que restrições de oferta de serviços especializados por questões geográficas fossem reduzidas, facilitando também a busca por oportunidades de renda para trabalhadores/as, independentemente de sua localização espacial. Ou ainda, que as plataformas e os aplicativos tornariam a conexão e a comunicação entre provedores de serviços e consumidores mais fáceis e dinâmicas, constituindo mercados on-line que facilitariam os negócios para ambos (Filgeiras; Antunes, 2020, p.62-63).

A ideia parecia incrível: tornar-se um empreendedor, ter horários flexíveis, trabalhar para si mesmo, dispensando hierarquias rígidas de uma organização e um chefe mesquinho que não entende o seu ponto de vista (como sugere o diálogo retirado do filme *Sorry We Missed You*. Apresentado no início desta introdução, que retrata esta realidade). Contudo,

¹³ Amazon Mechanical Turk é um serviço de *crowdsourcing*. Os seus usuários, como empresas e pesquisadores, contratam *crowdworkers*, trabalhadores remotos terceirizados que realizam tarefas que computadores ainda não são capazes de realizar – Disponível em: <https://www.mturk.com/>

ao contrário do que se apregoava, a economia do compartilhamento “propaga um livre mercado inóspito e desregulado em áreas das nossas vidas que antes estavam protegidas” (Slee, 2019, p.35). Na prática o que se observa é que

em vez de libertar indivíduos para que tomem controle direto das suas próprias vidas, muitas companhias da economia de compartilhamento estão dando fortuna a seus investidores e executivos e criando bons empregos para os seus engenheiros de programação e marqueteiros, graças à remoção de proteções e garantias conquistadas após décadas de luta social, e graças à criação de formas de subemprego mais arriscadas e precárias para aqueles que de fato suam a camisa (Slee, 2019, p.36).

Tudo isso significa que o trabalhador não “é tão livre” quanto julga ser, afinal, no caso da UBER, por exemplo, ao declinarem “as solicitações correm o risco de serem demitidos” (Antunes, 2020, p.12). É por isso que Antunes (2020, p.16) indica que ao acreditar que é livre, o trabalhador na realidade se “converte em um proletário de si próprio, que auto explora seu trabalho”. O autor relata a dura realidade enfrentada por estes trabalhadores.

Realizando jornadas de trabalho frequentemente superiores a oito, dez, doze ou mais horas por dia, muitas vezes sem folga semanal; recebendo salários baixos; vivenciando demissões sem qualquer justificativa; arcando com os custos de manutenção de veículos, motos, bicicletas, celulares, equipamentos, etc. (Antunes, 2020, p. 20).

O fato é que é difícil desmascarar o discurso sustentado por estas empresas que se travestem sob argumentos de que são empreendimentos “intermediadores”, que fazem a ponte entre consumidores e produtores, e que os trabalhadores podem exercer suas atividades como e quando quiserem. Sob um léxico moderno e atraente, alegam ser ambientes de trabalho atrativos sem a rigidez tradicional que se encontra comumente no mercado de trabalho, sendo uma forma “divertida de conseguir dinheiro no tempo livre” (Filgeiras; Antunes, 2020).

Por isso, internacionalmente, muitos economistas já se questionam quanto à aplicação do termo compartilhamento, uma vez que esse tipo de economia não presume interação social entre iguais, mas sim, a exploração de um lado por outro. É interessante notar que esta informação aparece de forma subliminar no nome de uma das empresas que encabeça esse mercado mundialmente: a Uber – uma vez que em alemão *Uber* designa superioridade, estar por cima (SLEE, 2019).

Mas, como essas empresas conseguem operar sem o reconhecimento legal dos trabalhadores que utilizam? Trata-se de uma descoberta, encabeçada, sobretudo pela UBER, que investe em larga escala no desenvolvimento de novas tecnologias que tornem questionáveis, ou ainda, obsoletas, as leis trabalhistas de diversos países. Na prática, a UBER

alega ser uma empresa de tecnologia que agiliza serviços de logística, contratando autônomos que lhe prestam serviço. Este é o entendimento da empresa, mas, também, do Tribunal Superior do Trabalho no Brasil, que em setembro de 2019 decidiu que motoristas de aplicativos de transporte individual são profissionais autônomos e não há relação de emprego¹⁴

Frente a países que adotam regulações antiquadas e com governos frequentemente desguarnecidos (no que se refere a regulação do mercado de trabalho frente às novas tecnologias), a UBER encontra terreno profícuo para atuar. No caso brasileiro, a relação empregatícia se configura pela constatação de cinco elementos fático-jurídicos da relação de emprego, que se encontram previstos nos artigos 2º e 3º da CLT¹⁵. Todavia, deve-se destacar que dentre estes a subordinação é sem dúvida o mais importante deles. Delgado (2016, p. 313) define a subordinação, tradicionalmente, como

consistente na situação jurídica derivada do contrato de trabalho, pela qual o trabalhador compromete-se a acolher o poder de direção empresarial no tocante ao modo de realização de sua prestação laborativa. Manifesta-se pela intensidade de ordens do tomador de serviços sobre o respectivo trabalhador. É a dimensão original da subordinação, aquela que mais imediatamente na História substituiu a anterior servidão na realidade europeia, propagando-se genericamente pelo capitalismo disseminado nas décadas e séculos seguintes (Delgado, 2016, p. 313).

Averigua-se que a noção tradicional de subordinação não se sustenta diante de novas modalidades laborais como o UBER, carecendo o conceito de revisão. É exatamente nessa brecha legal que a plataforma se favorece do cenário brasileiro. Como destacam Ferrer e Oliveira (2018, p. 188)

O conceito clássico de subordinação jurídica levava a excluir do âmbito de incidência do Direito do Trabalho vários trabalhadores que necessitavam de sua tutela e que, no entanto, não se enquadravam no conceito parcial e restrito adotado, como é o caso dos trabalhadores a domicílio, os altos empregados e os trabalhadores intelectuais, podendo aqui também ser citados os trabalhadores que prestam serviços através do aplicativo, por exemplo o UBER (Oliveira, 2018, p. 188).

Na prática, no Brasil, frente ao problema de transporte público enfrentado nas maiores capitais e aos altos preços envolvidos na aquisição e manutenção de veículos, a UBER encontrou terreno profícuo para crescer suas operações. Diante do desemprego de 14, 1 milhões

¹⁴ “Uber ganha mais uma ação contra vínculo empregatício”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar-economico/uber-ganha-mais-uma-no-tst-contravinculo-empregaticio/>. Acessado em 6 de junho de 2021

¹⁵ Os cinco elementos fático-jurídicos são: a prestação de serviços por pessoa natural, não eventualidade, onerosidade, pessoalidade e subordinação. Fonte: 2º e 3º da CLT

de brasileiros¹⁶, a UBER parece apresentar uma solução: seja um empresário, trabalhe para você mesmo.

Contudo, para além do espírito altruísta que parece mover a Uber – ofertando locomoção a modestos custos ou possibilidade de renda para aqueles que necessitam – a verdade é que as necessidades comerciais acabam por suplantar o altruísmo, já que em relação aos ganhos, no UberBlack 20% (vinte por cento) do valor da corrida é destinado ao aplicativo; e no UberX 25% (vinte e cinco por cento) do valor da corrida. O que significa que, ao final do dia, além de arcar com todos os custos do veículo e combustível, o motorista recebe apenas 75% do valor de cada corrida (Mello; Dantas, 2015).

Destaca-se ainda que, sob o discurso de liberdade, do “trabalhe quando quiser” e “seja seu próprio patrão”, as plataformas utilizam diversas medidas explícitas para controlar os/as trabalhadores/as, determinando quem pode trabalhar, o que deve ser feito e como deve ser feito. Tais decisões são unilaterais, uma vez que os pagamentos são manipulados pelos aplicativos que determinam o comportamento dos trabalhadores, além de infligirem a constante ameaça de bloqueio – deixar o trabalhador sem acesso à plataforma/ trabalho por um tempo – por razões arbitrárias, que podem levar, inclusive, à dispensa do trabalhador sem qualquer justificativa. (Filgueiras; Antunes, 2020)

Frente a esta perspectiva, Antunes (2020, p.11) afirma que “A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de ‘prestação de serviços’ e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho”. O autor destaca que a uberização¹⁷ eclode sob o tripé de terceirização, informalidade e flexibilidade que já assola o mercado de trabalho há algumas décadas.

Destacamos, ainda, que este tripé amplia a largos passos outra realidade que encontramos em solo brasileiro: a desigualdade social. Isso porque o fenômeno da plataformização do trabalho atualiza e expande a desigualdade social através do processo de progressiva perda de direitos sociais e trabalhistas, como assinala Uchôa-de-Oliveira (2020, p. 3).

aprofunda desigualdades ao passo que dissemina a precarização por dentro do emprego. Isto é, repete-se a cadeia de vulnerabilidade e desigualdade social, mas têm-

¹⁶ Censo 2022. Disponível em: Fonte: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/29782-numero-de-desempregados-chega-a-14-1-milhoes-no-trimestre-ate-outubro.html>. Acessado em 11 de setembro de 2022

¹⁷ Aqui mantemos este termo em referência ao escolhido pelo autor (ANTUNES, 2020)

se perdas de garantias e direitos mesmo entre aqueles que tinham algum nível de proteção social. A precarização e a informalização, típicas da uberização, são espelhadas em um ‘movimento global’ de eliminação de direitos, garantias e segurança, aspectos que estavam ligados diretamente ao emprego e ao mercado formal de trabalho (Uchôa-de-Oliveira, 2020, p. 3).

Em outras palavras, a plataformização do trabalho encontra como fértil o solo da desigualdade social e suas múltiplas expressões (racistas, sexistas, classistas, etc), acentuando-a, aprofundo-a. Na prática o que se observa é que as grandes corporações que se valem de aplicativos para obtenção de lucro exploram as camadas populares mais propensas à exclusão e marginalização social – mulheres¹⁸, negros e jovens periféricos – indivíduos que, historicamente, sempre enfrentaram a face mais dura do capitalismo e continuam a ser subordinados e explorados através deste tipo de trabalho, produzindo riqueza para os seus detentores. Tal realidade é evidenciada quando se observa que 68% dos entregadores por aplicativo são negros, têm até 30 anos e ganham mil reais (IBGE, 2021)

Desta maneira, o trabalho plataformizado significa algo que Marx (2011) já havia nos sinalizado em *O Capital*: a exploração dos trabalhadores por meio da extração da mais-valia, fenômeno este que somente pode ocorrer tendo como base a desigualdade social que proporciona a “inclusão marginal” no mercado de trabalho, que leva à intensificação do trabalho e à diminuição dos salários com relação ao valor da força de trabalho.

Ainda sobre a desigualdade social, é importante, mesmo que brevemente, conceituá-la – apesar de que este item será mais bem desenvolvido nos capítulos posteriores – afinal, como afirmam Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 131) a desigualdade é “tão parte da história brasileira que adquire fórum de coisa natural”. Desta maneira, historicamente, nos habituamos à desigualdade a ponto de relegá-la ao status de imutável, naturalizando-a em nosso convívio.

Contudo, nos esquivamos de qualquer naturalização quanto à desigualdade, e, nesta tarefa, retomamos Marx, uma vez que este já afirmara (2011) que a desigualdade social está atrelada necessariamente ao modo de produção capitalista, afinal, "a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital" (Marx, 2011, p. 210).

¹⁸ “A uberização do trabalho é pior pra elas”, publicada em 28 de maio de 2019, acentua que mulheres, sobretudo negras vêm enfrentando as realidades mais duras no trabalho por aplicativo no site: <https://apublica.org/2019/05/a-uberizacao-do-trabalho-e-pior-para-elas/#Link>. Acessado em 11 de setembro de 2022.

Assim, o fenômeno da desigualdade é complexo e intrínseco ao modo de produção capitalista. No caso brasileiro, a produção da desigualdade social se articula, ainda, a conexões de raça e gênero, impondo injustiças e ausência de direitos sociais para a grande maioria da população; uma evidência disto é o relatório “A distância que nos une”, publicado pela OXFAM (Georges; Maia, 2017), o qual destaca que

Seis brasileiros têm uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres do país. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%. Uma mulher trabalhadora que ganha um salário-mínimo mensal levará 19 anos para receber o equivalente que um super-rico recebe em um único mês. Esse é o cenário atual do Brasil.¹⁹ (Georges; Maia, 2017, p.x-xx)

É importante destacar que a desigualdade social não atinge a todos da mesma maneira, expressando-se através de diversas manifestações e a partir de diferentes fatores, como a forma de viver, de se alimentar, de morar, de trabalhar, de vestir-se, de como lidar com a vida, etc. Desta maneira, uma etapa essencial no estudo da desigualdade é responder à pergunta “desigualdade de quê e de quem?”, uma vez que não se trata tão somente de apontar diferenças entre renda ou acesso a bens e serviços, mas de reconhecer que vivemos em uma sociedade onde diferentes pessoas são circundadas por diferentes condições e privilégios. Frente a este aspecto, torna-se necessário que se reconheça que a desigualdade produz efeitos objetivos, mas, também, subjetivos.

Reconhecer que a desigualdade produz efeitos subjetivos é entender que a partir das condições objetivas que configuram a desigualdade, há a presença de sujeitos e subjetividades produzindo aspectos de vivência que também compõem a realidade social. É desta maneira que podemos afirmar a existência de uma dimensão subjetiva da desigualdade, carregada de inúmeros aspectos objetivos, mas, também, de dimensões valorativas e afetivas produzidas a partir da experiência da desigualdade.

Ao afirmarmos a existência de uma dimensão subjetiva da realidade, tomamos a categoria cunhada por Furtado (2002). Através desta expressão o autor explicita que a realidade se constitui sob uma base objetiva (econômica e material) e uma base subjetiva (valores). Estas bases estão assentadas histórica e socialmente sobre um movimento de constante dialética. Em outras palavras, ao falar sobre dimensão subjetiva, compreendemos a realidade enquanto

¹⁹ “A distância que nos une”. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>

construção histórica, síntese das condições subjetivas e objetivas, resultado de múltiplas determinações²⁰.

Diante de tais fatos e dados, aqui propomos a tese de que o neoliberalismo no caso brasileiro – intrinsecamente imbricado na produção da desigualdade social – opera através de elementos particulares que se associam ao modo de trabalho implantado no Brasil desde o período colonizatório. Uma das maneiras desta lógica se apresentar na atualidade é através da plataformização do trabalho que fomenta não apenas uma dimensão objetiva, mas, também, certos modos de subjetivação, ou, ainda, uma dimensão subjetiva da realidade.

Dito de outro modo, a tese que aqui apresentamos é a de que: A plataformização do trabalho é a continuidade e aprofundamento de uma lógica de trabalho implantada no Brasil desde a colônia; destacamos que esta forma de trabalho se sustenta através de uma gestão neoliberal que opera a subsunção do trabalhador através de seu autogerenciamento subordinado. Nesse sentido afirmamos a existência de uma dimensão subjetiva da realidade da plataformização do trabalho que engendra elementos coloniais contribuindo para a manutenção da desigualdade social que estrutura a sociabilidade brasileira historicamente. Esta dimensão espraia-se para além do campo do trabalho, constituindo um certo modo de ser da sociabilidade; modo este que alimenta o caráter estrutural da desigualdade social no Brasil, contribuindo, ainda, para a manutenção de um capitalismo local subordinado e dependente (Moura, 2014).

Frente a esta tese, temos como objetivo geral compreender a dimensão subjetiva da plataformização do trabalho, dando, assim, visibilidade à presença dos sujeitos na construção do real; compreendendo imagens, valores, ideias, afetos, etc., que são produzidos a partir deste fenômeno social. O que significa que objetivamos, através desta categoria, compreender esta complexidade que é composta por sentidos subjetivos e significados que estão em constante movimento, sendo ainda, múltiplos e contraditórios.

Afirmamos, ainda, a necessidade da psicologia brasileira posicionar-se, em especial, frente ao fenômeno da desigualdade social, evidenciando como as estruturas desiguais, precárias e cambiantes que vemos em ascensão no mundo do trabalho repercutem na constituição da subjetividade, uma vez que “conhecer o fenômeno psicológico significa conhecer a expressão subjetiva de um mundo objetivo/coletivo; um fenômeno que se constitui em um processo de conversão do social e individual” (Bock, 2015, p.31).

²⁰ Este aspecto será discutido no tópico 3.2 - A dimensão subjetiva da desigualdade social.

É necessário que a psicologia possa refletir sobre como o fenômeno da plataformação do trabalho relaciona-se a dimensões objetivas e subjetivas que nos atravessam na contemporaneidade, compreendendo as consequências da expansão das ideologias neoliberais sobre estes fenômenos e sobre a responsabilização do trabalhador pelo gerenciamento de seu próprio tempo de trabalho, sobretudo através do fomento a ideias como seja “chefe de si mesmo”. Trata-se de uma relação complexa, uma vez que o trabalhador busca nestas formas de trabalho acesso fácil a renda e fuga de relações de trabalho mais violentas e opressoras, contudo, encontra, por outro lado, mecanismos de subordinação e controle que encobrem a relação trabalhista existente e precarizam não apenas relação de trabalho, mas todo modo de vida deste trabalhador.

Para esta empreitada, elegemos a psicologia sócio-histórica como base teórico-metodológica uma vez que esta abordagem se opõe a práticas da psicologia que descontextualizam o indivíduo do seu mundo social. A escolha por tal abordagem é essencial na compreensão de que objetividade e subjetividade são dimensões de um mesmo e único processo. A partir desta concepção encaramos o ser humano como sujeito ativo, social e histórico, transformador de seu ambiente – que é social e cultural – e, consequentemente, também, transformado por este. Em outras palavras, a Psicologia Sócio-histórica entende que a subjetividade é uma produção singular do sujeito, mas, que se constitui a partir das condições da vida social (Gonçalves; Bock, 2009).

Portanto, tomando a psicologia sócio-histórica como base, esta pesquisa tem como objetivo específico, compreender como no Brasil se entrelaçam os fenômenos da desigualdade social e da plataformação do trabalho, e qual o impacto destes fenômenos sobre a dimensão subjetividade da realidade vivenciada pelos trabalhadores que utilizam plataformas digitais para trabalhar. Assumimos a categoria da dimensão subjetiva como central para esta análise, pois acreditamos que esta colabora na compreensão do movimento dialético entre subjetividade e objetividade, reconhecendo, ao mesmo tempo, a dimensão social no indivíduo e a dimensão subjetiva na realidade social, expressando a possibilidade de transformação e superação da realidade contraditória (Gonçalves; Bock, 2009 p.9).

Objetivamos, nesta tese, compreender o entrelaçamento entre desigualdade social e plataformação, vislumbrando como este imbricamento incide em uma dimensão subjetiva da realidade. Inicialmente, nos capítulos teóricos, exploraremos os aspectos do trabalho, da desigualdade e da centralidade do neoliberalismo nesta relação, através dos capítulos: 1. O Trabalho, 2. A gestão da subjetividade em tempos neoliberais, 3. Plataformação e

desigualdade social. No Capítulo 4. Apresentaremos a psicologia sócio-histórica como referencial teórico-metodológico deste trabalho. Posteriormente, no capítulo 5 apresentaremos as categorias de análise criadas para a reflexão da dimensão subjetiva.

Para criação destas categorias, analisamos informações coletadas por meio de documentos, notícias, mídias sociais, etc. Além disso, realizamos seis entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras que utilizam plataformas como meio de realizarem suas atividades laborais. Estas entrevistas permitiram a articulação entre significados e sentidos que apontam para aspectos da dimensão subjetiva da desigualdade social e da plataformização do trabalho. Além disso, ofertaram elementos fundamentais para que se pudesse refletir a partir da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras sobre os modos de subjetivação na atualidade brasileira, vislumbrando-se os dilemas presentes frente às novas formas de regulação do trabalho.

Finalmente, esta pesquisa pretende realizar uma análise das interseções classe-gênero-raça sobre a classe trabalhadora na atualidade, compreendendo as diferentes formas como o capitalismo²¹ neoliberal atravessa a realidade de quem necessita das plataformas digitais para trabalhar. Através de tal empreitada, fomenta-se o propósito de contribuir para a compreensão das diferentes opressões que se somam sob a experiência destes(as) trabalhadores(as), compreendendo-se como, neste caso, se articula à realidade capitalista – racista – patriarcal.

Por fim, esta tese visa posicionar-se neste campo de disputa a favor dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que veem seus direitos negados e vilipendiados sob o argumento de que as plataformas não possuem vínculo trabalhista com aqueles que as utilizam para trabalhar. Neste horizonte, busca posicionar-se a favor do reconhecimento dos direitos trabalhistas e, sobretudo, na reflexão de como estes podem ser repensados e revistos frente aos novos fenômenos tecnológicos. Levando-se em conta, sobretudo, a posição dos trabalhadores usuários destes aplicativos, que têm se posicionado contra o modelo de trabalho explorado típico dos países periféricos²². Assim, em última instância, esta pesquisa se propõe a ocupar um

²¹ Ao utilizarmos a palavra capitalismo (bem como neoliberalismo, fase atual do modo de produção capitalista) em diferentes momentos deste texto, nos referimos a um modo de produção que é global, mas que deve ser pensado de acordo com as particularidades locais. Assim, no decorrer deste texto, apresentaremos o capitalismo de modo global, mas, sobretudo, buscaremos apresentar as particularidades do modo como esse sistema se desenvolve no caso brasileiro

²² Em pesquisa realizada pelo Datafolha “futuro do trabalho” em março de 2023, sob encomenda dos aplicativos Uber e Ifood, constatou-se que 75% dos motoristas e entregadores preferem “Manter o modelo atual, onde o motorista /entregador têm autonomia para escolher seus próprios horários e recusar viagens a qualquer momento,

lugar na construção de uma psicologia que pensa a atualidade e se propõe a transformá-la, sobretudo no que tange à luta contra as diferentes formas de desigualdade social.

mas sem acesso aos benefícios trabalhistas previstos na CLT para empregados”(disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/05/Datafolha-ifood-uber-22-mai-2023.pdf>). Vale salientar, no entanto, que em reuniões ministeriais realizadas sob o governo Lula, diversos coletivos de motoristas têm se posicionado contra as leis trabalhistas como elas estão desenhadas atualmente, reforçando a necessidade de “Melhorias salariais, assistência médica e seguro de vida” (Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/22/governo-lula-diz-que-regulamentara-o-trabalho-de-entregadores-de-apps>). Portanto há de se ponderar possíveis vieses no modo como a pesquisa foi conduzida pelo Datafolha, aventando-se a possibilidade de que os trabalhadores não estão se posicionando contra os direitos trabalhistas, mas sim, contra a atual forma como estes se expressam, dito de outro modo, os trabalhadores de aplicativo têm deflagrado que as leis atualmente existentes não contemplam suas necessidades. O debate sobre esta temática será desenvolvido no decorrer deste trabalho.

1. TRABALHO

Compreender o trabalho na contemporaneidade sob uma perspectiva marxista requer percebê-lo em sua essência como atividade imprescindível à existência humana. Realizar tal empreitada não é uma tarefa simples pois significa tomar a base deixada por Marx (2013) mas ampliá-la agregando outros aspectos não pensados ou, até mesmo, pouco explorados pelo filósofo.

Nesta empreitada, na primeira parte, será apresentada uma revisão conceitual desta categoria a partir do pensamento de Marx (2011), agregando a esta base pensadoras e pensadores contemporâneos que somaram à discussão elementos de raça, gênero e outros fenômenos do capitalismo neoliberal contemporâneo (questões essenciais para pensar a temática que aqui nos propomos).

No segundo momento, apresentaremos uma perspectiva histórica geral destacando-se o taylorismo, o fordismo e o toyotismo como metodologias de produção capitalista que contribuíram para a construção do cenário atual de plataformização do trabalho, mas não apenas isso, como apresentá-los como métodos que gradativamente aprimoraram a extração da mais valia e a alienação do trabalhador, abrindo espaço para a eclosão deste fenômeno.

Na terceira parte, o fenômeno da plataformização do trabalho será apresentado, teórica e historicamente, sob o prisma da periferia do capitalismo que vivenciamos no Brasil. Também será discutida a condição da classe trabalhadora e os impactos deste fenômeno sobre o trabalhador (objetiva e subjetivamente), sobretudo dentro uma perspectiva de flexibilização e informalização do mercado de trabalho.

Finalmente, na última parte, pensaremos as perspectivas apresentadas nos itens anteriores no caso brasileiro, compreendendo como historicamente essas questões se imbricaram ao passado colonial de tal modo que se possa refletir sobre as peculiaridades da plataformização do trabalho em solo nacional.

1.1 Trabalho sob uma perspectiva marxista

Trabalho é uma categoria central no pensamento marxista, elemento que determina a diferenciação entre o homem e os animais, demonstrando a capacidade teleológica humana de antever, projetar e planejar o futuro. Marx (2011) apresenta o trabalho como um meio de modificar a natureza, mas, não apenas isso, um meio, também, de modificação do homem pelo

próprio homem: “Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (Marx, 2011, p.188). Deste modo, o trabalho é uma categoria central na constituição humana, ou ainda, da ontologia humana, por isso, neste capítulo, nos debruçaremos sobre este aspecto, apresentando uma revisão teórica e conceitual que será fundamental como aparato que nos guiará nos demais capítulos.

Conforme Marx (2011) nos assegura, é através do trabalho que o homem se distingue dos demais seres orgânicos, demonstrando sua capacidade de antever, projetar e planejar o futuro, afinal a “atividade laboral exige a vontade orientada a um fim” (Marx, 2011, p. 188). Portanto, através do trabalho, revela-se a capacidade teleológica, ou seja, a capacidade humana de atuar de acordo com uma finalidade previamente formulada. É essa capacidade que diferencia a atividade humana da mera atividade orgânica dos animais.²³

Além de ser o fundador do humano, o trabalho é, também, a fonte de toda riqueza humana (e não nos referimos aqui, tão somente a uma perspectiva econômico-financeira). Desta maneira, não é uma mera atividade ou uma função desempenhada sob uma perspectiva meramente de subsistência, mas sim, uma categoria que é, ao mesmo tempo, intelectual, econômica, cultural, social, simbólica, afetiva, etc. Nesse sentido, ao falarmos de trabalho, não nos referimos somente a uma atividade laborativa, mas a uma dimensão que é responsável pela produção de todas as demais dimensões da vida humana. Falamos da produção de uma divisão de classes, do acúmulo de riquezas, de ritos e de regras de convivência, etc., ou seja, de produção da vida. Logo, para Marx (2011), as condições da produção são, ao mesmo tempo, condições de reprodução da vida, constituintes da sociabilidade humana.

²³ “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvincilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (Marx, 2011, p. 188)

O trabalho é a forma humana de produzir a materialidade da existência. Expressa, portanto, um caráter de transformação pois, como nos assegura Lukács (2012, p. 286), o trabalho é, também, um elemento de transformação do ser humano:

Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve as 'potências que nela se encontram latentes' e sujeita as forças da natureza a 'seu próprio domínio' (Lukács, 2012, p. 286).

Contudo, se o trabalho funda o ser social, no sistema capitalista de produção, torna-se atividade estranhada pois, ao exercer essa atividade, o trabalhador não possui qualquer tipo de identificação ou reconhecimento com o produto de seu trabalho, não reconhece o resultado de seu trabalho como parte de si; não possui consciência de si no processo produtivo e encara o resultado do seu trabalho como alheio de si mesmo. Nesse sentido,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (Marx, 2004, p.79).

O que Marx (2004) nos esclarece é que o trabalhador está em condição de submissão, pois precisa subordinar-se ao capitalista, dono dos meios de produção, é expropriado do fruto/resultado do seu trabalho, tornando-se este estranho a ele, pois, ao submeter-se, o trabalhador torna-se mero apêndice do processo, não vislumbrando que seu trabalho é parte central dos resultados alcançados. Esse processo de objetificação do trabalhador – que já não se reconhece no seu trabalho e em seus frutos – é um processo de alienação que fomenta uma negação do trabalho. Mas não apenas isso, produz, também, um estranhamento do ser humano em relação a si mesmo e a outros seres humanos, afinal a “consciência que o homem tem do seu gênero se transforma, portanto, mediante o estranhamento, de forma que a vida genérica se torna para ele um meio” (Marx, 2004, p.85). Ora, o que Marx afirma aqui é que o trabalho estranhado torna os seres humanos também estranhos ao seu ser genérico, ou seja, estranhos a si e à própria essência humana produzida pelo trabalho. E assim, por consequência, estranhos aos outros seres humanos.

Em outras palavras, apesar de Marx (2004) apontar o caráter emancipatório do trabalho – atividade que desenvolve a potência humana e refina suas faculdades enquanto

teleologia – o autor destaca que no sistema capitalista o trabalho revela-se como atividade explorada; atividade que acontece sob forma de servidão.

Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital. (Marx, 2004, p.81).

No modo de produção capitalista o trabalho transforma-se em mera atividade de subsistência, tornando-se o homem servo da atividade que executa. Marx (2004, p. 83) nos assegura que o resultado deste processo é a animalização do humano, uma vez que este “só se sente como (ser) livre e ativo em suas funções animais comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos, etc, em suas funções humanas só (se sente) como animal. O animal se torna humano e o humano animal”.

Afirmar que o trabalho, sob a forma capitalista de produção, é espaço de servidão e animalização do humano é reconhecer que ele é alheio, estranho a quem o executa. Tal aspecto se deve ao fato de que, no capitalismo, ocorre a subsunção real do trabalho ao capital, o que significa, na prática, a criação de uma ampla gama de trabalhadores assalariados que, para sobreviver, se subordinam – se subsomem – às práticas muitas vezes coercitivas de mercado (Abílio, 2014).

O processo de subsunção do trabalho ao capital significa que a produção social de riqueza fica retida nas mãos de alguns. Esse processo é uma das bases fundamentais para a criação da desigualdade social²⁴, afinal, encontra-se a concentração da propriedade privada e da riqueza de um lado (do capital, dos donos dos meios de produção), e, de outro, o pauperismo e a exploração do trabalhador assalariado que, sob sua condição subsumida, vê-se à mercê de práticas capitalistas diversas²⁵.

Contudo, como afirmado introdutoriamente, precisamos expandir e atualizar o pensamento de Marx (2004), imbricando aos seus referenciais sobre trabalho e classe trabalhadora fenômenos e aspectos da contemporaneidade. Nesse sentido, parece ser essencial conceituar e pensar a ciência e a técnica e no modo como essas interferem na produção e reprodução do trabalho e da classe trabalhadora.

²⁴ A este respeito melhor debateremos no capítulo 3. Desigualdade social e plataformização.

²⁵ Como por exemplo a precarização, flexibilização e plataformização do trabalho que a seguir melhor detalharemos.

Com o advento das novas Tecnologias da Informação – as TIC’S – verifica-se a intensificação de novos cenários no mundo do trabalho que contribuem, cada vez mais, para intensificação da subsunção do trabalhador e redução do valor da força de trabalho. Ora, o próprio Marx (2011) já havia percebido tal perspectiva ao afirmar no *Capital* que

parcela da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais diretamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha produção artesanal e manufatureira contra a indústria mecanizada e, por outro, inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho, reduzindo assim o preço da força de trabalho abaixo de seu valor (Marx, 2011, p. 335).

Assim, tal qual Marx (2011) havia previsto, à medida que o capitalismo incorpora novas técnicas e tecnologias, estas reduzem a jornada e a intensidade do trabalho e aceleram o crescimento do capital, produzindo mais-valia relativa, aquela que “deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho” (Marx, 2011, p.270). Podemos exemplificar tal conceito pensando, por exemplo, no aumento do número de máquinas e/ou no uso da tecnologia para a realização de um trabalho sem que isso signifique o aumento do salário dos trabalhadores, ou seja, aumenta-se o lucro e a produção, mas o recebimento dos trabalhadores permanece igual²⁶.

Antunes (2020) destaca que, à medida que as TIC’s se expandem, amplia-se o “trabalho morto”, fenômeno perceptível através da substituição do trabalho humano por atividades automatizadas e robotizadas que passam a ser comandadas de maneira digital. Tal fenômeno foi largamente ampliado pela Pandemia de COVID-19 vivenciada no ano de 2020, uma vez que se ampliou a utilização da “internet das coisas²⁷”, da impressão 3D, da inteligência artificial e da big data. Ou, ainda, ampliou historicamente a plataformização do trabalho, que apresentaremos a seguir.

Finalmente, o que aqui buscamos evidenciar, é que

a classe trabalhadora hoje não se restringe somente aos trabalhadores manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Portanto, ela é ainda (centralmente) composta pelo conjunto de trabalhadores produtivos que produzem mais-valor e que participam do processo de valorização do capital, por meio da

²⁶ Posteriormente nos referenciaremos a estes conceitos marxianos para pensar como a incorporação das TIC’s expandem os cenários de flexibilização, precarização e plataformização do trabalho na contemporaneidade.

²⁷ “A principal consequência da indústria 4.0 para o mundo do trabalho será a ampliação do trabalho morto, para recordar Marx, tendo o maquinário digital – ‘a internet das coisas’, a inteligência artificial, a impressora 3D, o big data, etc – como dominante e condutor de todo o processo produtivo, com a consequente redução do trabalho vivo, viabilizada pela substituição de atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital” (Antunes, 2021, p.14)

interação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre trabalho humano e maquinário científico-tecnológico (Antunes, 2018, p. 65).

A classe trabalhadora já não pode ser analisada tão somente nos moldes dados por Marx há 150 anos. É por isso que, hoje, Antunes (2018) analisa a classe trabalhadora de forma mais ampliada, de maneira a incluir em sua totalidade as mais diversas formas de assalariamento existentes, ou ainda, as diferentes formas que o gênero humano tem encontrado para sobreviver frente a um capitalismo que, em sua face neoliberal, mostra-se cada vez mais cruel.

Para expressar essa multiplicidade, Antunes (2018) utiliza o termo a classe-que-vive-do-trabalho para referir-se à totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, incluindo neste grupo aqueles que estão desempregados, muitas vezes expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital.

Como Antunes (2018, p.89) destaca, “a classe trabalhadora hoje é mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX e do início do século XX”. O autor revela que se deve compreender que existe uma verdadeira nova polissemia do trabalho, de tal modo que, hoje, a classe trabalhadora inclui desde os operários industriais, trabalhadores rurais, assalariados de serviço, terceirizados, subcontratados, temporários, motoboys e uma gama gigantesca de trabalhadores que se encontram no mercado informal e precário, se ocupando nos aplicativos de serviços. Deve-se lembrar, ainda, dos desempregados, uma vez que estes vivenciam a consequência direta da lógica destrutiva do capital.

Portanto, como Antunes (2020, p. 17) destaca, é preciso “compreender a nova morfologia do trabalho”, que aponta tanto para a fragmentação da classe trabalhadora quanto para a complexificação do trabalho e suas múltiplas formas de apresentação

Uma classe trabalhadora que se reduz em vários segmentos e se amplia em outros simultaneamente; que é muito mais segmentada, heterógena, com clivagens de gênero, raça e etnia, acarretando fortes consequências em sua ação concreta, em suas formas de representação e organização sindical. (Antunes, 2020, p.17).

Quanto à classe trabalhadora, além das questões apontadas, deve-se, ainda, levar em conta que diversos marcadores se imbricam no campo do trabalho de tal maneira que se faz necessário articular, a partir do materialismo histórico-dialético – herança que Marx (2011) nos deixou –, perspectivas atuais que se proponham a refletir sobre como as questões de gênero e

raça atravessam a constituição da classe trabalhadora, ou ainda, pensar como esses marcadores sociais se coadunam ao modo como se dá a divisão do trabalho.

É preciso reconhecer que a lógica da divisão do trabalho sempre foi perpassada por diferentes marcadores, que na prática significaram(am) a existência de uma divisão sexual e racial, o que buscaremos evidenciar nos itens seguintes.

1.2 A história do trabalho e da classe trabalhadora

Para pensar o trabalho em uma perceptiva histórico-dialética, como aqui nos propomos, é importante, sem sombra de dúvidas, que tomemos a história, não apenas em uma perspectiva cronológica – por mais que neste texto por questões didáticas eventualmente o apresentemos de tal maneira – para que possamos, no desvelar desta, compreender como em diferentes momentos o trabalho humano foi transformando-se, e que mudanças sociais e humanitárias ele engendrou.

Para iniciar esta empreitada, voltemos, então, à etapa em que o homem era “plantador e colhedor”, ou, ainda, para o desenvolvimento daquilo que posteriormente convencionou-se chamar agricultura. Aqui nos referimos a um período de 12.000 anos atrás, e de uma descoberta que significou uma nova divisão do trabalho (mulheres plantando, homens caçando) e a multiplicação da espécie humana em um novo modo de lidar com a natureza (Furtado, 2011).

Trata-se de um importante momento histórico no qual se produziu um salto qualitativo que encaminhou a humanidade para o desenvolvimento de uma economia que não dependia apenas do mero acaso e das condições imediatas da natureza. Através de múltiplos instrumentos que historicamente o homem desenvolveu, a humanidade dava seus primeiros passos no sentido de usar a natureza de forma consciente, não ficando à mercê de suas condições imediatas.

Como Engels (1884-1984, p. 28) nos assegura, o “período em que apareceram a criação de gado e a agricultura, e se aprende a incrementar a produção da natureza por meio do trabalho humano” está associada ao desenvolvimento de uma – ainda que rudimentar – noção de divisão de “classes” que, posteriormente, resultará no desenvolvimento da propriedade privada. Nas palavras do autor,

Estas tribos mais adiantadas — os árias e os semitas, e talvez os turanianos — fizeram da domesticação e da criação do gado a sua principal ocupação. As tribos pastoras se destacaram do restante da massa dos bárbaros. Esta foi a primeira grande divisão social do trabalho. (Engels, 1884-1984, p.28)

Assim, o desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais não significaram tão somente um “progresso técnico” que gerou a consequente criação de uma produção excedente e a possibilidade de ócio, significaram, sobretudo, um novo modo de constituir as relações sociais que, como Engels (1884-1984) destaca, ocasionaram modificações profundas na estrutura social que acabaram resultando, a partir de um longo processo histórico, no antagonismo de classes.

Engels (1884-1984) destaca que, à medida que algumas tribos se estabeleciam territorialmente e eram capazes de reproduzir o gado, aumentar sua produtividade de alimentos, inclusive armazenando-os e acumulando-os, esse movimento, posteriormente, possibilitou trocas regulares entre as diferentes tribos e o desenvolvimento do comércio. À medida que progrediam tecnicamente, na exploração e controle da natureza, as tribos se diferenciavam, tornando em seu interior a divisão do trabalho mais complexa.

A diferenciação das tribos levou, ulteriormente, à “superioridade” ou à dominância de uma tribo sobre outra, permitindo, assim, a escravização, mas não apenas isso, intensificou também o desenvolvimento do comércio entre as tribos. Os comerciantes apareciam como uma nova classe especializada no intercâmbio de mercadorias, mas, diferente das demais classes,

sem tomar absolutamente parte na produção, conquista a direção geral da mesma e avassala economicamente os produtores; uma classe que se transforma no intermediário indispensável entre dois produtores, e os explora a ambos. Sob o pretexto de poupar aos produtores as fadigas e riscos da troca de produtos, de encontrar saída para os produtos até nos mercados mais distantes, tornando-se assim a classe mais útil da sociedade, forma-se uma classe de aproveitadores, uma classe de verdadeiros parasitas sociais, que, em compensação por seus serviços, na realidade insignificantes, retira a nata da produção nacional e estrangeira, concentra rapidamente em suas mãos riquezas enormes e adquire uma influência social correspondente a estas, ocupando, por isso mesmo, no decurso desse período de civilização, posição de mais e mais destaque, logrando um domínio sempre maior sobre a produção, até gerar um produto próprio: as crises comerciais periódicas (Engels, 1884-1984, pp. 186-187).

Ora, a aparição dos comerciantes revela uma importante mudança no mundo do trabalho e no modo como este decorre. Se antes o trabalho relacionava-se a um modo de subsistência, algo que era realizado tão somente para assegurar a sobrevivência – época da barbárie inferior (Engels, 1984 [1884]) – agora o trabalho aparece sob um novo modo exploratório, para a acumulação e concentração cada vez maior de riqueza, através da exploração por parte de uma classe social sem participação alguma na produção – os comerciantes – sobre outra, produtora.

Vale destacar que a exploração de uma classe sobre outra está diretamente conectada com a noção de propriedade. A propriedade privada tornou-se possível a partir da revolução agrícola neolítica que engendrou uma organização social cada vez mais complexa e, também, das relações sociais antagônicas, afinal, os escravos possuíam interesses diferentes dos seus senhores, e os comerciantes possuíam interesses distintos dos produtores ou dos artesãos. Portanto, como Marx e Engels (1999 [1848], pp. 45-46) destacam no Manifesto Comunista, desde o princípio

a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou como declínio comum das classes em luta (Marx; Engels, 1999 [1848], pp. 45-46).

Assim, à medida que o antagonismo entre as classes se amplia, se amplia também uma nova noção sobre trabalho que passa, cada vez mais, a ser visto como ferramenta para a acumulação e concentração de riqueza. Frente a este novo cenário, diferentes tribos começam a se aglutinar, ocorrendo o que Engels (1884-1984) denominou “processo de militarização” que transformou a guerra em um negócio, uma atividade rotineira, que objetivava o enriquecimento através da pilhagem ou expansão do domínio territorial.

Neste movimento histórico, Engels (1984 [1884]) sinaliza o aparecimento rudimentar do Estado que representava grupos sociais e interesses específicos. Destaca, portanto, que

a sociedade, crescendo a cada dia, ultrapassava o marco da gens; não podia conter ou suprimir nem mesmo os piores males que iam surgindo à sua vista. Enquanto isso, o Estado se desenvolvia sem ser notado. Os novos grupos, formados pela divisão do trabalho (primeiro entre a cidade e o campo, depois entre os diferentes ramos do trabalho nas cidades), haviam criado novos órgãos para a defesa dos seus interesses, e foram instituídos ofícios públicos de todas as espécies (Engels, 1984 [1884], p. 126).

O Estado, desde seu aparecimento, tem a tendência de servir à classe dominante como forma de perpetuação do poder e dos interesses econômicos desta. Portanto, como Marx e Engels (1999 [1848]) assinalam, desde seu surgimento, o Estado favorece os processos exploratórios de uma classe sobre outra o que, na modernidade, significou a exploração da burguesia sobre o proletariado, “o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx; Engels (1999 [1848], p. 47).

Antes de nos determos na modernidade, discutindo o que seja a classe burguesa, brevemente abordaremos o feudalismo.

O modelo feudal ocidental nasceu no século IX, como resultado de uma junção dos legados romano e germânico, do avanço das unificações das tribos na Europa e do processo de ruralização e militarização de alguns povos (Anderson, 2000). Destacamos aqui que se trata do feudalismo ocidental pois não se pode falar da universalidade do sistema feudal em todas as sociedades existentes na época.

Anderson (2000) destaca o feudalismo como um modo de produção regido pela terra, onde os camponeses estavam intrinsicamente ligados ao seu produto por uma relação social extremamente singular e hierarquizada. Operava um poder vertical do soberano que estava submetido a um poder político extremamente frágil e uma autoridade completamente descentralizada.

A fragilidade e a descentralização do feudalismo residem no fato de que o camponês não era mais, como no mundo antigo, um instrumento de trabalho, afinal, possuía a terra e os instrumentos; estava, portanto, unido ao meio de produção. Contudo, estava sujeito à jurisdição de seu senhor, que, por outro lado, seria vassalo de outro senhor feudal superior, formando-se, assim, uma cadeia que se estendia até um monarca. Esse modo do feudalismo se organizar, o aumento populacional (devido à melhoria das condições de vida), a falta de terras férteis em número suficiente para alimentar toda a população, bem como a peste negra que dizimou boa parte da população europeia, acabaram sendo os responsáveis pela derrocada do feudalismo que aconteceu no final do século XIV (Anderson, 2000).

Além disso, contribuindo para derrocada do modo de produção feudal, vale destacar a ascensão da classe burguesa, que, como Marx e Engels (1999 [1848], p.13) destacam, é “ela mesma o produto de um longo processo, moldado por uma série de transformações nas formas de produção e circulação”. Assim, à medida que o feudalismo via seu declínio, a burguesia ascendia através do crescimento da manufatura, da exploração dos novos continentes (América e África) e do Estado moderno que administrava seus interesses em razão de um progresso político correspondente.

A transição do feudalismo para o capitalismo foi permeada por peculiaridades em cada território, e, à medida que o sistema feudal entrava em crise, a acumulação de riqueza capaz de comprar força de trabalho livre tornava-se possível, estabelecendo-se, cada vez mais, a transformação do dinheiro em capital. Marx e Engels (1999 [1848]) atribuem a derrocada do sistema feudal, também, ao fato de que

Em um certo estágio de evolução desses meios de produção e de circulação, as relações no âmbito das quais a sociedade feudal produzia e trocava seus produtos, a organização social da agricultura e da manufatura, numa palavra, as relações feudais de propriedade, não correspondiam mais ao grau de desenvolvimento já alcançado pelas forças produtivas. Elas entravavam a produção em vez de a estimular. Transformaram-se em outras tantas correntes. Era preciso quebrar essas correntes. Elas foram quebradas (Marx; Engels, 1999 [1848], p.61-62).

O modelo capitalista não “nasceu pronto”; conforme Marx e Engels (1999 [1848]) afirmam, uma série de condições foram produzidas historicamente tornando o advento do capitalismo possível. Dentre essas condições, destaca-se, sobretudo, a separação do homem dos meios necessários para sua reprodução material, o que significou na prática que muitos camponeses se viram alijados dos meios de produção necessários à sua reprodução, tendo, assim, que vender sua força de trabalho.

Essas mudanças gradativamente ocorreram na Europa a partir da baixa idade média (século XI ao XV), significando a transferência do centro da vida econômica, social e política dos feudos para grandes cidades, o que significa um intenso desenvolvimento urbano e comercial que posteriormente espalhou-se por todo mundo, uma vez que o capitalismo europeu se expandiu às colônias – América e a África – abrindo

um novo campo de ação para a burguesia nascente. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e do volume das mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até então desconhecida para o comércio, a navegação e a indústria e, com isso, desenvolveram o elemento revolucionário dentro da sociedade feudal em desintegração (Marx; Engels, 1999 [1848], p.30).

Vale destacar que o processo de crescimento e expansão do capitalismo não se deu de forma harmônica, representando, desde o primeiro momento, um processo de barbárie humana (Marx; Engels, 1999 [1848]). Ou seja, tratou-se de um movimento de exploração, mas também de destruição das forças produtivas, uma vez que os camponeses, agora transformados em operários, viram-se destituídos dos meios produtivos, passando a sujeitar-se a qualquer condição de trabalho, tornando-se, muitas vezes meros apêndices das máquinas, o que significou que muitos operários submeteram-se a condições subumanas no trabalho, ou até à morte, como Marx (2011, p.224) revela em o Capital “O trabalho forçado até a morte é, aqui, a forma oficial de sobretrabalho”.

A barbárie promovida pelo capitalismo significou, portanto, o fenômeno da subsunção do trabalho ao capital – ou do humano ao capital – uma vez que agora, mais e mais,

o trabalho vai se tornando estranho ao próprio trabalhador que, destituído dos meios de produção, se vê obrigado a vender-se como mercadoria.

A ascensão do modo de produção capitalista significou, paulatinamente, uma transformação no mundo do trabalho, e a transformação de camponeses em uma nova classe de trabalhadores: o proletariado, capaz de sobreviver, somente, se encontrar “trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado” (Marx; Engels, 1999 [1848], p. 21)

Um importante fenômeno para o alastramento do capitalismo e essa subsunção do trabalho humano foi a revolução industrial, que teve seu início no final do século XVIII com a descoberta da máquina a vapor, trazendo o advento da indústria moderna que, no lugar dos pequenos produtores, criou o mercado mundial, multiplicando a circulação do capital (Marx; Engels, 2004).

Nessa fase do capitalismo, como Marx (2011) nos assegura, no volume I do capital, o trabalhador que antes se servia da ferramenta, expropriado desta e dos meios de produção, serve à máquina. Enquanto na manufatura o trabalhador comandava e controlava seu processo produtivo, sendo parte deste mecanismo vivo, sob a égide industrial, vê seu trabalho como apêndice, mecanismo morto, independente da sua vontade e subordinado ao maquinário, torna-se, como Marx nos assegura, um autômato²⁸.

Logo, com o advento do capitalismo industrial, operou-se a subsunção do homem à máquina ou, ainda, a ampliação do trabalho alienado e assalariado. Contudo, a história, no seguir do seu movimento dialético, engrenou novas mudanças e, sendo o capitalismo um sistema dinâmico por natureza, que constantemente provoca transformações no ciclo de produção e circulação do capital, adentra o século XX sob uma nova lógica produtiva: O Taylorismo.

O taylorismo, como nos esclarecem Pinto e Antunes (2017), não se tratou tão somente de um processo produtivo, mas de um novo projeto social, introduzido a partir da teoria da administração científica proposta por Taylor.

²⁸ “Tão logo o homem, em vez de atuar com a ferramenta sobre o objeto de trabalho, passa a exercer apenas o papel de força motriz sobre uma máquina-ferramenta, o fato de a força de trabalho se revestir de músculos humanos torna-se acidental, e o vento, a água, o vapor etc. podem assumir seu lugar” (Marx, 2013, p. 305)

A fim de que o trabalho possa ser feito de acordo com leis científicas, é necessário melhor divisão de responsabilidades entre a direção e o trabalhador do que atualmente observada em qualquer dos tipos comuns de administração. Aqueles, na administração, cujo dever é incrementar essa ciência, devem também orientar e auxiliar o operário sob a sua chefia e chamar a si mais soma de responsabilidades do que, sob condições comuns, são atribuídas a direção. (Taylor, 2006, pp. 34-35)

Como observa-se no recorte acima, Taylor (2006) sugere a divisão do trabalho manual do intelectual como maneira de resolver a guerra entre trabalho e capital e os baixos rendimentos dos trabalhadores, afinal, na visão taylorista, o trabalhador deve manter-se passivo e submisso devendo, portanto, ser gerido através de técnicas gerenciais que visem retirar do trabalhador seu conhecimento e poder de barganha (Pinto; Antunes, 2017)

Sob a lógica taylorista amplifica-se o trabalho morto, alienado, estranho ao trabalhador que como máquina repete tempos e movimentos, ampliando por um lado a mais valia (uma vez que os métodos e ferramentas tayloristas objetivavam extrair o máximo de trabalho não pago do trabalhador, expropriando este, também, do seu conhecimento); e, por outro, desefetivando o trabalhador que, objetificado e controlado por cronômetros e supervisores, passa a se ver pressionado a eliminar movimentos “inúteis”, tendo podada a sua capacidade crítica, que deve ser descartada do ambiente de trabalho em prol das regras que devem ser rigidamente seguidas (Pinto;Antunes, 2017).

Ora, aqui retomamos Marx (2004) e o conceito de trabalho estranhado, que parece tão presente sob a lógica taylorista

O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sachlich), é objetivação (Vergegenständlichung) do trabalho. A efetivação (Verwirklichung) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece [...] como desefetivação (Entwirklichung) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (Entfremdung), como alienação (Entausserung). [...] A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer. (Marx, 2004, p. 88)²⁹.

Vale ressaltar, que a ação do taylorismo se dá sobretudo no corpo do trabalhador/ora, que passa a ser um instrumento a ser gerido, adequado e organizado, de maneira que se obtivesse a melhor produtividade possível. Contra a fadiga e a “preguiça” do trabalhador deveriam se interpor métodos produtivos que lhe retirassem o máximo rendimento. Sob esta concepção, as forças corporais deveriam ser domadas e aplicadas ao trabalho, portanto

²⁹ Manuscritos econômicos filosóficos

o corpo, na perspectiva taylorista (e posteriormente na fordista), é visto como um conjunto de “alavancas, roldanas e motores (músculos)” (Herold Junior, 2012, p.19) a ser explorado.

Após este primeiro momento, Herold Junior (2012, p. 18) nos esclarece que “a posição do corpo nas rotinas produtivas perde a condição de ser um traço obviamente importante a partir da década de 30 do século XX, passando pelas décadas de 40, 50 e 60 ofuscada pelo desenvolvimento das ciências cognitivas”. Para que se vislumbre tal aspecto, basta que se recorra à imagem de Carlitos em *Tempo Modernos* e que gradativamente se substitua a imagem desse trabalhador fabril por um novo trabalhador, circundado por computadores e máquinas com tecnologia de todo tipo. Ao transpormos essa imagem podemos verificar que, gradativamente, o que ocorreu foi um processo de “‘descorporalização’ do trabalho por estar ele, então, cada vez mais apoiado nos atributos intelectuais dos trabalhadores” (Herold Junior, 2012, p.19).

Ainda no mesmo século, em resposta à crise taylorista³⁰ e amplificando a lógica de linha de padronização e produção, surge o fordismo que opera mudanças estruturais na organização do trabalho, buscando atacar os “desperdícios” engendrados pela falta de alinhamento entre as demandas do mercado e a oferta (Pinto; Antunes, 2017).

O fordismo realiza um passo além do taylorismo no que se compreende por gestão da produção e captura da subjetividade. Conforme Alves (2011, p. 98) afirma, “o fordismo é a ideologia da modernidade-máquina como promessa de novas formas de sociabilidade”. Nesse sentido, Ford promoveu um projeto de desenvolvimento de consumo e cidadania – corroborando ao ideal do *american way of life* vigente na época³¹ – através do que podemos chamar de engajamento estimulado dos trabalhadores, que passam a ser convocados para

³⁰ Apesar de aqui apresentarmos a crise taylorista e modos posteriores de produção, não afirmamos que este modo esteja superado ou extinguido. É importante que se destaque a presença do taylorismo ainda em tempos atuais, de tal maneira, que este aparece engendrado e acumulado a outras formas produtivas, como destaca Braverman (1987, p. 83), “É impossível superestimar a importância do movimento da gerência científica no modelamento da empresa moderna e, de fato, de todas as instituições da sociedade capitalista que executam processos de trabalho. A noção popular de que o taylorismo foi ‘superado’ por escolas posteriores de psicologia industrial ou ‘relações humanas’, que ele ‘fracassou’ - por causa do amadorismo de Taylor e suas opiniões ingênuas sobre a motivação humana ou porque provocou uma tempestade de oposição ao trabalho ou devido a que Taylor e vários sucessores jogavam trabalhadores uns contra os outros e às vezes gerências também - ou que está ‘fora de moda’, porque certas categorias tayloristas, como chefia funcional ou seus esquemas de prêmio incentivo foram descartadas por métodos mais requintados: tudo isso representa lamentável má interpretação da verdadeira dinâmica do desenvolvimento da gerência.

³¹ “A difusão do American way of life, principalmente após a segunda guerra mundial, baseou-se em um modo de regulação macroeconômico virtuoso, de abrangência mundial, capaz de garantir a demanda efetiva para a produção de massa, contribuindo para a construção da hegemonia imperial dos EUA numa fase de ascensão histórica do capital” (Alves, 2011, p. 99)

iniciativas educativas extra-fábrica. Pode-se afirmar, deste modo, que o fordismo, ainda que de maneira incipiente, ampliou o fenômeno que podemos chamar de captura da subjetividade pelo trabalho.

À medida que as novas tecnologias evoluíam e eram aplicadas como método para ampliação da produção, passava-se a exigir do trabalhador conhecimento, qualificação técnica e cognitiva, de tal maneira, que o próprio trabalhador pudesse ser um executor e um gestor do seu trabalho. Assistia-se à ampliação do maquinário técnico-científico-informacional que corroborava, cada vez mais, para a exploração do trabalhador e captura de sua subjetividade. Via-se eclodir um novo modelo de trabalho e produção: o toyotismo (Alves, 2011).

Inspirado na filosofia japonesa e criado por um funcionário da Toyota, Taiichi Ohno, o principal objetivo do toyotismo era eliminar o desperdício durante o processo produtivo e evitar a acumulação de mercadorias no estoque. Vale ressaltar que a eclosão do toyotismo se dá em um momento de financeirização e globalização do mercado— ocorrido entre as décadas 1960 e 1970, quando se assiste a ascensão do capitalismo neoliberal. Tratava-se, portanto, de um novo cenário econômico-político que combinava financeirização, tecnologia e novas organizações do trabalho (Abílio, 2014).

Banhando-se nesse cenário neoliberal o toyotismo traz, como maneira de organizar o trabalho, a disposição produtiva em células, a intensificação do trabalho em equipes e círculos de controle da qualidade. Além disso, para que esta organização funcione exige-se que os trabalhadores desenvolvam multifuncionalidades, tornando-se polivalentes. O método taylorista-fordista, de uma função para cada trabalhador, estava superado, apresentando-se uma nova lógica pautada em metas e autogestão, de tal maneira que o toyotismo, “tende a agir sobre o trabalho organizado e sua subjetividade, precarizando-a e buscando subsumi-la aos interesses da reprodução do capital como sistema sócio-metabólico” (Alves, 2006, p.90).

Portanto, o toyotismo, captura não somente os músculos do trabalhador, mas, sua subjetividade como um todo, afinal, como declara Alves (2011, p. 46) “o toyotismo mobiliza a subjetividade, isto é, corpo e mente”. O modelo fomentado pelo toyotismo é o de “proatividade” do trabalhador/ora, o que significa um engajamento continuado no trabalho, um envolvimento constante em aprender e superar-se, afinal a polivalência e o aprendizado ininterrupto viram palavras de ordem a serem incorporadas na vivência e no vocabulário dos trabalhadores/as. Não há mais tempo para desperdício, para erro, “é o capital buscando realizar uma produção em seu contínuo ideal, sem tempo morto, sem interrupções (Alves, 2011, p.52).

Ao modo de produção toyotista, não interessa o corpo apenas como um sistema de alavancas e músculos, mas o corpo-mente pois, enquanto o taylorismo-fordismo produziu uma separação entre corpo e cérebro, ao toyotismo interessa a apropriação da consciência do trabalhador/ora. Uma “revolução da consciência” fomentada pelo trabalho que passa a produzir um desejo por eficiência e superação constantes, que os trabalhadores passam a vivenciar em suas rotinas dentro e fora do ambiente de trabalho. Um ótimo exemplo para este aspecto é que, enquanto no modelo taylorista-fordista espera-se que um inspetor-chefe pare a produção quando um erro aparecer, no toyotismo espera-se que o próprio operador seja capaz de interromper um processo produtivo caso alguma anormalidade surja, tal o nível de atenção frequente que deve ser mantido (Alves, 2011).

Em outras palavras, o toyotismo não se trata tão somente de um modo de racionalização e organização do trabalho, não se trata de uma mera atualização do taylorismo ou do fordismo. O toyotismo, como nos assegura Alves (2001), opera um verdadeiro salto qualitativo no que se refere à captura da subjetividade do trabalhador, uma vez que não se trata tão somente da concepção de que “*business é vida*”, mas de transformar a própria “*vida em business*”, uma vez que se incorpora valores da vida do trabalho para a vida corriqueira e cotidiana.

Vale, portanto, destacar que o tToyotismo não se trata apenas de um modo de organizar a produção, pois, afinal,

tem como aspecto central a transferência para o próprio trabalhador de parte do gerenciamento da produção. Esse gerenciamento permanece subordinado e controlado, engendrando novas formas de engajamento e disciplinarização que estão assentadas na participação e na contribuição ativa do trabalhador para o aumento de sua própria produtividade. Para além das fábricas, pode-se percebê-lo emblematicamente na figura do trabalhador *home office*, que, liberto do relógio de ponto, da baía de um escritório, da figura do gerente, tem seu tempo de trabalho e sua produtividade altamente controlados por novos mecanismos, como os das metas e entregas por produto (Abílio, 2020, p. 115).

Diante de um cenário volátil, globalizado e de extrema concorrência, provocado, sobretudo, pela internacionalização do capital financeiro e pela revolução microeletrônica, o toyotismo passa a fomentar, como consequência, fenômenos como o desemprego estrutural e a crise econômico-financeira, que inicialmente assola os EUA e passa, gradativamente, a atingir os diversos países.

A crise vivenciada pelo capitalismo neoliberal, como o pensamento marxista nos assegura, é resultado das inúmeras contradições intrínsecas ao sistema capitalista que fomentam, ciclicamente, crises nesse sistema. Como resultado desta crise, vê-se ampliar o

fenômeno da precarização estrutural do trabalho, que passa a se expressar de formas diversas: terceirização, trabalho informal, intermitente, “flexível”, uberização, etc. Passa-se a assistir, no século XXI, a novas formas da divisão internacional do trabalho ou, como nos sugere Antunes (2018), novas morfologias do trabalho que avançam a partir da mudança cada vez mais marcante de um capitalismo industrial para um capitalismo financeirizado e global. É desse modo que

o capitalismo informacional e digital vem aprimorando sua engenharia da dominação. Desde que a empresa taylorista e fordista foi suplantada pela liofilização toyotista e flexível, passamos a presenciar o que Danièle Linhart denominou desmedida empresarial. Contra a rigidez vigente nas fábricas da era do automóvel, durante o longo século XX, nas últimas décadas os capitais vêm impondo sua trípode destrutiva em relação ao trabalho: a terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram partes inseparáveis do léxico da empresa corporativa. (Antunes, 2018, p. 42).

Observa-se, ainda, que o capitalismo neoliberal³², produtor do ideário de individualidade, passa a relativizar e reconfigurar os direitos trabalhistas, favorecendo um cenário de empreendedorismo, destruindo seguridades sociais em nome de uma pretensa autonomia dos indivíduos. Segundo Antunes (2021, p. 37), estamos, portanto, “na antessala de uma subsunção ainda mais profunda, do que aquela vivenciada na fase de introdução da maquinaria industrial”.

Ao afirmar que vivenciamos uma subsunção ainda maior, Antunes (2021, p.21) destaca que o capitalismo neoliberal, como vivenciamos no século XXI, amplia globalmente “formas pretéritas de exploração do trabalho que remetem aos primórdios da revolução industrial”, obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalhador que, sob a aparência de ser um empreendedor, de possuir autonomia está, em realidade, cada vez mais sujeito ao julgo e ao controle do capital que, através de mecanismos diversos de controle e subjugação torna a condição dos trabalhadores cada vez mais precária e servil.

Frente a um capitalismo cada vez mais exploratório, que ambiciona, constantemente, produzir mais-valia, apresentam-se, na segunda década do século XXI, grandes transformações no mundo do trabalho. São transformações, que se interpõem na esteira de um certo tecnologismo apresentado pelo toyotismo:

transformações na organização e natureza das relações de trabalho associadas à utilização de novas tecnologias, particularmente da informação e comunicação, que se acentuam ainda mais com as propostas e avanços da chamada Indústria 4.0 (e o

³² Este tópico será abordado no capítulo 2.0 O Neoliberalismo; aqui apenas situamos historicamente a temática

consequente aumento da automação e da inteligência artificial). (Filgueiras; Antunes, 2020, p.29).

Dentre essas novas morfologias, Uchôa-de-oliveira (2020, p. 3) apresenta a lógica da uberização do trabalho³³, que, conforme o autor, “pode ser compreendida como um ‘resultado’ do que se acumulou há ao menos cinco décadas: cadeias de produção fragmentadas com massivos processos de terceirização e de subcontratações, além da progressiva perda de direitos sociais e trabalhistas”. Desta maneira, essa forma de trabalhar que aparentemente “é nova”, na verdade articula formas já extintas de trabalho, conforme o autor nos assegura:

A possibilidade do controle em detalhes de cada etapa do trabalho uberizado é a utilização do taylorismo em sua mais bem acabada versão. O tempo de cada processo está registrado no aplicativo. Pensemos nas mensagens e avisos que recebem os usuários: ‘seu Uber chegará em 5 minutos’ ou ‘o seu pedido já saiu para a entrega’. Igualmente, estão registrados os detalhes de todos os movimentos necessários para realização de cada processo. Pensemos agora no mapa que se abre no aplicativo com o melhor caminho a ser percorrido e a hora prevista de chegada que considera o trânsito neste percurso. Os tempos e movimentos do início do século XX, são registrados no século XXI no aplicativo, e não mais nas ‘fichas de instrução’ de Taylor. (Uchôa-de-Oliveira, 2020, p. 6).

Para além dos elementos tayloristas, a lógica da uberização acumula a lógica de autogerenciamento toyotista, uma vez que, sob esta forma de trabalho, o trabalhador subordinado à empresa-aplicativo passa a ser responsável por seu próprio gerenciamento; em outras palavras, passa a controlar constantemente seus resultados e produtividade, usando para isso de uma constante autogestão disciplinatória. Se no toyotismo as fábricas operam sob o modo de produção *just-in-time*³⁴ - produção regulada pelo volume de vendas, evitando-se qualquer desperdício, de maneira que o que será produzido será convertido obrigatoriamente em venda e lucro – a lógica uberizada traz em seu bojo a mesma lógica, uma vez que o trabalhador deve estar sempre disponível para o próximo pedido, além de tornar-se responsável pelo controle e gestão de sua atividade. Portanto, a uberização traz um tipo de utilização

³³ Aqui mantivemos a expressão uberização e não plataformação para preservar a denominação escolhida pelo autor.

³⁴ O sistema *Just-in-time* é um dos pilares centrais do modo de produção Toyota, que garante a reorganização das máquinas no chão de fábrica, estabelecendo um novo fluxo de produção que visa eliminar qualquer tipo de desperdício através da intensificação do trabalho, a ideia é atingir a máxima produção com o menor número de trabalhadores, para tal, cada operador torna-se multi-processos, sendo responsável por operar seu trabalho além de organizá-lo e controlá-lo. (Alves, 2011)

automatizada e controlada da força de trabalho que já se mostrava presente no toyotismo (Abílio, 2020)

No item a seguir exploraremos estes e outros elementos presentes na plataformização do trabalho. Além disso, apresentaremos aspectos históricos e sociais do fenômeno da plataformização do trabalho e como esta tem se inserido no contexto de flexibilização e precarização das relações de trabalho. Destacamos, ainda, que este fenômeno não pode ser pensado sem que se aborde os aspectos tecnológicos e subjetivos envolvidos. Estes elementos abordaremos nos capítulos: 1.5 Trabalho, autogerenciamento subordinado e 2.1 Subjetividades Neoliberais.

Gostaríamos, finalmente, de encerrar este tópico, destacando que, se aqui perfizemos o histórico do trabalho é por acreditarmos que trabalho e classe são dimensões que se constituem social e historicamente, produzindo, ainda, uma dimensão subjetiva da realidade³⁵. É, portanto, vital a compreensão histórica desses fatos, compreendendo-se a história não apenas como um amontado de fatos cronologicamente organizados que se somam rumo a uma superação – neste sentido reconhecemos uma certa limitação do texto aqui apresentado uma vez que para melhor organização dos dados estes foram dispostos cronologicamente – mas, com diferentes aspectos articulados dialeticamente, compondo um mosaico de avanços e retrocessos.

Ademais, ao perfazer esse histórico, esperamos ter evidenciado como a administração da subjetividade do trabalhador sempre esteve no centro do processo de exploração do capitalismo, de tal modo que podemos afirmar que o capitalismo sempre se tratou, desde os primórdios, de um processo de captura da subjetividade do trabalho vivo pelo capital.

1.3 A plataformização do trabalho na periferia do capital

Diariamente cruzamos nas ruas das grandes metrópoles com Ubers', Rappis, Ifoods etc. Marcamos consulta médica através de aplicativos, realizamos consulta com psicóloga por plataformas digitais, agendamos a faxina de casa ou o horário com a manicure por aplicativo³⁶.

³⁵ Sobre este aspecto melhor discorreremos no tópico: “4.1-Dimensão subjetiva da realidade e trabalho”

³⁶ Para ilustrar os exemplos deste parágrafo: Consultas médicas através dos aplicativos: Doutor Hoje, dr. Consulta, Boa Consulta e o aplicativo do SUS: conectSUS; Atendimento psicológico: Psicologia viva, Vittude; Agendamento de faxina: Parafuzo e Faxina da Hora; Serviços de beleza pelo SINGU.

O trabalho através de plataformas é um fenômeno inegável e diante dele nos resta a pergunta: O que essa forma de trabalho expressa sobre o século XXI?

Para além das ruas e avenidas, nas pesquisas científicas e mercadológicas, também já nos deparamos com uma profusão de termos – muitos em língua inglesa – que tentam explicar o fenômeno: *‘gig economy*, *platafform economy*, *sharing economy*, *crowdsourcing*, *on-demand economy*, *crowdwork*, uberização, trabalho digital, etc. Como ilustra Ludmila Abílio (2021, p.88), apesar deste linguajar tecnológico, “não se trata simplesmente de mais um meio tecnológico de organização do trabalho: Há uma mudança qualitativa acontecendo”. Podemos então pensar: Qual seria esta mudança? O que ela traz de novo? O que ela atualiza do antigo? Essas terminologias se referem a modos inéditos de compor o trabalho?

Pretendemos demonstrar neste capítulo que, mesmo apresentada sob uma capa de pretensa novidade, a plataformização é um fenômeno antigo que caminha na esteira da precarização e flexibilização do trabalho (enunciadas ao final do item anterior) que ganhou impulso com as transformações no mundo dos negócios através da associação do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) que deram destaque para as empresas que trabalham por meio de aplicativos e plataformas digitais.

Conforme apontam Abílio, Amorim e Grohmann (2021, p. 32), os diferentes termos utilizados para se referir a esse campo “pavimentam caminhos para conceituar esse processo, por diferentes perspectivas e enfocando diferentes elementos”. Contudo, para além dos neologismos, há de se reconhecer que o ineditismo funciona, em grande parte, para encobrir a maneira como determinadas corporações vêm arregimentando a exploração do trabalhador e a acumulação capitalista, cenário que não é novo, mas que faz parte do modo como o sistema capitalista se desenvolveu no decorrer dos séculos (como destacamos no capítulo anterior).

No caso das novas terminologias, a plataformização do trabalho refere-se a uma movimentação que não nasceu agora, mas é resultado “e consequência de um processo histórico que mistura capitalismo rentista, ideologia do Vale do Silício, extração contínua de dados e gestão neoliberal” (Grohmann, 2020, p.13). Ao destacar essa combinação, Grohmann (2020), refere-se ao modo como se convencionou, na América do Norte, a se referir ao cenário do trabalho em plataforma, ressaltando que no Brasil vivenciamos uma perspectiva diferente. Nesse sentido, destaca que os sentidos dados para o trabalho na Europa e América do Norte tendem a impor-se como globais, ignorando-se aspectos locais e específicos de cada país e região. Mas, para que se compreenda essa crítica, faremos, previamente, uma retomada histórica, apresentando o fenômeno tanto em uma perspectiva do norte quanto do sul global.

Tom Slee (2017), britânico, residente no Canadá e estudioso do fenômeno da uberização, apresenta a história desta a partir de uma perspectiva do norte global³⁷. Revela que em 2011 iniciou-se uma onda de proliferação de novos negócios que usavam a internet para conectar consumidores com provedores de serviço. Esta onda foi intitulada de economia de compartilhamento, e este movimento foi encabeçado pela Uber e Airbnb.

Slee (2017) destaca que, à época, alguns estudiosos acreditavam que a economia de compartilhamento não se tratava de um novo tipo de negócio, mas de um movimento social. Entretanto, revela que rapidamente este ideal foi questionado, uma vez que os empreendedores do Vale do Silício – que, conforme o autor, concentra a parcela de pessoas mais ricas do mundo – viam nessa modalidade a oportunidade de um livre mercado.

Slee (2017) destaca que rapidamente estes empreendedores se apropriaram desta forma de economia propagando um

Livre mercado inóspito e desregulado em áreas de nossas vidas que antes estavam protegidas. As companhias dominantes do setor se tornaram forças grandes e esmagadoras, e, para ganhar dinheiro e para manter suas marcas, estão desempenhando um papel mais e mais invasivo nas trocas que intermediam (Slee, 2017, p.35)

O autor destaca que a expansão da economia de compartilhamento não significou apenas mudanças na ordem econômica, financeira, mas um remodelamento das lógicas operantes nas grandes cidades através de uma fiscalização constante da vida quotidiana exercida pelos aplicativos e sites, que passaram a mediar diversas atividades, contribuindo para a desvalorização de uma série de trabalhos que passaram a ser vistos como “atividades acessórias” que serviam apenas para “ganhar uma graninha extra”, portanto, atividades que não seriam dignas de um salário mínimo ou condições trabalhistas (Slee, 2017).

Frente a este cenário, Slee (2017, p. 36) afirma que a ideia de uma economia de compartilhamento começou a ser questionada conforme se percebia que a “palavra ‘compartilhamento’ foi esticada para além dos limites razoáveis, à medida que a ‘economia de compartilhamento’ cresceu e se transformou”. Essa transformação significou o privilégio daqueles que investiram nessa nova forma de economia que, por não ser vista como uma forma de trabalho legítima, contribuiu para “remoção de proteções e garantias conquistadas após

³⁷ O autor utiliza o termo Uberização em seu livro: Uberização – a nova onda do trabalho precarizado (Slee, 2017)

décadas de luta social, e graças a criação de formas de subempregos arriscadas e precárias” (Slee, 2017, p.36).

Para que este tipo de economia se tornasse cada vez mais possível e estruturada, forças moldaram seu desenvolvimento, sobretudo a abertura da internet³⁸, uma vez que esta, inicialmente, não tinha intuito comercial, mas gradativamente atraiu grandes corporações, já que se percebia que as transações financeiras poderiam ocorrer de maneira mais ágil entre um grande grupo de pessoas. As plataformas de compartilhamento apareciam como um espaço potencial para efetivar trocas de maneira online, reduzindo-se despesas de transação, uma vez que o novo modelo adotado era o *peer-to-peer*³⁹ que conectava diretamente consumidores e vendedores/produtores, reduzindo-se os custos de intermediação (Botsman; Rogers, 2011).

O mundo da internet e das plataformas parecia gerar um novo modelo econômico de mais autonomia e liberdade, e, ainda, uma forma potencial de encontrar outras fontes de renda para muitas pessoas. Além disso, mostrava-se um espaço privilegiado para disseminação dos ideais do empreendedorismo⁴⁰, fortemente fomentado pelo neoliberalismo da segunda metade do século XX e central para expansão deste tipo de economia.

Vale destacar que a economia de compartilhamento sempre existiu em nossa sociedade e já se fez presente através de diversas formas no mundo do trabalho, sendo apenas chamada de outras terminologias: troca, escambo, permuta, etc. A diferença aqui, deve-se, sobretudo, ao fato de que o meio tecnológico proporcionou a possibilidade de trocas “anônimas”⁴¹, em grande escala, que passaram a desafiar as “leis democráticas ao redor do mundo, comprando competidores na busca por ganhar escala, e (no caso uber) pesquisando novas tecnologias com o intuito de tornar obsoleta a força dessas leis” (Slee, 2017, p.37).

³⁸ O fenômeno de abertura da internet e desenvolvimento dos algoritmos será melhor apresentado no tópico 2.3 A regulação algorítmica como instrumento do capitalismo neoliberal do Século XXI

³⁹ *Peer-to-peer* expressão do inglês que pode ser traduzida como par-a-par ou simplesmente ponto-a-ponto. É uma arquitetura de redes de computadores onde cada um dos pontos ou nós da rede funcionamos tanto como cliente quanto como servidor, permitindo compartilhamentos de serviços e dados sem a necessidade de um servidor central (Botsman; Rogers, 2011).

⁴⁰ “um traço comum entre essas iniciativas, muitas das quais estão ligadas a bem-sucedidos empreendedores da tecnologia, é que elas insistem que o empreendedorismo (mais, do que por exemplo, os serviços) é o caminho certo para resolver os problemas sociais. (Slee, 2017, p.258)

⁴¹ Ressalva-se aqui que, apesar de compradores e vendedores não terem de se apresentar frente a frente, existindo, portanto, um pretenso anonimato, os compradores, através dos dados que fornecem e que são extraídos constantemente pelas grandes corporações, nunca permanecem anônimos; em contrapartida, as empresas, agora travestidas de aplicativos, tornam-se desconhecidas pelos consumidores. Vale salientar, ainda, que esse pretenso anonimato é utilizado como argumento pelas plataformas que não reconhecem vínculo com seus usuários – sobretudo aqueles que as utilizam como forma de trabalho – de modo a se isentar de qualquer responsabilidade legal.

O desafio às leis se dá sobretudo no campo trabalhista, através do monitoramento frequente do comportamento dos trabalhadores que, conectados ao aplicativo, passam a ser vistos apenas como prestadores de serviço – uma vez que as empresas-aplicativo permanecem anônimas, apresentando-se somente como plataformas mediadoras – que informam, constantemente, dados como localização, consumo, deslocamento, atividade etc., informações estas que levam a um tipo de avaliação e/ou remuneração do serviço prestado. Essa maneira de reduzir o vínculo trabalhista a uma mera prestação de serviço impulsiona a geração de empregos precários, que passam a desafiar a lógica do que se entende por trabalho ao redor do mundo.

Vale ressaltar que essa lógica precária não nasceu com a internet e com a plataformização, mas está sendo impulsionada desde a década de 1970, quando, gradativamente, se incorporou ao desenvolvimento das forças produtivas a utilização da microeletrônica e da conectividade em rede ao sistema produtivo. Tal incorporação quebrou, paulatinamente, com a rigidez taylorista e fordista que até então preponderava sobre os contextos trabalhistas. Significando a

alteração da composição orgânica do capital de diversas empresas, principalmente na indústria de bens, com a redução da quantidade de força de trabalho empregada (menor investimento em capital variável) e maior investimento em aparatos tecnológicos e maquinaria (maior investimento em capital constante), principalmente os relacionados aos componentes computacionais. Além dos ganhos proporcionados pelas inovações tecnológicas, há o movimento de rebaixamento do custo do valor da força de trabalho, forçando os processos de desregulamentação das proteções trabalhistas legais e o aumento das terceirizações (Franco; Ferraz, p. 848, 2019).

Portanto, o uso da tecnologia acentuou o cenário da liofilização do trabalho, que significa a expansão informacional-digital articuladora do capital financeiro e tecnologia. Contudo, é importante destacar que o avanço da tecnologia não se deu somente no mundo do trabalho. Como afirmam Franco e Ferraz (2019, p. 848), toda a sociabilidade humana passa a ser permeada pelos computadores e pela internet. Frente a este aspecto, os autores afirmam que

um ponto fundamental para refletirmos quanto à ascensão do trabalho envolto ao processo da uberização, o qual depende invariavelmente do ambiente virtual das plataformas digitais, é que tal processo só pôde se iniciar a partir da tecnologia da conectividade amplamente adotada pelas organizações produtivas e massivamente disponível para um significativo contingente da população – a qual engloba os prestadores de serviços e os consumidores dessas atividades (Franco; Ferraz, p. 848, 2019).

Portanto é a inserção da tecnologia não apenas no ambiente laboral, mas em todo contexto social que oportuniza a ascensão da plataformização do trabalho, já que este passa a ser um contexto comum e presente na vida de milhões de pessoas, permeando e mediando

diversos aspectos do convívio humano. No que concerne ao campo do trabalho, Franco e Ferraz (2019) destacam que esse movimento, teve como “protótipo” o *crowdworking*⁴², que se trata de integrar o trabalho de diversos trabalhadores que ofertam serviços, de maneira descentralizada, em sites e plataformas à disposição de clientes. Na prática, os trabalhadores se cadastram em plataformas, ficando à disposição da demanda/clientes. Vale salientar que parte do valor pago pelos clientes aos trabalhadores é absorvido pelas plataformas que alegam estar apenas promovendo o encontro do trabalhador com eventuais clientes, agindo, portanto, apenas como facilitadora entre oferta – trabalhador e demanda – cliente.

Um bom exemplo de *crowdworking* é a *Mechanical Turk*, plataforma de mercado lançada pela Amazon em 2005. Trata-se de uma plataforma que se apresenta como

Um mercado de *crowdsourcing* que torna mais fácil para indivíduos e empresas terceirizar seus processos e trabalhos para uma força de trabalho distribuída que pode realizar essas tarefas virtualmente. Isso pode incluir qualquer coisa, desde a validação e pesquisa de dados simples até tarefas mais subjetivas, como participação em pesquisas, moderação de conteúdo e muito mais. O MTurk permite que as empresas aproveitem a inteligência coletiva, as habilidades e os *insights* de uma força de trabalho global para otimizar os processos de negócios, aumentar a coleta e análise de dados e acelerar o desenvolvimento do aprendizado de máquina. (livre tradução da pesquisadora)⁴³.

Grohman (2020) afirma que plataformas como a *Amazon Mechanical Turk* têm como função primordial “treinar dados⁴⁴ para a chamada ‘inteligência artificial’”, aglutinando em torno desta tarefa uma série de trabalhadores de baixa qualificação. A este respeito Abílio (2020, p. 120) destaca que a grande “sacada” do *crowdsourcing* é realizar a “transferência de trabalho das empresas para os usuários de plataformas digitais, transformados em uma multidão indeterminada de trabalhadores”; portanto, trata-se de um modo de informalizar as relações de trabalho através da mistura entre consumo e trabalho. Para que se reconheça a presença e importância deste fenômeno no mundo do trabalho, a autora destaca que

Hoje o crowdsourcing atravessa de ponta a ponta o mundo do trabalho, abarcando diferentes ocupações, qualificações, níveis de remuneração. Não se restringe às tarefas de baixa qualificação, como as executadas pelos trabalhadores da Amazon Mechanical Turk ou os motoristas da Uber: transnacionais hoje contam com milhares de cientistas uberizados; plataformas do setor educacional oferecem os serviços de

⁴² Aqui podemos citar “plataformas de microtrabalho ou *crowdwork* (como *Amazon Mechanical Turk*, *PiniOn*, *MicroWorkers*), marcadas principalmente pelo trabalho de treinar dados para a chamada “inteligência artificial” (Grohman, 2020, p. 113)

⁴³ Mais informações em: <https://www.mturk.com/>

⁴⁴ Atividades que, em geral, envolvem “tarefas como reconhecimento de fotos, validação de banco de dados, escrita de metadados e descrição de produtos, transcrições de áudio e moderação de conteúdo nas mídias sociais” (Grohman, 2020, p.113)

milhares de professores online, entre outros. A plataforma Innocentive, por exemplo, liga cientistas uberizados à NASA e a corporações como Procter & Gamble e Johnson's & Johnson's, que estendem seus departamentos de pesquisa e desenvolvimento aos laboratórios improvisados dos usuários-pesquisadores. As empresas lançam seus “desafios” no site, os usuários encarregam-se de solucioná-los - estabelecendo eles próprios meios e estratégias para tanto, arcando com os custos e com o risco. As soluções propostas pelos usuários são selecionadas pela empresa e podem ser patenteadas por ela; a contrapartida para o usuário selecionado são as premiações em dinheiro. (Abílio, 2020, p. 120).

Não se trata de demonizar a aplicação da tecnologia e sua associação aos meios de trabalho e produção, mas de reconhecer que o modo como este processo se deu e a intencionalidade que se aplica visaram desenvolver uma estrutura de produção mais flexível e menos dependente do trabalho humano. É a aplicação do modelo *just-in-time*⁴⁵ toyotista, antes utilizado aos processos de produção, ao trabalhador que passa a ser o *trabalhador just-in-time*. Em outras palavras, o trabalhador, agora transformado em um “pretense empreendedor”, passa a fazer o seu autogerenciamento cuidando de todas as etapas do trabalho, decidindo por estratégias para obter mais resultado, fazendo a gestão financeira dos resultados, buscando a clientela, etc. (Abílio, 2020).

Ao apontar como a plataformização do trabalho é uma extensão do modelo *just-in-time* toyotista, Abílio (2020) nos lembra que neste modelo a produção baseava-se no consumo, na demanda, portanto excedentes não deveriam ser gerados. Desta maneira, no modelo toyotista, o trabalhador sempre deveria estar atento a todos os processos, garantindo a total efetividade e ausência de erros. Transpondo esse modelo para o de plataformas, verifica-se que o trabalhador também está sempre atento, agora à plataforma; trabalhando conforme a demanda desta, torna-se um trabalhador *just-in-time*.

A definição de *just-in-time* refere-se, então, ao uso flexível da força de trabalho, à ausência de proteções contra o rebaixamento do valor da força de trabalho, à ampliação do tempo de trabalho não pago, assim como à transferência de riscos e custos para o trabalhador. Nessa condição, ele segue subordinado, mas se torna solitariamente responsável pela gestão e garantia de sua própria reprodução social. (Abílio, 2020, p.582)

⁴⁵ “O termo *just-in-time* nomeia um modo de organização da produção que, por operar de acordo com a demanda, elimina uma série de riscos e custos para a empresa, especialmente os relacionados aos estoques. A transposição para a categoria do trabalhador *just-in-time* foi feita por Francisco de Oliveira (2000), ao analisar a perda de distinções entre o que é tempo de trabalho e o que não é, até mesmo entre o que é ou não trabalho, na figura de um trabalhador que, por meio das tecnologias da informação, encontra-se permanentemente disponível para o trabalho, sendo utilizado quando necessário” (Abílio, 2020, p.582)

O trabalho *just-in-time* proporcionado pelas plataformas somente é possível graças a este modo de aplicar a tecnologia, que acentua o que Marx (2011) chamou de trabalho estranhado, ou seja, formas de trabalho que objetificam o trabalhador, nos quais este, alienado, não consegue compreender suas regras, objetivos e formas de funcionamento. É, portanto, um trabalho que deixa de ser humano e passa a ter como objetivo primordial a autovalorização do capital.

Essa lógica fica evidente na realidade do trabalhador plataformizado pois, através da metodologia adotada pelas empresas-aplicativo, não é necessário remunerar o trabalhador ou estabelecer um vínculo empregatício com este, uma vez que “o trabalhador passa a ter seu trabalho utilizado e remunerado na exata medida da demanda” (Abílio, 2020, p. 116). Portanto, o trabalhador não conhece ou reconhece as normas de trabalho aplicadas, não é remunerado quando está disponível para a empresa-aplicativo, ou deslocando-se e preparando-se para este trabalho, somente é remunerado quando de fato está prestando o serviço, não sendo computado todo o outro tempo disponível em sua remuneração, significando, para a empresa-aplicativo, uma economia e ampliação do lucro. Tal realidade não parece tão distante do que Marx (2008, p.81) enunciara em 1844 nos “Manuscritos econômicos filosóficos”: “quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital”. Deve-se destacar, contudo, que o trabalhador descrito por Marx estava envolvido na produção de produtos palpáveis, enquanto que o trabalhador plataformizado produz somente atividades, presta serviços.

Além disso, através desta metodologia, as empresas conseguem escapar de alguns custos (variáveis e fixos) que antes operavam sobre o negócio, subtraindo da extração da mais-valia, sobretudo, os que se referem à remuneração do trabalhador. Passam, conseqüentemente, a desfrutar de uma sobrevalorização do capital, concorrendo de forma mais vantajosa – apesar de desigual – com potenciais concorrentes que respeitarem as regulamentações trabalhistas. Tal aspecto acaba por representar para estas empresas uma vantagem competitiva, fazendo com que operem um verdadeiro poder de monopólio. A este respeito, Abílio (2020, p. 117) exemplifica usando o caso da Loggi, empresa-aplicativo do segmento de logística.

Há menos de dez anos, o setor de entregas por motocicletas em São Paulo, por exemplo, contava como uma gigantesca oferta de empresas terceirizadas de diferentes portes, desde escritórios improvisados que mantinham menos de dez empregados, até empresas que ganhavam as licitações de serviços públicos, cartórios, hospitais. Não há dados precisos, mas hoje poucas empresas conseguem manter-se ante a atuação de empresas-aplicativo como a Loggi, atuante em São Paulo desde 2013, atualmente avaliada em US\$ 1 bilhão. Em outras palavras, agora dezenas de milhares de motofretistas só conseguem sobreviver com as entregas se aderirem às três ou quatro empresas-aplicativo que dominam o setor na cidade de São Paulo (Abílio, 2020, p. 117).

Este modo de gerir os trabalhadores, ou, ainda, de delegar aos trabalhadores a gestão de suas atividades trata-se, até mesmo, de uma ampliação/aperfeiçoamento do modelo *just-in-time* do toyotismo. Ora, se o trabalhador toyotista era convocado à gestão de suas metas e produtividade, o trabalhador plataformizado é conclamado a gerenciar seu próprio trabalho, uma vez que “as estratégias pessoais para a gestão da própria sobrevivência passam a estar no cerne da reprodução social dos trabalhadores, ao mesmo tempo que são incorporadas e gerenciadas no processo de trabalho” (Abílio, 2020, p. 116).

Na esteira deste pensamento, Filgueiras e Antunes (2020, p.32) afirmam que

Diferentemente da planta produtiva taylorista e fordista que foi dominante no século XX, na era do automóvel, as empresas liofilizadas e flexíveis desta nova fase digital-informacional-financeiro, vêm impondo sua tríade destrutiva em relação ao trabalho, no qual a flexibilidade, a informalidade e a intermitência se convertem em partes constitutivas do léxico, do ideário e da pragmática da empresa corporativa global. Vem ocorrendo tanto a derrelição e corrosão da legislação protetora do trabalho, quanto imposta uma nova legislação que em verdade permite as formas mais arcaicas de exploração, como ocorreu com a legalização do trabalho intermitente na contrarreforma trabalhista realizada pelo governo Temer em 2017 (Filgueiras; Antunes, 2020, p.32).

Esta lógica de extrair do trabalhador a gestão de seu trabalho, sem reconhecer o vínculo trabalhista existente, amplia a lógica da precarização do trabalho. Esta lógica “já não se restringe aos trabalhadores de baixa remuneração; também já não segue as fronteiras do trabalho qualificado/desqualificado, nem as dos países do centro e da periferia” (Abílio, 2014, p. 15), mas se faz evidente em diversas formas de trabalho e ao redor do mundo (obviamente sob diversas modalidades e expressões).

Nos Estados Unidos, por exemplo, dados apontam – como evidenciou a pesquisa realizada pela TurboTax⁴⁶ – *The gig economy may be bigger than you think*⁴⁷ – que a economia de plataforma já representa 34% da força de trabalho nos Estados Unidos. A pesquisa revelou ainda que este tipo de atividade está comumente associado a formas laborais precárias: “quase 20 milhões de pessoas trabalham dessa maneira porque não conseguem encontrar melhores salários em outras empresas e atividades”⁴⁸.

⁴⁶ Disponível em: <https://money.cnn.com/2017/05/24/news/economy/gig-economy-intuit/index.html>

⁴⁷ Tradução: “A gig economy pode ser maior que você imagina”

⁴⁸ Tradução da matéria realizada pela pesquisadora

Fica, portanto, evidente que esta maneira de articular o trabalho intensifica o cenário de flexibilização e precarização já existente, ampliando o trabalho estranhado que, como Marx (2008, p.79) já havia afirmado, reduz o trabalhador à “condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência e à grandeza da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos”.

A maneira como os aplicativos fazem a regulação algorítmica do trabalho, de sua ordem, regras e maneira de acontecer, demonstra como o capitalismo é sempre hábil em revolucionar os instrumentos e meios de produção como forma de, constantemente,

produzir a mesma quantidade de produtos em tempo duas, três ou quatro vezes menor – e, portanto, num desenvolvimento manifesto da produtividade. Mas, correlativamente, isso tem efeitos precisos no agravamento da exploração da força de trabalho (aceleração do ritmo de trabalho, supressão de empregos e postos de trabalho), não apenas para os proletários, mas também para os trabalhadores assalariados não proletários, inclusive certos técnicos, até mesmo de alto escalão, que ‘não estão mais atualizados’ com o progresso técnico e, portanto, não têm mais valor de mercado: daí o desemprego subsequente. (Marx, 2011, p. 42).

Portanto, ao estudar este fenômeno, precisamos enfatizar que se trata de uma continuidade ao modo como o sistema capitalista explorou historicamente os trabalhadores, apropriando-se do sangue e suor humano transformado em mercadoria (Marx, 2011). Acreditar no ineditismo destas formas de trabalho é deixar-se ludibriar com os jargões tecnológicos que acabam por encobrir a exploração do trabalhador que sempre foi o cerne do capitalismo e, com os processos sociais de precarização e informalização do trabalho que caminham de maneira avassaladora no neoliberalismo sobretudo em países da periferia do capital.

Conforme destacam Abílio, Amorim e Grohmann (2021), é preciso evidenciar o dilema existente no que se refere ao trabalho subordinado por plataformas, destacando que existem formas contemporâneas de exploração e dominação, mas, ao mesmo tempo, existe a conservação dos elementos centrais que constituem as relações de produção capitalista. Em outras palavras, para além do pressuposto ineditismo, assistimos, sob a forma neoliberal, ao alargamento da financeirização e, também, à plataformização do mercado que, apesar de se apresentarem por neologismos, encobrem as condições seculares de exploração e informalização do trabalho que vão se atualizando, mas, ao mesmo tempo, conservando em seu cerne os mesmos princípios. Trata-se, portanto, da aplicação do gerenciamento

algorítmico⁴⁹ para gerar novas combinações entre informação e informalidade, combinações, que, contudo, gestam a mesma forma exploratória do trabalhador que se conhece desde os primórdios do capitalismo.

Além disso, como destacam os autores, é preciso debater esta temática “da periferia”, o que significa afirmar que não podemos simplesmente adotar a perspectiva do norte global para explicar o fenômeno em países como, por exemplo, o Brasil, uma vez que os contextos econômicos, sociais e políticos entre o norte e o sul global são muito distintos. Outrossim, em um país como o Brasil, a informalidade sempre foi regra, portanto não se trata de um elemento que passa a ser criado a partir destas transformações do mundo do trabalho, mas sim, um aspecto constituinte do modo como o trabalho desenvolveu-se desde os seus primórdios em solo brasileiro (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021)

Portanto, o fenômeno da plataformização do trabalho não pode ser esclarecido tão somente com base nos estudos realizados no norte global, tampouco, se explicita apenas no funcionamento de algoritmos⁵⁰ e plataformas. Não se trata, exclusivamente de um desenvolvimento tecnológico que se aplica ao mercado de trabalho. É preciso situar este fenômeno em uma perspectiva histórico-social de modo que se compreenda que tal aspecto deve-se, também, à ampliação das “inter-relações entre a financeirização, neoliberalismo e dataficação” (Grohmann, 2020, p.14), aspectos que se imbricam e alargam as condições instáveis e obscuras a que o trabalhador historicamente sempre se submeteu. Assim, para além dos “modernismos”, é preciso que se compreenda que sob a aparência do novo se encobrem aspectos de subordinação e exploração que, na verdade, sempre estiveram presentes na realidade de muitos trabalhadores.

Dessa maneira, conforme enunciamos no item anterior, somente olhando para a história, suas contradições e movimentos, é que podemos compreender os diferentes fenômenos. É por isso que aqui propomos uma volta histórica para apresentar o modo como tais metodologias gradativamente adentraram a lógica do trabalho, encontrando solo frutífero para sua proliferação. Tal processo de revisão histórica no que concerne à realidade brasileira

⁴⁹Deve-se compreender gestão algorítmica como práticas de controle e gestão conduzidas por algoritmos sobre trabalhadores de forma remota, ou, ainda, modos de configurar as atividades de trabalho, rastreando e avaliando permanentemente o comportamento e o desempenho dos trabalhadores; automatizando decisões por meio de algoritmos de modo que, apesar de estarem submetidos a um conjunto de regras e controle, os trabalhadores não têm acesso e informação clara quanto ao conjunto de regras a que estão submetidos (Grohmann, 2020).

⁵⁰ Os algoritmos digitais consistem em uma sequência de instruções que informam o computador sobre o que fazer dentro de um conjunto de etapas precisamente definidas, e de regras projetadas para realizar uma tarefa, gerem o trabalho humano e o subordinam a novas formas de controle (Lima; Bridi, 2019).

será apresentada no próximo item, onde nos debruçaremos em elementos que concernem à realidade nacional.

1.4 A plataformização do trabalho e a classe trabalhadora Brasileira

Como anteriormente apresentamos, vivenciamos grandes mudanças no mundo do trabalho em escala global, e no Brasil não seria diferente. No entanto, é preciso situar nosso país nesta realidade pensando suas peculiaridades e características. Nesta tarefa, os dados levantados pela pesquisa “A *gig economy* no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte” – realizada pelo IPEA (2021)⁵¹ – parecem apontar em que sentido caminha a plataformização do trabalho por aqui: hoje 1,4 milhões de trabalhadores atuam no mercado de plataformas de transporte, tendo este campo crescido quase 1000% no intervalo de 2016 até 2021

Deve-se observar que, apesar da grandiosidade dos números, estes se referem tão somente ao segmento de transporte, uma vez que no Brasil os dados sobre o trabalho mediado por plataformas ainda são escassos. Contudo, Nogueira e Carvalho (2021, p. 35)⁵² indicam, no documento “Trabalho precário e informalidade”, que o trabalho plataformizado, seja qual for o segmento, aparece sempre vinculado à precarização, à informalidade e à ausência de direitos trabalhistas.

trabalho informal, subemprego, terceirização, trabalho sob demanda, freelancer, trabalho temporário, “boia-fria”, autônomo, *gig economy*, biscateiro etc. Cada uma dessas expressões se refere a uma das possíveis modalidades para as quais, em função de uma dada realidade, alguns dos agentes do mercado produzem constructos que lhes permitem se esquivar das obrigações e responsabilidades que a sociedade como um todo considera como mínimas para com os trabalhadores e, conseqüentemente, reduzem seus custos de mão de obra (Nogueira; Carvalho, 2021, p. 35).

Diante do cenário exposto, vale questionar: teria se tornado o trabalho por aplicativos a nova norma? O futuro do trabalho no Brasil? Uma vez que já destacamos nos tópicos anteriores que este fenômeno não é inédito, cabe-nos agora, contextualizar

⁵¹ Relatório trata exclusivamente do mercado de trabalho uberizado no campo dos transportes https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211216_nota_5_gig_economy_brasil.pdf

⁵² https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/211210_td_2707_web.pdf

nacionalmente este fenômeno, relacionando-o ao desenvolvimento do mercado de trabalho no Brasil para, assim, tecermos algumas respostas para estas questões.

Abílio (2017) destaca que, na América Latina e sobretudo no Brasil, a economia baseada no bico, na informalidade e na *viração*⁵³ foram historicamente a norma, afinal o trabalho precário e o desemprego sempre compuseram a realidade com que milhões de brasileiros lidam diariamente. Logo, o cenário proporcionado pela plataformização do trabalho encontra solo fértil para expansão da sua lógica que, na realidade, não se apresenta como nova, mas sim, como extensão do modo como o trabalho sempre se deu no Brasil. Conforme a autora, trata-se apenas de um ajuste meramente linguístico, uma vez que a informalidade e a precariedade apenas ganham novas nomenclaturas internacionais, mas continuam a operar a mesma lógica dos bicos e da viração que passam a se proliferar, agora através das plataformas.

O trabalho precário e informal não é novidade em solo brasileiro, mas resultado da pilhagem histórica efetuada pela dominação colonialista que gerou um desenvolvimento capitalista tardio, dependente e subordinado. Em outras palavras, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro sempre esteve atrelado ao capitalismo europeu, que tratava as colônias como meras fontes de acumulação. Esse processo teve como consequência a subordinação da sociedade brasileira (e sua burguesia nacional) à dominação europeia, que buscou, durante séculos, fazer prevalecer seu domínio e interesse (Moura, 2014).

Portanto, como afirma Clóvis Moura (2014), o Brasil foi inserido no capitalismo internacional de maneira subordinada, sobretudo ao capitalismo inglês, que operou em território nacional lançando mão de suas regras de conduta, leis e interesses, sendo o escravismo um dos elementos mais marcantes deste sistema, já que este era a oportunidade de reunir em uma única figura – do negro escravo – o papel de produtor e mercadoria, representando para o capital europeu a máxima possibilidade de acumulação.

Clóvis Moura (2014, p.63) divide o escravismo no Brasil em duas fases: a primeira denominada de Escravismo Pleno, e a segunda, Escravismo Tardio. Conforme o autor, a primeira etapa deu-se entre 1550 até aproximadamente 1850.

Abrange, portanto, todo período colonial, a fase do reinado de Dom João VI, o império de Dom Pedro I e de Dom Pedro II. Nesse longo período de mais de 300 anos, estrutura-se e dinamiza-se o modo de produção escravista no Brasil com todas as

⁵³ “A viração – e remeto-me ao uso que Vera Telles fazia do termo já no início dos anos 2000¹³ – é pouco tratada nos estudos do trabalho brasileiros, inclusive na produção e análise de dados sobre emprego/desemprego; entretanto é constitutiva da vida e da sobrevivência dos trabalhadores de baixa qualificação e rendimento”. Disponível em: [Uberização do trabalho: subsunção real da viração – Blog da Boitempo](https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/)_- <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>

características que determinarão o comportamento básico das duas classes fundamentais da estrutura social: senhores e escravos (Moura, 2014, p.63).

Esta primeira fase foi essencial para instalar um modelo complementar ao capitalismo mercantil europeu de produção na colônia, mas não apenas isso. Foi importante também para que a cultura, o modelo religioso, o administrativo e o político se sedimentassem, gerando uma cultura da escravidão, ou seja, um sistema de repressão e gestão eficaz para coibir qualquer resistência negra e indígena e manter o equilíbrio social do sistema: colônia e mercado mundial. Desta maneira, o modelo escravista que se instaurou no Brasil era uma

unidade econômica que somente podia sobreviver com e para o mercado mundial, mas, por outro lado, esse mercado somente podia dinamizar seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui, existisse, uma condição indispensável, o modo de produção escravista (Moura, 2014, p. 66).

O modo de produção escravista e patriarcal implementado no Brasil não se baseava, somente, nas relações internas do país, era essencial para a movimentação de um comércio global, à medida que o sistema colonial aqui implementado alimentava o capitalismo mercantil europeu. Moura (2014), entretanto, nos lembra que é inadequado afirmar que nas colônias também se instalou o modo de produção capitalista, uma vez que as relações existentes entre Brasil e Europa não configuravam uma relação de iguais, ou, ainda baseada na “divisão internacional do trabalho”, porque aqui nunca se estabeleceu efetivamente esta divisão. O que pautava a relação Brasil-Portugal, por exemplo, era apenas uma divisão internacional de comércio, já que no Brasil não havia uma divisão de trabalho capitalista, mas uma divisão do trabalho escravo. Nesse sentido o autor afirma que

Era uma economia que não permitia a acumulação de excedentes e de capitais internos em proporções suficientes a abertura de uma via independente do desenvolvimento. Este estrangulamento, porém, não era apenas econômico, mas também fiscal, pois um verdadeiro alude de dízimos, impostos, obrigações e contribuições, arrecadados pelos funcionários do Reino, determinava que quase nada ficasse na Colônia para reinvestimento técnico e acumulação capitalista (Moura, 2014, p. 74).

À medida que a relação entre colônia e metrópole se estremecia em consequência desta sobretaxação nacional, uma vez que os senhores de engenho e demais cidadãos brasileiros percebiam a impossibilidade de acumular lucros e instaurar uma relação de igualdade entre Brasil e Europa, e, também, à medida que eclodiam em todo Brasil revoluções e combates entre senhores e escravos, assistimos transformações no processo do escravismo pleno.

Estas transformações eclodiram sobretudo depois da vinda de Dom João VI ao Brasil em 1808, mudança que trouxe diversas transformações, sobretudo, na direção de um

comércio internacional mais livre. Contudo, Moura (2014) lembra que não chega a se instalar uma era do liberalismo no Brasil, mas apenas um liberalismo escravista, afinal “essa liberdade de comércio bem pouco significou para o Brasil no nível de livre escolha de mercado” (Moura, 2014, p. 76). Ao afirmar que essa liberdade bem pouco significou, o autor destaca que nos mantivemos presos ao capitalismo europeu, sobretudo o inglês. Além disso, ressalta que, apesar das mudanças operadas, como por exemplo, a tentativa de inserir no Brasil uma indústria – ainda que de maneira incipiente –, manteve-se durante muito tempo os interesses escravistas já que estes satisfaziam econômica e socialmente a Europa.

Desta maneira, a vinda de Dom João VI e a posterior independência do Brasil não significaram uma crise no sistema escravista. Apesar destes eventos significarem o fim do período colonial, não significaram mudanças substanciais no que tange o sistema escravista, porque o poderio europeu foi somente transferido para o estado nacional, que deu seguimento à mesma realidade, fortalecendo a classe senhorial. Moura (2014, p.79) ressalta que

Tanto na fase do chamado sistema colonial quanto na da chamada economia mercantil escravista, a essência do modo de produção não mudou a mesma exploração do sobretrabalho do escravo através de formas econômicas e extraeconômicas; jornadas de trabalho de 14 e até 16 horas de duração; castigos corporais; taxa negativa de natalidade; mortalidade espantosa entre os componentes da classe escravizada, o que determinaria (numa fase como na outra) uma taxa de lucros compensadora, capaz de justificar e criar condições para sua permanência e dinamismo (Moura, 2014, p. 79).

Aqui, podemos salientar que os aspectos históricos evidenciados por Clóvis Moura (2014) – dependência do capitalismo internacional, longas jornadas de trabalho, condições exploratórias de trabalho – se manifestam de diversas maneiras na dimensão subjetiva do trabalho plataformizado⁵⁴, como destacaremos mais adiante com números e fatos. Evidencia-se através das longas jornadas de trabalho, no constante adoecimento de ciclistas e motociclistas entregadores, que também veem seu corpo deteriorado e desrespeitado em jornadas de trabalho insalubres e perigosas. Conforme demonstraremos no avançar do texto, a plataformização do trabalho, no Brasil, incide de maneira mais desumana e desigual sobretudo quando se intersecciona com o aspecto racial. À vista disso, destacamos a permanência histórica, embora atualizada, de tais elementos no trabalho plataformizado, que prolonga a lógica do trabalho informal, explorado, destituído de direitos, garantias e proteções no Brasil, não sendo este

⁵⁴ Melhor apresentaremos essa discussão nos resultados da pesquisa e no tópico 3.2 - A dimensão subjetiva da desigualdade social

aspecto um mero acaso, mas a atuação de uma sedimentação histórica da exploração de trabalhadores negros no Brasil.

Tal permanência histórica se deu, principalmente, pois, no Brasil, a escravidão se fez acompanhar por uma modernização que não significou mudança na estrutura social⁵⁵.

Quando dizemos, na nossa elaboração teórica, modernização sem mudança queremos afirmar que em determinada sociedade houve um progresso econômico, tecnológico e cultural, e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infraestrutura. Desta forma, se, de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, de outro lado, as relações entre os homens no processo de trabalho, continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou (Moura, 2014, p. 85).

Por volta do final do século XIX, modernidade e escravismo colidiam intensamente no Brasil, sobretudo devido à instalação de uma esmagadora quantidade de ingleses que modernizaram o país através da criação de bancos e da propulsão de portos, agroindústrias, companhias de gás e iluminação, transporte urbano etc., através de investimento/financiamento inglês, tornando o desenvolvimento brasileiro cada vez mais dependente da Inglaterra.

Assistimos, assim, à eclosão do escravismo tardio que significou “o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista” (Moura, 2014, p. 86). Na prática, esta segunda etapa impulsionou a modernização brasileira, mas assentando-a sobre duas bases: na subalternização aos capitais internacionais e no escravismo, que inicialmente era entendido pela Inglaterra como uma possibilidade de enriquecimento do seu capitalismo. Aqui afirmamos inicialmente pois, com o decorrer do tempo e com a sedimentação desta modernização, inicia-se uma pressão inglesa e do mercado mundial para a abolição da escravatura. Todavia, como Moura (2014) nos recorda, não se pode afirmar que a abolição é, tão somente, decorrente desta pressão, mas sim, consequência de um processo que também é político e social, portanto, multifatorial.

O escravismo brasileiro, no seu final, ou seja, na etapa do escravismo tardio, já era um anacronismo aberrante em todos os níveis estruturais – econômico, social, cultural e psicológico –, e sua composição verifica-se simultaneamente ao início da dominação imperialista que entra em cena como ator principal do processo de estrangulamento

⁵⁵ No item 3.0 – Desigualdade social e plataformização, verificaremos que esta é a base histórica fundamental para sedimentação da desigualdade social no Brasil, pois, a partir deste processo desenvolve-se uma modernização-precária, ou seja, por um lado o Brasil apresenta um avanço e modernização por outro, este processo se dá de maneira desigual não sendo extensivo a toda população, especialmente a população negra, que sempre esteve à margem. Nesta direção Moura (2014, p.87) aponta que esses elementos do “subdesenvolvimento perduram até hoje de forma cada vez mais traumática”.

do nosso desenvolvimento como nação. Conforme já dissemos em parte, a grande duração do escravismo brasileiro levou-o a encontrar-se com aquelas forças econômicas exógenas de dominação que não tinham mais interesse em exportar mercadorias, mas capitais. Nesse processo longo e permanente de dominação, prepararam-se as premissas para a abolição se processar de tal forma que tanto essas forças externas quanto os antigos membros da classe senhorial encontrem no trabalho livre a continuação e manutenção de seus privilégios existentes durante o escravismo. (Moura, 2014, p. 126)

Quando a abolição ocorreu, como resultado desta confluência de forças, mas também como resultado das inúmeras rebeliões e movimentos de resistência do povo negro – aqui torna-se importante ressaltar o apagamento histórico existente das lutas e rebeliões promovidas pelos escravos, fortemente influenciado pelas ideologias neoliberais⁵⁶ – já havia no Brasil iluminação a gás, estradas de ferro, telefone, transporte coletivo, bancos estrangeiros, pequenas fábricas de trabalho livre e um longo processo de branqueamento da população que sedimentava-se cada vez mais com a intensificação da imigração europeia para o Brasil⁵⁷ (Moura, 2014).

Apesar da aparente modernização do país e da economia, as instituições continuavam arcaicas e anacrônicas de tal maneira que “a abolição não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira” (Moura, 2014, p. 152), assim, os antigos escravos não foram inseridos na sociedade nem como força secundária de trabalho, ficaram à margem, sem nenhuma expressão social.

O que sobrou para o ex-escravo nesse quadro? Exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os da mãe preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada. Esta foi a realidade que o negro encontrou para resolver, com as suas próprias forças, depois de quatro séculos de escravidão. Era uma realidade social sombria porque, com o surto industrial nascente em São Paulo, último grande foco de trabalho escravo no Brasil, houve um êxodo acentuado de ex-escravos que saíam das fazendas de café ou das pequenas cidades decadentes para a capital, no sentido de tentar vender a sua força na nova situação criada após a Abolição (Moura, 2021, p. 49-50).

⁵⁶ “há uma tendência de cunho neoliberal de subestimar o conflito e dar mérito à acomodação por parte da massa escrava, vendo-se nisso uma estratégia do escravo (em abstrato) que procurava criar um espaço social, cultural e econômico próprio, no qual a convivência com o seu senhor era conseguida através de um pacto, um acordo implícito e negociado no qual as contradições eram assimiladas e substituídas pela convivência, se não harmônica pelo menos estável e consensual” (Moura, 2014, p.37)

⁵⁷ Conforme nos lembra Moura (2014, p.120), o projeto de embranquecimento não se tratou somente do incentivo de correntes migratórias para o Brasil, mas sobretudo através de garantias que asseguravam que a “corrente migratória tenha possibilidades concretas de conseguir ser proprietária no Brasil”.

Portanto, no caso brasileiro, o que aconteceu foi a transição do negro de “bom escravo a mau cidadão” (Moura, 2021), uma vez que os trabalhadores negros na sociedade pós-abolição tornaram-se cidadãos de segunda classe, que jamais foram efetivamente incorporados à lógica liberal e competitiva de trabalho:

Numa sociedade competitiva não há o vácuo da força de trabalho. Pelo contrário, o que existe é a mão-de-obra excedente – especialmente não qualificada – que flutua permanentemente. Esse excedente de mão-de-obra foi composto exatamente por aqueles negros que vinham das senzalas. A mão-de-obra excedente, numa sociedade competitiva, tende a se marginalizar. Se ela não é absorvida e integrada na economia global em expansão e não se criam mecanismos capazes de empregá-la, há tendência de marginalizar-se progressivamente e quanto mais ela se marginaliza, menos condição tem de sair deste estado de marginalização (Moura, 2021, p. 55)

Na prática isso significa que no Brasil opera, historicamente, uma conjunção das lógicas da divisão social do trabalho e da divisão racial do trabalho, ou, ainda, da divisão da sociedade de classes e da divisão racial como resultantes desse processo histórico. Nesse sentido, deve-se considerar que a informalização e a precarização, intensificadas pela plataformização do trabalho, alimentam-se, no Brasil, sobretudo destas lógicas entrelaçadas. Em outras palavras, o racismo estrutural⁵⁸, produzido no Brasil e secularmente mantido, se desenvolveu a partir dessa base, mantendo a exclusão da população negra dos postos de trabalho formais, empurrando essa população para o desemprego, para a informalidade, para trabalhos de subsistência, precarizados, subalternizados, com baixa ou nenhuma remuneração. Como discutiremos adiante, esse processo foi devidamente acompanhado de produções ideológicas que defendem a inferioridade do negro e contribuem para naturalizar essas situações de opressão. Vale destacar que esse processo também incide no que podemos chamar de dimensão subjetiva da realidade racista – que melhor desenvolveremos nos capítulos a seguir – uma vez que estes processos incidem tanto materialmente quanto subjetivamente sobre os indivíduos. O que aqui brevemente afirmamos é que a história colonial, bem como o crime de escravização, incidiu materialmente sobre a população negra, mas também afetou processos de subjetivação

Ora, como defendemos neste trabalho, a plataformização do trabalho trata-se apenas de uma reinvenção do trabalho precário e informal, uma atualização de processos de

⁵⁸ “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre ‘pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição’”. (Almeida, 2019, p. 33)

exploração do trabalho. Nesse sentido, alimenta-se dos trabalhadores que são mais suscetíveis a estas condições, como resultado de processos históricos de constituição do país. Dessa forma, não deveria ser surpresa que

o maior grupo racial entre os entregadores é o de negros com uma representação de 59,2%, enquanto brancos representam quase 40,0%. Interessante observar que o recorte racial para motoristas se apresenta em uma proporção de quase igual semelhança, na qual se tem 60,0% negros e 38,5% brancos (IPEA, 2021, p. 5)⁵⁹

Historicamente o estado brasileiro manteve e corroborou com o racismo estrutural, através de leis, medidas e políticas que contribuem com essa realidade. Hoje esse processo continua em plena expansão, e uma das maneiras em que ele ocorre é através da revisão das leis trabalhistas, processo que induz a um aprofundamento e a uma expansão da precariedade do trabalho – e por consequência da vida.

Nesse percurso é importante salientar o universo de possibilidades instauradas a partir da reforma trabalhista de 2017 – em especial a promulgação das leis 13.467 e 13.429 – que arregimentou a possibilidade de “novas formas de trabalho” como o contrato intermitente, o trabalho de mulheres grávidas em atividades insalubres, a redução do intervalo intrajornadas, a expansão do processo de terceirização e uma série de mudanças que reconfiguram o status do que é ser trabalhador no Brasil (Barbosa, 2020)

Além disso, depreende-se destas mudanças um incentivo estatal “ao trabalho autônomo e ao empreendedorismo, o que, por consequência, é um caminho aberto para generalização do modelo uberizado das relações de trabalho” (Barbosa, 2020, p. 72) Pode-se, assim, afirmar que a reforma de 2017 abriu caminho para a expansão do trabalho precário e informal, alimentando, por consequência, o racismo estrutural. Não apenas essa política, mas, também medidas que a sucederam – como a lei 13.640, publicada em 2018, que regulamentou o Uber no Brasil, através do reconhecimento do “transporte remunerado privado individual de passageiros” – demonstraram o envolvimento do Estado brasileiro em um projeto político-econômico-social que alimenta o racismo estrutural e a desigualdade social.

Para além destes aspectos, observa-se, também, que tais mudanças correspondem ao interesse neoliberal da expansão da ideologia empreendedora presente no Estado, que “passa a incorporar, para o setor público, as normas do mercado concorrencial” (Barbosa, 2020, p. 32).

⁵⁹ Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10658/1/bmt_71_trabalho.pdf

Este aspecto será explorado nos capítulos adiante, no debate sobre o neoliberalismo, sua relação com estas novas formas de trabalho e com a desigualdade social.

1.5 Trabalho, autogerenciamento subordinado e despotismo algorítmico

Anteriormente definimos a plataformização do trabalho apresentando alguns de seus aspectos, contudo, um dos elementos centrais da lógica plataformizada é a regulação algorítmica que torna possível de forma contínua e constante a coleta de dados, o gerenciamento destes e a exploração do trabalho. Em outras palavras, a gestão algorítmica é central para a ocorrência e manutenção do trabalho platartomizado. Porém, o que é esta gestão? Em que princípios se baseia e como opera?

Conforme definido anteriormente, o algoritmo é uma tecnologia produzida por empresas e, obviamente, através do trabalho humano. Tal aspecto é suficiente para que se depreenda que as “mediações algorítmicas não são construídas no vazio ou de maneira neutra” (Grohmann, 2020 p.109). Existe uma série de políticas que norteiam seu funcionamento, e sua composição é baseada em processos de ordenamento social, interesses ideológicos e, obviamente, disposições capitalistas de lucro e resultado.

Desta maneira “algoritmos são produzidos socialmente a partir de determinados lugares e somente dão a ver algumas perspectivas em detrimento de outras” (Grohmann, 2020 p.109). Assim, é preciso que se situe a discussão sobre os algoritmos também no campo dos valores, princípios éticos e direitos humanos, uma vez que estes não se tratam somente de estruturas matemáticas que desempenham comandos computacionais precisos. Algoritmos tratam, também, de uma esfera econômica, política e cultural, porque trazem impactos em diferentes níveis da vida cotidiana, modulando comportamentos e condutas, estabelecendo hierarquias e sistemas de poder. Por isso, afirma Safiya Umoja Noble (2022, p.8),

Parte do desafio de compreender a opressão algorítmica é perceber que as formulações matemáticas que guiam as decisões automatizadas são feitas por seres humanos. Embora pensemos frequentemente em termos como ‘big data’ e ‘algoritmos’ como sendo benignos, neutros ou objetivos eles são tudo menos isso. As pessoas que definem essas decisões detêm todos os tipos de valores muitos dos quais abertamente promovendo racismo, sexismo e falsas noções de meritocracia⁶⁰ (Noble, 2022, p.8).

⁶⁰ Esses aspectos serão melhor discutidos no tópico 2.3 - A regulação algorítmica da subjetividade e, sobretudo, nas categorias que apresentam os resultados desta pesquisa; aqui, por ora, buscamos apenas demonstrar a não neutralidade dos algoritmos.

Além disso, ao falar do desenvolvimento de algoritmos, ou ampliando esta lógica e nos reportando a um campo maior, ao falar da datificação, nos referimos à lógica de financeirização, que tem se acentuado no capitalismo do último século.

A seguir exploraremos melhor estes termos, objetivando conectá-los ao funcionamento do trabalho plataformizado e à gestão despota, que, muitas vezes, este exerce sobre a vida dos trabalhadores.

Ao falarmos da lógica de datificação, nos referimos ao fato de que diversos aspectos do nosso dia a dia são constantemente transformados em dados quantificados on-line, permitindo o rastreamento em tempo real, de atividades, comportamentos, preferências, etc. É “uma nova lógica de acumulação, profundamente intencional e com importantes consequências, que chamo de capitalismo de vigilância. Essa nova forma do capitalismo procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle do mercado” (Zuboff, 2019, p. 18). Essa lógica se ampara em algumas etapas, dentre estas a da extração e análise de dados. Extrair dados não é meramente um “levantamento” de informações, mas, a retirada de informações que possam ser valiosas, ou seja, obtenção de dados de onde se pode extrair valor e recursos. É por isso que Shoshana Zuboff (2019, p. 40) afirma que o capitalismo de vigilância vê na extração de dados um tipo de mais valia comportamental, pois certos dados extraídos podem sinalizar a possibilidade de certos comportamentos de consumo ou um mercado promissor para determinadas empresas quando, posteriormente, os dados são analisados por cientistas especialistas nisso, que podem “fazer análises preditivas, mineração da realidade, análises de padrão de vida e assim por diante” (Zuboff, 2019, p. 40).

Para que se materialize a concretude do que aqui se aponta, imagine que você deixa de comprar um livro físico e passa a aderir à compra e leitura de livros on-line,

um livro digitalizado não é apenas um objeto que pode ser lido em um *e-reader* por determinado público. Pela dataficação, é a ação de ler (e de escrever) que é (são) quantificada(s) e analisada(s), gerando conhecimento e previsões sobre, por exemplo, velocidade de leitura, citações mais destacadas por leitores, poética da escrita etc. Essa ação vai além da digitalização em direção a uma performatividade dos dados, com vistas a balizar novas ações, comportamentos e conhecimentos. Por performance queremos apontar o tratamento e a análise dos dados para fazer inferências, gerar recomendações e auxiliar na tomada de decisão. Indo além da digitalização, a dataficação é a tradução de intenções, ações, reflexos, sentimentos em dados operacionalizáveis para gerar novas ações preditivas (coletivas ou individuais) a partir de coleta extensiva de informações (Lemos, 2021, p. 194).

Pode-se fazer um paralelo do exemplo acima aplicando-o à necessidade de transporte e deslocamento. Ao entrar no Uber e solicitar uma corrida, você está gerando dados neste aplicativo – como milhões de outros usuários; dados estes (extraídos) que, após tratados, serão traduzidos (analisados) numa rede de informações sobre endereços mais buscados, rotas urbanas com maior circulação de passageiros, horários de maior circulação, etc. Estas informações são sem dúvida alguma valiosas para empresas de transporte que podem ampliar suas operações ou melhorar a forma como dispõem seus motoristas nas vias, obviamente obtendo maior lucro. Em outras palavras, se anteriormente a lógica capitalista baseava-se, sobretudo em *“time is Money”*, cada vez mais, esta lógica tem se atualizado para *“data is Money”*.

Um bom exemplo da datificação da vida – e do seu valor financeiro para inúmeras empresas – é que se pode encontrar aplicativos para quase todas as áreas de interação e interesse humano, desde aplicativos para monitoramento de saúde (Fitbit, Apple Watch), transporte Urbano (Uber, 99), entregas (Ifood, Rappi), relacionamentos (Tinder, Bumble), trabalho (LinkedIn) e consumo de conteúdo (YouTube, Instagram, Spotify, Netflix), etc. A todo momento estes aplicativos coletam dados sobre nossos interesses, rotinas e dinâmicas sociais, transformando todas essas informações em dados, que, após analisados, predizem comportamentos e hábitos de consumo que consequentemente geram mais comércio e, consequentemente, mais lucro para estas corporações (Lemos, 2021). Eis porque se pode afirmar que datificar a vida é ampliar a lógica de financeirizar as interações e interesses humanos. Nesse sentido, Grohmann (2020, p. 110) nos lembra que “algoritmos são uma antessala para o capitalismo de plataformas – sendo um de seus mecanismos –, a financeirização é o seu próprio modo de acumulação de riquezas. Entre um e outro, encontram-se as plataformas”

O processo de extrair e analisar dados, ou ainda, a lógica de datificar a vida só é possível graças a procedimentos algorítmicos, sobretudo de captação de dados, que posteriormente proporcionam a gestão algorítmica como consequência desta datificação. Lemos (2021, p.196) afirma que “a dataficação é o procedimento básico da sociedade de plataformas”; já as plataformas e as empresas-aplicativos, como bem nos esclareceu Abílio

(2017)⁶¹, se desenvolvem interessadas neste processo de transformar em dados comportamentos diversos, que passam a ser gerenciados e rentabilizados.

Portanto, as plataformas e as empresas-aplicativo

são, por um lado, a concretização da acumulação e extração de valor a partir dos mecanismos de dados e das mediações algorítmicas; por outro, significam sua face mais visível (ou interface amigável), infiltrando-se nas práticas sociais com a promessa de oferecer serviços personalizados ao mesmo tempo que causam dependência de suas infraestruturas na web (HELLMOND, 2015) e em diversos setores da sociedade. Além disso, consideramos as plataformas como infraestruturas digitais que são, simultaneamente, meios de produção e meios de comunicação (WILLIAMS, 2011), servindo tanto para trabalhar quanto para interagir, sendo um *locus* de atividades de comunicação e trabalho. As plataformas atuam como processos de produção em meio ao processo de circulação do capital e, enquanto meios de comunicação, contribuem para a aceleração dessa circulação, diminuindo o tempo de rotação, reduzindo o tempo morto e acelerando produção e consumo (HARVEY, 2018). É esse o contexto para compreender o que autores como Nieborg e Poell (2018) têm chamado de ‘plataformização’ e como isso afeta o mundo do trabalho (Gohmann, 2020, p. 111)

Como nos esclarece Grohmann (2020), se, por um lado, toda essa estrutura corrobora para a regulação da vida, para a ampliação dos lucros e resultados das plataformas e das empresas-aplicativos, essa lógica, por outro lado, incide sob a vida de milhões de trabalhadores, afetando o mundo do trabalho. Cabe-nos agora refletir: Como o agenciamento algorítmico age sobre o dia a dia destes trabalhadores? Como opera a lógica da financeirização sobre o trabalho destes?

Em primeira instância, Grohamann (2020) destaca que muitos trabalhadores, nos mais diversos setores e atividades, tornaram-se dependentes destas plataformas e aplicativos. Amplia-se a lógica de subordinação tecnológica. O autor destaca que esta subordinação não é abstrata ou neutra, mas, está submetida às diferentes formas com que as plataformas e aplicativos, através da gestão algorítmica, gerenciam a extração de valor. Esse *modus operandis* de fazer a gestão do trabalho mantém a lógica do trabalho informal e precário, ou seja, se a lógica permanente de trabalho no Brasil – como enunciado anteriormente – é a do bico e da viração, esta lógica permanece, mas, agora, sob a gestão das plataformas e empresas-aplicativos.

⁶¹ O termo empresa-aplicativo foi cunhado por Ludmila Abílio em 2017 para designar empresas que se apresentam como mediadoras entre oferta e procura de serviços (transporte, compras, entregas, etc), negando a subordinação e vínculos empregatícios nessa intermediação, sob o argumento de que se tratam apenas de serviços de mediação tecnológica entre clientes e contratantes.

A gestão algorítmica das plataformas e empresas-aplicativos é estabelecida através de práticas de supervisão, controle e governança, que se materializam constantemente na vida do trabalhador através de sistemas de avaliação, pontuação e bonificação; mecanismos que estabelecem pressão e metas a depender da empresa gerenciadora e da forma de trabalho. Contudo, na maior parte das vezes, não existe clareza ou transparência quanto aos princípios que norteiam os objetivos a serem atingidos ou, ainda, a remuneração derivada destes, como bem ilustra a fala de um motoboy entrevistado para a matéria de Ludmila Abílio (2020) para o Blog da Boitempo⁶²:

Eu, você e outro motoboy estamos trabalhando lá, são 8 pedidos para conseguir o bônus. Eu e você fizemos 7, o outro motoboy fez 4. Para quem eles vão jogar a entrega? Para o outro motoboy. (Mauro, motoboy há quinze anos) (Abílio, 2020, s/p).

Na matéria, através do cruzamento de dados de diversas pesquisas feitas com trabalhadores de aplicativo, Abílio (2020) evidencia o despotismo do algoritmo, que se materializa na vida dos trabalhadores através de um conjunto de regras e técnicas que determinam o volume, o ritmo e a cadência de trabalho, levando o trabalhador a consequentemente adotar determinados métodos e estratégias de adequação constante. Ora, este modo de gerir o dia a dia do trabalhador é despótico⁶³ como bem elucida a autora

o trabalhador trabalha sem saber como, por que e quando receberá o trabalho; sem saber como é definido o valor de seu trabalho. Está submetido a regras onipresentes, mas ao mesmo tempo obscuras, cambiantes, não negociáveis. Vive em um exercício de adivinhação permanente, arcando com riscos e custos, sem ter mínimas garantias sobre tempo de trabalho ou remuneração. (Abílio, 2020, p.???)

Este despotismo do algoritmo acentua a subordinação dos trabalhadores, o controle que estes passam a exercer sobre sua própria vida, a administração desta de maneira subordinada a um certo modo de vida útil para o trabalho, ou seja, para o aplicativo. É frente a esta lógica que podemos falar de um autogerenciamento subordinado que

deixa mais evidente que o que está em jogo é a terceirização de parte do gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador, um gerenciamento subordinado. Suas estratégias de sobrevivência, sua administração do próprio tempo,

⁶² ABÍLIO, Ludmila C. Breque no despotismo algorítmico: uberização, trabalho sob demanda e insubordinação. Blog da Boitempo, 30 jul. 2020, 2020c. <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/30/breque-no-despotismo-algoritmicouberizacao-trabalho-sob-demanda-e-insubordinacao/>

⁶³ Além de despótico tal modo de gestão é também racista como melhor evidenciaremos no tópico “3.3 Racismo e trabalho plataformizado quando as desigualdades estruturais se reforçam (o racismo algorítmico)”

seu conhecimento são apropriados privadamente como fatores da execução de seu trabalho e de sua produtividade (Abílio, 2019, p.5)

O autogerenciamento subordinado é resultado de uma produção histórica. Para compreendê-lo, é preciso que se olhe o mundo do trabalho a partir do ponto de vista da periferia do capitalismo e da constituição de seus mercados de trabalho, como é o caso do Brasil, onde nunca existiu estabilidade, inclusão e igualdade. Trata-se exatamente do caso contrário, de um mercado de trabalho constituído por desigualdades, pela constante viração, pelo “dar um jeito”, onde as leis e os direitos trabalhistas nunca se instituíram para a grande maioria dos trabalhadores. Além disso, esse modelo de trabalho e trabalhador é a consolidação do modelo *just-in-time*, anteriormente explanado, onde o trabalhador arca com todos os “custos e riscos da atividade; que este está desprovido de direitos associados ao trabalho, enfrentando também a total ausência de garantias sobre sua carga de trabalho e sua remuneração. Nada está garantido” (Abílio, 2019, p.3)

O resultado deste processo é a ampliação das jornadas de trabalho, o esgarçamento das condições trabalhistas, a ampliação do “trabalho sob demanda” – consolidação da lógica *just in time*⁶⁴ – uma vez que os trabalhadores passam a ficar à disposição das plataformas e aplicativos, sendo remunerados somente durante o período que estão realizando uma atividade. Ora, como salientado anteriormente, as plataformas não criaram a precarização do trabalho e a informalidade, mas ampliaram essas lógicas e passaram a gerenciá-las. Como exemplo podemos pensar no trabalho de motoboy que precede o aparecimento das plataformas sendo desde sua concepção uma condição precária de trabalho no Brasil, sobretudo pela demora do reconhecimento legal desta categoria em termos de lei⁶⁵. Ora, tudo que as plataformas e empresas-aplicativos têm feito é se apropriarem desta atividade, gerenciando-a sob o novo léxico de entregador, o que oportuniza para estas empresas a destituição da identidade da categoria, uma vez que o léxico entregador desorganiza esta classe de trabalho, tornando-a mais suscetível aos mandos e desmandos da gestão algorítmica. Dito de outro modo, o processo de

⁶⁴ “Ser um ‘trabalhador sob demanda’ é vagar pela cidade esperando o aplicativo tocar. É dormir na praça com a cabeça dentro da bag, porque a demanda caiu e não dá para pedalar 30 km para casa e voltar mais tarde. É sofrer de ansiedade e depressão por ficar 24 horas conectado à espera da microtarefa que pode vir de qualquer lugar do mundo”. (Abílio, 2020)

⁶⁵ O trabalho de motoboy foi trazido ao Brasil em meados da década de 80, sendo reconhecida como profissão pelo Ministério do Trabalho e Emprego legalmente somente em 2003. Desde o surgimento a categoria está associada a trabalhadores que perderam seus empregos ou que não conseguiram acessar o mercado de trabalho formal (Silva, 2011)

gestão algorítmica se apropria das formas anteriores de precarização, informalidade e desigualdade social, acentuando-as.

Finalmente, podemos afirmar que a gestão algorítmica submete o trabalhador a regras que são desconhecidas, mas sempre presentes. Regras que levam ao frequente autogerenciamento do trabalhador e que são criadas tendo como base os dados gerados pelos milhares de usuários; sendo estes usuários atravessados pelos marcadores sociais e elementos da sociabilidade desigual brasileira. Portanto, pode-se depreender que, conseqüentemente, a composição dos algoritmos e de suas regras reflete esta desigualdade no dia a dia dos trabalhadores. Deste modo, o trabalhador subordinado a plataformas e aplicativos “passa a ser subsumido de forma controlada, racionalizada e monopolizada” (Abílio, 2020, p. 122) através da gestão algorítmica que, de forma déspota, acentua e engendra a precarização e a informalidade, elementos que são historicamente centrais no desenvolvimento da desigualdade social brasileira.

Tal despotismo e modo de gestão subordinado é responsável por um certo modo de produção da subjetividade, sobre o qual discorreremos no capítulo “subjetividade neoliberal”, produzindo, também, uma dimensão subjetiva da realidade composta pelo fato de que a plataformização do trabalho aponta para o horizonte das relações de trabalho, que estão se reconfigurando de tal modo que o trabalho plataformizado altera, atravessa, modifica e reconfigura a “categoria emprego”; portanto a plataformização do trabalho não é uma realidade à parte, mas é um fenômeno que modifica a realidade do trabalho como um todo.

2. A GESTÃO DA SUBJETIVIDADE EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Desde sua gênese, o capitalismo tem atravessado uma série de transições. Dentre estas, é possível distinguir três momentos: A transição do feudalismo para o capitalismo no século XIII; uma segunda etapa no século XV, chamada de pré-capitalismo, ou capitalismo mercantil/comercial, onde se vivencia a expansão ultramarina que significou o acúmulo de riquezas na Europa através do comércio de escravos, metais preciosos e da exploração de terras colonizadas; e, no final do século XVIII e início do XIX, a ascensão do chamado capitalismo industrial que teve início em meados do século XVIII, a revolução industrial iniciada na Inglaterra. Esta última etapa atravessa diversas mudanças (em decorrência de mudanças no sistema produtivo), eclodindo, no início do século XXI, em um modelo capitalista mais financeirizado, fruto de um grande acúmulo de riquezas por certas nações. Este modelo financeirizado baseia-se, sobretudo, no liberalismo econômico que passa a se fortalecer, lógica que não mais se baseia na produção das indústrias ou no avanço do processo de industrialização – como na fase anterior – mas fundamentado nas leis dos bancos, das empresas multinacionais e das grandes corporações detentoras de monopólio financeiro (Dardot; Laval, 2016)

O modelo liberal, como o sistema capitalista, não para de se atualizar, dando origem à sua forma neoliberal, sobre a qual a seguir discorreremos. O neoliberalismo nasce, segundo Dardot e Laval (2016), da crise enfrentada pelo modelo liberal nas décadas de 1960 e 1970. Trata-se de uma crise não somente financeira, mas de governabilidade, como nos asseguram os autores, que requer uma nova maneira de expressão do sistema, de forma que faça a gestão não apenas do mercado, como também das subjetividades e das relações sociais.

Portanto, o neoliberalismo não é somente uma atualização do sistema liberal, mas é uma reinvenção do capitalismo que se apresenta, cada vez mais, como sistema gestor da subjetividade, das relações humanas e de toda forma de vida social, ou, em outras palavras, um sistema que opera a lógica de mercado como mediadora de todas as relações sociais (Dardot; Laval, 2016).

Neste capítulo apresentaremos o sistema neoliberal no que concerne os aspectos econômico-financeiros, e, sobretudo, no que se refere às dimensões políticas, culturais, sociais instituídas por este sistema e que atravessam diretamente o modo como o trabalho vem se constituindo na contemporaneidade.

2.1 Subjetividades Neoliberais

Falar sobre subjetividade em tempos neoliberais é reconhecer que o atual modelo capitalista produz certos tipos de relação social e certas maneiras de viver, reconhecendo que se trata de um sistema de gestão econômico-financeiro, e mais do que isso, de um sistema que regula “a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos” (Dardot; Laval, 2016, p. 18).

Nesse sentido, na empreitada de compreender como o neoliberalismo se configura, também, como um sistema de gestão de subjetividades, realizaremos, inicialmente, um retorno à base histórica do neoliberalismo e de sua ascensão para, à medida que realizamos essa tarefa, relacionarmos a atuação dele sobre os aspectos subjetivos. Destacamos, brevemente, que compreendemos a subjetividade de um modo dinâmico e processual, que se dá pela relação do sujeito com o seu tempo histórico, de tal modo que, através do seu caráter ativo, o ser humano não só contempla a objetividade, mas a transforma à medida que também é transformado por esta (Mészáros, 2006).

Dardot e Laval (2016) afirmam que o mundo liberal já era um mundo de tensões, que apresentava suas contradições e fraturas que, a partir de meados do século XIX, se aprofundaram, principalmente no início do século XX frente à primeira guerra mundial e durante o período entre guerras.

As fraturas liberais foram ocasionadas por diversos aspectos e, em especial, pela luta interna de dois segmentos que coexistiam neste sistema: um que defendia o ideal de bem comum e outro que pregava a liberdade individual e absoluta. No século XX, o processo de transição de queda do liberalismo e ascensão do neoliberalismo se dá com a vitória do modelo que afirmava a liberdade individual como fim absoluto e, com o esgotamento do modelo social-democrata em países da Europa⁶⁶. Contudo, outros fenômenos no mesmo período de tempo também foram determinantes para a expansão neoliberal: a queda do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria, a desintegração da União Soviética e o desmantelamento do modelo de socialismo, além do alargamento de alguns fenômenos, como o desenvolvimento tecnológico e industrial, sobretudo nos setores de eletrônica e comunicação (Dardot; Laval, 2016).

Frente a todos estes fenômenos históricos, o liberalismo entra em crise e, como nos lembram Dardot e Laval (2016, p.36), o neoliberalismo encontra o estofo necessário para sua ascensão, baseada, sobretudo, numa crise de governabilidade liberal que “apresenta

⁶⁶ “se o ‘compromisso social-democrata’ era sinônimo de intervencionismo do Estado, o ‘compromisso neoliberal’ era sinônimo de livre mercado” (Dardot; Laval, 2016, p. 189)

essencialmente o problema prático da intervenção política em matéria econômica e social e o da justificação doutrinal dessa intervenção”. Em outras palavras, o que os autores afirmam é que se antes o Estado mostrava-se inclinado, mesmo que minimamente, para a defesa de um compromisso social e a defesa de direitos coletivos, com o crescimento do ideário neoliberal, o Estado passa a ser apenas um braço que opera a favor da iniciativa privada, da economia privada, agindo em favor desta. Desta forma, o neoliberalismo

dá ao governo um papel de guardião das regras jurídicas, monetárias, comportamentais, atribui-lhe a função oficial de vigia das regras de concorrência no contexto de um conluio oficioso com grandes oligopólios e, talvez mais ainda, confere-lhe o objetivo de criar situações de mercado e formar indivíduos adaptados às lógicas de mercado. (Dardot; Laval, 2016, p. 190)

Em outras palavras, os governos se veem confrontados com novas questões econômico-sociais, sobretudo, no que se refere às “mutações organizacionais do capitalismo, aos conflitos de classe que ameaçam a ‘propriedade privada’ e às novas relações de força internacionais” (Dardot; Laval, 2016, p.36) e assumem um lado da moeda, posicionando-se quase que exclusivamente a favor do capital⁶⁷.

Em países como Estados Unidos e Alemanha, desde a segunda metade do século XIX, observa-se que

o modelo atomístico de agentes econômicos independentes, isolados, guiados pela preocupação com seus próprios interesses, é claro, e cujas decisões eram coordenadas pelo mercado concorrencial quase não correspondia mais às estruturas e às práticas do sistema industrial e financeiro realmente existente. Este último, cada vez mais concentrado nos ramos principais da economia, dominado por uma oligarquia estreitamente imbricada com os dirigentes políticos, era regido por ‘regras do jogo’ que não tinham nada a ver com as concepções rudimentares da ‘lei da oferta e da procura’ dos teóricos da economia ortodoxa. O reinado de uns poucos autocratas à frente de empresas gigantescas, controlando o setor das ferrovias, do petróleo, dos bancos, do aço e da química nos Estados Unidos – os que foram qualificados na época de ‘barões ladrões’ (robber barons) – fez surgir talvez a mitologia do self-made man (Dardot; Laval, 2016, p.37).

Melhor explicitando este cenário, o que se observa é a ascensão de grandes grupos de oligopólios internacionais, que passam a exercer cartéis que solapam o direito dos consumidores, legislações protecionistas quanto a comércio e precificação e, conseqüentemente, quanto a condições de trabalho, colocando o Estado a serviço do capital. E,

⁶⁷ Vale aqui destacar que, no caso brasileiro, o neoliberalismo chega trazido de países centrais, se estabelecendo de forma tardia, sendo projetado e desenvolvido nos moldes destes países, ignorando, portanto, as especificidades do país e a carga histórica colonial aqui presente; estes aspectos serão melhor desenvolvidos a seguir.

além disso, passam a constituir, pouco a pouco um arcabouço de ideias meritocráticas que afirmam a necessidade da liberdade individual e de livre concorrência. Este cenário passa a constituir, também, uma política em favor do capital, onde passa a operar não mais uma mão invisível do mercado – como previra Adam Smith – mas, uma mão visível de empresários e financistas que passam a cooptar o poder político e a democracia política. Dito de outro modo, apesar do neoliberalismo apregoar o Estado mínimo, o que se observa, na prática, é a formação de um Estado regido pelas normas neoliberais do mercado (Gonçalves, 2010).

Desta maneira, pode-se afirmar que se trata de um Estado mínimo e, ao mesmo tempo máximo; Estado que atinge sua máxima amplitude quando se trata de defender os interesses financeiros privados de grandes grupos detentores de capital, corroborando com a plena extração de mais valia e obtenção de lucro e, ao mesmo tempo, mínimo, no que tange a políticas sociais e a regulação da relação capital-trabalho, capital-meio ambiente. Assim, se para grandes grupos empresariais opera uma função máxima do Estado, para o trabalhador a função mínima se faz presente através da desregulação de leis e formas trabalhistas. Desta forma, o Estado neoliberal opera através de uma reconfiguração a favor do mercado; um Estado que, por um lado, remove leis e direitos trabalhistas, mas, por outro, legisla a favor dos direitos civis e da propriedade privada (Miranda, 2021).

Contudo, muito mais do que uma lógica a favor do mercado, o neoliberalismo trata-se, também, de uma racionalidade que molda o modo como os sujeitos percebem a si mesmos e o mundo a sua volta. Ou, melhor dizendo, para que a lógica a favor do mercado ganhe efetividade, o neoliberalismo precisa operar em diversas instâncias, dentre estas, na relação do indivíduo consigo mesmo e com a realidade. Dardot e Laval (2016, p. 38) afirmam que o neoliberalismo ascende rapidamente, pois o liberalismo “não incorporou adequadamente, precisamente o fenômeno da empresa, sua organização, suas formas jurídicas, a concentração de seus recursos, as novas formas de competição”, uma vez que não se tratava, somente, de um modelo econômico ou de gestão, mas de uma nova racionalidade, uma nova forma e encarar o fazer negócios, a economia, e as relações de trabalho, uma nova forma de pensar que homogeneizava o “discurso do homem em torno da figura da empresa. Essa nova figura do sujeito opera uma unificação sem precedentes das formas plurais da subjetividade” (Dardot; Laval, 2016, p. 321).

A este respeito, Gonçalves (2010) afirma que a tese neoliberal, desde os primórdios, foi *menos Estado e mais mercado*, destacando que essa lógica avançou, atingindo não apenas as esferas do Estado e da economia, mas, também, esferas da dimensão subjetiva, uma vez que

O neoliberalismo deixa novamente o indivíduo entregue à própria sorte, mas de uma forma exacerbada. O lugar do trabalho altera-se profundamente, na medida que sai de uma posição estruturada e de certa estabilidade, mesmo com variações, para lugares efêmeros, instáveis, transitórios (Gonçalves, 2010, p.28)

O resultado desse processo é que a lógica da competição de mercado espalha-se para todos os tipos de relação, que passam a se constituir enquanto mercadoria, objetos a serem comercializados (educação, comunicação, saúde, serviços que atendem às demandas sociais etc.); e forma uma série de elementos que configuram uma dimensão subjetiva constituída pelos ideais de “individualismo, defesa da liberdade, noção de público como espaço de convivência democrática das individualidades” (Gonçalves, 2010, p. 65).

Ora, até aí, nada de novo, uma vez que Marx já previra nos “Manuscritos Econômicos Filosóficos” (2004 [1844]) a tendência de acumulação do capital levada ao extremo com a consequente alienação do ser humano, uma vez que o trabalho, no sistema capitalista, cada vez mais tenderia a se tornar atividade meramente instrumental, de maneira que o homem seria colocado em oposição à sua própria essência, já que, sob a forma capitalista, o trabalho não ofereceria oportunidade de autonomia.

O trabalhador torna-se mais pobre quanto mais riqueza produz, mais a sua produção aumenta em poder e âmbito. O trabalhador torna-se uma comodidade mais barata do que as comodidades que ele cria. Com o crescente valor do mundo das coisas está em proporção direta à desvalorização do mundo dos homens. O trabalho produz não apenas comodidades, mas também o trabalhador como comodidade (Marx, 2004 [1844], p. 71)

Dardot e Laval (2016), afirmam que o processo de ascensão do neoliberalismo foi, tal qual Marx previra em relação aos desdobramentos do capitalismo, um processo de subjugação e violência contra os trabalhadores. Contudo, salientam a necessidade de ampliar a perspectiva marxista, reconhecendo uma violência extraeconômica “que exerce uma ‘coerção muda’ inserida nas palavras e nas coisas” (Dardot; Laval, 2016, p. 21). Dito de outro modo, apontam a necessidade de reconhecer que o neoliberalismo, em sua forma de operar, impõe uma certa racionalidade e governabilidade, um quadro de normas que orientam, mesmo que de maneira subliminar, condutas, escolhas e práticas que aparentam ser de ordem individual, mas que se ancoram em um *quadro normativo global*.

Dentro deste quadro, podemos inserir uma racionalidade que já se vislumbrava no ideário do *self made man* ou, parafraseando Bock (1997), em sua tese o Barão de Munchhausen, de um ser humano capaz de arrancar-se do mais profundo pântano através de suas forças, puxando-se pelos próprios cabelos; o ser humano que é capaz de puxar e superar a si mesmo, que pode conseguir qualquer coisa a partir do próprio mérito, através da autossuperação. Essa

perspectiva liberal aprofunda-se e se recoloca no neoliberalismo, quando tais elementos se mantêm, mas são agora radicalmente individualizados também na sua gestão. Ou seja, o gerenciamento das condições para essa realização se individualiza mais profundamente, porque se torna também responsabilidade do sujeito individual.

Alves (2011) afirma que se trata de uma “captura da subjetividade” que transcende a base material, captando disposições intelectuais e afetivas, sendo um processo complexo e contraditório que articula

mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo *olhar*, mas nas instâncias socioreprodutivas, com a pletora de valores-fetiche e emulação pelo modo que mobiliza as instâncias de pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano (Alves, 2011, p. 114).

Portanto para pensar “o que é o neoliberalismo” é importante que a discussão transcenda o *modus* econômico-financeiro, envolvendo – como parte central do debate – os aspectos subjetivos, ou ainda, a dimensão subjetiva da realidade. Desse modo, a discussão não se centra, tão somente, sobre as empresas, mercadorias e comércio, ou sobre modelos de operação econômico-financeiros, mas sobre o fato dos indivíduos e a própria constituição da subjetividade passarem a ser regidos por uma certa racionalidade que se instala de amplo modo, constituindo um modo de viver, modelando a sociedade e os indivíduos como empresas.

Por oposição, o momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa. Essa nova figura do sujeito opera uma unificação sem precedentes das formas plurais da subjetividade que a democracia liberal permitiu que se conservassem e das quais sabia aproveitar-se para perpetuar sua existência. A partir de então, diversas técnicas contribuem para a fabricação desse novo sujeito unitário, que chamaremos indiferentemente de “sujeito empresarial” “sujeito neoliberal” ou, simplesmente, neossujeito. Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis – metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. (Dardot; Laval, 2016, p. 322).

Logo, trata-se de um sistema que gere a subjetividade como a um investimento que deve ser maximizado, ampliado, alvo do maior lucro possível. Significa a máxima exacerbação e coisificação humana – processo que sempre esteve no seio do capitalismo, como analisado por Marx (1844/2004). Trata-se de nortear a subjetividade pela ordem da competitividade. De subjetividades que passam a se ver frente à necessidade de se superarem e se especializarem constantemente ou, do contrário, estarão “fora do jogo”. Já que o público não existe mais, ou melhor dizendo, frente à lógica de que tudo se torna privado, trata-se de mostrar-se sempre efetivo, independente e produtivo na busca constante por um sucesso que passa a “depende

exclusivamente de você”, afinal “querer é poder”. Portanto, o neoliberalismo outorga às subjetividades a necessidade constante de demonstrar que se pode operar a própria vida com sucesso. Trata-se do apagamento do mundo social e da responsabilização exclusiva do indivíduo por todo seu sucesso ou fracasso (Miranda, 2021),

O liberalismo carregou a hegemonia do individualismo, do enaltecimento da suposta capacidade soberana do sujeito de decidir seu lugar na sociedade. Deste modo,

O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas põe em relevo o indivíduo, como possuidor de livre-arbítrio, capaz de decidir que lugar ocupar na sociedade. Isso é possível já que a nova sociedade se abre como um mercado no qual todos podem vender e comprar em função de seus próprios talentos. A necessidade de se produzir mercadorias impõe aos homens uma participação na sociedade na forma de Indivíduos, produtores e/ou consumidores de mercadorias (Gonçalves, 2007, p. 39).

Posteriormente, o neoliberalismo representa o alargamento dos ideais liberais, elevando o individualismo a um grau maior, presente até mesmo nos espaços de justificação e legitimação da produção desse mesmo individualismo.

Para além dos aspectos que Dardot e Laval (2016) utilizam para apresentar o modo como o neoliberalismo gerencia as dimensões objetivas e subjetivas da realidade, vale contextualizar, como já feito anteriormente, a presença do Brasil nesse cenário, uma vez que aqui sempre se apresentou um capitalismo subordinado e dependente, como nos assinalou Clóvis Moura (2014). Capitalismo este que, em seu âmago, carrega uma ferida colonial.

Afirmar que, desde o primeiro momento, o capitalismo brasileiro carrega uma ferida colonial significa reconhecer que no Brasil sempre existiu uma lógica pautada na superexploração do trabalho para abastecimento do capitalismo de outros países (inicialmente europeus e depois, sobretudo, norte-americano). E que, para tornar possível esta lógica ultra-exploratória, o estabelecimento de hierarquias raciais foi de fundamental relevância, sendo instituídas desde a invasão colonial e secularmente mantidas no modo como as relações de trabalho e de construção do capitalismo local se desenvolveram (Moura, 2014).

Revisitar e compreender estes aspectos é de fundamental importância para que se compreenda como o desenvolvimento do capitalismo e, hoje de sua forma neoliberal, se deram em nosso país, uma vez que, no Brasil, a instituição de classes e a estratificação capitalista sempre se deram pautadas na imbricação com as questões de ordem racial⁶⁸. Nesse sentido, o

⁶⁸ “Como vemos, o sistema classificatório fenotípico bloqueou socialmente ao invés de libertar, durante séculos, as oportunidades, em pé de igualdade, dessa população não-branca. Essa estratégia centenária irá se refletir na situação atual, isto é, no perfil de estratificação social econômica e cultural dos mesmos. Foi um sistema

que Clóvis Moura (2014) nos lembra é que, para compreendermos a gênese do capitalismo brasileiro, a compreensão do racismo é um elemento essencial. Nesse sentido, os estudos de autores europeus, como Dardot e Laval (2016), se mostram insuficientes na compreensão do neoliberalismo local – e na consequente discussão da subjetividade neoliberal em nosso país – sendo necessário que também nos debruçemos nas questões de ordem racial, entendendo como estas foram estruturantes e estruturais na gestão da atual forma capitalista no Brasil e na constituição de uma dimensão subjetiva da realidade brasileira.

Assim como o capitalismo, o neoliberalismo se desenvolve no Brasil tardiamente, de maneira que o Brasil foi o último país da América Latina a implementar o neoliberalismo (Filgueiras, 2006)⁶⁹. Se no resto do mundo, sobretudo na Europa e Estados Unidos, ele potencializa-se na década de 1970, aqui ele se estabelece nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e chega a sua máxima expressão no golpe ao governo Dilma Roussef em 2016. A este respeito, Antunes⁷⁰(2012) afirma que o capitalismo brasileiro é de desenvolvimento *hipertardio*, tendo se desenvolvido de maneira dependente do capitalismo europeu através do desenvolvimento de diferentes monoculturas, apresentado seu primeiro processo de acumulação industrial somente no século XX, sobretudo a partir do getulismo e, posteriormente, na década de 1950 através do governo Juscelino Kubitschek e da ditadura militar, que acelerou essa acumulação financeiro-industrial através de arrochos salariais (o que significou a consequente expansão da desigualdade social). Após essa fase, de maneira tardia,

em meados da década de 1980, ao fim da ditadura militar, e sob a chamada «Nova República» de José Sarney, que esse padrão de acumulação – centrado no tripé setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional – começou a sofrer as primeiras alterações. Embora, em seus traços mais genéricos, muito ainda se mantenha em alguma medida vigente, foi possível presenciar o início das mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços em

classificatório que conseguiu, com a roupagem de *democracia racial*, o imobilismo social dessa grande massa não branca, especialmente a negra, que até hoje se encontra na base da pirâmide social (Moura, 2014, p. 216).

⁶⁹ “Embora tivesse como referência a experiência de outros países da América Latina, e mesmo dos Governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Regan, nos EUA, além das recomendações de instituições multilaterais como o FMI, o projeto neoliberal no Brasil foi constituindo e consolidando o seu programa político – como não poderia deixar de ser – no próprio processo de sua implementação, como resultado das disputas políticas entre as diversas classes e frações de classes. Portanto, a concepção aqui adotada é de que não havia um projeto neoliberal prévio, acabado, e que foi implantado. Na verdade, a ideia é de que o projeto neoliberal só se definiu claramente de forma ex-post, isto é, como resultado da luta de classes. É isto que explica, em grande medida – ao lado das características próprias da formação econômico-social anterior -, a existência de especificidades e diferenças nos projetos neoliberais implementados nos distintos países da América Latina, em que pese terem eles a mesma concepção doutrinária e o mesmo programa político mais geral”. (Filgueiras, 2006, p.180)

⁷⁰ É importante que a palavra *hipertardio*, utilizada por Antunes (2012), não denote uma avaliação negativa do Brasil em relação ao mundo, como se fôssemos uma nação atrasada e retrógrada, mas que destaque o interesse secular – como apresentamos nos capítulos anteriores e melhor discorreremos no texto sobre desigualdade social – de manter o capitalismo brasileiro “atrasado” e dependente em relação ao resto do mundo.

nosso país, mesmo que num ritmo muito mais lento do que aqueles experimentados pelos países centrais, que viviam intensamente a reestruturação produtiva de capital e seu corolário ideopolítico neoliberal. A singularidade brasileira começava a sofrer os efeitos dos traços universais emergentes do sistema global de capital, que redesenhava uma particularidade que, aos poucos, foi se diferenciando da fase anterior. A princípio, a mudança se deu apenas em alguns aspectos, mas logo se expandiu para muitos de seus traços essenciais (Antunes, 2012, p. 46)

O processo de reestruturação produtiva expande-se na década de 1990 no Brasil. Durante esse período, a indústria automobilística brasileira foi submetida a mudanças, uma vez que no governo Collor (1990-1992) políticas de redução alfandegária para produtos internacionais são postas em prática, significando a redução das tarifas na importação de veículos. Essas medidas geraram uma desaceleração da indústria automobilística local e a intensificação do uso de tecnologias para substituir o trabalho humano. Além disso, ensejaram o movimento de terceirização e subcontratações no Brasil. Nesse contexto, as ideias neoliberais de meritocracia apresentam-se de maneira mais incisiva na captura da subjetividade.

As unidades produtivas mais antigas e tradicionais, como a Volkswagen, a Ford e a Mercedes-Benz, situadas no abc paulista, também desenvolveram um forte programa de reestruturação, visando sua adequação aos novos imperativos do capital no que concerne aos níveis produtivos e tecnológicos e às formas de «envolvimento» da força de trabalho. A Volkswagen e a Mercedes-Benz foram objetos de investigação em nossa pesquisa. Na primeira montadora, o experimento de tentativa de controle, manipulação e interiorização dos trabalhadores, denominado «Coração Valente», é exemplar de como a empresa pretendeu capturar a subjetividade do trabalho em benefício do aumento da produtividade. (Antunes, 2012, p.49).

O governo Collor atravessa diversas crises políticas até o processo de impeachment. Entretanto, ainda que Collor tenha sido deposto, o processo de reestruturação produtiva não para, sendo acelerado, a partir de 1994, por meio do Plano Real sob o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC – 1995-1998; 1999-2002), que demonstra grande aptidão em alinhar o Brasil aos interesses neoliberais internacionais, interesses estes que sempre mantiveram o desenvolvimento do capitalismo brasileiro de maneira dependente e subordinada às regras internacionais, de maneira que, mesmo frente a um pretenso progresso, o Brasil continua a ser sempre, uma “colônia produtora” de matéria prima (Antunes, 2012).

Desta maneira o governo FHC acelera o desenvolvimento da lógica neoliberal como resposta

A forte pressão interna e externa exigida pelos capitais, visando o deslanche da reestruturação produtiva, a financeirização ainda maior da economia, a livre circulação dos capitais, a privatização do setor produtivo estatal, a flexibilização da legislação trabalhista, em suma, a pressão para uma nova inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho que se desenvolvia sob a hegemonia neoliberal começava a afetar mais intensamente o país. (Antunes, 2018, p. 208).

Na prática isso significa que entre os anos de 1994 a 1998, e, posteriormente, de 1998 a 2002, amplas privatizações ocorreram no Brasil, significando a ampliação do capital estrangeiro no país, representando uma das maneiras de alinhar o Brasil aos interesses internacionais, o que representou a consolidação de uma nova ordem econômico-social neoliberal, processo este que sequenciou de outros modos através dos governos Lula (2003-2006; 2007-2010). Apesar deste, em seu primeiro mandato, tentar suavizar essa lógica neoliberal, passou a incorporá-la e negociar com seus interesses que já eram irrevogáveis⁷¹. Desta maneira, pode-se afirmar que a gestão do PT, de certo modo, agiu em favor “aos interesses do grande capital e das distintas frações burguesas, particularmente aquelas representadas pelo capital financeiro” (Antunes, 2018 p. 225). Assim, mesmo que com uma maior participação popular, a gestão PT deu continuidade as principais políticas neoliberais anteriormente adotadas por FHC.

Após duas gestões do governo Lula, o PT se mantém no poder na figura de Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta, que é eleita graças à capacidade do partido de reunir e sustentar um grande leque de forças políticas, obtendo apoio de setores tanto da esquerda quanto da direita tradicional, o que demonstrou que o PT recebia apoio entre todas as classes sociais. Em sua primeira gestão, Dilma demonstrou sua recusa “em ser uma mera executora das decisões políticas de Lula” (Antunes, 2018, p. 256).

Dilma, apesar de buscar uma gestão autônoma, manteve

o receituário do segundo governo Lula: crescimento econômico com ênfase na expansão do mercado interno; incentivo à produção de commodities para a exportação (favorecendo especialmente o capital vinculado ao agronegócio); redução de tributos que beneficiou os grandes capitais (industrial, construção civil etc.), mantendo uma política financeira preservadora – em grande parte de seu governo – dos juros altos, procurando garantir o apoio do sistema financeiro. (Antunes, 2018, p. 257)

⁷¹ A demonstração da irrevogabilidade da negociação juntos aos interesses neoliberais evidencia-se quando lembramos que “no final do governo FHC, em 2002, houve um acordo de ‘intenções’ com o FMI que exigia dos candidatos à Presidência concordância com seus termos. O PT de Lula publicou então um documento denominado ‘Carta aos brasileiros’, no qual evidenciava sua política de subordinação ao FMI e aos setores financeiros internacionais. Quando o governo Lula se iniciou, em 2003, suas primeiras medidas sinalizavam um projeto pautado mais pela continuidade do que pela ruptura com o neoliberalismo, ainda que sob a variante do social-liberalismo. Sua política econômica preservava a hegemonia dos capitais financeiros, reiterando as determinações do FMI. E mais: ao preservar a estrutura fundiária concentrada, dar incentivo aos fundos privados de pensão e determinar a cobrança de impostos dos trabalhadores aposentados, o governo Lula não alterava nenhum traço essencial da formação social brasileira” (Antunes, 2018, p. 248)

No entanto, ao adotar, em certa medida, a mesma estratégia anteriormente admitida pelos dois governos Lula, Dilma deparou-se com o agravamento da crise econômica internacional, que acabou por acelerar um cenário local de altos juros. Além disso, eclodiram várias mobilizações e protestos em 2013, que reuniam por um lado certos espectros da esquerda – descontente com a privatização de setores do transporte com a precarização da educação e da saúde pública, etc. – mas por outro lado reunia, também, uma ala que se afirmava “apolítica” apesar da clara inclinação com os ideais de direita.

Neste contexto, Dilma chega às eleições em 2014 e, sai vitoriosa. Entretanto, após eleita, nos primeiros meses de seu governo demonstra que suas principais intenções não estavam voltadas a classe trabalhadora e, sim, em “estancar a crise econômica e aplacar as pressões dos grandes capitais⁷²” (Antunes, 2018, p. 261). Tal façanha não é atingida com sucesso, e o governo Dilma passa a enfrentar uma crise econômica intensa que se faz acompanhar por uma crise político-partidária. Este cenário desemboca em 2016 no impeachment da presidenta – ou melhor dizendo em um golpe parlamentar que leva a sua deposição – que traz como consequência o início do governo Temer.

O governo Temer está pautado desde o seu início pelos interesses dos capitais locais e internacionais que operam no Brasil. Nesse sentido, o vice de Dilma governa pautado nestes interesses e, para atendê-los, realiza gradativamente a demolição dos direitos do trabalho. Dessa forma, Temer inicia

uma nova fase da contrarrevolução preventiva, agora de tipo ultra neoliberal e em fase ainda mais agressiva. Sua principal finalidade: privatizar tudo que ainda restar de empresa estatal; preservar os grandes interesses dominantes e impor a demolição completa dos direitos do trabalho no Brasil. Foi emblemática a tentativa feita por Temer, visando abrandar (na verdade eliminar) as restrições que proibiam o trabalho escravo no Brasil, em fins de 2017, medida profundamente antissocial que foi suspensa, dada a repulsa generalizada que encontrou. No seu conhecido documento inspirador, ‘Uma ponte para o futuro’, cujo abismo social resultante não para de se intensificar, está estampada a trípole destrutiva a ser implementada nos trópicos: privatizar o que ainda não o foi (destacando-se o pré-sal como vital); impor o negociado sobre o legislado nas relações de trabalho, em um período em que a classe trabalhadora tem apontados uma espada no coração e um punhal nas costas, pelo flagelo do desemprego que não para de crescer; e, por fim, implementar a flexibilização total das relações de trabalho, primeiro com a aprovação da

⁷² “é preciso destacar que o governo Dilma sempre contou com expressivo apoio das classes dominantes burguesas (das frações industrial, financeira, do agronegócio etc.), principalmente em boa parte de seu primeiro mandato. Com a intensificação da crise, em especial ao final de seu primeiro governo, esse quadro começou a se modificar. Já nas eleições de outubro de 2014, era possível perceber uma divisão maior entre as frações burguesas, uma vez que o novo quadro recessivo antecipava a necessidade, exigida pelos grandes capitais, de mudanças profundas em sua política econômica, de forma a ajustá-la ao novo cenário” (Antunes, 2018, p. 265)

terceirização total (conforme consta do PLC 30/2015) e depois com a chamada Reforma Trabalhista (PLC 38/2017). (Antunes, 2018, p. 299)

A gestão Temer finaliza e tem como sequência o governo de Jair Messias Bolsonaro. A eleição deste presidente, em 2018, demonstra não apenas o avanço das forças conservadoras no Brasil, mas, também, a vitória da força do capital e dos ideais neoliberais. Bolsonaro – tendo se aliado a seu ministro da economia Paulo Guedes⁷³ – governa em nome de um empresariado local e internacional que visa obter maiores margens de ganho e lucro, sobretudo, pela desconstrução das leis trabalhistas. Tal fato evidencia-se nos dados apresentados por Dari Krein, Magda Biavashi e Marilane Teixeira (2020)⁷⁴ sobre a situação do mercado de trabalho no Brasil ao final de 2019 e início de 2020:

a) No Brasil, 16,7 milhões de domicílios vivem com até dois salários-mínimos. [...] b) Em 2019, a população na força de trabalho era 106,2 milhões de pessoas, sendo que 11,6 milhões se encontravam sem ocupação (desemprego aberto) e outros 4,6 milhões tinham desistido de procurar trabalho (desemprego por desalento), o que totaliza 16,2 milhões de pessoas (dados do quarto trimestre de 2019 da PNAD Contínua); c) Do total de pessoas inseridas no mercado de trabalho, 29% recebiam até um salário-mínimo; d) Se considerarmos o trabalho por conta própria, temos um total de 24,5 milhões de pessoas. Dessas, aproximadamente 80% não contribuem para a Previdência e desempenham atividades bastante precárias. Encontra-se também grande contingente de pessoas com emprego privado sem carteira de trabalho assinada (11,8 milhões), com emprego no setor público sem registro (2,5 milhões) e com emprego doméstico sem registro (4,6 milhões). Tem-se, dessa forma, um total de 43,5 milhões de pessoas desprotegidas; e) Somam-se a isso os 6,8 milhões de subocupados, aqueles que trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos, que gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas e que estão disponíveis para trabalhar mais horas; f) O país possui 26,1 milhões de trabalhadores subutilizados. No quarto trimestre de 2019, a taxa de subutilização da força de trabalho era de 23,0%.

A situação posta no mercado de trabalho brasileiro agrava-se frente à crise sanitária da pandemia de SARS-COV-19, que se torna, também, uma crise econômico-política, sobretudo em decorrência das escolhas governamentais realizadas por Bolsonaro e sua equipe. Sobressai o descaso com a legislação trabalhista e o consequente agravamento da informalidade

⁷³ Paulo Guedes traz em seu currículo sua formação na Universidade de Chicago (mestrado e doutorado), berço do economista neoliberal Milton Friedman e dos Chicago Boys que defendiam o ultraliberalismo. Foi catedrático da Universidade do Chile durante a ditadura de Pinochet, onde lecionava no curso de economia, admitindo como base para suas aulas a influência ultraliberal. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/584287-o-laco-de-paulo-guedes-com-os-%20chicago-boys-do-chile-de-pinochet> acessado em 08 de março de 2023

⁷⁴ Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida- disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Emprego-trabalho-e-renda-para-garantir-o-direito-%C3%A0-vida> acessado em 20 de agosto de 2021

e desproteção dos trabalhadores, que se veem diante não apenas de uma crise sanitária, como também, trabalhista. Observa-se, claramente, a presença de um necrocapitalismo⁷⁵ na gestão de Bolsonaro, evidenciada nos dados da Fiocruz (2021)⁷⁶ que apontam, durante a pandemia, a presença marcante de negros dentre os mortos por covid: 55% negros contra 38% de brancos. Deve-se destacar, ainda, o fato de que a maior parte dos trabalhadores expostos aos trabalhos precários e informais no Brasil são negros e, como destacou o Conselho Nacional de Saúde, em nota de 26 de novembro de 2021: “A classe trabalhadora, em especial seus estratos mais pobres e oprimidos, majoritariamente compostos por pessoas negras, são os alvos mais vulneráveis para o vírus”⁷⁷.

Antes que se questione a volta que aqui realizamos na história do neoliberalismo brasileiro em um capítulo que se destina à discussão dos aspectos da subjetividade, afirmamos que tal resgate foi necessário para que se evidenciasse a subordinação do capitalismo local ao capitalismo internacional e o consequente reflexo de tal aspecto sobre a subjetividade.

Há muito a psicologia brasileira estuda o fenômeno psicológico enquanto “neutro” ou destacado da realidade sócio-histórica onde este ocorre, como se a subjetividade pudesse ser refletida e pensada em detrimento da base material onde se efetiva. É justamente por ter adotado tal prática que a psicologia brasileira corroborou, em muitas situações e contextos, com o ideário neoliberal que está em expansão no Brasil nas últimas décadas.

É preciso que a psicologia, ao pensar a subjetividade, compreenda os reflexos dos ideários capitalistas – aqui sobretudo neoliberais – sobre a subjetividade, uma vez que a categoria subjetividade deve ser pensada em relação com a base material. Logo, aqui podemos nos questionar: Como tais aspectos incidiram e têm incidido sobre a subjetividade? Como constituem uma dimensão subjetiva do trabalho no Brasil? Como pensar a subjetividade em relação a tais aspectos históricos? Esta é a tarefa que realizaremos agora.

⁷⁵ Conforme assinala Miranda (2021), não existe capitalismo que não seja necrocapitalismo, visto que o modo de produção capitalista se funda sobre um processo violento de acumulação primitiva que se mantém, historicamente, a partir de uma sociabilidade violenta, que fomenta de forma constante uma lógica de produção da morte como parte integrante da sociedade civil burguesa.

⁷⁶ “Negros são os que mais morrem por COVID no Brasil e o que menos recebem vacinas”. Disponível em: <https://www.eapsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>, acessado em 08 de abril de 2023

⁷⁷ Denúncia do CNS e CNDH à ONU mostra que negros morreram cinco vezes mais de Covid-19 que brancos. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2211-denuncia-do-cns-e-cndh-a-onu-mostra-que-negros-morreram-cinco-vezes-mais-de-covid-19-que-brancos>, acessado em 08 de abril de 2023.

Para dar conta da tarefa, retomamos a tese de Ana Bock (1997, p. 277) quando esta, na tentativa de discutir a situação dos psicólogos no Brasil, depara-se com os ideais liberais que incidem sobre a formação e a compreensão da subjetividade.

O homem colocado na visão liberal é pensado de forma descontextualizada, cabendo a ele a responsabilidade por seu crescimento e por sua saúde psicológica. Um homem que ‘puxa pelos seus próprios cabelos e sai do pântano por um esforço próprio’. Um homem que é dotado de capacidades e possibilidades que lhe são inerentes, naturais. Um homem dotado de uma natureza humana que lhe garante, se desenvolvida adequadamente, ricas e variadas possibilidades. A sociedade é apenas o locus de desenvolvimento do homem. E vista como algo que contribui ou impede o desenvolvimento dos aspectos naturais do homem. Cabe a cada um o esforço necessário para que a sociedade seja um espaço de incentivo ao seu desenvolvimento. As condições estão dadas, cabe a cada um aproveitá-las (Bock, 1997, p. 277).

Bock (1999) ressalta em sua obra que os ideais liberais outorgam aos indivíduos total responsabilidade por seu sucesso ou fracasso, vitória ou derrota, como se toda e qualquer ação dependesse meramente do esforço humano, do “puxar-se”. Descortina, então, como os ideais meritocráticos-liberais formam concepções subjetivas (e o modo como os psicólogos têm atuado), que operam de tal modo que os indivíduos passam a internalizar a pressão externa da concorrência como se fosse norma de subjetividade. É importante destacar que esses ideais são tomados pelo neoliberalismo, que amplia a proposta liberal no que tange à configuração de um trabalhador livre, que não tem patrão, que não precisa de sindicatos, que pretensamente pode agir “gerindo a si mesmo”, à medida que obscurece os limites objetivos, pelos quais o capital já não cria postos de trabalho e amplia a informalidade. Logo, apesar do neoliberalismo constituir um desdobramento do liberalismo, este amplia a lógica do individualismo e do rompimento com as políticas sociais; em última instância, pode-se afirmar que o neoliberalismo atropela o processo democrático e amplia a desigualdade social. Em decorrência deste processo, Bock (1999) aponta – como de algum modo também o fazem Dardot e Laval (2016) – que a concorrência capitalista não age apenas de maneira econômica, transacional, mas, também, na formação da subjetividade.

Vale destacar que tal “operação sobre a subjetividade” é essencial para que se ofereça ao mercado neoliberal indivíduos adequados e produtivos, ávidos pela maior produtividade e desempenho. Por meio deste ideário, o neoliberalismo põe os indivíduos na corrida interminável da superação, fazendo com que acreditem que possuem – desde a largada – todos os recursos para encarar os desafios da corrida.

É importante que se destaque a perversidade de tais ideais em um país que desde os seus primórdios funda-se sobre a desigualdade social⁷⁸. De tal modo que, como afirmamos desde a introdução, esta tese defende que a expansão do neoliberalismo no Brasil está intrinsecamente imbricada com a produção da desigualdade social, sobretudo no que concerne à formação e desenvolvimento das condições de trabalho.

Dito de outro modo, as concepções de trabalho que aqui se implantaram desde a colônia sempre foram precárias, desiguais, tendo se aprofundado e ganhado novos contornos no passar dos séculos. Salientamos que a formação e ascensão do neoliberalismo no Brasil está diretamente relacionada a este aspecto que é também formativo de uma dimensão subjetiva da realidade brasileira. Portanto as desigualdades sociais no Brasil são estruturais e contribuíram desde sempre para a criação de um capitalismo local, subordinado e dependente.

Ilustrativamente retornamos à afirmação de que o governo Bolsonaro operou um necrocapitalismo (Miranda, 2021) neoliberal e, para exemplificar tal fato, bem como suas incisões sobre a subjetividade, tomamos a fala do entregador Paulo Roberto da Silva para o UOL em entrevista durante a pandemia - SARS-COV-19: “Não recebi álcool em gel de nenhuma das empresas para as quais trabalho. A gente passa fome. Você imagina a tortura que é andar com fome carregando comida nas costas?”⁷⁹. Vale destacar que Paulo é um homem negro, que faz entregas de bicicleta para o Ifood, tendo comparado o trabalho para o aplicativo com a escravidão: “As pessoas estão trabalhando absurdamente, se expondo e, ainda, ganhando uma miséria. É trabalho escravo, mesmo”

Como afirma Miranda (2021), o necrocapitalismo nos faz conviver com naturalidade com “o caráter sistêmico de produção da morte no capitalismo” (2021, p. 26). Em outras palavras, naturalizamos a ideia de que algumas pessoas estão destinadas à morte ou, no que tange a condições de trabalho, a condições precárias, aviltantes, análogas à escravidão. Proporcionalmente, podemos afirmar que, assim como condenamos um dia os negros à ideia de que não possuíam uma alma, hoje condenamos esses trabalhadores à ideia de que não “tem uma subjetividade”. Como se pudessem sobreviver, se esforçar e competir “em pé de

⁷⁸ Este aspecto será discutido no tópico “3.1 – Plataformização do trabalho e desigualdade social um olhar interseccional” onde se relacionará a produção das diferenças operadas pelo neoliberalismo em relação aos aspectos de gênero-raça-classe

⁷⁹ Sem saída, entregadores ficam entre a covid-19 e o bloqueio dos aplicativos... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/09/entregadores-relatam-falta-de-epi-medo-da-covid-19-e-trabalho-escravo.htm?cmpid=copiaecola>. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/09/entregadores-relatam-falta-de-epi-medo-da-covid-19-e-trabalho-escravo.htm> acessado em 14 de agosto de 2022.

igualdade”, apesar da realidade desigual que os atravessa diariamente. O neoliberalismo nos faz olhar para pessoas como Paulo e afirmar que “querer é poder”, como se este trabalhador pudesse ascender “puxando-se do pântano da vida” tendo como base unicamente o seu esforço individual, como se lhe bastasse a motivação e a perseverança para ultrapassar as desigualdades (de classe, raça etc.) impostas pelo neoliberalismo.

Para ilustrar tal aspecto – de maneira que não transpareça que está circunscrito somente à realidade de Paulo –, relembramos que a pesquisa “O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos”⁸⁰ (Machado; Zanoni, 2022) constatou que dentre os trabalhadores da modalidade *location-based* – mais suscetíveis a condições precárias de trabalho – a maior parte são negros, com menor renda familiar per capita em comparação com os trabalhadores *web-based*. Tal dado é confirmado nas pesquisas de Abílio (2020, p.581), quando a autora evidencia que se trata de jovens negros periféricos que atuam como bikeboys de aplicativos, vivenciando as formas mais precárias e rebaixadas de trabalho:

A partir de dados secundários sobre os bikeboys, aponta-se que essa degradação do trabalho não se realiza de forma homogênea, mas se produz e reproduz nas diferentes interseções de desigualdades estruturantes da sociedade brasileira. Por meio da comparação entre entregadores celetistas e uberizados, evidencia-se que, quanto mais socialmente desprotegida e mais mal remunerada, mais juvenil e negra é a ocupação de entregador.

Finalmente, podemos refletir sobre o modo como esse imbricamento neoliberalismo-plataformização-necrocapitalismo constitui uma dimensão não apenas objetiva, mas também subjetiva da realidade. Uma dimensão que produz uma forma de racionalidade na qual os indivíduos praticam constantemente uma autogestão de todas as suas atividades, um processo em que os trabalhadores passam a operar uma série de decisões diárias para otimizar seus resultados e performance para o trabalho, internalizando esse modo de ser subordinado; decisões estas que incorrem no que podemos chamar de uma certa “gestão da subjetividade”, o próprio trabalhador passa a se controlar e cobrar essa máxima efetividade e aproveitamento, uma gestão que não se trata somente de um ato de empreendedorismo, uma vez que o trabalhador administra sua vida sabendo que tal ação é necessária porque está sendo gerenciado e controlado por uma forma de trabalho – plataforma, app – que lhe exige essa gestão (Abílio, 2021).

⁸⁰ Disponível em https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais_eBook.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022

Vale ainda dizer que não se trata de descartar a perspectiva colocada por Dardot e Laval (2016) sobre o neoliberalismo e a subjetividade neoliberal, mas de apontar, como tem sido realizado no decorrer do texto, que a perspectiva utilizada por estes autores está centrada sobremaneira em uma visão do neoliberalismo operante em países centrais do sistema (sobretudo em uma perspectiva europeia) que é insuficiente para explicar um mundo do trabalho na periferia, como Abílio (2019, p.5) destaca

Ao compreender-se a uberização como um novo meio de controle, gestão e organização do trabalho, propõe-se a passagem da figura do ‘empreendedor de si’ para a do trabalhador ‘gerente de si subordinado’. Não se trata de uma disputa de termos, mas de conectar mais fortemente os modos de subjetivação às formas de subordinação e gerenciamento do trabalho. Pondo menos as fichas no processo de “valorização do eu”, como definem Laval e Dardot, passa-se a jogar luz sobre as ‘estratégias pessoais de sobrevivência’ que são incorporadas na própria gestão do trabalho. Trata-se, portanto, de uma crítica à definição de modos de subjetivação que se fariam pelo ‘reconhecimento do próprio’ sujeito enquanto “empresa de si”: o deslocamento para o autogerenciamento subordinado deixa mais evidente que o que está em jogo é a terceirização de parte do gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador, um gerenciamento subordinado. Suas estratégias de sobrevivência, sua administração do próprio tempo, seu conhecimento são apropriados privadamente como fatores da execução de seu trabalho e de sua produtividade (Abílio, 2019, p.5).

Desta maneira, ao rompermos com o ideal do empresariamento de si mesmo, desvelamos a imagem real do trabalhador subordinado, rompendo com a imagem do empresário para que se desvele a do trabalhador, para que se demonstre a vida precária sob o signo do capital, onde impera o desemprego, a informalidade e a precarização.

3. PLATAFORMIZAÇÃO E A DESIGUALDADE SOCIAL

Como até aqui temos buscado evidenciar, o fenômeno da plataformação do trabalho relaciona-se intimamente com muitos outros fenômenos que constituem a história do trabalho globalmente e localmente. O racismo, o machismo, o classismo e as múltiplas desigualdades sociais são aspectos que constituem e que foram constituídos historicamente no modo como as relações de trabalho acontecem e aconteceram.

Entretanto, ainda temos outras questões: Como a plataformação do trabalho alimenta estes aspectos e como se alimenta destes? Como a plataformação do trabalho sustenta a desigualdade social e, ao mesmo tempo, é sustentada por ela?

Conforme analisamos, a aparição das plataformas digitais manifesta-se como um fenômeno de continuidade das condições secularmente precárias e desumanas que marcam a história do trabalho sob a égide do capitalismo. Mas, como este fenômeno imbrica-se com a expansão da desigualdade social? Esta é a questão sobre a qual buscaremos refletir daqui em diante.

Debruçar-se sobre a relação plataformação-desigualdade é deparar-se com um fenômeno complexo e multifacetado por isso, neste capítulo, nos ampararemos em uma perspectiva histórica e dialética, compreendendo tal relação, como um nó⁸¹ (Saffioti, 2015), onde diferentes opressões se imbricam e se relacionam.

Reconhecendo que a existência dos marcadores sociais sempre acontece em relação, de tal maneira que não podemos sobrepor categorias ou simplesmente somá-las, adicioná-las umas às outras, é preciso que se compreenda que se trata sempre de perspectivas móveis. Propomo-nos, então, à reflexão das relações sociais e suas propriedades como quem observa a um nó onde as diferenças (de classe, gênero e raça, etc.) se articulam, constituindo processos de dominação e produção da desigualdade social.

Além disso, reconhecemos que as relações sociais não são apenas um pano de fundo para interação dos indivíduos, são aspectos centrais para a constituição da subjetividade, de tal maneira, que a base material agrega à subjetividade vivências, perspectivas, experiências, mas

⁸¹ “O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão (...) uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa” (Saffioti, 2015, p.115).

os sujeitos também agregam e atuam sobre a base material. Para compreensão desta relação dialética entre objetividade-subjetividade, utilizaremos a seguir a categoria dimensão subjetiva da realidade (Bock; Gonçalves, 2009) a fim de compreender como os trabalhadores plataformizados constituem este campo de trabalho, ao mesmo tempo em que são constituídos por este.

3.1 Plataformização do trabalho e desigualdade social - um nó górdio?

Para iniciar a tarefa de refletir sobre a relação plataformização e desigualdade social, precisamos, inicialmente, conceituar desigualdade social refletindo sobre a sua constituição historicamente. Assumimos, assim, a impossibilidade de se discutir plataformização do trabalho, ou as transformações sociais que operam no mercado de trabalho, sem levar em consideração as mudanças nas formas de distribuição de renda e riqueza na estrutura social que operam no Brasil e no mundo.

Na tarefa de conceituar desigualdade, o primeiro passo necessário parece ser diferenciar este conceito de pobreza, pois, apesar destes termos caminharem constantemente juntos, existem diferenças e complexidades envolvidas nessa distinção. Scalón (2011, p. 52) afirma que “desigualdade e pobreza, embora sejam conceitos distintos, estão fortemente vinculados, na medida em que as disparidades nas chances de vida acabam por determinar as possibilidades de escapar de situações de privação e vulnerabilidade”. A autora afirma que existem leituras simplistas ou multidimensionais sobre estes termos. Uma leitura simplista de pobreza, por exemplo, centra-se unicamente na capacidade do ser humano de alimentar-se, mantendo-se vivo; já sob uma perspectiva multidimensional, significa a incapacidade de obter determinados produtos ou condições para uma vida digna, o que inviabiliza a participação do indivíduo enquanto membro ativo de uma sociedade.

Ao discutirmos pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional, estamos, também, refletindo sobre cidadania, pensando a respeito da inserção dos indivíduos em sociedade. Em outras palavras, estamos ultrapassando a noção de precariedade e pensando na “pobreza como privação de capacidades básicas que conduz à vulnerabilidade, exclusão, carência de poder, de participação e voz, exposição ao medo e à violência – enfim, à exclusão de direitos básicos e de bem-estar” (Scalón, 2011, p. 53).

Tal olhar sobre o conceito de pobreza nos leva, automaticamente, a outro conceito, o de desigualdade social, uma vez que o modo como os indivíduos vivenciam a disponibilidade

e/ou indisponibilidade de determinados recursos nunca se configurará da mesma maneira, sendo constituído por múltiplos atravessadores que se relacionam subjetivamente e objetivamente. Em outras palavras, mesmo indivíduos que são privados dos mesmos recursos enfrentam realidades diferentes. É por isso que a “questão da desigualdade não deve se limitar a um debate sobre desigualdade de renda. Mesmo porque as desigualdades se espalham entre outras inúmeras dimensões da realidade social, tais como raça, gênero, classe e participação, entre outras” (Scalon, 2011, p.54).

Eis, portanto, a diferença entre pobreza e desigualdade, enquanto a primeira fala da inexistência ou escassez de certos acessos, a segunda fala dos atravessadores que demarcam e constituem essa inexistência e, que, portanto, levam a diferentes modos de viver/exercer a cidadania. Ao falar de desigualdade, falamos dos acordos sociais que mediam a cidadania ou o usufruto desta, falamos dos aspectos que caracterizam nossa sociedade economicamente, juridicamente, sociologicamente, etc., compreendendo como, a partir da realidade concreta, se desenvolve a atividade subjetiva, já que a materialidade não é apenas um “pano de fundo” para a atuação dos sujeitos. Além disso, ao falar de desigualdade, evidenciamos uma estrutura social onde, por um lado, existe a riqueza concentrada e, por outro, a inexistência de condições mínimas e dignas para a sobrevivência.

Como nos lembra Scalon (2011, p. 54), ao discutir a questão da desigualdade lidamos com a “segregação do espaço em que os indivíduos se inserem e se movimentam, delimitando o lugar de cada cidadão na face urbana”. Portanto, ao adotarmos neste capítulo o termo desigualdade social em lugar de pobreza, compreendemos que o debate tem como aspecto central a reflexão sobre as escolhas políticas que secularmente são feitas e aplicadas no Brasil.

Deste modo, assim como a pobreza, a desigualdade social é um fenômeno complexo, resultante de relações de poder que se alternam e se alteram, derivando-se daí o fato de que se trata de um fenômeno mutante que apresenta múltiplas alternâncias. Por isso, Pochmann (20015) afirma que é fundamental que se discuta os dispositivos geradores de desigualdade. Dentre estes, aquele que, sem dúvida, constitui seu fundamento: o modo capitalista de produção. O autor nos afirma que nas sociedades pré-capitalistas os padrões de vida tendiam a não ser tão desiguais entre os povos, tendo se acirrado mediante o advento da sociedade urbana-industrial.

Se por um lado o salto na produtividade proporcionou à humanidade uma diversificação dos padrões de vida, por outro ampliou a matriz das desigualdades, de tal maneira que hoje, com a globalização, vislumbra-se a ampliação de uma “superclasse” que detém renda

e riqueza, enquanto grande parte da população permanece em condições de vida miseráveis, como apontaram os dados da OXFAN (Georges; Maia, 2017), que mostraram que seis brasileiros têm uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres do país.

À medida que o sistema capitalista de produção “desenvolveu-se”, sob o signo da propriedade privada e da exploração do trabalho, engendrou – e continua a engendrar – múltiplas formas de desigualdade que se atualizam constantemente, criando um sistema de diferenciação entre os humanos (Pochmann, 2015). Assim, se por um lado, a expansão capitalista produziu “abundância” de bens e serviços e uma vida mais confortável, por outro, apenas uma parcela da sociedade tem acesso a estes, uma vez que a expansão capitalista sempre vem acompanhada da produção de desigualdades.

Desta maneira, como Scalón (2011) destaca, o modelo capitalista expandiu-se através da legitimação de diversos ideais, dentre estes, o de que é necessário “investir no crescimento econômico do país para que todos, posteriormente, se beneficiem das riquezas geradas” (Scalón, 2011, p. 59). A autora designa este ideal de “teoria do bolo” e destaca que esta tese amplamente difundida - de que o crescimento econômico se reverterá na diminuição da desigualdade - mascara a realidade de que no capitalismo não existe, obrigatoriamente, uma relação entre igualdade, crescimento e redução da pobreza.

Ora, o próprio Marx (2011) nos lembra que a natureza de classe da sociedade capitalista é fundada na desigual submissão dos trabalhadores aos detentores dos meios de produção. Assim, os frutos do progresso são, sempre, assimilados de maneira desigual. Desta maneira, a manutenção do sistema capitalista legitima a manutenção de situações desumanas como seu próprio *modus operandi*.

Portanto, a desigualdade social relaciona-se às diferenças que o capitalismo, ao se expandir, vai criando entre os seres humanos, diferenciações que não se reduzem a questão financeira, material e que implicam dominação e opressão entre diferentes grupos. Marx (2011) distinguiu essas divisões no seio da classe trabalhadora, apontando em passagens do “O Capital” o modo desigual como o capitalismo se apropriou do trabalho de homens, mulheres e até mesmo crianças, como no exemplo a seguir: “A subnutrição entre os trabalhadores agrícolas atingia principalmente mulheres e crianças, pois ‘o homem precisa comer para efetuar seu trabalho’” (Marx, 2011, p. 478).

Apesar de Marx (2011) ter apontado a desigualdade social, sobretudo enquanto desigualdade de classes, resultado da concentração de renda e dos meios de produção, ventilou a existência de outros aspectos presentes na produção da desigualdade ao se referir às mulheres,

às crianças, à escravidão e ao colonialismo (Anderson, 2019). Precisamos ampliar esse pensamento, compreendendo os diferentes dispositivos que contribuem hoje (e contribuíram historicamente) para constituição, manutenção e expansão da desigualdade social, de tal maneira que não podemos explicar a desigualdade exclusivamente sob um olhar da perspectiva de classe. Também não podemos, contudo, explicá-la na ausência deste dispositivo.

É preciso relacionar classe com os diversos dispositivos geradores de desigualdade, como vias que se cruzam e que produzem a cada encontro diferentes modos de produção e manifestação da desigualdade. Não se trata da sobreposição destes marcadores e por isso adotamos a metáfora de Saffioti (2015) de um nó, uma vez que estes processos sociais devem ser pensados em suas dimensões micro e macro, sem que se adote uma hierarquização. Nas palavras da autora,

A sociedade não comporta uma única contradição. Há três fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi-se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais. (Saffioti, 2000, p.73).

Vale ressaltar que estes diferentes aspectos estão presentes desde os primórdios do capitalismo, pois, desde o princípio, o capitalismo produziu “diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos” (Federici, 2017, p. 234). Nesse sentido, a produção e expansão do sistema capitalista debruça-se sobre o arregimentar de diversos dispositivos que produzem desigualdade em seu seio.

Na tarefa de encarar a desigualdade enquanto fenômeno complexo, adotamos a perspectiva do nó proposto por Saffioti (2015), pois articula diferentes contradições a uma compreensão histórica e dialética. Além disso, a autora amplia a perspectiva marxista entrelaçando o eixo da desigualdade de classe com os eixos da desigualdade de gênero, raça, etnia e tantos outros que contribuem para reprodução de relações sociais desiguais e experiências pessoais marcadas pela exclusão.

É preciso adotar um olhar histórico sobre esses eixos, em especial no caso brasileiro, que, como anteriormente destacamos, ocultou a desigualdade social enquanto resultado do abandono político e social dos negros recém-libertos e submetidos a uma nova ordem social competitiva para a qual não estavam preparados. Submissão essa que originou

uma classe de subcidadãos ou, para usar as palavras de Jessé de Souza (2009), uma ralé⁸², que evidencia que no Brasil a escravidão é, ainda, uma herança transmitida geração após geração, permanecendo como “resíduos – nunca devidamente explicitados – da ordem social” (Souza, 2009, p.79).

Esses resíduos que alimentam a desigualdade social são vivenciados não somente de uma maneira objetiva como, por exemplo, a experiência de não possuir algo – renda, meios de produção, objetos materiais, etc. – mas, também, enquanto experiência subjetiva de se saber inferior, desvalorizado, pertencente a um tipo humano subalterno, insignificante. Em outras palavras, a desigualdade não produz somente uma dimensão objetiva, material, econômica, mas, também, uma dimensão subjetiva⁸³.

Portanto, é preciso apontar estes múltiplos aspectos que constituem a desigualdade, fomentando formas subjetivas e objetivas de desigualdade (dimensões que não podem ser compreendidas de maneira apartada e/ou separada). Compreender a desigualdade em sua multiplicidade é também reconhecer o imbricamento destes campos, compreendendo-os na própria produção do Brasil enquanto nação.

Compreender a produção histórica da desigualdade brasileira é saber que, ao contrário do que muitos afirmam, a desigualdade que hoje vislumbramos tão intensamente no Brasil não é meramente uma resultante do período colonial, escravocrata, mas, um resultado das escolhas políticas feitas secularmente que, legitimam os privilégios modernos que observamos em nossa sociedade e deixa nebulosas as precondições sociais e familiares que sustentam ou negam tais privilégios. Muito se afirmou na história do Brasil que a desigualdade que hoje enfrentamos é tão somente resultado do processo de escravidão, como se pudéssemos culpabilizar os negros e o fenômeno da escravidão por questões políticas-econômicas-sociais que até hoje vivenciamos. Ora, tal explicação é reducionista, racista e corrobora para a manutenção da categoria raça como um “não-dito, o interdito da sociedade brasileira” (Souza, 2006, p. 131).

Na esteira desse pensamento, Pochmann (2015) aponta que a má distribuição de renda e riqueza no Brasil não é um fato recente, é um fato consolidado na história do país, uma

⁸² “Ao utilizar o termo ralé, Souza (2009) ressalta que não se trata de designar de forma humilhante e pejorativa populações que secularmente são abandonadas social e politicamente. Mas, de destacar a existência de indivíduos que vivem em situação precária e, comumente são referidos como os carentes, perigosos, preguiçosos. Gente que na lógica do mercado fracassou, incapaz de demonstrar ‘desempenho’ (Carvalho, 2019, p. 15)

⁸³ No capítulo a seguir, conceituaremos dimensão subjetiva e refletiremos sobre a produção desta a partir da experiência da desigualdade social.

vez que os diferentes ciclos econômicos vivenciados no Brasil não alteraram os padrões distributivos e excludentes de distribuição de renda e riqueza. Esses padrões estabeleceram-se desde o princípio de maneira desigual e pautados por hierarquias raciais, uma vez que “raça/cor sempre foi o elemento mais visível da hierarquia social brasileira” (Souza, 2006, p. 131).

Vale ainda destacar que diversos outros fatores corroboraram para a expansão da desigualdade brasileira, sobretudo, conforme Pochmann (2015) nos lembra, nas últimas décadas do século XX, período da ditadura militar, quando ocorreu a expansão desta desigualdade de maneira acentuada: “Durante a ditadura militar (1964-1985), o capitalismo brasileiro transpareceu selvagem, com medidas de estímulo econômico sem apoio ao desenvolvimento social promovendo a ampliação da desigualdade no país” (Pochmann, 2015, p.34).

Se a ditadura militar ampliou as desigualdades existentes no Brasil, tal aspecto foi sedimentado na década posterior, uma vez que, entre 1980 e 1990, o processo de industrialização nacional foi estagnado em nome de uma financeirização da economia, o que aprofundou a desigualdade, pois representou um crescimento pífio do país e a manutenção do poder e da riqueza na mão das famílias que historicamente já eram detentores dos mesmos, mantendo-se o padrão excludente de distribuição de renda e riqueza (Pochmann, 2015).

Nesse sentido, vale ressaltar que o padrão excludente se arregimenta, historicamente, em torno da manutenção de uma elite branca que sempre ocupou essa posição de poder; logo, no caso brasileiro, torna-se fundamental apontar que a manutenção da riqueza está intimamente associada aos padrões do racismo estrutural, ou, em outras palavras, existe um papel fundamental da variável racial na produção da desigualdade social no Brasil.

A inserção do Brasil em um dito “desenvolvimento capitalista” deu-se, como apontamos anteriormente, pelo investimento de capital inglês e a sujeição a este, de tal modo que os ingleses dinamizaram nossa modernidade, mas, por outro lado, impediram nosso desenvolvimento econômico, mantendo o trabalho escravo em pleno funcionamento.

Era, em conclusão, um processo de modernização que estabelecia toda uma constelação de valores na interação dos diversos grupos e classes, toda ela, mesmo modernizada, subordinada, no fundamental, aos interesses do capitalismo internacional (inglês), da classe senhorial dona de escravos e de grandes parcelas das chamadas livres deste modo de produção. Os escravos, como podemos ver, estavam totalmente privados dos seus benefícios e direitos de cidadania. (Moura, p. 10).

Dessa maneira, a entrada do Brasil no capitalismo mundial, dá-se sob o endividamento progressivo junto a agentes internacionais e com a manutenção das bases escravagistas que até então se apresentavam, o que significou uma “inclusão perversa” do negro

nas relações de produção e trabalho vigentes na época, principalmente quando este negro defrontava-se com a competição com o branco imigrante, que encontrava condições favorecidas e trabalho na economia artesanal, no pequeno comércio urbano, na indústria – mesmo que incipiente –, sendo assim o negro relegado a setores residuais da economia.

Por residuais compreenda-se que, após a abolição, fora da economia formal, ao negro restou o que hoje popularmente chamamos de “trabalho informal”, sendo a “informalidade comumente associada à precariedade, insegurança e ausência de proteção social, em oposição à seguridade e regulações que constituem o trabalho formal” (Abílio, 2021, p.15). Assim, a população negra foi lançada a toda sorte de atividades temporárias, como serventes, marceneiros, charuteiros, etc. Enquanto eram ofertados aos imigrantes terra e condições de trabalho, ao negro restava a marginalidade e subalternidade na pirâmide social.

Tal lógica criadora e mantenedora da desigualdade social brasileira é historicamente atualizada, dentre muitos fatores, pela manutenção de trabalhos precários em nossa sociedade, aqueles que mantêm os indivíduos em “guetos sociais”, que pouco possibilitam ascensão e acesso à dignidade humana. Como Scalon (2011, p.62) defende, no Brasil existe pouca ou quase nenhuma mobilidade social⁸⁴, uma vez que “as redes sociais reforçam a tendência à reprodução e transmissão de classe”. A autora defende que a mobilidade social quando acontece no Brasil costuma ser de curta distância e, quase sempre atrelada a transformações na estrutura ocupacional.

É assim que podemos relacionar a geração, a produção e a manutenção da desigualdade social aos trabalhos realizados de forma plataformizada, uma vez que, como demonstrado anteriormente, esta forma de trabalho promove e estimula o trabalho informal, temporário, mal remunerado e precário, corroborando para a manutenção das desigualdades de raça e classe que historicamente se instalaram no Brasil.

Tal fato pode ser vislumbrado quando se observa o perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo no Brasil que, conforme apontam os dados da pesquisa realizada pela Aliança

⁸⁴ “Na realidade, as chances relativas de mobilidade no Brasil apresentam um quadro bastante diferente, já que revelam uma extrema rigidez na estrutura social. Ou seja, as chances de mobilidade entre estratos sociais são muito desiguais e, portanto, a capacidade de reprodução dos estratos mais privilegiados é muito alta. É fato que os dados de 1996 mostram um aumento da fluidez social, que se deve principalmente pela mobilidade do setor rural para o urbano. Temos um cenário em que a mobilidade social é basicamente de curta distância, fortemente impulsionada pelo movimento rural-urbano. Ainda assim, é possível observar alguns movimentos ascendentes de fôlego, que implicam numa mudança de estrato significativa. Mas quando analisamos as chances relativas de mobilidade, indicador da fluidez da estrutura de classes, vemos que elas ainda são extremamente desiguais revelando uma sociedade bastante rígida.” (Scalon, 2011. p.61)

Bike – Associação Brasileira do setor de Bicicleta –, são 71% negros⁸⁵, ou seja, as atividades mediadas por aplicativo, ou, porque não dizer o trabalho precário mediado por aplicativo é majoritariamente desenvolvido pela mesma população que no Brasil sempre esteve à margem de qualquer oportunidade digna de trabalho.

A esse respeito, na pesquisa realizada com 55 trabalhadores de aplicativo (motoristas e entregadores) pelo Grupo de Pesquisa Trabalho no Século XXI, vinculado à Pós-Graduação da Faculdade Nacional de Direito (FND)⁸⁶, entre os anos de 2018 e 2020, concluiu-se que

Os dados empíricos demonstram que as plataformas digitais de transporte de pessoas e mercadorias são um lugar em que os negros estão sobrerrepresentados, corroborando dados estatísticos oficiais relatados ao longo do texto. Essa sobrerrepresentação é ainda maior quanto menor for o custo do meio de transporte realizado para desempenhar o trabalho para a plataforma. Ademais, a pesquisa empírica demonstrou que, para o mesmo serviço, comparativamente aos brancos, negros recebem menor remuneração, inexistindo benefícios no uso da tecnologia para o combate de iniquidades no mercado de trabalho. Pelo quadro teórico manuseado, verifica-se que o local subordinado para o negro no mercado de trabalho no Brasil é delimitado socialmente pela manifestação do racismo estrutural, sendo o por meio de plataformas digitais mais uma modalidade de labor precário e informal desempenhado por minorias.[...] A configuração institucional do trabalho em plataformas digitais, a partir de seu próprio desenho e execução de labor precário e sem direitos, reproduz e perpetua o racismo estrutural existente na sociedade brasileira (Santos; Careli, 2022, p. 33).

Para além do imbricamento dos marcadores de classe e raça presentes no trabalho plataformizado – e na produção e manutenção da desigualdade gerada por este – faz-se importante também destacar o aspecto de gênero. Apesar de inúmeras pesquisas apontarem o trabalhador de aplicativo como majoritariamente do sexo masculino (80%) – sobretudo motoristas e ciclistas – ao interpretar tal dado podemos verificar o quanto as mulheres, sobretudo negras, continuam à margem da sociedade, até mesmo quando se trata de trabalhos precários.

O que intencionamos afirmar é que, para as mulheres, nem mesmo o trabalho na sua forma mais precária se apresenta, acontecendo uma verdadeira exclusão, de tal maneira que

⁸⁵ Perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo. Disponível em: <https://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Apresentac%C3%A7%C3%A3o-entregadores.pdf>. Acessado em 10 de fevereiro de 2022

⁸⁶ Fonte: <http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/126/107>. Acessado em 10 de fevereiro de 2022

estas continuam a ser retiradas de muitos espaços e oportunidades. Tal aspecto também se apresentou como dado conclusivo na pesquisa realizada pelo grupo anteriormente mencionado.

Conclui-se, portanto, que há uma divisão sexual do trabalho em plataforma de transporte de pessoas e entrega de mercadorias. Como adiante irá se verificar, possuindo o trabalho de transporte junto à plataforma digital características de precariedade e intensidade de labor que exigem do seu prestador condições físicas aptas a suportar não somente elevada carga horária, mas, como no caso de transporte de mercadorias, sobrecarga sobre o próprio corpo, a mulher acaba sendo excluída de tal mercado, seja por ser, tradicionalmente, responsável pelos trabalhos doméstico e de cuidado, seja pela sua condição física, que acaba sendo desfavorável para o trabalho que exija maior esforço físico. Outrossim, o fato de o trabalho ser desempenhado na rua acarreta maior exposição a variados riscos, inclusive os de natureza sexual, o que pode explicar o labor ser efetuado predominantemente por homens (Santos; Careli, 2022, p.8).

Ludmila Abílio (2014) demonstrou, em sua pesquisa com revendedoras de cosméticos, que muito antes de tomar as proporções que hoje encontramos, a precarização e a flexibilização presentes no trabalho plataformizado já se imbricavam com a questão de gênero. A autora demonstra como o sistema de vendas diretas seria, de algum modo, uma protoforma do trabalho através de aplicativos que contribuiu para expansão da associação de mulheres com “ocupações de menor remuneração, menor qualificação e maior rotatividade” (ABÍLIO, 2014, p.88).

Em outras palavras, Abílio (2020) destaca que

Com as revendedoras, reconhecemos elementos tais como o trabalho amador, o *crowdsourcing*, a imbricação do trabalho no consumo, a transferência de riscos e custos em uma relação de trabalho que precede as plataformas digitais (Abílio, 2014). Naquela ocupação tipicamente feminina, socialmente invisível, em um trabalho que mal é reconhecido como tal, já era possível identificar elementos centrais que tecem a reprodução social das mulheres, que se espraiam com a flexibilização do trabalho e hoje se atualizam na uberização. As indistincões entre o que é e não é tempo de trabalho, a nebulosidade entre o que é e não é trabalho, as imbricações do espaço doméstico no espaço de trabalho são alguns dos elementos que compõem a flexibilização do trabalho e hoje se aprofundam sob uma nova forma de gestão e controle (Abílio, 2020, p. x-xx).

Observa-se, portanto, que ao atingir as mulheres, sobretudo as negras, a lógica de plataformização do trabalho é ainda mais perversa. Em outras palavras, mesmo não sendo o grande público de trabalho de muitas plataformas, as mulheres vivenciam a face mais dura da precarização, sendo mais afetadas pelas condições laborais disponibilizadas pelos aplicativos.

Assim, pode-se afirmar que a plataformização do trabalho potencializa as desigualdades sociais historicamente existentes, alimentando-se destas ao mesmo tempo que as alimenta. Como afirma Grohmann (2020), a plataformização do trabalho assenta-se em bases tecnológicas, financeiras e políticas, mas, também, sobre as clivagens de gênero, raça e

território e, sobre o fato de que os “bicos” no Brasil nunca foram uma exceção, mas uma regra. Em outras palavras, o autor defende que a gestão algorítmica que torna possível o funcionamento e gerenciamento das plataformas alimenta e alimenta-se da lógica da desigualdade social.

A seguir refletiremos que questões e impactos subjetivos esta lógica gera, ou ainda, como se pode relacionar as questões objetivas e subjetivas advindas desta forma de trabalho.

3.2 A dimensão subjetiva da desigualdade social

Como anteriormente defendemos, a desigualdade social produz diferenças econômicas, políticas e materiais. No item anterior, refletimos sobre as perspectivas objetivas⁸⁷ que se associam à produção da desigualdade, evidenciando os diferentes marcadores imbricados na questão. Mas, para além das experiências objetivas, que outras experiências a desigualdade produz? Que vivências subjetivas a desigualdade fomenta? Como poderíamos pensar sobre uma dimensão subjetiva da desigualdade social?

Frente aos dados e fatos apresentados, torna-se inequívoco afirmar que a desigualdade social caracteriza a sociedade brasileira, e, partindo-se desta constatação

como não a considerar como determinante das relações entre os indivíduos dessa sociedade? E, se essas relações são determinantes da constituição das formas de pensar, de sentir e de agir dos seres humanos, como não considerar que essa desigualdade constitui subjetivamente esses sujeitos? Como não considerar que as significações dos sujeitos sobre o mundo e sobre si mesmos partem dos lugares desiguais que ocupam na sociedade? Não considerar que a desigualdade constitui e é constituída por esses sujeitos em suas relações sociais implica falsear nossa compreensão da realidade, em interpretá-la de forma ideologizada, ilusória, alienada e apartada da vida concreta. (Bock; Perdigão; Kulnig, 2022, p. 56)

Ao trazer a categoria dimensão subjetiva da realidade, destacamos que a objetividade e a subjetividade se produzem mutuamente sendo que “os elementos da relação não são exteriores um ao outro, e a determinação de um sobre o outro não é direta, imediata” (Gonçalves; Bock, 2009, p. 143). Desta maneira, adotamos tal categoria pois compreendemos

⁸⁷ Ressaltamos que se nesse trabalho dividimos as perspectivas subjetivas e objetivas, tal empreitada é meramente ilustrativa e realizada como recurso teórico de entendimento. Compreendemos que objetividade e subjetividade jamais são separáveis, uma vez que adotamos uma perspectiva materialista-histórica-dialética, compreendendo “que o âmbito do sujeito inclui processos e características específicas que só podem ser compreendidas na relação com a objetividade” (Gonçalves; Bock, 2009, p. 141). Assim, “a relação entre o sujeito individual e os fenômenos sociais é de constituição mútua” (Gonçalves; Bock, 2009, p. 143)

que mesmo os dados apontados, que aparentam uma pretensa natureza individual, somente são possíveis ao se apoiarem em processos coletivos. Do mesmo modo, os dados que parecem manifestar unicamente uma coletividade são produzidos, também, sob elementos subjetivos. Em outras palavras, a plataformização do trabalho, a desigualdade social, a precarização do trabalho, etc. não se apresentam apenas como fenômenos sociais, se apresentam, também, pelas experiências e vivências que são, outrossim, de ordem subjetiva.

Deste modo, ao estudar os fenômenos sociais, é preciso que se reconheça a presença da subjetividade, de tal modo que a produção de todo e qualquer fenômeno social passa por múltiplas determinações objetivas e subjetivas. Portanto, a categoria dimensão subjetiva da realidade permite que se reconheça nos fenômenos sociais a presença dos sujeitos e da subjetividade; trata-se, portanto, de uma categoria que articula dialeticamente a relação singular-particular-universal. A esse respeito Gonçalves e Bock (2009, p.144) afirmam que

é necessário superar a dicotomia e compreender os fenômenos sociais a partir da constituição histórica e social dos indivíduos e de sua subjetividade. Compreender o indivíduo é compreender ao mesmo tempo, a relação indivíduo-sociedade (superar a dicotomia). Não há uma sociedade externa e independente dos indivíduos; não há indivíduos *a priori* ou independentes da sociedade (Gonçalves; Bock, 2009, p. 144).

Por ora, antes de seguirmos em tal análise, retrocederemos para melhor conceituar a dimensão subjetiva da realidade, apontando a gênese e a relevância desta categoria, ressaltando como podemos tecer um olhar crítico sobre os fenômenos, comprometendo-nos com uma compreensão histórica da realidade que conduz à superação das contradições e à sua transformação.

A expressão dimensão subjetiva da realidade foi cunhada por Furtado (2002). Trata-se de uma categoria fundamental para refletir sobre os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva materialista, histórica e dialética, pois reconhece o movimento existente entre objetividade e subjetividade, evidenciando, ao mesmo tempo, a dimensão social presente nos indivíduos e a dimensão subjetiva presente na realidade, realizando, um movimento dialético de superação de dicotomias entre objetividade e subjetividade, que passam a ser vistas como uma unidade de contrários.

Pelo uso desta expressão, o autor explicitou que a realidade se constitui sob uma base objetiva (econômica e material) e uma base subjetiva (valores). Estas bases estão assentadas histórica e socialmente sob um movimento de constante dialética. Dito de outro modo, ao falar sobre dimensão subjetiva da realidade, Furtado (2002) destacou a realidade

enquanto construção histórica, síntese das condições subjetivas e objetivas, resultado de múltiplas determinações.

A base material é fundamental e dela deriva a base dos determinantes de produção da própria humanidade, como já vimos anteriormente. Mas, o jogo entre tais condições materiais e sua subjetivação como forma de compreensão do mundo e condição para a sua transformação também é fundamental para a produção humana. De tal forma, podemos afirmar que é a partir da ação concreta no mundo (atividade), o ser humano passa a constituir aspectos subjetivos de registro e significação que lhe permitem a produção de sentidos que acompanham (sem ser reflexo) sua ação no mundo. (Furtado, 2011, p. 68).

Sob esta perspectiva, compreende-se a subjetividade como individual, mas, “constituída socialmente, a partir de um processo objetivo, com conteúdo histórico” (Gonçalves; Bock, 2009, p.142). Deste modo, é uma categoria essencial para a compreensão de que toda subjetividade não é natural, mas sim, produzida historicamente.

Para além das contribuições que a categoria dimensão subjetiva da realidade traz para este trabalho, é preciso que se reconheça, também, seu valor para o campo da psicologia. Bock e Furtado (2020) destacam que historicamente a psicologia se constituiu como uma ciência positivista que construiu e fomentou uma compreensão do humano dualista, onde objetividade e subjetividade apareceram, muitas vezes, como unidades opostas, separadas. Na busca pela objetividade, que outorgaria à psicologia a credibilidade de ser uma ciência neutra, imparcial, secularmente exigiu-se que o fazer da psicologia não seria contaminado por afetos, emoções ou qualquer outro aspecto que desvirtuasse a compreensão objetiva dos fatos.

Na busca pela neutralidade, o fazer da psicologia recortou o humano do seu ambiente social, como se fosse possível separar objetividade e subjetividade, como se os campos objetivos e subjetivos pudessem ser compreendidos como independentes e separados. Foi assim que a psicologia se tornou uma ciência mecanicista e determinista que, banhando-se no ideário capitalista de individualidade, passou a contribuir para visões naturalizantes e preconceituosas do fenômeno psicológico.

Na contramão destas perspectivas, a psicologia sócio-histórica apresentou-se como uma possibilidade de superação destas visões dualistas e dicotômicas, que são, desde o princípio, expressões liberais. A categoria dimensão subjetiva da realidade surge como um importante elemento desta abordagem teórico-metodológica para que se possa pensar na produção histórica dos sujeitos, para que as ideias naturalizadas do fenômeno psicológico possam ser superadas de tal modo que se compreenda que

O mundo psicológico é um mundo em relação dialética com o mundo social. Conhecer o fenômeno psicológico significa conhecer a expressão subjetiva de um mundo

objetivo/coletivo; um fenômeno que se constitui em um processo de conversão do social no individual; de construção interna dos elementos e atividades do mundo externo (Bock, 2004, p. 31).

Para além das contribuições para a psicologia, como a categoria dimensão subjetiva agregaria mais compreensão na análise que até então realizamos? Acreditamos que, através da adoção desta categoria, podemos superar dicotomias e processos que naturalizam a desigualdade social e a precarização do trabalho, contribuindo para culpabilização dos indivíduos por seus insucessos e fracassos. Para melhor ilustrar esse pensamento, tomamos como exemplo a fala de um motorista de Uber, entrevistado pela pesquisadora e professora da UERJ, Daniela Barbosa (2020, p. 157)

Pra mim, tá valendo, sim. É aquilo, né, é um trabalho como outro qualquer. Então você tem que ter uma disciplina. Você tem que ter uma meta, estipular uma meta, estipular um horário. Porque é aquilo, né, não deixa de ser um empreendedorismo. Então se eu pensar da seguinte forma: Ah, eu trabalho a hora que eu quero, eu vou o dia que eu quiser, aí você começa a ficar desleixado, ficar preguiçoso, porque aí você não acorda cedo. Já que não tenho patrão para me cobrar, então vou acordar meio-dia e, amanhã, trabalhar meio-dia. Ah, amanhã, eu não vou, porque eu tô cansado, entendeu? Então, assim, se você estipular uma meta, vale a pena sim, entendeu? (Barbosa, 2020, p. 157).

Observa-se, no discurso do motorista, de forma evidente, diversos fenômenos até então discutidos neste trabalho, em especial, no que se refere ao “engajamento, responsabilização e gestão da própria sobrevivência” (Abílio, 2020, p. 113) que passa a ser operada pelo motorista, quando este exerce sobre si mesmo a cobrança de não ser desleixado ou preguiçoso, como se a fonte de todo o seu sucesso ou fracasso estivesse fundamentada em sua atitude individual. Ao adotarmos a categoria dimensão subjetiva compreendemos que as ideias e crenças apresentadas pelo motorista não se desenvolveram individualmente, isoladamente, mas no âmbito desse processo de imbricamento objetividade-subjetividade. Vislumbramos em suas afirmações como os fenômenos sociais (da plataformização, da desigualdade, da precarização) reverberam na subjetividade, gerando produtos que parecem de natureza individual, mas que são socialmente constituídos. Em outras palavras, podemos compreender como este modo de pensar, sentir e agir manifestado pelo motorista reflete a lógica neoliberal, ao mesmo tempo que alimenta esta lógica. São aspectos presentes não só na individualidade subjetiva desse trabalhador, mas também presentes no fenômeno social do trabalho plataformizado no contexto do neoliberalismo, ou seja, trata-se da dimensão subjetiva desse fenômeno.

Conforme explicitado anteriormente, Dardot e Laval (2016, p.16) destacam que o neoliberalismo não é apenas um sistema econômico, mas um produtor de “certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades”. Por meio da categoria dimensão subjetiva, podemos evidenciar como o neoliberalismo reforça certos tipos de existência, criando um modelo de assujeitamento que reproduz novas formas de ser e de estar no mundo baseado nos princípios da individualidade e da competitividade.

Deste modo, podemos pensar em uma dimensão subjetiva do neoliberalismo, refletindo como esse sistema, no caso brasileiro, engendrou e engendra elementos da colonialidade, precariedade e flexibilização do trabalho. Dito de outro modo, o neoliberalismo encontra, no Brasil, um solo fértil para proliferação dos seus ideais meritocráticos, uma vez que

para a grande maioria da classe trabalhadora brasileira, o autogerenciamento de uma sobrevivência onde muito pouco está garantido, de uma provisoriidade permanente, é elemento estruturante de um modo de vida que precede políticas neoliberais e flexibilização do trabalho dos últimos quarenta anos (o que não quer dizer que esse autogerenciamento também não tenha se atualizado em novas formas e lógicas). Entretanto, a grande novidade é que esse modo de vida passa a ser subsumido de forma controlada, racionalizada e monopolizada. A figura dos ciclistas negros e periféricos carregando nas costas os baús das empresas-aplicativo de entrega deixa evidente que um modo de vida sempre precário, arriscado, desprotegido, explorado está agora organizadamente subsumido e controlado por algumas empresas que se tornam gigantes do mercado. (Abílio, 2020, p.122).

Em outras palavras, o que se observa é que o trabalho plataformizado não cria uma nova lógica de trabalho, mas alimenta-se dos elementos da desigualdade que sempre estiveram presentes no Brasil. O que a plataformização do trabalho faz, muito bem, é continuamente engendrar um mercado de trabalho que, desde os primórdios, ofertou condições desiguais, provisórias e inseguras para muitos trabalhadores, sobretudo negros.

Conforme citado por Abílio (2020), tal aspecto fica evidente no caso dos ciclistas que, em sua maioria – conforme dados apresentados ao início deste texto – são negros. Ora, tal aspecto não se trata de uma mera coincidência mas da manutenção do *culturalismo racista*⁸⁸ que continua a ser operado pela lógica plataformizada do trabalho, que, por sua vez, se alimenta

⁸⁸ “em resumo, a ideia que defendo é que no Brasil se construiu um falso rompimento com o ‘racismo científico’ que explicava o comportamento diferencial de sociedades inteiras pela cor da pele. O nosso ‘culturalismo’ é, portanto, uma falsa superação do racismo, já que serve aos mesmos propósitos do chamado racismo científico, sendo o seu mais perfeito ‘equivalente funcional’ [...] Minha tese é que o nosso pensamento social muda o racismo explícito da cor da pele para um racismo implícito, e por conta disso torna-se muito mais perigoso. Onde reside o racismo implícito do nosso culturalismo? Ora, precisamente no aspecto principal de todo racismo, que é a separação ontológica entre seres humanos de primeira classe e seres humanos de segunda classe” (Souza, 2017, p.10)

deste sistema para a sua sobrevivência, corroborando, ainda, para que os indivíduos se culpabilizem e se cobrem como se fossem os únicos responsáveis por seus sucessos e fracassos, apagando o passado histórico existente de crescimento desigual das classes e do mercado de trabalho, criando, assim, o cenário ideal para a consequente exploração e aviltamento de uma série de trabalhadores.

Tal aspecto fica evidente na entrevista concedida por alguns entregadores de aplicativo para a BBC News (2019)⁸⁹ ao afirmarem que, apesar de trabalharem 12 horas por dia conseguindo uma renda média de R\$2.000,00, não vêm como indignas as condições ofertadas pela empresa Ifood, uma vez que os aplicativos de entrega oferecem certa liberdade de trabalho, sendo de responsabilidade do entregador se esforçar e fazer proveito desta lógica. Tal modo de pensar fica evidente nas palavras de Carlos – um dos entregadores entrevistados – "Coloquei na minha cabeça que a crise é você quem faz".

Ora, como anteriormente destacamos, recai sob diversos trabalhadores brasileiros – aqueles que Souza (2009) designou de ralé – a história colonial que contribuiu, junto às ideias neoliberais meritocráticas, para a criação de uma imagem destes como destituídos de qualquer valor, atribuindo-lhes “um certo tipo de personalidade, julgada como improdutiva e disruptiva para sociedade como um todo” (Souza, 2017, p. 229). Destituídos de valoração, regidos pelo ideário meritocrático de que “só depende de você”, são, muitas vezes, estes os trabalhadores que se assujeitam às práticas mais aviltantes presentes na lógica da plataformização do trabalho.

Percebemos nesses exemplos e aquilo que representam a dimensão subjetiva do fenômeno social. Ou seja, aspectos de subjetividade produzidos nas relações concretas existentes, revelando elementos valorativos ideológicos que justificam e sustentam as condições existentes; e, ao mesmo tempo, aspectos da vivência dos trabalhadores que conjunham suas percepções e afetos com esses elementos gerais; tudo isso constituindo a dimensão subjetiva da realidade.

Em contrapartida, para que não se enseje em uma análise fatalista, vale reconhecer que estes trabalhadores são, também, os responsáveis por movimentos de resistência e enfrentamento a este sistema, produzindo processos de resistência e luta, como foi o #brequedosapp, paralisação dos aplicativos iFood, Loggi, Uber Eats e Rappi realizada em julho de 2020, que “tinham como objetivo breicar os aplicativos de delivery por um dia, na tentativa

⁸⁹ “Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>. acessado em 10 de Janeiro de 2023

de trazer à tona as demandas e reivindicações dos entregadores” (Desgranges; Ribeiro, 2021, p. 190-191).

A sujeição e a falta de valoração a que muitos destes trabalhadores estão submetidos está evidenciada na entrevista do entregador Abel Santos, vice-presidente da Associação de Moto Frentistas Autônomos e Entregadores de Aplicativos do Distrito Federal, para a rede de notícias Brasil de Fato⁹⁰

É muito complicado o acesso ao banheiro, sendo que é algo tão simples, de necessidade básica que não é pensada. Se eu preciso tomar uma água, também preciso comprar, porque muitas vezes os estabelecimentos também não fornecem essa água, então essa precariedade do mínimo, do básico. Fora a questão da taxa, porque todos trabalhamos por ter dívidas, por precisar, não estamos embaixo de sol e chuva, à noite, com uma carga excessiva de jornada de trabalho porque achamos bonito, é porque temos necessidade daquela fonte de renda, então quando vemos que passam dois, três, quatro anos sem aumento, mas aquilo que você precisa pagar para trabalhar aumentou, algumas coisas aumentaram quase 50%, como a troca de óleo, pastilhas, freio, gasolina que teve um aumento absurdo e não tem nem como mensurar, fica difícil avaliar de forma positiva.

Esses exemplos mostram que as contradições concretas estão expressas também na dimensão subjetiva, uma vez que as vivências dos trabalhadores podem levar a outras percepções e afetos que os posicionam no contraponto ao que está estabelecido.

Por meio da categoria dimensão subjetiva, vislumbramos a imbricação entre objetividade e subjetividade presente na plataformação do trabalho, de modo que já não se pode culpar ou responsabilizar os trabalhadores por esta realidade, bem como não se pode enxergá-los como vítimas, meras marionetes, mas como indivíduos ativos, produtores desta realidade. Um dos aspectos positivos de adotar a análise da dimensão subjetiva é resgatar a contradição existente nesse processo. Em outras palavras, apesar do motorista entrevistado manifestar o ideário neoliberal-meritocrático como algo produzido individualmente, fruto de sua singularidade, entendemos que tal produção só é possível como resultado da interação deste com o mundo social. Do mesmo modo, no caso do entregador, percebe-se como a produção social realizada pelo neoliberalismo evidencia-se no sentimento de não ter opção, de não poder fazer mais nada, a não ser se sujeitar às condições de trabalho que se apresentam. Observamos, ainda, movimentos de resistência e enfrentamento a esta lógica, compreendendo que os

⁹⁰ “A sensação é que nossa situação é análoga à escravidão”, declara entregador de aplicativo - Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/01/a-sensacao-e-que-nossa-situacao-e-analog-a-escravidao-declara-entregador-de-aplicativo> acessado em 10 de Janeiro de 2023

trabalhadores não estão meramente passíveis a tal realidade e que buscam constituir elementos e narrativas que permitam arranjos de organização e mobilização (Desgranges; Ribeiro, 2021).

Não se pode estudar o fenômeno da plataformização do trabalho como se ele existisse apenas fora dos sujeitos, como se não constituísse a subjetividade de quem o executa e, ao mesmo tempo, como se esse fenômeno não se constituísse diariamente pela produção, objetivo-subjetiva realizada por estes trabalhadores. O trabalho executado através das plataformas se reproduz cotidianamente pela atuação dos trabalhadores que, além de desenvolverem uma atividade delimitada pelas relações concretas e objetivas, também desenvolvem atividades subjetivas. Nesse sentido, a categoria dimensão subjetiva da realidade ocupa espaço central nesta compreensão dialética do imbricamento entre objetividades e subjetividades no campo do trabalho plataformizado.

3.3 O racismo algorítmico – o necrocapitalismo dos nossos dias

Conforme explanado no item 1.5 – Trabalho, autogerenciamento subordinado e despotismo algorítmico, algoritmos são desenvolvidos tendo como base uma série de dados gerados pelos usuários, que são extraídos e analisados gerando configurações e diretrizes diversas para o funcionamento e gerenciamento de plataformas e aplicativos, obviamente tendo em vista os objetivos das empresas gerenciadoras.

Os usuários são “seres sociais”, ou seja, seres atravessados pelos marcadores que compõem a sociabilidade, do mesmo modo que os detentores das grandes empresas que operam este sistema. Em outras palavras, o usuário e o empresário têm raça, gênero, classe, idade, etc., são atravessados por diversos aspectos sociais, logo, resta-nos questionar: Como estes marcadores operam e impactam as operações realizadas pelas plataformas e aplicativos? Como se fazem presentes no modo como os algoritmos são construídos? Não estariam estes marcadores presentes no modo como as plataformas e aplicativos gerenciam as operações que intermediam? Neste item objetivamos demonstrar que o algoritmo opera de forma racista e, mais do que isso, evidenciar que em sua própria composição e confecção o racismo é elemento central⁹¹.

⁹¹ Reconhecemos que para além do racismo, ou em imbricamento com este, outros marcadores estão presentes, como o classismo, o sexismo, a homofobia, etc. na composição algorítmica

Ora, se vivemos em uma sociedade estruturalmente racista (Almeida, 2019) como seriam os algoritmos isentos desta lógica? Ao que tudo indica, o racismo algorítmico⁹² está muito mais presente em nossa realidade do que imaginamos, sendo reforçado diariamente, corroborando para a expansão das desigualdades que compõem nossa sociabilidade e criando o que podemos chamar de uma camada adicional para o racismo estrutural (Silva, 2020).

O racismo é estruturante fundamental das sociedades capitalistas e, no caso do Brasil, como destaca Clóvis Moura (2021), ele permitiu que uma classe dominante estabelecesse seus valores como etnocêntricos, barrando a mobilidade social dos extratos inferiores. Em outras palavras, apesar de a classe dominante afirmar um pretensão aspecto de igualdade e democracia, manteve e mantém um “racismo lavar, difuso e não codificado, mas que atua dinamicamente e funciona no sentido de manter a aparência de que é o próprio negro que não tem condições, por si mesmo, de chegar aos extratos superiores e deliberantes” (Moura 2021, p. 66). Cabe-nos aqui questionar como esse racismo funciona e opera através das novas tecnologias.

Devemos lembrar que o capitalismo, secularmente, vai mudando sua forma, embora mantenha o conteúdo de produção de exploração e desigualdade. Entretanto, esses processos se atualizam, o que ocasiona diferentes manifestações sociais. Assim é também com o racismo, que é atravessado por essas mudanças, enquanto continua estruturante no desenvolvimento capitalista. Logo, se hoje vivemos em uma sociedade dos dados e da vigilância (Zuboff, 2019), o racismo atualiza-se, ganhando novas formas e expressões, tornando-se, também, uma ferramenta tecnológica, ou, ainda, uma ferramenta permeada pela tecnologia. Dito de outro modo, o que buscamos evidenciar é que a própria estrutura técnica do algoritmo é composta de maneira racista, facilitando o racismo e suas manifestações. Ora se a própria composição da sociedade capitalista é estruturalmente racista, o capitalismo de vigilância, ao se estabelecer, herda este aspecto anteriormente existente. A esse respeito, Arthur Bezerra e Camila da Costa, no artigo “Pele negra, algoritmos brancos: informação e racismo nas redes sociotécnicas” afirmam:

Na ordem necropolítica da sociedade capitalista, manifesta desde a colonização da África, de parte da Ásia e das Américas aos dias de hoje, tem-se uma contínua transformação dos mecanismos de classificação, punição e violência de certos grupos por parte dos poderes hegemônicos. São as relações de poder que moldam as tecnologias algorítmicas e a noção dos limites admissíveis do que se considera

⁹² “O racismo algorítmico ocorre quando as práticas contemporâneas de organização e classificação da informação em big data geram resultados que reproduzem e disseminam desigualdades racistas, reforçando a opressão sobre pessoas negras e suas comunidades” (Bezerra; Costa, 2022, p.7)

qualidade e eficiência na Inteligência Artificial (IA) (Silva, 2022). Uma dessas relações de poder é o racismo (Bezerra; Costa, 2022, p.3).

Outro elemento importante para entender como o racismo se faz presente nas atuais relações capitalistas de poder é evidenciado quando buscamos o perfil dos fundadores e/ou mantenedores destas empresas: Amazon: Jeff Bezos; Uber: Garrett Camp e Travis Kalanick; Ifood: Eduardo Baer, Felipe Fioravante, Guilherme Bonifácio e Patrick Sigríst⁹³; Rappi: Simón Borrero, Sebastián Mejía e Felipe Villamarín⁹⁴. O que todos estes nomes têm em comum? Todos são homens brancos. Não se trata de um dado aleatório, ou de um recorte que apresentamos nesta tese, mas do fato de que boa parte das famosas big techs, plataformas, empresas-aplicativo ou empresas que atuam no segmento da tecnologia digital foram criadas e/ou são gerenciadas por homens brancos, sobretudo americanos ou europeus, o que certamente corrobora para um cenário racista no mundo datificado. Além disso, como evidenciam diversos estudos, a maior parte dos programadores que atuam nessas empresas são brancos e do sexo masculino (Bezerra; Costa, 2022). São empresas criadas, gerenciadas e operacionalizadas diariamente por homens brancos. Seria este um dado aleatório ou a face racista do capitalismo atual?⁹⁵

Bezerra e Costa (2022, p.4) vão evidenciar que

não é mero acidente que a desigualdade racial seja herdada e reforçada no capitalismo de dados, posto que configura um elemento basilar da organização social vigente na economia política do capital. Sobre essa base material, ergue-se uma superestrutura societária que é também sociotécnica, de modo a manter esta mesma ordem (Bezerra; Costa, 2022, p. 4).

Para demonstrar tal aspecto – evidenciando como o capitalismo de dados irá refletir o mundo racista em que vivemos – tomemos alguns exemplos: Em 2015 o Google Fotos tagueou pessoas negras como “gorilas” e “macacos”. Apesar de todo investimento aplicado no desenvolvimento algorítmico, a inteligência artificial do Google não era capaz de distinguir a pele de um ser humano da dos macacos. Tal fato obrigou o Google a pedir desculpas, mas,

⁹³ Informações retiradas do site Ifood. Disponível em: <https://www.news.ifood.com.br/o-que-e-o-ifood/>

⁹⁴ Informações retiradas do site Rappi. Disponível em: <https://about.rappi.com/es/sobre-nosotros>

⁹⁵ Aqui compreendemos que não apenas racistas, mas, também, machista e etarista (uma vez que em sua maioria trata-se de homens jovens). Compreendemos a importância de interseccionar os diferentes marcadores nesta análise, mas escolhemos intencionalmente “privilegiar” a questão racial, uma vez que compreendemos que ela é central em nosso debate.

somente dois anos depois, encontrou uma solução para o erro⁹⁶. Estudos recentes (2019) também apontaram que existe uma maior probabilidade de pessoas negras serem atropeladas por carros autônomos: “De acordo com a pesquisa, as câmeras usadas pelos veículos autônomos são 5% menos eficientes na leitura de um indivíduo de pele escura”⁹⁷.

Silva e Araujo (2020, p.1) analisam o “racismo algorítmico, como dimensão sociotécnica na qual se manifesta determinado ethos sociocultural implicado no racismo estrutural”. Para evidenciar tal aspecto, os autores retomam um acontecimento de 2020, quando o jornalista Nicolas Kayser-Bril publicou em seu perfil no Twitter uma análise de uma imagem que realizou usando o aplicativo Cloud Vision⁹⁸. A imagem consistia na mão de um homem negro medindo a temperatura de outra pessoa com um termômetro infravermelho. Na análise, o aplicativo apontou a probabilidade de 88% da ferramenta que aparece na mão do homem ser uma arma de fogo. Em seguida o jornalista analisou uma imagem semelhante onde um homem asiático segurava o mesmo termômetro, o Cloud Vision apontou, então, que provavelmente a ferramenta seria de uso tecnológico, um dispositivo eletrônico (imagens no Anexo 2)

Diante destes exemplos, resta-nos questionar: Quais as consequências de uma gestão tecnológica racista? Que impactos esta pode trazer para o nosso dia a dia? E, quais seus impactos sob o trabalho plataformizado? Responder estas questões não é simples, pois, segundo Silva (2019), umas das principais problemáticas existentes é a “opacidade algorítmica”, o que significa que os algoritmos, ao serem codificados, respondem a ordens complexas que dificultam sua investigação. Desta forma, na lógica algorítmica o racismo fica muitas vezes “encoberto”, “nebuloso”, agindo de maneira larvar e difusa – para tomar aqui a expressão de Clóvis Moura (2021) – ao mesmo tempo acelerada e difícil de ser descoberta. Mas, se, por um lado, os códigos que formam os algoritmos são difíceis de serem descritografados e explicados, por outro, suas consequências se materializam em diversos exemplos corriqueiros do nosso dia a dia, como exemplifica Silva (2019, p.13).

Através de vídeos mostrando o procedimento de buscas em bancos de imagens como Shutterstock, Getty Images, iStock e DepositPhotos, o coletivo exhibe como o

⁹⁶ “Google conserta seu algoritmo “racista” apagando os gorilas”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/14/tecnologia/1515955554_803955.html

⁹⁷ “Negros têm mais chance de ser atropelados por carros autônomos”. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/automoveis/negros-tem-mais-chance-de-ser-atropelados-por-carros-autonomos-veja-por-que-2l9ltywlj9lthyx78w98mq00s/>

⁹⁸ O cloud vision é uma das ferramentas disponibilizadas pelo Google Cloud, um serviço que através de inteligência artificial analisar imagens com base em técnicas de machine learning (aprendizagem de máquina). Ou seja, trata-se de uma ferramenta online usada para produção de análise de imagens (Silva; Araújo, 2020)

resultado para termos simples como ‘família’ ou ‘bebês’ mostra praticamente apenas pessoas brancas. No caso dos bancos de imagens, o seu consumo é feito por milhares de produtores de conteúdo, o que pode gerar um efeito em cascata: publicitários, blogueiros e jornalistas sem recursos para produção própria de imagens tenderão a usar imagens não-representativas da diversidade brasileira (Silva, 2019, p. 13).

Portanto, podemos dizer que, apesar da composição e formação dos algoritmos serem pouco compreensíveis, seus efeitos, sobretudo na reprodução da estratificação social e das desigualdades e injustiças, são palpáveis e visíveis. Conforme demonstra o exemplo acima, a representação do negro é sempre apagada, retirada, e esse apagamento do imaginário social serve a um ideal de dominação, de supremacia e hegemonia branca, reproduzida algorítmicamente. Por isso, o racismo algorítmico não se revela tão somente nos mecanismos de processamento e gerenciamento de dados, mas em muitas outras esferas, sobretudo na existência de um racismo discursivo que se revela explicitamente em textos e imagens produzidos e veiculados pela internet, perpetuando a estratificação social que atua através de uma catalogação de pessoas.

Desta forma, podemos aqui retomar Clóvis Moura (2021), em sua asserção anteriormente citada, para dizer que o racismo algorítmico continua corroborando para a imagem do negro enquanto “mau cidadão”, vil, inferior, incapaz, o que também é corroborado pelo fato de que a maior parte dos trabalhadores destes aplicativos – como anteriormente apresentado – são homens negros e periféricos. Fica assim evidente quem cria e se beneficia da lógica algorítmica e quem é explorado por esta.

Mas qual a importância desta análise para a temática que debatemos nesta tese? Ou, ainda, qual a importância de evidenciar a existência de um racismo algorítmico que estabelece e media as relações de trabalho plataformizado? Para responder estas questões tomamos aqui a fala de Abílio (2020) em entrevista a Boitempo⁹⁹:

O gerenciamento algorítmico é a possibilidade de traduzir modos de vida, relações sociais, trajetórias e desigualdades em dados administráveis que produzirão e reproduzirão desigualdades e mecanismos de exploração do trabalho. É a possibilidade de designar corridas para a favela para o motorista negro e para o centro de São Paulo para o motorista branco. É a possibilidade de ofertar uma bonificação ao motoboy-pai-de-família quando anoitece e ele estava indo para casa. É a possibilidade de engajar o trabalhador disponibilizando mais corridas hoje e quase nenhuma amanhã. Trata-se de um controle que se exerce plenamente e que se assenta na total falta de garantias. O trabalhador se engaja no trabalho, passa a ter nessa atividade sua principal fonte de renda. Mas, enquanto inserido nessa relação, toda a

⁹⁹ “A redução do motoboy a entregador sob demanda”. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/30/breque-no-despotismo-algoritmico-uberizacao-trabalho-sob-demanda-e-insubordinacao/>

possibilidade de execução de seu trabalho está nas mãos da empresa. Criam-se mecanismos de avaliação, pontuação e bonificação que, em realidade, materializam esse controle despótico que define quem pode trabalhar, quando e por qual valor. As empresas se apresentam como mediadoras entre oferta e procura, mas na verdade são, elas próprias, a mão invisível do mercado. Preço dinâmico, aumento do valor do trabalho quando chove, rebaixamento do valor quando há muitos trabalhadores disponíveis, organização da distribuição do trabalhador no espaço e no tempo, definição do tamanho do contingente de trabalhadores, constante rebaixamento do valor da hora de trabalho. E não se trata apenas de definir as regras do jogo, mas como o jogo termina. Resumindo: o mesmo sistema que te oferece a bonificação quando você alcançar a nona corrida se arriscando na chuva é o que define se a nona corrida irá para você¹⁰⁰.

No texto de Abílio (2020), podemos perceber como o racismo é elemento central para gestão do trabalho e dos trabalhadores. Como ele é determinante para uma série de decisões que, apesar de aparentarem serem inofensivas ou inócuas, continuam a corroborar e alimentar a estrutura racista que sempre existiu no Brasil. Estrutura esta que atua mediando diversas relações sociais, escolhendo, quem ganha mais ou menos, quem trabalha mais ou menos, quem se desloca mais ou menos, etc., decisões que impactam a vida, o corpo e o ganho dos trabalhadores de aplicativo.

Torna-se, urgente que se compreenda e evidencie o fenômeno do “racismo algorítmico” sobretudo no que tange ao trabalho plataformizado. Contudo, se de um lado estamos diante desta necessidade premente, de outro, estamos longe de atingir tal prerrogativa, como nos esclarece Sarreta Amrute (2020)¹⁰¹, professora de Antropologia da Universidade de Washington, pesquisadora da temática capitalismo e suas implicações nas formas de trabalhar, com foco, especialmente, nas questões de raça e classe. A autora afirma que reconhecemos no estudo da geografia diversas consequências das práticas materiais, mas que estamos longe de compreender os reflexos dos diferentes aspectos sociais no digital. Segundo a autora,

Por muito tempo, dizia-se que o ‘digital’ era a mesma coisa que ‘sem espaço’ ou ‘sem lugar’ e não se mencionava questões de gênero e raça. É mais preciso dizer que o digital costura lugares e que o digital significa algo que é construído e se move pelo espaço. Em outras palavras, o trabalho digital, as linhas de programação, os tipos de vigilância, obtêm propriedades, assumem formas sociais, e alcançam um status legal à medida que aterrisam em localizações específicas e se desdobram em histórias particulares de raça, gênero, idade, entre outros. Ao mesmo tempo, essas categorias

¹⁰⁰ “Breque no despotismo algorítmico: uberização, trabalho sob demanda e insubordinação”. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/30/breque-no-despotismo-algoritmico-uberizacao-trabalho-sob-demanda-e-insubordinacao/#_ftn2

¹⁰¹ “Raça e classe no trabalho digital em perspectiva não eurocêntrica: entrevista com Sareeta Amrute”. Disponível em: <https://digilabour.com.br/raca-e-classe-no-trabalho-digital-em-perspectiva-nao-eurocentrica-entrevista-com-sareeta-amrute/>.

muito específicas são constituídas por meio de seus vários emaranhados com processos e produtos digitais (Amrute, 2020, p.1).

É nesse sentido que Amrute (2020) conclui que existe uma imbricação entre trabalho digital raça, gênero e geografia, de tal maneira que podemos encontrar aí um “nó” (Saffioti, 2015) político, social e econômico, que atualiza a estrutura desigual de nossa sociedade, sobretudo no que se refere à desigualdade racial. O resultado desta imbricação fica evidente no trecho anterior de Abílio (2020) que exemplifica como a gestão algorítmica submete o trabalhador a regras que são desconhecidas, desiguais e sempre presentes. Regras que são constituídas e atravessadas pelos marcadores sociais e elementos da sociabilidade desigual brasileira e que, ao mesmo tempo, fazem a manutenção destes elementos.

Nesse sentido, podemos falar de uma dimensão subjetiva da realidade racista que é engendrada e composta, também, pelos algoritmos. Ora, como afirmado anteriormente, não é possível falar da realidade social de maneira separada ou apartada da constituição dos sujeitos, uma vez que a objetividade é carregada de aspectos da subjetividade (e vice-versa); também não podemos pensar a objetividade negligenciando o racismo, uma vez que este é “uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações sociais, econômicas, jurídicas e até familiares.” (Almeida, 2019, p. 50); ora, não seria atualmente o algoritmo uma destas estruturas constituintes da sociabilidade que mantêm as coisas tais quais sempre foram? Isto é, não seriam os algoritmos sistemas de gestão que permitem, na atual conjuntura neoliberal, manter pessoas negras na condição de aviltamento e exploração em que secularmente sempre estiveram? Para tanto, produzem modos objetivos e subjetivos de produção da realidade.

Conforme Silva (2022) afirma, a internet e as operações mediadas pela internet pareciam ser um campo “neutro” onde se superaria as desigualdades e os desequilíbrios. No entanto, esse ideal nunca se materializou, e os algoritmos sempre foram estruturas que corroboraram para a manutenção destas diferenças e desigualdade e, assim, afirmamos: Os algoritmos são essenciais para manutenção de uma dimensão subjetiva da realidade racista, afinal: sim, o algoritmo é racista!

Finalmente, um aspecto importante a salientar é a dimensão da violência produzida por este fenômeno. Costumamos vincular a palavra violência, sobretudo no que tange ao racismo no Brasil, à violência policial, como se esta fosse a única forma possível do racismo se expressar de maneira violenta. Gabriel Miranda (2021, p. 44) nos lembra que o racismo produz variadas expressões de violência, que se manifestam “além da violação explícita da vida

humana”. A este respeito o mestre em psicologia defende a existência de cinco fases da produção da morte e da violência pelo capitalismo. Aqui destacamos uma dessas dimensões: A morte simbólica. Tal dimensão “permite que sujeitos deixem de ser encarados como humanos e passem a ser vistos como ‘outra coisa’: uma ameaça a ser exterminada, um animal a ser adestrado, uma vida supérflua, um ninguém” (Miranda, 2021, p.44). Ora, como mais poderíamos explicar que nos acostumamos a ver em nossos aplicativos de entrega jovens negros entregando lanches e todo tipo de mercadoria? A participação significativa de jovens negros no trabalho de entregas está relacionada, obviamente, com a precarização do trabalho. Mas cabe aqui ressaltar que esta também é intensificada e mantida pela lógica racista do algoritmo.

Por fim, para além de evidenciar a gestão racista do algoritmo que atua em plataformas, esperamos também ter destacado neste texto como a tecnologia tem potencializado desigualdades que são históricas e que perpetuam dimensões objetivas, mas também subjetivas. Um dos objetivos desta pesquisa é compreender a dimensão subjetiva da plataformização do trabalho, para tanto, é vital uma articulação acerca da desigualdade social e seus diversos efeitos, principalmente no que concerne à presença de sujeitos e subjetividades. Diante disso, destacamos que as análises sobre a desigualdade social, na contemporaneidade não podem prescindir da problematização das novas formas de agenciamento das subjetividades, tão disseminadas através das plataformas e aplicativos – onde operam os algoritmos – que replicam e potencializam violências e discriminações.

4. O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Teoria e método são formas de conhecimento, lentes através das quais podemos ver e atuar sobre o mundo. Por isso, a princípio, são inseparáveis e manifestam um compromisso político com a realidade. Tal fato se dá, pois teorias e metodologias têm como fundamento epistemologias, ou seja, uma relação com o modo como se concebe o processo de conhecimento e a ciência; com princípios, valores, etc. utilizados e, portanto, com uma determinada concepção de ser humano.

Fazer pesquisa (bem como psicologia) sem preocupar-se com a base epistemológica que a fundamenta é desconsiderar princípios, mediações e aspectos sociais que operam sobre as diferentes teorias e métodos, desconsiderando que o conhecimento científico nunca é neutro, sendo tributário de um pano de fundo ideológico, econômico, político e, portanto, histórico.

Teoria e método para a psicologia sócio-histórica são indissociáveis e baseiam-se na epistemologia marxista. Portanto, não se trata apenas de ferramentas, instrumentos a serem utilizados para compreensão da realidade; envolvem “uma concepção de mundo, uma concepção de homem e uma concepção de conhecimento” (Gonçalves, 2015, p.139). Não se trata apenas do uso instrumental de técnicas e ferramentas, mas de uma abordagem do real, de uma compreensão do que é a relação do ser humano com a realidade e, também, do que propriamente é a realidade.

Neste referencial, pautado no materialismo histórico-dialético, tomamos como pressuposto a ideia de que objetividade e subjetividade formam uma unidade de contrários em transformação constante, o que significa que a processualidade é fundamental na pesquisa. Busca-se ir além da aparência iminente ou primeira, analisando-se as múltiplas determinações que se imbricam historicamente.

O método em sócio-histórica é uma forma de ir além do plano objetivo, das aparências, da mera descrição dos fatos, afinal, para “se chegar ao conhecimento é preciso um método (um caminho ou direção) que permita superar a aparência de forma a apreender o fenômeno, suas contradições, o que o determina e o que leva a apresentar-se da maneira que o faz” (Kahhale; Rosa, 2009, p.38).

Esses aspectos, de certa forma, já estão apresentados, considerando-se a maneira como fomos discutindo e analisando alguns dos aspectos que constituem nosso objeto de pesquisa – o trabalho, o trabalho plataformizado, a desigualdade social, o racismo etc. Cabe agora uma explicitação de alguns pontos do referencial teórico-metodológico da psicologia

sócio-histórica, bem como a organização da estrutura da abordagem, em torno das categorias da dialética materialista, da historicidade e das categorias teóricas da abordagem que utilizamos.

Para isso, detalharemos no primeiro item essa base teórico-metodológica, seus princípios e principais categorias utilizadas. Depois, apresentaremos os procedimentos utilizados nesta pesquisa para coleta de dados e aproximação do campo estudado.

4.1 A psicologia sócio-histórica como fundamento teórico-metodológico

A Psicologia Sócio-histórica, conforme detalhado anteriormente, encontra seu estofo científico-epistemológico no materialismo histórico dialético de Marx (2013). Cabe aqui ressaltar que a ciência em Marx (2013) não se destina tão somente à produção teórica, mas age como um conhecimento que, partindo do empírico, busca suas múltiplas determinações para atingir o concreto, com o fim de transformar a realidade.

Essa abordagem se desenvolve, no Brasil, a partir do final da década de 1970, impulsionada pelos estudos de Silvia Lane e por um grupo de professoras(es) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) fortemente influenciadas(os) pela Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky que “apresentava-se desde os seus primórdios como uma possibilidade de superação de visões dicotômicas” (Bock, 2015, p. 24). A partir desta base, acreditava-se na possibilidade de superação das visões positivistas, mecanicistas e fragmentadas que constituíam até então o cenário da psicologia no Brasil.

Conforme Bock (2015) destaca, neste período a tradição da psicologia era marcada pelo compromisso com as elites e com as ideias liberais de sujeito, o que significava, na prática, o ocultamento das condições sociais na produção da subjetividade. Em outras palavras, as ideias liberais contribuíam para uma naturalização do fenômeno psicológico, concebido como apriorístico, individual e descolado da realidade social. Contrapondo-se a esta visão hegemônica a sócio-histórica parte

da definição de Marx e Engels na obra *A Ideologia Alemã* (2015), sobre a construção material da consciência com base na realidade concreta e da qual Vigotski se apropria para conceber o psiquismo como fenômeno dialético que se constrói baseado na relação do sujeito com o mundo. Somente esse apontamento é suficiente para uma longa e profunda discussão de caráter epistemológico que deve considerar a configuração concreta do ser e ao mesmo tempo as múltiplas determinações que definem essa concreticidade. (Furtado *et al.*, 2022, p. 21-22)

Frente a esse arcabouço teórico-metodológico, a sócio-histórica apresenta-se, como uma possibilidade de romper com a tradição liberal que se faz presente no campo da psicologia,

contribuindo para a superação de uma pretensa neutralidade que se outorga à psicologia, inserindo-a em sua perspectiva histórica que assume uma postura crítica e abandona qualquer visão abstrata do fenômeno psicológico. Passa-se então a refletir sobre o mundo, sobre a objetividade material. Nas palavras de Bock (2015, p. 39):

Não temos a intenção de esgotar as possibilidades de compreensão das diferenças. Queremos apenas registrar que existem diferenças. A questão está em que tais diferenças, em uma sociedade que naturalizou a normalidade, se tornaram fontes de desigualdade e justificativas para desigualdades que são sociais. Desigualdades sociais geram oportunidades diferentes de acesso ao que a humanidade conquistou como possibilidades humanas. A psicologia registrou essas diferenças como diferenças individuais e, ao naturalizar o desenvolvimento, ocultou a origem social das diferenças. Com isso, classificou, diferenciou, discriminou e estigmatizou (Bock, 2015, p. 39)

Portanto a psicologia sócio-histórica coloca como central a discussão sobre a desigualdade social, se opondo a análises socialmente e historicamente descontextualizadas que terminam por individualizar questões de ordem social. Análises essas que, embebidas em um ideário capitalista, neoliberal, contribuem para estigmatização dos indivíduos atribuindo-lhes toda responsabilidade por seu sucesso ou fracasso. Em outras palavras essa abordagem se “comprometeu com a adoção de um outro posicionamento diante dessa questão, o que colocou a desigualdade social como um dos elementos fundamentais de sua leitura da realidade brasileira” (Bock; Perdigão; Kulnig, 2022, p. 47).

É justamente por estar embebida nesta crítica, que a psicologia sócio-histórica se torna base fundamental deste trabalho. Além disso, por colocar a questão da desigualdade social como central e constitutiva da dimensão subjetiva da realidade¹⁰², que essa abordagem se torna estofo essencial para esta pesquisa. Em capítulo anterior falamos da importância dessa categoria para análise proposta nesta tese.

Ao utilizarmos a psicologia sócio-histórica como base desta pesquisa, é importante que apresentemos seus pressupostos. As categorias da dialética são noções básicas¹⁰³ que são instrumentos auxiliares no movimento de formação de um pensamento que supera os reducionismos objetivistas e subjetivistas. Desta maneira, estas categorias, contribuem para

¹⁰² “A desigualdade social (talvez nossa mais importante *questão social*) que tem caracterizado a nossa sociedade, tem sido estudada em várias de suas dimensões: econômica, sociológica, jurídica, antropológica e outras. A dimensão subjetiva tem sido relegada, e a psicologia social tem contribuído pouco para que essa dimensão tenha visibilidade” (Gonçalves; Bock, 2009 p, 149)

¹⁰³ “para psicologia sócio-histórica são fundamentais as categorias da dialética, que se referem ao movimento do real e orientam um modo de apreensão da esfera da realidade em estudo, e as categorias do psiquismo, que se referem propriamente ao campo de investigação da psicologia” (Kahhale; Rosa, 2009, p.27)

ampliar a discussão de maneira que não se reduza a subjetividade e sua complexidade a aspectos racionais-cognitivos ou, muito menos, que ilusoriamente se acredite que a subjetividade é cerceada de ação, devendo submeter-se sempre à realidade que a circunda (Gonçalves, 2003).

Dentro dos seus pressupostos,

a noção básica da psicologia sócio-histórica é a historicidade, o que significa ter como ponto de partida a concepção de que todos os fenômenos humanos são produzidos no processo histórico de constituição da vida social. Essa vida social se constitui na materialidade das relações entre os homens e a natureza, para a produção da sua existência (Gonçalves; Bock, 2009 p. 138)

Conforme destacamos anteriormente, a categoria historicidade aponta para um processo que não é uma perspectiva linear, ou ainda, uma mera sequência cronológica de dados e fatos, um somar de anos, décadas e séculos. Adotar uma perspectiva histórica é, sobretudo, uma maneira de desnaturalizar a produção histórica, observando a processualidade dos fenômenos sociais, “ou seja, trabalhar com historicidade significa adotar um método que prevê não apenas *forma*, mas também *conteúdo*. A forma aponta o caráter processual dos fenômenos. O conteúdo aponta sua produção histórica, considerando-se a qualidade da sociedade de que se trata” (Gonçalves; Bock, 2009 p, 139).

Dessa maneira, historicidade é uma categoria central na compreensão dos fenômenos em sua totalidade e materialidade. Uma vez que o “movimento é a forma de ser da matéria” (Kahhale; Rosa, 2009, p.27), a historicidade conta como este ser se constituiu, que contradições, formas e conteúdos engendrou. Conta como esse movimento sempre se dá de forma interligada e interdependente, implicando, portanto, em complexidade.

Para compreensão desta complexidade, Marx (2013) destaca que três categorias são fundamentais: totalidade, contradição e mediação. Destaca, ainda, que são categorias inseparáveis que se mostram em articulação constante, sendo essenciais para compreensão da sociedade burguesa. É através destas categorias que Marx reproduz o ideal do movimento real da sociabilidade.

Sobre totalidade, Kahhale E Rosa (2009, p.30-31) afirmam que

A categoria totalidade implica uma articulação dialética em que a parte e o todo, o singular e o plural estão imbricados dialeticamente um no outro; não se confundem, mas não existem isoladamente, por isso não são apreendidos separadamente. Isso significa que o singular expressa dimensões do plural ou do todo que o constitui, assim como o todo articula dialeticamente todas as possibilidades das singularidades a partir das quais se produz (Kahhale; Rosa, 2009, p. 30-31).

Por meio dessa leitura da categoria, as autoras nos lembram que a realidade é a totalidade concreta que se transforma constantemente no movimento dialético (que é movimento de contradições). Sob essa perspectiva, destacam o princípio marxista de que a

totalidade das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, que é a base real onde se assentam as superestruturas jurídicas, políticas, sociais, etc. Assim, podemos entender o imbricamento do todo e da parte, e compreender como a consciência não é exterior ao real, apartada deste. Ao contrário, é uma das formas-expressões deste real uma vez que a consciência é um elemento do processo, deriva da base material e se articula com ela e com os elementos de superestrutura.

Como já destacamos, a totalidade não é imóvel, está em movimento dialético, sendo assim, não se trata de “um todo” unificado, mas, de “um todo” articulado, integrado e dinâmico. Em outras palavras, ao nos referirmos à totalidade, falamos da realidade objetiva, mas também, dos sujeitos que dela fazem parte, do particular e do universal, de tal maneira que na totalidade o conhecimento das partes e do todo pressupõe uma reciprocidade. É por isso que se torna essencial falar de contradição quando mobilizamos a categoria totalidade, já que o movimento da totalidade encerra a contradição, de tal maneira que

Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las. (Netto, 2009, p. 684)

Portanto, para o pensamento dialético, a compreensão da contradição é indispensável, já que o próprio real se estrutura como uma totalidade contraditória. Nesse sentido, em uma perspectiva marxista, a contradição não aparece como categoria destrutiva, mas integrativa, elemento que pode promover superação. Nesta concepção, a contradição revela uma oportunidade de resolver o aparente conflito existente entre permanência e fluxo, uniforme e múltiplo, integrando estes diferentes âmbitos – pelas mediações – pois, através da dimensão dialética da contradição, postula-se que a

matéria é movimento, pois o todo da natureza e cada fenômeno isolado contém uma contradição interna, que gera transformações qualitativas e quantitativas nas expressões materiais [...], o movimento é a forma de ser da matéria. [...] o movimento é o estado absoluto da matéria e o repouso, seu estado relativo. [...] Todas as formas de movimento são interdependentes e interligadas, constituem uma unidade, pois umas dão origem às outras, implicando em movimentos mais complexos, que caracterizam a dimensão histórica desse processo. (Kahhale; Rosa, 2009, p.27-28).

Negar a contradição é negar o próprio processo civilizatório da humanidade, processo este de luta de classes, que é mediado por diversos aspectos, formando uma totalidade. Quando falamos mediado, nos referimos ao fato de que a contradição é movimento entre dois polos que tendem a se anular, e anulando-se não promovem o movimento de superação; mediar

significaria, portanto, equilibrar estes dois polos, superando a contradição. Em outras palavras, a categoria mediação revela que os fenômenos que constituem a realidade não são blocos opostos que se excluem, mas fenômenos que, apesar de aparentemente excludentes, formam uma teia de relações. É por meio da mediação que posições aparentemente divergentes e irreduzíveis entre si podem se encontrar através de uma síntese que une os contraditórios em um movimento de superação. Afinal “a realidade é uma totalidade contraditória que só pode ser apreendida por meio das mediações” (Kahhale; Rosa, 2009, p.31).

Adotar as categorias totalidade, contradição e mediação é vital para a compreensão do processo humano de formação da história e luta de classes. É através destas categorias que podemos vislumbrar a complexidade do real. Além disso, como as categorias marxistas são ao mesmo tempo teóricas, mas, também, metodológicas, são ferramentas de trabalho que permitem enxergar o fenômeno (aqui no caso a plataformização do trabalho) em sua totalidade.

4.2 Metodologia

Tomando como base os aspectos teórico-metodológicos apresentados, objetivamos, nesta pesquisa, compreender a dimensão subjetiva da desigualdade social e os aspectos da subjetividade presentes no dia a dia dos trabalhadores plataformizados. Para tal compreensão, colocamos como centrais as questões: qual é a realidade diária enfrentada pelos trabalhadores plataformizados? Como estes trabalhadores atuam? Como transformam e são transformados pela realidade deste trabalho? Quais mediações perpassam seu contexto de trabalho diário? Quais fenômenos sociais encontramos neste campo? Nessa empreitada compreendemos que o trabalho plataformizado é um amplo campo, diverso, que é atravessado por muitas interseccionalidades.

Adotamos a categoria dimensão subjetiva como um foco no olhar para este campo, pois acreditamos que se trata de uma maneira de relacionar subjetividades e objetividades que constituem este emaranhado, onde indivíduo e sociedade se interpelam mutuamente. Outro aspecto importante sobre esta categoria é que a dimensão subjetiva é um aspecto da realidade social e não dos indivíduos isoladamente. Portanto, não se trata de uma análise individualizante, singularizada, uma “psicologização” de fenômenos sociais. Em vez disso, trata-se de uma investigação que não negligencia aspectos subjetivos, mas que extrapola sua configuração individual, uma vez que se compreende que a subjetividade é dos sujeitos, mas também constituída de aspectos da realidade; e, ainda, que essa subjetividade se objetiva nos fenômenos sociais. Desse modo, ao utilizarmos esta categoria, referimo-nos a uma matriz social

que atravessa a produção subjetiva dos indivíduos, mas que também é constituída por estes indivíduos.

Logo, acreditamos que esta categoria permite uma aproximação da totalidade do fenômeno, presente tanto nas expressões individuais, subjetivas, quanto nas expressões sociais. Partindo deste olhar, esta pesquisa se debruçou tanto em dados individuais, expressões de produções subjetivas de indivíduos, quanto em produções sociais coletivas. Essas produções foram obtidas por meio de diferentes fontes: leitura de notícias referentes ao campo da pesquisa, participação em eventos (protestos, palestras, cine-debates), análise de filmes, interações em redes sociais e entrevistas (com trabalhadores plataformizados, com um coletivo de entregadoras e com uma empresa que atua no agenciamento de trabalhadores através de aplicativo).

Foram realizadas três entrevistas com diferentes trabalhadores que utilizam plataformas e app's, de maneira a se comparar e cruzar dados e levantar as diferentes interseções presentes neste campo. Costumeiramente, imaginamos motoristas ou entregadores quando nos referimos a este tipo de trabalho, entretanto, há uma série de trabalhadores que atua mediado por plataformas, vivenciando, também, a precarização e a flexibilização do trabalho sob diferentes expressões: trabalhadoras domésticas, profissionais do campo da beleza, professores, psicólogos, médicos, etc. Frente a este cenário, esta pesquisa objetivou uma amostra de diferentes realidades e atividades de modo que se pudesse minimamente representar esta diversidade.

Como se trata de pesquisa qualitativa, a quantidade de entrevistas é limitada, pois se privilegia o aspecto da singularidade, concebendo os sujeitos como únicos e singulares, de modo que a legitimidade da pesquisa não depende da quantidade de sujeitos entrevistados, mas, da qualidade de sua expressão. Além disso, destaca-se que o intuito não é estabelecer uma análise individualizante das entrevistadas, mas compreender as construções da subjetividade que também são constitutivas dos fenômenos, refletindo, então, sobre como se imbricam cotidianamente construções individuais e coletivas.

Na busca da dimensão subjetiva da desigualdade social presente no trabalho plataformizado, a partir do material coletado, analisamos como se apresentam as significações, incluindo valores, regras, significados e sentidos, ideologias que configuram as relações sociais de trabalho neste campo.

Logo, consideramos os dados coletados como evidências, experiências e informações que ultrapassam as circunstâncias e os sujeitos que relatam. Acreditamos que essas

dimensões podem ser consideradas como evocações da dimensão subjetiva do fenômeno estudado, no qual os sujeitos se inserem e o constituem, sendo, ao mesmo tempo, constituídos por essas vivências. Nesse sentido, os diferentes elementos que compõem esta pesquisa foram inter cruzados e relacionados para a compreensão das subjetividades que estão postas nesse campo, bem como, para compreensão do fenômeno social da plataformização do trabalho. Através deste levantamento, buscamos compor o horizonte em que se situa o trabalho plataformizado, ou, ainda, a totalidade de fatos, constituindo empírica e socialmente o campo em que se inserem os trabalhadores plataformizados.

4.3 Procedimentos éticos

Esta pesquisa tomou os devidos cuidados éticos. O projeto inicial foi previamente inserido na Plataforma Brasil e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sendo aprovado com o número CAAE 50770221.6.0000.5482

Consta em anexo o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) utilizado para apresentar a pesquisa para os entrevistados (Anexo 3) e, para o coletivo e empresa (Anexo 4). Ao realizar a entrevista com os trabalhadores, aplicou-se, previamente, um questionário sociodemográfico dos quais foram coletados alguns dados (Anexo 5). O roteiro que serviu de base para a entrevista com os trabalhadores (Anexo 6) e o coletivo e empresa (Anexo 7), encontram-se anexados.

Os trabalhadores e as empresas foram notificados a respeito do significado, alcance e os limites de sua participação na pesquisa. Esse esclarecimento se deu por meio de contato com a pesquisadora e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4.4 Entrevistas realizadas

Conforme destacam Aguiar e Ozella (2013), a entrevista é um instrumento que permite acesso aos processos psíquicos, particularmente os sentidos e os significados. Deste modo, a entrevista permite captar não somente o indivíduo, como também a sua inserção social. Os autores destacam que entrevistas devem ser consistentes e amplas, de modo que o pesquisador possa ir além de suas pressuposições, distanciando-se de inferências desnecessárias e inadequadas. É preciso que se atente aos vários aspectos da entrevista e, além disso, que o

pesquisador possa ter acesso ao informante para novas consultas eliminando dúvidas, aprofundando colocações e reflexões, permitindo, assim, uma investigação conjunta, de modo que o pesquisador perceba o processo utilizado pelo pesquisado para a produção de sentidos e significados.

Seguindo esta perspectiva, ouvimos três trabalhadores que utilizam aplicativos como forma de exercer seu trabalho. A escolha dos participantes se deu por conveniência. O contato, inicialmente, foi efetivado por meio de indicações ou através do contato da pesquisadora com o campo de trabalho. Na tabela abaixo, descreve-se o perfil sociodemográfico dos trabalhadores entrevistados.

Tabela 1 – Participantes

Nome	Maria	João	Rita
Idade	32	22	29
Sexo	F	M	F
Escolaridade	Superior completo	Superior Incompleto	Superior completo
Naturalidade	São Paulo - SP	São Paulo - SP	Natal – RN
Estado civil	Solteira	Solteiro	Solteira
Raça	Branca	Negro	Negra
Número de filhos	0	0	1
Horas trabalhadas/dia	8	10	12
Renda Mensal	≥3.000	≤2.000	≤1.800
Tempo no Aplicativo	2 anos	6 anos	1 ano
Atividade realizada	Professora	Entregador	Motorista

Fonte: autora.

A professora e o entregador entrevistados atuam na cidade de São Paulo. O trabalho através do aplicativo é a ocupação única e principal das(o) entrevistadas(o). As duas entrevistadas descendem de famílias de baixa renda, assim como o entrevistado; e residem em regiões periféricas da cidade de São Paulo. Todos os entrevistados afirmaram ter realizado investimentos iniciais para começar o trabalho através de aplicativo. O menor investimento foi realizado pela participante Maria, que é professora de línguas e trabalha através de uma

plataforma onde leciona aulas de inglês e português, tendo apenas obtido um plano mensal de internet condizente com o exigido pela plataforma. O participante João teve de adquirir uma bicicleta e um novo plano de dados para o seu celular, representando este investimento um gasto de R\$1.000,00. Já a participante Rita possuía carro próprio, mas teve de obter seguro e um novo pacote de dados para internet, representando este investimento um gasto médio de R\$2.000,00.

Além disso, foram entrevistados um coletivo e uma empresa. “As Señoritas Courier”¹⁰⁴, que se constitui como um coletivo de entregadoras de Bike (mulheres Cis e Trans) na cidade de São Paulo, cujo objetivo é “a valorização do trabalho e da pessoa que realiza a cicloentrega [...] com valores justos, promovendo o trabalho decente e o uso da bicicleta nas cidades como solução economicamente viável” (Señoritas Courier, 2021); e uma empresa que atua como aplicativo de intermediação de mão de obra para serviços domésticos e montagem de móveis em 250 cidades de 21 estados do país ¹⁰⁵.

Para a realização destas entrevistas, foram utilizados dois roteiros norteadores. O primeiro foi utilizado na entrevista com os trabalhadores (Anexo 4). O segundo, com o coletivo e a empresas (Anexo 6). O roteiro permite que um mesmo tema seja abordado com diferentes entrevistados, pois pode ser flexibilizado de acordo com os rumos tomados pela entrevista. Assim, a pesquisadora adaptou as perguntas às questões trazidas pelos entrevistados, abordando os temas apresentados conforme a relevância que se dava às temáticas. As entrevistas com os participantes trabalhadores foram realizadas em diferentes locais conforme a escolha de cada participante. As entrevistas com o coletivo e com a empresa foram realizadas virtualmente.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, porque tal procedimento permite uma melhor análise e conservação do material obtido. Durante a análise das entrevistas (que será detalhada a seguir) elegeram-se categorias analíticas que expressaram os objetivos desta pesquisa. Para preservar o anonimato dos sujeitos, o nome real de cada entrevistado foi substituído por um nome fictício e o nome da empresa prestadora de serviços domésticos e montagem de móveis não será citado no texto.

¹⁰⁴ Señoritas Courier, conheça mais em: <https://linktr.ee/senoritascourier>

¹⁰⁵ O nome do coletivo Señoritas Courier está explícito na pesquisa pois foi acordada a importância de se disseminar o trabalho que realizam; já, em relação à empresa intermediadora de serviços domésticos e de montagem, por questão ética, teve seu nome omitido, sendo apresentado como relato “empresa 1”.

4.5 Anotações e material coletado para análise

No decorrer da elaboração desta tese diferentes fenômenos atravessaram a vida da pesquisadora e o campo do trabalho plataformizado. Eventos, mudanças, dados e fatos que se apresentaram e que passaram a constituir um “bloco de anotações” onde a pesquisadora guardou informações e notícias como uma forma de pensar o tema da pesquisa e suas diferentes implicações e dimensões.

À medida que se pesquisa algo, se passa a ter um olhar sempre atento ao fenômeno, de tal modo que, em última instância, o pesquisador não possui neutralidade em relação ao seu objeto de pesquisa, pois é tomado por este em múltiplas instâncias de sua vida, de tal modo que a

implicação é evidente. Decorre do fato que, na condição de pesquisador, querer se ocupar de um tema cuja problematização requer a consideração de ser, concomitantemente, pesquisador – sujeito implicado – e integrar processos que serão tomados como objeto, o que, por sua vez, o coloca na condição de também sujeito da investigação – sujeito de pesquisa (Martins Filho; Narvai, 2013, p. 648).

Desta maneira é preciso que se supere o viés positivista de ciência que promulga uma pretensão de neutralidade e objetividade ao pesquisador. Assumindo esta posição, a pesquisadora que aqui escreve reconhece que, à medida que se debruçava sobre o campo de pesquisa e compartilhava reflexões, ideias e achados com as pessoas ao redor, estas também passaram contribuir de algum modo com os achados e reflexões. Além disso, a pesquisadora como uma mulher do seu tempo, utiliza, mesmo que minimamente, alguns dos aplicativos que aqui debate (corridas no uber, refeições no Ifood, etc). O campo de pesquisa é também, um campo de contradições, portanto, é através da composição destes diferentes elementos que a pesquisa expandiu-se no decorrer destes quatro anos, e a escrita da tese foi composta por estes diferentes elementos, aspectos que ajudaram a constituir um olhar para a dimensão subjetiva da realidade que este fenômeno envolve.

Desta forma, o crescente uso de aplicativos durante a pandemia e a exposição dos entregadores ao COVID-19; o aumento no número de trabalhadores que passaram a depender de aplicativos para trabalhar em 2021 (chegando a 11, 4 milhões¹⁰⁶ e a 175 mil inscrições de

¹⁰⁶ Cerca de 11,4 milhões de brasileiros dependem de aplicativos para ter uma renda – Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/cerca-de-11-4-milhoes-de-brasileiros-dependem-de-aplicativos-para-ter-uma-renda/>. Acessado em 14/04/2021

candidatos interessados em atuar como entregadores do Ifood - IPEA, 2022)¹⁰⁷; a greve dos entregadores de aplicativo em 2021; o Motorista da Uber que dormiu ao volante em 2022 enquanto levava o BBB Rodrigo Mussi¹⁰⁸, a multa de 1 bilhão atribuída pelo Juiz Maurício Pereira Simões à Uber em 2023; estes e outros fatos - que são apresentados no decorrer da escrita desta tese – foram compondo as anotações da pesquisadora, pois corroboram com a reflexão acerca da dimensão subjetiva da realidade.

É necessário, ainda, informar que a despeito do plano de trabalho construído no início da pesquisa, as escolhas e procedimentos metodológicos foram modificando-se conforme a pesquisa transcorria, sendo as anotações um válido instrumento para registrar este percurso e as diferentes situações que ocorreram.

4.6 Procedimentos de análise

Para uma efetiva análise e discussão dos dados, de modo que estes reflitam a totalidade do fenômeno estudado e apontem para elementos da dimensão subjetiva da realidade do trabalho plataformizado, a análise foi decomposta em algumas etapas:

- 1- A primeira etapa de análise consistiu-se na ordenação – em um Excel onde listou-se os fatos e dados por ano e tempo de ocorrência – das informações provenientes das anotações citadas no item 4.5, juntamente com os dados obtidos através do IBGE, IPEA, etc. Esta etapa resultou em um rico campo para reflexão acerca da dimensão subjetiva da realidade do trabalho plataformizado, apontado para diversos aspectos;
- 2- A segunda etapa consistiu na ordenação e análise das informações provenientes das entrevistas, o que incluiu inicialmente a transcrição das entrevistas e posteriormente uma leitura flutuante destas, quando se destacou alguns aspectos centrais;

¹⁰⁷ Impactos da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil, Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12212/1/218212_LV_Impactos_Cap13.pdf. Acessado em 10 de fevereiro de 2023,

¹⁰⁸ Motorista de app que levava ex-BBB Rodrigo Mussi é autuado por lesão; ele disse à polícia de SP que dormiu ao volante antes de bater – Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/04/01/motorista-de-app-que-levava-ex-bbb-rodrigo-mussi-diz-a-policia-que-dormiu-ao-volante-antes-de-bater-em-caminhao-ele-foi-autuado-por-lesao.ghtml>. Acessado em 01/04/2022

- 3- Na terceira etapa, cruzou-se as informações centrais obtidas através das entrevistas com a tabela elaborada no item 1, de maneira que se refletiu sobre os aspectos da dimensão subjetiva do trabalho plataformizado presentes no discurso, experiência e vivência dos trabalhadores entrevistados e nos fatos anotados no decorrer da pesquisa;
- 4- Na quarta etapa através do cruzamento e análise dos dados da etapa 3 – entrevistas e anotações – foi composto um quadro onde a pesquisadora visualizou semelhanças, disparidades e contradições existentes entre os dados coletados. Nesta etapa, todo material levantado foi organizado e correlacionado, de forma que a pesquisadora sintetizou as informações mais relevantes, levando em conta as categorias centrais do método materialista histórico e dialético: totalidade, contradição e mediação;
- 5- Na quinta e última etapa a pesquisadora reviu todo material levantado e, a partir das convergências, congruências, contradições e divergências construiu categorias de análise que apontam para elementos centrais da dimensão subjetiva da realidade do trabalho plataformizado; estas categorias são apresentadas nos resultados desta pesquisa.

É importante destacar que as categorias de análise que foram construídas na última etapa estão correlacionadas com os objetivos da pesquisa. Deste modo, as categorias emergiram das diferentes formas de contato da pesquisadora com o campo de pesquisa e abrangem o material levantado através das diferentes fontes. As categorias foram criadas a partir de um trabalho de síntese, ancorando-se na perspectiva teórico-metodológica da psicologia sócio-histórica e nos aspectos da dimensão subjetiva da realidade que se pretende caracterizar e compreender. Deste modo, as categorias expressam dialeticamente os sujeitos e a realidade em que estão inseridos, bem como as múltiplas determinações presentes neste campo de trabalho; em última instância as categorias buscam exprimir a imbricação existente entre indivíduos e sociedade.

No próximo capítulo apresentaremos as categorias compostas pela pesquisadora e, ao final, uma análise da dimensão subjetiva da realidade do trabalho plataformizado onde se cruzam os diferentes aspectos apontados nas categorias, objetivando-se realizar uma análise totalizante da temática.

5. CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para além das etapas descritas na metodologia e nos procedimentos de análise os aspectos históricos e teóricos anteriormente apresentados foram essenciais para composição das categorias a seguir, direcionando de modo dialético o olhar da pesquisadora.

Nesse sentido, as categorias de análise a seguir se compõem a partir do conjunto de informações obtidas nas diferentes fontes descritas anteriormente e foram criadas através de um trabalho de síntese, ancorando-se na perspectiva teórico/metodológica da psicologia sócio-histórica e nos aspectos da dimensão subjetiva da realidade que se pretende caracterizar e compreender.

Deste modo, as categorias expressam dialeticamente os sujeitos e a realidade em que estão inseridos, bem como as múltiplas determinações presentes. Não se referem somente aos indivíduos ou tampouco à sociedade. Por se tratar de dar visibilidade à dimensão subjetiva da realidade, objetivam a superação da dicotomia indivíduo x sociedade, buscando, de maneira dialética, exprimir a imbricação existente entre indivíduos e sociedade.

Mediante as etapas anteriormente descritas, as categorias encontradas foram: 1 – Despotismo algorítmico: O gerenciamento racista do algoritmo; 2 – Plataformização da vida? a Uberização para além dos aplicativos; 3 – “Eu tenho uma missão e não vou parar”¹⁰⁹; lutar e resistir.

Além disso, como efeito de análise geral articulou-se todos os achados da pesquisa sob a categoria: A Dimensão subjetiva do estar subordinado.

5.1 Despotismo algorítmico: o gerenciamento racista das plataformas

Em sua obra “Um defeito de cor”, Ana Maria Gonçalves (2022) perfaz a vida de uma africana sequestrada em África e trazida para o Brasil: Kehinde ou Luiza como esta passou a ser chamada ao aportar na Bahia. Na obra, a autora mostra diversos momentos da vida da protagonista, inclusive quando esta torna-se escrava urbana¹¹⁰, mostrando como era costumeiro para escravas de ganho investirem nos elementos do seu trabalho.

¹⁰⁹ Trecho da música: Capítulo 4, Versículo 3- Canção de Racionais MC's – Sobrevivendo no Inferno, 1997

¹¹⁰ “Quando a gente fala, então, da escravidão urbana, essa foi uma modalidade de escravidão que aconteceu principalmente nos portos que recebiam a maior quantidade de africanos escravizados, a saber: Rio, Salvador,

Melhor explicitando, se uma escrava era posta por seus senhores para realizar trabalho de vendas na rua, deveria arranjar todos os instrumentos de trabalho: o tabuleiro, os ingredientes a serem utilizados para composição da comida a ser vendida, as roupas a serem vestidas e finalmente disputar um bom ponto de venda com outras negras e negros que também faziam a mesma atividade. Para além disso, cabia-lhe mensalmente apresentar um percentual de seus lucros para o seu senhor, cumprindo com as metas estabelecidas.

Guardadas as devidas proporções, pode-se afirmar que Kehinde operava sobre um modo subordinado de gerenciamento. Ao ganhar as ruas para vender seus “cookies”¹¹¹ parecia dotada de uma certa autonomia quando, na verdade, estava subordinada às regras e às exigências de seus senhores – era estipulado um valor a ser pago mensal e um percentual nos lucros da escrava – e para cumprir as exigências, deveria fazer as contas dos custos de fabricação, transporte, venda e operação dos doces que fazia e vendia. Kehinde, deveria pesquisar todas as matérias primas e obtê-las, negociar um ponto de venda e manter todos os relacionamentos necessários para o funcionamento do seu “tabuleiro-negócio”, ofertando para seus senhores o resultado exigido ao final de cada mês. Tal modo do trabalho permanece, mesmo que de maneira subjacente, na realidade de trabalho no Brasil, sendo reinventado diariamente, agora, por meio das plataformas e dos aplicativos.

Por mais que as empresas-aplicativo apresentem o discurso de autonomia e empreendedorismo, os trabalhadores que a elas se subordinam sabem que a missão é gerenciar-se, tirando condições mínimas de sobrevivência e pagando os percentuais que estas exigem. Trata-se da boa e velha “gestão de si mesmo” que os escravos de ganho, como Kehinde, já faziam. Parece que se trocam apenas os senhores: da casa de engenho, para os novos senhores-aplicativos. Podemos dizer que se trata de trocar o capataz da senzala pelo algoritmo, que é matematicamente desenhado para a máxima extração de trabalho e resultados do trabalhador.

Ora, mas por que Kehinde, mesmo diante de tantas exigências e responsabilidades foi convencida que ser escrava de ganho seria uma boa opção? Uma resposta óbvia: a promessa de que poderia desfrutar de liberdade e autonomia. Ser liberta e usufruir, como qualquer outro cidadão, de uma residência, independência e dignidade era a proposta vendida por seus

Recife e São Luís. Eram essas as cidades que possuíam o maior número de escravos urbanos do Brasil”. (VAZ, 2022, p. 145-146)

¹¹¹ No livro de Ana Maria Gonçalves (2022) Kehinde aprende com uma família inglesa a receita dos cookies, doces que pareciam refinados e a distinguíam das demais escravas de ganho ao ofertar essa iguaria. Percebe-se na obra aspectos da colonialidade no trabalho quando se evidencia que trabalhos ditos superiores sempre se ligaram à hegemonia europeia e/ou americana.

senhores. Tal forma de apresentar o trabalho, de certa maneira, também subjaz no modo como o trabalho de entregador é “vendido” para aqueles que procuram os aplicativos, como se pode perceber nas palavras de João Sabino – diretor de políticas públicas do iFood:

O trabalho intermediado por aplicativos, hoje, tem um percentual considerável do mercado. A tecnologia permitiu que trabalhadores tivessem autonomia para realizar diversas atividades, de maneira até concomitante, e flexibilidade para transitar entre esses diversos ofícios¹¹².

Jessé de Souza (2021) destaca que a elite racista brasileira sempre apresentou estratégias para cooptar membros aptos e talentosos entre os negros, oferecendo pretensos benefícios sociais. O neoliberalismo apropria-se desta estratégia e a atualiza através da disseminação da ideia de que a ascensão individual é possível para aqueles que se esforçam. Segundo o autor, “o que o progressismo neoliberal hoje faz é, sem tirar nem pôr, o que as elites racistas brasileiras sempre fizeram” (Souza, 2021, p.38).

O departamento de políticas públicas do Ifood parece ser uma destas estratégias progressistas que Souza (2021) aponta, foi criado estrategicamente pela empresa-aplicativo em 2019 como maneira de disseminar no mercado a ideia de que a regulação trabalhista dos entregadores é prioridade para o Ifood. Além disso, o departamento age mediando encontros com lideranças dos entregadores, onde é vendida a ideia de parceria, respeito e liberdade para o entregador, como se percebe na fala de Juliana Carmo, coordenadora no Ifood:

Por mais que sejam dores, problemas, que o sentimento inicial possa ser de desconfiança, no momento em que os entregadores começam a falar, a conversa é sempre no sentido de construção, de fazer perguntas, de estimular os amigos a compartilhar as suas histórias. Depois vamos para a sala e sentamos sempre em círculo. Ali deixamos claro que o iFood está lá para fazer uma escuta, que é um espaço em que todos podem ser muito sinceros e falar o que realmente sentem e vivenciam. A gente sabe que na nossa frente eles podem se sentir inibidos para expor suas opiniões, mas fazemos sempre questão de reforçar que aquele é um ambiente seguro e que nós estamos ali para entender como podemos ser os melhores parceiros dos entregadores.¹¹³

A despeito das afirmações da Ifood e, para que melhor explicitemos a presença de elementos coloniais na vida dos entregadores, destacamos que um dos entrevistados, João, um

¹¹² “A regulação do trabalho dos entregadores é prioridade em 2023”. Disponível em: <https://www.news.ifood.com.br/a-regulacao-do-trabalho-dos-entregadores-e-prioridade-em-2023/>. Acessado em 04 de outubro de 2023.

¹¹³ Voz do Entregador: como são os encontros regionais de escuta. Disponível em: <https://www.news.ifood.com.br/voz-do-entregador-como-sao-os-encontros-regionais-de-escuta/>. Acessado em 04 de outubro de 2023.

jovem negro de 24 anos residente da região de São Miguel Paulista (São Paulo) afirmou que *“Eles nunca ouviram minha opinião para nada, quando envio reclamações no aplicativo nunca respondem”*. Além disso, João – como Kehinde – teve de adquirir todos os seus instrumentos de trabalho: a bicicleta utilizada para as entregas, o celular para conectar-se ao aplicativo, além de um melhor pacote de dados para o celular. Nas palavras do entregador: *“ninguém ajuda a gente a começar não, até a mochila que a gente carrega a comida a gente paga e essa daqui foi R\$300,00”*.

Além de adquirir todos os instrumentos de trabalho, João precisa disputar a região da Avenida Paulista com milhares de outros entregadores que esperam por pedidos, sobretudo no horário do almoço e do jantar. Segundo o entregador *“basta ficar no ponto certo que o aplicativo toca e você trabalha, daí tem pontos ali na Paulista, na Faria Lima”*. Conforme destaca Cláudia Freire Vaz (2022), podemos traçar aí mais uma similitude entre os escravos urbanos de ganho e os entregadores. Segundo a pesquisadora, para encontrar os escravos de ganho era necessário

ir ao canto, para encontrar pessoas disponíveis, para fazer determinados tipos de serviço. Mas o que eu quero dizer com ‘canto’? Nas esquinas ou nos cruzamentos da cidade era possível encontrar esses trabalhadores escravizados e eles estavam ali à disposição de quem quisesse contratar. Disponibilidade é uma palavra-chave para pensar tanto os escravos de ganho quanto os trabalhadores uberizados. Segundo Ludmila Costhek Abílio, uma das principais referências no estudo sobre trabalho uberizado, ela diz que o trabalhador está disponível, entretanto ele necessita da demanda para conseguir, de fato, trabalhar. Se nós formos substituir o canto pelo aplicativo, a gente vai perceber essa semelhança e entender que ele é uma nova roupagem do antigo canto (Vaz, 2022, p.149)

João reconhece a realidade de estar subordinado e sempre disponível para o aplicativo e aponta como este modo precariza seu trabalho e o desumaniza.

o aplicativo faz isso com a gente: coloca uma caixa nas costas, coloca uma bike e fala: *“ó, você só serve para pedalar e pra entregar por aí”*. Mas, pô, não é assim, eu tenho potencial. Então eu acho que o aplicativo pega não só dinheiro da gente, ele pega nossa juventude, pega pessoas que têm valor e joga elas no lixo, é isso que as empresas estão fazendo e estão prejudicando não só a gente, jovem, não estão prejudicando só eu, mas estão prejudicando todo mundo.

Traçar as similitudes entre a experiência de João e de Kehinde não parece difícil. Enquanto a escrava afirma que 1/3 de seus ganhos semanalmente deveriam ser ofertados a sua Sinhá, lembrando, contudo, que estes poderiam sofrer reajustes ou aumentos inesperados de acordo com o humor desta ou com o momento do ano (Gonçalves, 2022), João, revela que os valores retidos pelo Ifood também oscilam, não sendo facilmente compreensíveis.

Isso é meio fechado. Então tipo, eles vão e lançam o valor: ah, você vai fazer essa entrega, vamos supor, 2 Km, 6 reais, por exemplo. E beleza, você vai ganhar esses R\$6. Mas esse valor que eles tiram... por exemplo, de você ele tá cobrando R\$10, mas para mim ele tá me dando só R\$6. Mas eles não falam isso. É, não falam, isso

não é mostrado, é tipo escondido, sabe? Então você meio que não sabe, porque às vezes você tá pagando, sei lá, R\$15, eu tô recebendo R\$8. E a gente não sabe, porque às vezes eu nem me comunico com você, eu nem te encontro, você não fala, então fica meio

A respeito de como o sistema opera os descontos, João reconhece que existe um algoritmo que regula os valores pagos, mas que a compreensão da lógica operacional deste nem sempre é simples. A este respeito o Ifood em seu site afirma

Antes de mais nada, é importante destacar que a taxa de entrega pode variar de acordo com alguns fatores. Além disso, durante o auge da pandemia, as taxas também foram modificadas. O iFood cobra uma taxa dos restaurantes a cada pedido que é feito, que vai variar de acordo com a modalidade escolhida pelo estabelecimento. Valor mínimo por Km rodado: de R\$1,00 para R\$1,50 (aumento de 50%).¹¹⁴

As informações ofertadas pela plataforma são escassas e pouco claras, restando a pergunta “que fatores podem fazer uma taxa de entrega variar?”. Sobre este aspecto, o aplicativo não explana em nenhuma das suas fontes oficiais. A este respeito, Abílio (2020) afirma que as decisões tomadas pelas plataformas-aplicativos e materializadas através da gestão algorítmica visam um certo controle do trabalho e passam por decisões que são humanas e que, apesar da fria capa matemática de uma operação tecnológica, visa um determinado tipo de resultado e/ou comportamento. Nesse sentido, as empresas-aplicativos operam o poder de definir as regras do trabalho e como elas atuam (tal qual um dia o fizeram os Senhores e Senhoras de engenho e os mais diversos empresários do mundo moderno do trabalho).

A este respeito, em sua pesquisa, Abílio (2020) apresenta o exemplo de Mauro, um entregador de 39 anos.

Se o tempo estiver chuvoso, igual hoje de manhã, eles mandam mensagem às 9 horas: ‘das 10h até as 13h, fazendo 8 pedidos delivery você ganha mais R\$50’. Se você não fizer você não ganha o bônus (...). Eu, você e outro motoboy estamos trabalhando lá, são 8 pedidos para conseguir o bônus. Eu e você fizemos 7, o outro motoboy fez 4. Para quem eles vão jogar a entrega? Para o outro motoboy – Mauro 39 anos (Abílio, 2020, p. 20)

Sobre tal aspecto João também teceu comentários em sua entrevista.

Então um dia de chuva, das, sei lá, do meio-dia até às 6 horas, vai ter uma promoção de R\$4, então seria ganhar R\$6, que é o mínimo, mais R\$4, que é a taxa fixa, então no mínimo R\$10, e aí com uma variação mínima de quilômetros, que assim, é bem mínima mesmo, tipo, é centavos. E aí é isso, eles variam essas promoções. E isso de promoção é usado meio que para chamar os entregadores, eles usam muito isso, fica bem óbvio.

¹¹⁴ “Como funciona a taxa de entrega do Ifood?” -Disponível em: <https://news.ifood.com.br/taxa-de-entrega-ifood/>. Acessado em 09 de abril de 2023.

Vale ressaltar que foi exatamente em um dia de chuva que o entregador sofreu um grave acidente

E teve um caso, isso foi um caso que foi com um cliente, que eu fiquei muito... que teve uma época, dentro desses três anos, que eu me machuquei. Eu tava andando... era um dia de chuva... a bicicleta tava meio estragada, aí eu fui... caí e me machuquei, quebrei um dente. Quebrei o dente, aí poxa, chamar o SAMU e tal... eu tava lá, no chão... mas eu tava com o pedido. E aí eu mandei pra moça no aplicativo “ó moça, quebrei o dente, caí, estou aqui todo ralado e tal, não vai dar pra eu entregar”. Aí eu imaginei que ela ia falar “ah, beleza, você quer um ajuda?”, sei lá... ela tipo “não, e meu lanche?” Eu falei: cara... (Lucas)

As pausas na fala do entregador, foram para enxugar as lágrimas ao lembrar do acontecimento que gerou um afastamento de quase 6 meses das atividades laborais deixando João sem bicicleta, sem renda e tendo de arcar por vias próprias com seu tratamento médico. Tal qual um dia os escravos urbanos de ganho trabalharam, sob sol ou chuva, sob inverno ou verão também são “convidados” os entregadores a fazer o mesmo através da lógica gamificada¹¹⁵ operada pelo algoritmo. Essa lógica torna atrativa a entrega em um dia de chuva, sob as piores condições de trabalho. O entregador é estimulado a sair e assim ter a possibilidade de “ganhar mais”. Nesse sentido o aplicativo “delega” ao trabalhador a responsabilidade de manejar as condições de trabalho, superando-as.

Parece pouco importar ao iFood os impactos desta gestão algorítmica, que evidentemente produz segregação e desigualdade. Pode-se, ainda, afirmar que a empresa conhece seu perfil de entregadores já que ao entrar em seu site na parte destinada para cadastro e informações para entregadores, vislumbramos diversas fotos de jovens negros vestidos com as mochilas, roupas e identificação da empresa, o que demonstra o fato de que o Ifood sabe quem é seu público de entregadores (imagens no anexo 3)¹¹⁶

Uma prova disso é que em setembro de 2023, afirmando reconhecer sua “responsabilidade social”, a empresa lançou o programa “Ifood-acredita” onde afirma estimular o empreendedorismo negro. Nas palavras da empresa trata-se de uma

iniciativa, que está em fase piloto em Salvador (BA), quer acelerar o crescimento do empreendedorismo negro na plataforma, fortalecendo a diversidade e impulsionando esse público. Seus primeiros resultados mostram que 60% dos empreendedores

¹¹⁵ “O termo gamificação do trabalho (Scholz, 2013) nomeia essa racionalidade nos novos tipos de informalização do trabalho. Na realidade, consiste numa transferência de riscos e em estímulos à produtividade, que também são novas formas de controle sobre o trabalho. A forma-desafio que é lançada ao trabalhador deixa claro que nada está garantido, nem mesmo a remuneração pelo trabalho executado. É preciso arriscar-se, e o risco é justamente o de trabalhar de graça, na medida em que a bonificação pode ou não chegar” (Abílio, 2020, p. 20)

¹¹⁶ Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/>. Acessado em 04 de abril de 2023.

pediram consultoria e que 235 certificados de cursos feitos no iFood Decola já foram emitidos para quem participa do programa¹¹⁷.

Para além do “Ifood-acredita”, a empresa afirma ter como meta até 2025 formar e empregar 25 mil pessoas de públicos sub-representados e de baixa renda em tecnologia. Contudo essa meta parece estar distante da vida de entregadores como João, que tenta conciliar a vida de estudante de Filosofia na Universidade de São Paulo – USP com o trabalho das entregas.

não dá para continuar, sabe, é bem exaustivo. Porque a faculdade demanda muito, você tem que estudar a semana inteira, tem que ler muita coisa. E aí final de semana você vai trabalhar. Aí você fica nesse ciclo, estuda na semana, trabalha no final de semana, e o descanso não existe. Aí chega um momento que você está desgastado, sua cabeça está desgastada. Você fica muito moído, tanto fisicamente, por causa que você pedala muito, quanto mentalmente, por causa que você está estudando muito. Não tem descanso, não tem lazer, né? Semestre passado mesmo eu decaí bastante em questão dos estudos, do trabalho, porque você vai tentar fazer tudo e acaba não conseguindo realizar tudo de uma forma bem feita, né?

A verdade é que apesar do discurso neoliberal parecer progressista, os aplicativos se desresponsabilizam dos trabalhadores, tal como os senhores se desresponsabilizavam dos escravos urbanos, como afirma Vaz (2022, p. 150-151).

A partir do momento que eles possuíam uma renda, o senhor de escravo se desresponsabilizava por questões como alimentação e vestimenta. [...] Com a escravidão urbana, ele vai se desresponsabilizar por isso. E a gente percebe, em um paralelo, essa desresponsabilização, das empresas, ao negar os direitos trabalhistas. [...]. Mas o que a gente está falando, com a uberização, é de um aumento de uma precarização. Estamos falando, em vários aspectos, de um trabalho que já é precarizado, e os aplicativos potencializam isso. Então, tanto a escravidão de ganho, quanto os aplicativos, eles têm como semelhança essa economia, seja uma economia para o senhor de escravo, a partir do momento que não se responsabilizava mais por alimentação e vestimenta, seja para os empresários, que economizam ao não ter os encargos dos direitos trabalhistas. Lucra-se em cima do trabalho de outra pessoa, sem contrapartida alguma.

Para ampliar esta discussão, retomamos o conceito anteriormente apresentado no item “3.3 - O racismo algorítmico – o necrocapitalismo dos nossos dias”, para afirmar que tal gestão perpetrada pelo Ifood e presente na vida de João é racista, sobretudo quando evidenciamos – através de inúmeros paralelos neste texto – que a lógica de controle operada pelos aplicativos encontra várias similitudes com a lógica da escravidão no período colonial. Conforme destaca Vaz (2022), apesar de uma aparente liberdade de ir e vir, o escravo de ganho sabia que não era livre. O mesmo se pode dizer dos trabalhadores uberizados que reconhecem

¹¹⁷ Empreendedores negros avançam com o iFood Acredita. Disponível em: <https://www.news.ifood.com.br/empreendedores-negros-avancam-com-o-ifood-acredita/>. Acessado em 04 de outubro de 2023.

que, ainda que trabalhem uma quantidade exaustiva de horas, não conseguirão dar conta de condições mínimas de existência¹¹⁸. É possível portanto fazer inúmeros paralelos entre as atividades evidenciando o racismo subjacente.

Finalmente, reafirmamos a existência de um necrocapitalismo (Miranda, 2021) neoliberal associado ao trabalho plataformizado – sobretudo no que se refere ao trabalho dos entregadores – que relega a estes jovens as piores condições de trabalho e o faz através de um gerenciamento algorítmico que os entrega à própria sorte (ou porque não dizer até a própria morte). Como o escravo um dia foi exposto às piores condições, ficando a seu encargo a obrigação de sobreviver, também fica a cargo do entregador suportar as piores condições de trabalho.

Vale ainda salientar que esta realidade não é exclusiva do aplicativo Ifood, sendo percebida por outra entrevistada de nossa pesquisa, Maria, pedagoga que trabalha para aplicativos de línguas¹¹⁹, e que percebe o racismo algorítmico no modo como é feita a gestão e escolha dos professores no aplicativo em que trabalha.

uma coisa que eu vejo muito, porque assim, aparece para mim no Instagram: esses gringos que vem para o Brasil, faz comédia, todo mundo gosta e se dizem professores de inglês. E você percebe que todos eles têm uma característica muito em comum, todos eles são brancos, todos eles vêm da Europa, dos Estados Unidos. Então a gente não tem africanos, a gente não tem indianos. Então esse racismo... se você depois conseguir entrar para dar uma pesquisada nisso, de repente você verá, quais os professores que têm mais alunos. Então eu sinto que os homens brancos têm mais alunos e o aplicativo sabe disso, eles ganham até mais.

Como afirmado por Abílio (2020), não se trata de uma aleatoriedade algorítmica, mas, de uma distribuição programada perpetrada por estas empresas. Esse aspecto é evidente na declaração dada por um dos responsáveis da empresa-aplicativo de serviços domésticos e de montagem que admite que a maior parte das cadastradas no aplicativo são mulheres negras que acabam sendo as “parceiras” da empresa. Contudo, frente às situações de racismo recorrentes, afirma que

é... já passaram gerações, mas ainda é recente. Então eu sinto claramente que o racismo resvala no nosso serviço. Já teve caso de racismo? sim, mas a gente não pode chegar e falar ne? “ah você é racista”. Mas teve sim, caso de diarista que falou ‘eu entrei no banheiro e ela ficou batendo na porta, eu dei uma descarga e ela ficou louca, ficou brava porque teoricamente eu estava usando o banheiro dela, ela foi limpar o acento do banheiro na minha frente’ e, olha, essa profissional é de pele negra. Esse não é a maioria dos casos, mas, acontece. Como acontece também o contrário, o cliente vai lá e deixa um monte de coisa por que “ah eu tô pagando” em fim... A gente tenta ter um diálogo e ir aos poucos ensinando isso para as profissionais, a gente tenta

¹¹⁸ Conforme evidenciado nas falas do entrevistado, João, anteriormente.

¹¹⁹ No item posterior apresentaremos melhor o trabalho de Giovana e os aplicativos para que trabalha.

dizer “você não precisa fazer tudo, existem tarefas que até é bom que você não faça tipo limpar um lustre, limpar a área externa da janela, se for prédio, para que você não corra nenhum risco”, até porque são profissionais autônomas por mais que tenham o MEI a gente tenta orientar.

Na parte do discurso de pretensa bondade e orientação que o responsável afirma ter em relação às trabalhadoras, percebe-se com clareza dois aspectos em sua resposta: o reconhecimento de que a empresa atua sobretudo utilizando como mão de obra mulheres negras e não reconhecendo os direitos trabalhistas destas; e a falta de posicionamento da empresa quanto ao fenômeno do racismo, uma vez que o responsável visivelmente delega às trabalhadoras a responsabilidade de se posicionarem e enfrentarem às situações decorrentes deste.

Silva (2019) em sua obra destaca que a população negra e os segmentos mais expostos à desigualdade social são muito mais afetados pelas operações discriminatórias perpetradas pelo algoritmo que mantém em seu padrão dinâmicas da colonialidade. O brilhantismo do autor é mostrar que essas operações não são realizadas por “robôs racistas”, mas, sim, por empresas que incorporam em seu modelo de gestão aspectos do racismo estrutural (tal qual a empresa citada). São modelos de negócio que promovem intencionalmente a invisibilidade de grupos racializados. Portanto, é essencial que as práticas algorítmicas sejam reguladas e descortinadas, para que não continuem a reproduzir a lógica precária e racista que secularmente incidiu sobre o trabalhador negro brasileiro.

5.2 Plataformização da vida? a uberização para além dos aplicativos¹²⁰

Joana ¹²¹ trabalha como produtora de eventos, no currículo estudos sobre marketing e publicidade, na prática diária acompanha artistas e bandas, peças, espetáculos e apresentações musicais. Durante os shows e apresentações, Joana é remunerada, ganha um cachê ou uma participação sobre as bilheterias dos espetáculos, contudo, durante os deslocamentos, ensaios e viagens não é elegível a remuneração, recebe uma ajuda de custo para lanches e refeições e, eventualmente, uma contribuição com passagens e deslocamentos. Vale destacar que a

¹²⁰ Título inspirado no episódio “uberização para além dos aplicativos com Ludmila Abílio” realizado pelo podcast Paula Pública, disponível em: <https://apublica.org/podcast/2023/05/podcast-pauta-publica/uberizacao-para-alem-dos-aplicativos-com-ludmila-abilio/>. Acessado em 17 de setembro de 2023.

¹²¹ Personagem fictícia baseada no ciclo de convívio da pesquisadora

trabalhadora viaja diversas cidades do Brasil, ficando até dois ou três dias fora, acompanhando as apresentações e, durante esses dias, resolvendo burocracias e pendências necessárias.

Essa não é uma realidade só de Joana, essa é uma lógica que perpassa a realidade de diversos trabalhadores como, por exemplo, os professores que são remunerados somente sob demanda, ou ainda, quando estão em sala de aula. As horas de correção de prova, estudo para montar as aulas ou ainda as atividades extracurriculares não são remuneradas. Podemos aqui falar de Mônica, a autora desta tese, que quando clica no botão entrar, na plataforma virtual onde leciona ou, quando adentra em sala de aula, é remunerada, contudo, fora deste horário não recebe nada. Além disso, Mônica, como Joana, é responsável por seu computador, equipamentos, internet e todo e qualquer material que utiliza para trabalhar.

Não revelariam as realidades vivenciadas por Joana e Mônica nuances do trabalho uberizado? Abílio (2021) no texto “Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração?” traz a realidade de outra Maria, uma médica que trabalha nos melhores hospitais privados de São Paulo, atuando como prestadora de serviço, sendo remunerada somente durante a execução dos atendimentos nos hospitais em que atua. Frente a essa realidade, a autora se questiona: mesmo distante das plataformas digitais e dos trabalhadores da base da pirâmide social brasileira, seria essa médica uma trabalhadora uberizada? (e aqui podemos estender a pergunta a nossa Joana e a autora que aqui escreve).

Abílio (2021) responde que é possível reconhecer relações com a uberização nestas e em muitas outras formas de trabalho, uma vez que a uberização

mira nas formas de controle e gerenciamento, que ora concorrem ora se apropriam de outras formas de terceirização do trabalho. De saída, não se trata da superação de um modelo por outro, mas da eficaz combinação de diversos elementos que potencializam as formas contemporâneas de exploração do trabalho. Neste caso, o hospital é o provedor da infraestrutura; assim como um motorista da Uber, a trabalhadora pode até entrar com instrumentos de trabalho nessa relação, mas os meios que irão determinar a execução, a precificação e a distribuição do trabalho são da empresa. A força da marca confere confiabilidade ao trabalho da médica, assim como do motorista. A empresa-hospital recruta e subordina de forma centralizada o exército de profissionais “pejotizados” de alta qualificação que se tornam trabalhadores sob demanda. Estes vivem subordinados às determinações do hospital, ao mesmo tempo em que intensificam o próprio trabalho, engajam-se na extensão de sua própria jornada, estabelecem estratégias cotidianas para burlar seu próprio adoecimento e exaustão e outros obstáculos que coloquem em jogo um trabalho que já não tem a forma emprego (Abílio, 2021, p.12).

A lógica identificada por Abílio (2021) na situação da médica Maria pode ser estendida à produtora Joana e, também à professora Mônica. Além disso, pode ser aplicada a uma das entrevistadas desta pesquisa, Maria e tantos outros trabalhadores que veem suas atividades laborais atravessadas por aspectos da lógica plataformizada.

Maria é pedagoga formada pela Universidade de São Paulo, onde também adquiriu seu diploma de mestre em Literatura. Durante um longo período de sua carreira, atuou em escolas do ensino fundamental, sendo alvo, muitas vezes, de longas e cansativas jornadas de trabalho, o que acabou conduzindo Maria para o trabalho em duas plataformas “Preply¹²²” e Italki¹²³. Ambas são plataformas de ensino de línguas, funcionam de maneira semelhante, articulando de um lado os “tutores” – nomenclatura utilizada para se referir aos professores – que devem se cadastrar, enviar documentos comprobatórios de sua titulação e gravar um vídeo mostrando suas “habilidades e especialidades”; e, de outro, alunos, que aqui podemos chamar de clientes que se cadastram na plataforma em busca de aulas.

Maria menciona que, ao iniciar na plataforma, é essencial que se comprove a qualidade da internet utilizada e a existência de bons equipamentos, em especial câmera de boa qualidade. Além disso é necessário ofertar uma primeira aula gratuita para cada aluno, para que se assegurem da metodologia e da forma de trabalhar do tutor antes de “assinar pelas aulas”.

A entrevistada destaca que as aulas muitas vezes não são montadas de acordo com os conhecimentos prévios que tem como professora, muito menos de acordo com um plano de aula que acredita ser mais adequado para o desenvolvimento do aluno, mas, sim, de acordo com a necessidade apontada quando o pacote de aula é comprado, ou, melhor dizendo: com o produto demandado. Para ilustrar essa situação:

em dezembro de 2021 uma menina entrou em contato comigo falando que ela precisava de aulas de literatura, porque ela é inglesa e ia fazer faculdade. Só que a prova de admissão era em português, uma das línguas era português, e ela precisava mostrar compreensão sobre livros em língua portuguesa. Ela tinha começado a ler já o Jorge Amado, que era Capitães da Areia, e ela pediu se eu podia trabalhar com ela sobre esse livro já que eu tinha ministrado. E aí foi isso, a gente fez, ela passou na prova e ela continuou comigo fazendo aulas para depois fazer outro exame de proficiência. Agora que ela passou nas provas ela tá pausada, mas... aí ela ficou todo esse tempo no aplicativo, e quando ela passou, para continuar as aulas de conversação, ela pediu para sair da plataforma e me pagar diretamente. Aí quando ela precisa a gente trabalha diretamente. (Giovana)

¹²² Preply se apresenta como a “melhor plataforma de aulas particulares online a preços acessíveis e pagamentos flexíveis” para quem deseja aprender línguas. Trata-se de uma plataforma online onde alunos podem escolher “tutores online” para aprender línguas agendando as aulas como desejarem e negociando valores e condições de aula diretamente com o “tutor”. Disponível em: <https://preply.com/pt/>

¹²³ Italki é uma plataforma que se apresenta como um método que vai proporcionar que você se tornar fluente em qualquer língua, além disso se propõe a ofertar: “aulas individuais personalizáveis e professores certificados que se encaixam no seu orçamento e agenda”. Disponível em: <https://www.italki.com/pt>

Maria revela que o caso acima não é uma exceção, mas uma regra e que diante de tal realidade, acabou desenvolvendo a estratégia de primeiro “conquistar o aluno na Plataforma” para depois, obtendo a confiança deste(a), convidá-lo para continuar as aulas através de contrato individual, sem o vínculo da Plataforma, de modo que não necessite dividir os 15% de seus ganhos com as plataformas. Contudo, mesmo frente a essa possibilidade, Maria confessa que as aulas sempre são montadas conforme a necessidade dos alunos e não conforme a metodologia que acredita ser a mais coerente.

No relato de Maria parece estar evidente o conceito de *work on demand* (trabalho sob demanda), discutido por De Stefano (2016)¹²⁴, que afirma que os trabalhadores se submetem a uma realidade de trabalho criada por empresas/plataformas que outorgam padrões mínimos de trabalho e regras que são impostas, a despeito de qualquer opinião e necessidade do trabalhador que é transformado em mero prestador de serviço.

Apesar do trabalho sob demanda não ser homogêneo – dependendo do modelo adotado pela plataforma em questão –, De Stefano (2016) destaca a existência de uma característica sempre presente: a utilização de mecanismos tecnológicos e da internet para aproximar a procura de um determinado serviço e a oferta de um trabalho. Tal fato permite empresas provedoras destes serviços minimizarem seus custos de transação e reduzirem os atritos de mercado. Além disso, a “velocidade da internet” e a disponibilidade de milhares de trabalhadores (graças ao crescente desemprego e à precarização do trabalho) permite que as transações sejam feitas de forma rápida e lucrativa para as empresas. Tal aspecto pode ser observado no relato da pedagoga Maria: “a plataforma indica quais são os horários de maior procura, então você sabe que se estiver disponível naquele momento vai ganhar”. E, no do entregador João:

“eu saio de casa antes do horário do almoço, daí eu paro no ponto e ligo o aplicativo. E daí passa pouco tempo e o aplicativo toca, então você vai retirar no lugar tal e vai entregar no lugar tal. Eu olho, beleza, eu acho que é uma rota que dá para fazer, aceito. Aí vou, pego, retiro, finalizo e é isso. E aí vai tocando outros e outros. À medida que eu finalizo um, passa um tempinho e toca mais outro. Aí finalizando vai tocando uma atrás da outra”.

¹²⁴ “No ‘trabalho sob demanda por meio de aplicativos’, empregos relacionados a atividades de trabalho tradicionais, como transporte, limpeza e tarefas, mas também formas de trabalho administrativo, são oferecidos e atribuídos por meio de aplicativos móveis. As empresas que executam esses aplicativos normalmente intervêm em estabelecimento de padrões mínimos de qualidade de serviço e na seleção e gestão dos trabalhadores” (Stefano, 2016, p. 5) – livre tradução da autora – Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2682602

A este respeito, como enunciado anteriormente, Abílio (2021) destaca que o trabalhador sob demanda evidencia que na realidade o empreender-por-si “não existe”. O que de fato ocorre é a subordinação do trabalhador às plataformas digitais, devendo o trabalhador estar sempre à disposição para qualquer atividade, a qualquer momento e sob qualquer exigência – sendo, portanto, um trabalhador *just-in-time* como apresentamos no item 1.5 – mesmo que não receba pelas horas em que está disponível ou pelas horas que utiliza para se preparar para o trabalho.

Tal aspecto parece ficar evidente neste outro relato de Maria:

E aí assim, se o aluno marca com você a aula, aí você pode ir atrás. Às vezes o aluno já escreve o que ele quer, ele fala “eu vou fazer uma prova”... como foi o caso dela, ela que entrou em contato, ela já escreveu “olha, vou fazer uma prova de tal jeito, eu preciso de tal coisa, você tem disponibilidade?” E aí a gente marcou. Ou você também pode perguntar. Esse primeiro contato antes da aula você pode perguntar para o aluno que ele quer, o que ele espera. Então assim, o aplicativo te avisa que o aluno marcou mas você ainda tem como conversar com o aluno. Então assim, se o aluno... o que ele espera, porque ele tá vindo atrás dessas aulas, se ele já estudou antes, até para você saber.

Essa forma de impor e controlar o trabalho parece, segundo De Stefano (2016, p.7), reduzir os seres humanos à categoria “serviço”, ou nas palavras do autor: “‘Humanos como serviço’ transmite perfeitamente a ideia de uma forma extrema de mercantilização do ser humano. A mercantilização e a remercantilização dos trabalhadores, é claro”. O autor destaca que tal realidade não é exclusiva dos trabalhadores de aplicativo, espalhando-se a muitas outras formas de trabalho e relações humanas.

Um campo onde abertamente pode-se observar tal lógica é no da oferta de serviços de psicologia clínica onde o uso de aplicativos, plataformas¹²⁵ e redes sociais está em plena ascensão. Este modo “uberizado” de ofertar o trabalho clínico do psicólogo oportuniza que o paciente, agora percebido como cliente, avalie o desempenho do profissional e acesse conteúdo “psicológico” e de “desenvolvimento pessoal” gratuitamente e a qualquer momento. Ilustrativamente podemos apresentar o slogan da empresa/plataforma Psicologia Viva que afirma: “Psicólogos e terapia online ao seu alcance: Agora você pode conversar com um

¹²⁵ A exemplo dos aplicativos existentes no segmento da psicologia clínica temos: Vittude, Zenklub, Consulte.me, Buscoterapia, IMND, Fala Freud, dentre outros. Apesar das regras e instruções éticas emitidas pelo conselho da profissão, muitos destes aplicativos prometem pacotes de terapia. “A Partir de R\$60 por Sessão. Psicólogos e Terapeutas qualificados para até no mesmo dia” – Disponível em: <https://zenklub.com.br/site/clientes/terapia-online>.

psicólogo online *a qualquer hora* com sigilo e segurança através da nossa plataforma”¹²⁶ ou da empresa IMND que oferta em sua plataforma pacotes de terapia com valores que iniciam em R\$370,20 para 5 atendimentos e garantia de “Acesso ilimitado por WhatsApp com 1 intervenção do terapeuta por dia”¹²⁷

Além disso, para que se ilustre melhor a importância desta discussão, citamos o artigo “Psicoterapia on-line e economia do compartilhamento: um estudo de caso do aplicativo Fala Freud” de Antunes, Holanda e Sousa (2022, p.8), no qual os autores conclusivamente afirmaram que o aplicativo de psicoterapia estudado muitas vezes demonstra ter foco no lucro da empresa, a despeito de qualquer regulamentação da profissão. Além disso, destacam:

Estamos diante do fenômeno da ‘Uberização’ e precarização do trabalho do psicólogo dentro da dinâmica de um profissional liberal transformado em um “novo proletariado de serviço”, nas palavras de Antunes (2018), reconhecido pelo cliente como benefício de quem leva um produto com desconto.

Observa-se, por trás desta forma de articular o trabalho – e por que não dizer a vida – os princípios neoliberais de mercado de individualidade e competitividade, que submetem e subordinam os diferentes tipos de trabalhadores às vicissitudes das empresas/aplicativo. Frente a esta dinâmica, Maria não é mais uma professora, mas tutora, e o aluno, um cliente. A mesma lógica se faz presente no trabalho de entregas vivenciado por João e na vida de milhares de psicólogos, dentre outros profissionais liberais, como a motorista Rita, nossa entrevistada.

Eu sei que tenho que estar disponível, se fico muitos dias sem usar o aplicativo, quando volto ele mal toca, ou quando eu começo a declinar das corridas, se eu nego muitas corridas elas começam a não cair mais para mim, ou pior, começam a cair aquelas rotas bem ruins. Então eu cuido da minha vida e evito ficar muitos dias sem trabalhar.

Pode-se afirmar, portanto, que a lógica plataformizada e sua consequente mercantilização das relações promove uma comercialização da vida humana. Se tomamos o pensamento de Dardot e Laval (2016), podemos afirmar que a racionalidade neoliberal passa a mediar as relações humanas através das leis da concorrência e do modelo de empresa que passa a se aplicar em diferentes situações. Contudo, vale aqui salientar que, apesar da aparente relação entre empresas, o que de fato existe é um autogerenciamento subordinado do trabalhador que passa a fazer a gestão da sua vida e do seu trabalho, de acordo com a demanda da empresa/aplicativo.

¹²⁶ Psicologia Viva – Disponível em: <https://www.psicologiaviva.com.br/>. Acessado em 03 de outubro de 2023.

¹²⁷ IMND - Pacotes de terapia, disponível em: <https://imnd.com.br/planos/>. Acessado em 03 de outubro de 2023.

É desta maneira que podemos pensar que o modelo plataformizado de trabalho, ancorado na racionalidade neoliberal, espraia-se para a vida, tornando-se não mais um modelo de gestão do trabalho, mas, também, um modelo de gestão da vida. Para justificar esta ideia, relembremos que Marx (2011)¹²⁸ já apontou o sentido ontológico do trabalho, destacando que este não funda tão somente um modelo de produção, mas uma lógica que altera e funda a realidade, sendo, portanto, o trabalho um processo de modificação das relações humanas. É ancorando-nos nesta ideia que podemos pensar que a plataformização do trabalho passa a significar também a plataformização da vida. Dito de outro modo, sendo o trabalho fundamento ontológico da humanidade, ele funda não somente um modo de produção, mas, também, um modo de atuar e modificar a realidade, uma vez que o trabalho é a base da sociabilidade humana, o fundamento do ser social. A partir do trabalho, podemos, então, pensar o desenvolvimento da sociabilidade humana, ou seja, o trabalho enquanto elemento central da sociabilidade humana funda um modo de ser da humanidade, mediando a construção dos aspectos objetivos e subjetivos da realidade.

Para que possamos vislumbrar as ideias desenvolvidas no parágrafo anterior e refletir como a lógica de plataformização do trabalho torna-se, também, uma lógica de plataformização da vida, partimos aqui para um campo distinto: o das relações amorosas e sexuais, de tal maneira que possamos evidenciar que a lógica da plataformização passa a constituir diferentes âmbitos e campos das relações humanas. E, porque não dizer, uma dimensão subjetiva da realidade que se espraia muito além do mundo laboral. Em outras palavras, a plataformização passa a significar também certos modos de subjetivação que ultrapassam a gestão contemporânea do trabalho (Abílio, 2020)

Para exemplificar sobre o que pretendemos refletir, trazemos como referência a pesquisa realizada pela antropóloga Larissa Pelúcio Silva (2022), que durante as limitações da pandemia de COVID-19 debruçou-se sobre o mundo dos aplicativos de relacionamento. A este respeito a pesquisadora afirma

Os aplicativos não criaram as relações ou as ‘pessoas dos aplicativos’, mas eles passaram a fazer parte de uma vasta rede na qual as mudanças sociais puderam ser

¹²⁸ “na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx 2011, p.47)

operadas e (re)produzidas. Entre essas, a emulação entre o mundo do trabalho e dos afetos amorosos e eróticos (Silva, 2022, p. 203).

Para compreender o que Larissa Pelúcio Silva (2022) descortina em sua pesquisa, lembremos o que Marx (2011) já constatará há mais de dois séculos quando propôs o materialismo histórico-dialético se contrapondo à dialética transcendental hegeliana: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx 2011, p.47). Em outras palavras, não é o mundo das ideias que altera a realidade, mas é a realidade que cria o mundo das ideias, ou seja, as ideias que se tem sobre o mundo não são mais do que mundo material refletido, os pensamentos são construídos a partir do contato com o mundo exterior; ora, o que aqui objetivamos dizer é que este modo de trabalhar que passa a ser instalado a partir da plataforma atravessa toda a nossa realidade, constituindo diferentes ideias e ideologias, até mesmo no que encaramos como amor ou o sexo. A este respeito Silva (2022, p. 203) afirma: “Os aplicativos móveis para fins de relacionamentos amorosos/sexuais integram um complexo campo no qual a dinâmica da vida contemporânea é pautada pela aceleração do tempo, maior exigência no campo do trabalho e a sua flagrante precarização”.

É por isso, que ao compor sua tese, Silva (2022) vai chamar o fenômeno que estuda de “Uberização do amor”, deflagrando como a lógica que permeia o mundo neoliberal platformizado vai muito além do aspecto produtivo/econômico, interferindo na vida em geral, o que inclui, obviamente, as relações afetivas e eróticas. O que a autora evidencia é que as plataformas como estruturas neoliberais que respondem a uma nova crise do capitalismo atuam nos meandros de uma filosofia individualista neoliberal que se espalha para além do campo do trabalho, constituindo-se como um verdadeiro “sistema cultural que constitui subjetividades específicas” (Pelúcio, 2002, p. 204), ou, porque não dizer, que constituem uma dimensão subjetiva da realidade.

Por mais que aqui tenhamos tomado como exemplo o campo amoroso e sexual para ilustrar como a lógica platformizada transcende o contexto laboral, podemos ainda nos lembrar do campo das produções artísticas/culturais e da educação, dentre tantos outros que são perpassados por esta lógica – das trabalhadoras Maria e Mônica que apresentamos ao início deste texto. Acreditamos que tal exercício aponta para uma dimensão subjetiva da realidade platformizada, para um novo modo de vida gerenciado por algoritmos. Trata-se, como destaca Abílio (2020a, n.p.), da “possibilidade de traduzir modos de vida, relações sociais, trajetórias

e desigualdades em dados administráveis”; desta maneira, podemos aqui não apenas falar de uma plataforma do trabalho, mas de uma plataforma da vida, de uma lógica, uma racionalidade, que vai muito além do mundo do trabalho e institui um novo modo de se dar a sociabilidade humana.

5.3 “Eu tenho uma missão e não vou parar”¹²⁹: lutar e resistir

“Se não descer eu como mesmo! Não tem caô, eu como mesmo. Se não descer eu nem ligo, eu como mesmo. Não desceu? Esquece!”, assim respondeu o entregador Pedro Roberto Pereira Junior ao cliente que após pedir lanche pelo aplicativo Ifood se recusou a descer do apartamento para buscar o lanche na portaria. A resposta dada em formato de vídeo viralizou nas redes sociais em setembro de 2023¹³⁰, com imagens do entregador comendo o lanche.

“Pedrinho do grau”, como é conhecido o entregador nas redes sociais, não é o único a expor o seu dia a dia e a responder clientes que abusam de sua “boa vontade”. Mateus ou como é conhecido “moscoboy”, entregador da Ifood viralizou nas redes sociais ao satirizar a empresa contrapondo a sua rotina nas ruas à dos funcionários que trabalham no escritório central da Ifood, dispondo de refeições saudáveis, refrigerante e cerveja gelada. Como foi enunciado por muitos seguidores e visualizadores do vídeo, o motoboy realizou uma “Baita crítica social sem dizer um ‘a’”, ou, “o motoqueiro demonstrou, na prática, a teoria defendida pelo filósofo Karl Marx, em que ele destaca a divisão de classes e a exploração de uma classe privilegiada sobre os operários”¹³¹. Vídeos como os de Matheus e Pedro, além de viralizarem, denunciam a desigualdade a que estão expostos esses trabalhadores, encorajando muitos outros entregadores a também realizarem denúncias e a exporem as condições precárias de trabalho praticadas pelas empresas/aplicativos. Não seriam então os vídeos e outras formas de comunicação praticadas por estes motoboys formas de resistência?

Mas, o que seria resistir?

¹²⁹ Trecho da música: Capítulo 4, Versículo, 3. Canção de Racionais MC's – Sobrevivendo no Inferno, 1997.

¹³⁰ “Se não descer, eu como”: a resposta dos entregadores de app ao servilismo” – Texto de Jefferson Tenório para o site UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/newsletters/novos-posts/jeferson-tenorio/2023/09/15/se-nao-descer-eu-como-a-resposta-dos-entregadores-de-app-ao-servilismo.htm>. Acessado em 17 de setembro de 2023.

¹³¹ Entregador por aplicativo reage à rotina no escritório, e vídeo viraliza. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2023/05/15/interna_nacional,1494273/entregador-por-aplicativo-reage-a-rotina-no-escritorio-e-video-viraliza.shtml. Acessado em 17 de Setembro de 2023.

A palavra resistência deriva do latim *resistentia*, que significa “ficar firme, aguentar”. O significado remete tanto à propriedade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo, quanto à oposição de um corpo a outro. No sentido de reação, resistência significa capacidade de suportar (fadiga, fome, pressão, esforço etc.); já no sentido de oposição, resistir significa recusa a submeter-se à vontade de outrem (Carvalho; Gonçalves, 2023, p.5).

Podemos então pensar resistência como reação e, também, oposição, enquanto um movimento que ambiciona criar um dinamismo capaz de desgastar a ordem social vigente. E é exatamente isso que o entregador “Ralf Mt” conseguiu ao publicar no seu canal do Youtube cenas da audiência trabalhista em que processou a Ifood e a empresa operadora logística E.D Goulart. Gravando cenas específicas da audiência conduzida pelo juiz do trabalho Eduardo Vianna Xavier, o entregador evidenciou o vínculo trabalhista não reconhecido pelas empresas através da configuração de carga horária, subordinação a um chefe entre outros aspectos. A empresa Ifood incomodada com os milhares de comentários de outros entregadores que se motivaram a realizar o mesmo processo contra a empresa, solicitou ao juiz que o vídeo fosse apagado das redes sociais. Contudo, teve o pedido negado¹³².

Movimentos como o de Pedro, Matheus e Ralf inspiram muitos outros entregadores e a sociedade na reflexão acerca da precarização do trabalho e dos limites legais transgredidos pelos aplicativos. É o que revelou Lucas, entregador de 22 anos, um dos entrevistados de nossa pesquisa, que confessou inspirar-se nestes e em outros movimentos – como o dos entregadores antifascistas conduzido por Paulo Galo¹³³ – ressaltando a importância deste tipo de ação para a luta dos entregadores.

Tem muitas lutas importantes. Por exemplo, o Galo, quando ele começou a mobilização dos entregadores antifascistas, teve mudança. Os aplicativos estavam indo para um lado pior, e depois que as pessoas começaram a gritar e começaram a ver que falam mais, discutem mais, teve mudança. E eu acho que se a gente continuar lutando, vai ter mudanças. Sei lá, pode chegar um dia ser um trabalho mais, um pouco mais digno.

Acreditar na existência de um trabalho de entregas decente, será utopia? Aline Rieiras responderia que não. A ciclista e ex-entregadora fundou o Señoritas Courier, com este

¹³² "Sistema jagunço": Por que o iFood tenta esconder sua relação com empresas intermediárias (OL)? Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/14/ifood-tenta-censurar-video-que-mostra-relacao-com-empresas-intermediarias>. Acessado em 17 de setembro de 2023.

¹³³ GALO DE LUTA: Vontade de virar rapper levou Paulo Lima aos livros. Hoje é líder dos Entregadores Antifascistas. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/lider-dos-entregadores-antifascistas-paulo-galo-lima-quer-comida-e-melhores-condicoes-de-trabalho-para-o-grupo/>. Acessado em 17 de setembro de 2023.

propósito: reunir entregadoras de maneira que estas “sejam donas de seu meio de produção”. Aline destaca, dentro de sua própria história de vida, que se trata de um movimento de luta e resistência, e ilustra muito bem este aspecto:

o fato de eu ter experimentado isso faz eu saber exatamente o que é a necessidade que essas pessoas têm, entendeu? Pelo que a gente passa todos os dias. Eu falo essas pessoas, mas eu também, né? Eu sei que eu tô também dentro disso, porque eu escolhi, eu virei... quando eu tive que escolher alguma coisa dos três trabalhos que eu tava fazendo e que eu virei e falei: não, agora tá demais, eu escolhi deixar de dar aula, eu escolhi fazer entrega. A minha mãe virou para mim e falou assim ‘você tem o quê na cabeça? Você estudou tanto e tá fazendo entrega?’. Mas eu acreditava nisso: lutar e não deixar isso na mão de um grande empresário. quando deixa na mão de um grande empresário, o que ele faz? Ele precariza o trabalho, né? Ele invisibiliza essas pessoas. Então para mim tem uma questão aí de luta, de disputa por esse território. Quem melhor do que os entregadores que sabem do que passam no dia a dia e sabem como resolver isso? Eu não descarto que existe uma sabedoria ancestral de todas as pessoas que fazem entregas que seria capaz de criar uma forma nova de trabalho, entendeu?

Saber que não está sozinho, ter movimentos que inspiram a acreditar em novas possibilidades e, quem sabe em ideias que em um primeiro momento podem parecer utópicas são movimentos importantes para os trabalhadores que enfrentam a face dura do trabalho plataformizado diariamente. Afinal, demonstram que os trabalhadores podem se organizar, construir táticas e estratégias para atuar no cotidiano do trabalho e nas fissuras algorítmicas.

Conforme destaca Grohmann (2022), esse processo demonstra que existe o desenvolvimento de uma solidariedade emergente no campo do trabalho por plataformas, que aponta para possíveis estratégias de atuação dentre estas: “possibilidades de criação de plataformas de propriedade dos trabalhadores em distintos desenhos institucionais e principalmente a partir do que ficou conhecido como cooperativismo de plataforma” (Grohmann, 2022, p. 211). É nesta possibilidade que Aline acredita e, em torno desta crença, reúne as entregadoras do Señoritas Courier:

a gente não quer criar somente uma plataforma para o Señoritas, a gente quer criar um algoritmo para poder disponibilizar ele para qualquer coletivo, para qualquer cooperativa. A gente sabe que tem outras iniciativas como a nossa, que estão junto nessa construção desse algoritmo, dessa plataforma, é porque essas pessoas entenderam que sim, é possível.

Tem questão ideológica, tem questão política, tem um monte de olhares aí pra isso. Porque não se trata de você virar e falar: como é que eu conquisto um cliente? Oferecendo para ele o menor preço. Se trata de aliado a isso oferecer condições melhores de trabalho. Entendeu? É isso, existe essa possibilidade. Só que as empresas transformam essas plataformas em uma máquina de moer gente, que vai só pegando esses jovens.

É, neste sentido que podemos afirmar que o trabalho desenvolvido por Aline pode ser compreendido como um verdadeiro aquilombamento das trabalhadoras. Utilizamos este termo no sentido empregado pela historiadora Beatriz Nascimento (2006), quando esta afirma

que no final do século XIX, com o fim do regime escravocrata, a ideia de quilombo referia-se a um refúgio contra as formas de opressão, sendo, assim, um símbolo de resistência. Ainda segundo a historiadora, o quilombo não representa uma ideia do passado, ou dos tempos coloniais, mas um *continuum* cultural de aglutinação, portanto, em seu sentido ideológico, ocupa o sentido de comunidade, reconhecimento da humanidade e preservação dos símbolos culturais do povo negro.

Tomando o sentido acima de quilombo e lembrando a asserção de Nascimento (2006) de que “cada cabeça é um quilombo”, podemos afirmar que do movimento de crítica e reflexão iniciado por Aline – mulher negra e fundadora do Senhoritas Correir – aquilombaram-se diversas trabalhadoras que enxergam nesta oportunidade não apenas uma forma de trabalho mas de reunião e resistência, como podemos perceber na declaração de Nina, uma das entregadoras: “o Senhoritas não é só um rolê de entrega, a gente se acolhe muito em várias outras ideias”¹³⁴ (Reck, 2022)

Reunir trabalhadoras contra o modo hegemônico de utilização das plataformas é aquilombar-se, uma vez que este é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Ou seja, como bem nos lembra Nascimento (2006), aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemônica.

Para além da criação de cooperativas, as greves, mobilizações e os famosos “breques”¹³⁵ são movimentos de resistência que vêm sendo desenvolvidos pelos trabalhadores e demonstram como estes, ao contrário do que muitas vezes se imagina, estão organizados. Obviamente se trata de uma forma de organização – não mais no formato sindicalista que um dia conhecemos – que para funcionar precisa também envolver a sociedade, uma vez que põe os trabalhadores que aderem a estes movimentos em risco, já que ao parar de trabalhar são diretamente prejudicados em termos de renda, correm o risco de serem desligados do aplicativo ou substituídos por outros trabalhadores que não aderem à paralisação.

Contudo, apesar de todas estas variáveis, pode-se dizer, metaforicamente, que os “breques” funcionam como os aquilombamentos. Moura (2020, p.25), ao discutir o quilombo,

¹³⁴ Terço da entrevista concedida para o artigo de Yasmin Reck, disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2022/06/CEBRAP-ITAU-Estudos-de-mobilidade-5.pdf>

¹³⁵ O breque dos app’s foi uma mobilização dos entregadores de aplicativo frente ao agravamento da pandemia de COVID-19 (Abílio *et al*, 2020), contou com duas manifestações nacionais de entregadores de aplicativo nos dias 01/07 e 25/07 de 2020, que tinham como objetivo breicar os aplicativos de delivery por um dia, na tentativa de evidenciar as demandas dos entregadores por vacinas, segurança, alimentação dentre outros direitos legais.

ressaltou este enquanto uma “subtração compulsória das forças produtivas da classe senhorial” e, em certo sentido, também podemos pensar nos breques de tal maneira.

Utilizamos aqui a expressão aquilombamento pois, como Moura (2020) destacou em sua obra “Quilombos resistência ao escravismo”, estes não eram “um projeto de nova ordenação social, capaz de substituir o escravismo, em contrapartida tinha potencial e dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura” (Moura, 2020, p.25). Paralelamente podemos afirmar o mesmo sobre os breques, não se trata de movimentos que almejam substituir a existência dos aplicativos ou acabar com estes, mas para gerar fissuras e críticas a sua estrutura, de maneira que se possa garantir direitos aos trabalhadores.

Moura (2020, p. 48) afirma que os quilombos eram estruturas que não negavam a economia escravista e que até estabeleciam um certo intercâmbio com esta. Contudo, eram um “elemento de fricção e desgaste permanente que contribuíam ao minarem e deteriorarem as relações entre senhores e escravos, para a mudança social que desembocou no trabalho assalariado”. Paralelamente, podemos afirmar que o movimento do breque dos apps gera fricção e desgaste ao subtrair das empresa-aplicativos mais valia e, apesar de não estabelecer uma nova ordem, contribui para a ampliação do debate sobre a necessidade de uma lei trabalhista que contemple a questão dos trabalhadores plataformizados.

João, durante a entrevista, afirmou apoiar e reconhecer a importância destes movimentos:

A gente precisa dessas paradas para reivindicar. Eu acho que esses direitos mínimos, tipo uma bicicleta, é o mínimo. Um almoço, é o mínimo. Água, banheiro, é o mínimo. Sabe, eu acho que pelo menos isso deveria ter. Eu acho um absurdo. Quando você vai trabalhar, por exemplo, o dia inteiro, você conhece pessoas que trabalham 12 horas, 13 horas por dia, o dia inteiro, e não têm um almoço, não têm um banheiro, não têm. E aí? A bicicleta é paga. Acho isso errado. Eu acho que a bicicleta, capacete, bolsa, almoço, banheiro, é o mínimo né? A gente está trabalhando para eles.

Podemos observar nas palavras do entregador que não se trata de extinguir esta forma de trabalho, mas de conquistar leis e direitos mais humanos e inclusivos. Tal avaliação é compartilhada pela motorista de Uber de Natal -RN, Rita que, apesar da distância geográfica em relação ao entregador, compartilha de pensamentos e ideias similares

Essas greves são importantes porque senão tem gente que não entende que é trabalhador, que não é patrão, fica naquela coisa de “eu sou meu chefe” e não entende que está sendo explorado. Na greve, fica claro como eles exploram a gente, o WhatsApp bomba o dia todo e coloca as pessoas pra pensar

A motorista aponta um certo perfil mais conservador entre os motoristas da Uber¹³⁶, e destaca que por isso geralmente os que aderem a esse tipo de movimento são malvistas. Entretanto, destaca que as paralisações são “uma forma de conscientizar”.

Para além das paralisações, Rita destaca os grupos de WhatsApp onde os motoristas se reúnem, compartilhando informações do dia a dia como uma forma de proteção e resistência:

A gente fala sobre os passageiros, regiões da cidade que estão mais perigosas, abusos que a gente sofre e também sobre o algoritmo, a gente vai entendendo como ele funciona e avisando os colegas no grupo. Além disso, se eu pego um passageiro que eu acho perigoso eu entro lá no grupo e compartilho a minha localização e fica todo mundo olhando atento, o que é bom se você é uma mulher motorista.

Acerca dos grupos de WhatsApp entre motoristas da Uber, a matéria “O lado sombrio do trabalho para aplicativos – e como é pior para mulheres”, publicada pela revista Exame¹³⁷ em 2019, demonstrou como funcionam os grupos de WhatsApp de motoristas – alguns chegando até 300, 500 participantes – e suas funcionalidades, sobretudo quando algum motorista bate o carro passa por um acidente ou precisa de alguma ajuda. A matéria mostrou ainda a resistência criada por grupos como o “damas ao volante”, que criam um coletivo entre mulheres que se ajudam de múltiplas formas, produzindo, de alguma maneira, um movimento de resistência.

Frente ao desmonte das políticas públicas referentes a trabalho e renda e, ao galopar de passos da precarização, os trabalhadores veem a sua consciência de classe fragmentada. Movimentos como os que apontamos no decorrer deste capítulo são essenciais não apenas como modos de resistência, mas, sobretudo, como movimentos contrários à fragmentação e à divisão de classes, movimentos que corroboram para que os trabalhadores possam se enxergar enquanto coletivo. Somente através da organização dos trabalhadores coletivamente é possível pensar na superação dessa situação desoladora de precarização e exploração.

¹³⁶ A este respeito, a pesquisa realizada Benjamim Junge e Álvaro Tavares (2020) com 35 motoristas da Uber em Recife – entre 6 de junho e 2 de outubro de 2018 – apontou para complexidade desta temática evidenciando como aspectos centrais da análise o fato de que a entrada da Uber no Brasil se deu em 2014 frente a uma grave crise financeira que o país atravessava, que resultou na queda da disponibilidade de empregos, tornando-se a Uber uma oportunidade para moradores de bairros periféricos que enfrentavam condições econômicas difíceis. São, portanto, dois aspectos centrais na análise: Crise econômica e periferia, devendo-se ainda, articular a estes as eleições de 2018. Todos estes aspectos, conforme os autores, apontam, contribuíram para uma certa constituição de valores políticos mais conservadores entre os motoristas da Uber. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/3jLqnktZFG7nbdn6RZkhtGq/?lang=pt>. Acessado em 20 de setembro de 2023.

¹³⁷ “O lado sombrio do trabalho para aplicativos - e como é pior para mulheres”. Disponível em: <https://exame.com/carreira/o-lado-sombrio-do-trabalho-para-aplicativos-e-como-e-pior-para-mulheres/>. Acessado em 20 de setembro de 2023.

Finalmente, frente aqueles que proclamaram o fim do trabalho e, portanto, da classe trabalhadora, contrapomos esse ideal para dizer que: A classe trabalhadora existe e resiste. Junto a Ricardo Antunes (2018) exaltamos a resistência da classe-que-vive-do-trabalho, destacando que, apesar de já se ter proclamado o fim do trabalho dentro do capitalismo, vemos que o trabalho ainda carrega laços de solidariedade, oferece impulsão para a rebeldia e emancipação, portanto, acreditamos que esses movimentos de resistência ainda afirmam “um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho” (Antunes, 2018, p. 337).

5.4 A Dimensão subjetiva do estar subordinado.

Mais um dia na cidade de São Paulo. Quando moradores de Higienópolis saem de suas casas, avistam entregadores que dormem na praça Buenos Aires, coração desse bairro. O acontecimento poderia ser mais uma notícia corriqueira, mas o que revelaria sobre a nossa realidade¹³⁸?

O fato de que alguns entregadores rodam em média 150 Km's por dia¹³⁹ entregando lanches que não conseguem consumir, ou que dormem nas ruas, em bairros distantes de suas casas, pois não conseguem retornar ao final do dia, é uma realidade em São Paulo. É o que revelou o entregador Luciano de Oliveira Rosa na entrevista à BBC, afirmando: “*é uma profissão invisível ninguém sabe o que a gente passa na rua*”. Ora, o que o entregador denuncia é que, a despeito dos lanches e refeições chegarem em nossas casas, pouco conhecemos das vivências, dos sofrimentos e da realidade dos entregadores.

Enquanto muitas vezes nos deleitamos com a pizza quente, com a cerveja gelada ou com o lanche saboroso, milhões de entregadores cortam a cidade São Paulo em uma rotina

¹³⁸ Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos – Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>. Acessado em 07 de outubro de 2023.

¹³⁹ “Um em cada cinco motociclistas paulistanos atua profissionalmente. Cada um percorre em média, por dia de trabalho, 150 quilômetros. Juntos, os 200 mil motoboys da capital fazem três milhões de entregas diárias e movimentam R\$ 423 milhões por mês, segundo o Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas e Ciclistas de São Paulo (SindimotoSP). Disponível em: [https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-anteriores/revista-apartes/numero-1-janeiro-junho2013/no01-vida-nos-corredores/#:~:text=Cada%20um%20percorre%20em%20m%C3%A9dia,de%20S%C3%A3o%20Paulo%20\(Sin dimotoSP\)](https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-anteriores/revista-apartes/numero-1-janeiro-junho2013/no01-vida-nos-corredores/#:~:text=Cada%20um%20percorre%20em%20m%C3%A9dia,de%20S%C3%A3o%20Paulo%20(Sin dimotoSP))).

invisível de mais de 10 horas por dia de trabalho¹⁴⁰, submetendo-se a diversas condições inumanas de trabalho, como ilustra João – um dos entrevistados desta pesquisa:

Eu acho um absurdo. Quando você vai trabalhar, por exemplo, o dia inteiro, você conhece pessoas que trabalham 12 horas, 13 horas por dia, o dia inteiro, e não tem um almoço, não tem um banheiro, não tem. E aí? Além disso tem que pagar a bicicleta. Acho isso errado. Eu acho que a bicicleta, capacete, bolsa, almoço, banheiro, é o mínimo né?

A este respeito mais uma vez destacamos a psicóloga Claudia Freire Vaz (2022) quando esta faz um paralelo entre esta realidade vivenciada pelos entregadores e os escravos urbanos de ganho.

Os trabalhadores por aplicativo, por exemplo, também precisam entregar uma parte considerável dos seus ganhos para a empresa. Independente da dedicação ao trabalho, tanto o escravizado urbano quanto o trabalhador uberizado, não tem condições de ter uma vida digna. Os primeiros, em muitos casos, poderiam dormir em espaços públicos como ruas e praças; no segundo caso, ele não é mais protegido nem pela lei trabalhista que, depois da reforma, possibilitou que esses trabalhadores pudessem receber menos de um salário mínimo.

Esta questão também pode ser refletida a partir da perspectiva da invisibilidade pública, como nos propõe José Moura Gonçalves Filho (2010, p. 15), que, ao pesquisar sobre a temática, declarou que se trata do desaparecimento de um homem no meio de outros homens, fato comum dentre os trabalhadores que têm, atrelada a sua atividade, a existência de um certo servilismo, que historicamente se encontram em uma zona de rebaixamento não apenas social, mas, também, político, afinal, não são tratados sequer como cidadãos. Para se referir a esta invisibilidade e a humilhação social vivenciada por estes trabalhadores, o autor refere-se ainda à humilhação sentida e sofrida pelos escravos uma vez que

A humilhação é angústia que os escravos conhecem bem. Fincada na base de sua submissão instintiva ou maquinal. O escravo sofre várias vezes o golpe físico dos maus-tratos. Sofre continuamente o golpe moral de uma mensagem ‘inferior! Tu não és um de nós, trabalha baixo e sem rir ou olha a vara’. Desde então o golpe passa a ser esperado mesmo nas circunstâncias onde não vem ostensivamente. O ambiente político da dominação começa a agir também nas horas de trégua: age por dentro. Para os humilhados a humilhação é golpe ou é frequentemente sentida como um golpe iminente, sempre a espreitar-lhes, onde quer que estejam, com quem quer que estejam.

Aqui não estamos comparando diretamente os entregadores a escravos, mas, afirmando que seu trabalho opera muitas vezes sob condições humilhantes, que colocam o entregador em condições de inferioridade e maus-tratos. Ou seja, aqui afirmamos que formas

¹⁴⁰ “49% dos entregadores trabalham mais de 10h por dia – 32% ficam logados de 10h a 12h, enquanto 17% têm jornada superior a 12h”. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/pesquisa-interna-do-ifood-mostra-que-49-dos-entregadores-trabalham-mais-de-10h-por-dia/>”. Acessado em 09 de setembro de 2023.

invisíveis de submissão renovam, de certa forma, a escravidão que uma vez foi “oficialmente abolida” (Costa, 2008).

Para ilustrar o golpe sentido por entregadores – e que atualiza a escravidão que teoricamente uma vez foi abolida - em sua rotina diária, retomamos uma das falas de João:

Por exemplo, tem alguns lugares às vezes o pessoal chega e pede: ‘pô, tô querendo usar o banheiro’, aí o pessoal dos restaurantes responde ‘aqui não pode’. Como que não pode? Ou às vezes ‘não tem’, como que um restaurante não vai ter um banheiro? Claro que tem, mas eles não deixam, eles barram, né? Porque tem esse tratamento, tipo: ‘ah, são entregadores, entregadores não tem formação, não são ninguém’ então vamos tratar eles de qualquer jeito, vamos jogar eles lá pro fundo, e é isso, sabe? É sempre, é sempre isso. Você sempre fica ali de canto. Você não fica ali no centro, sabe? Sempre te jogam ali pro canto. Então ‘ah, você veio pegar o pedido? Então vai lá no fundo, lá atrás, que ninguém quer te ver aqui não’, sabe? Sempre aquelas voltas, você tem que dar uma volta enorme. Às vezes você não pode parar nem seu veículo, se é bike ou moto, na frente. Então você tem que parar em outro lugar, sabe? Sempre é assim, nesses lugares mais elitizados.

Embora falemos de angústias individuais, como as de Luciano e de João, não podemos individualizar o sofrimento presente neste tipo de trabalho, no sentido que se constitui a partir de uma matriz social. Sua gênese não está nas peculiaridades individuais, mas no contexto histórico de relações sociais e da forma como elas se dão. Dito de outro modo, a realidade de Luciano ou o tratamento recebido por João não são meras coincidências, fatos aleatórios que acontecem na realidade destes entregadores ou, ainda, decorrentes de algum aspecto específico relacionado a eles. Assumindo esta prerrogativa, entendemos que a humilhação presente nos exemplos anteriores é construída historicamente, socialmente. Desta maneira, no trabalho subordinado a plataformas, no Brasil do século XXI, encontramos elementos de servilismo e estruturas hierárquicas que remetem ao período escravagista. Ora, a desigualdade social imposta aos escravos no pós-abolição ainda hoje se impõe a milhares de entregadores, constituindo a dimensão subjetiva desta forma de trabalho, mantendo assim estes trabalhadores em status inferior e aviltante, inserindo-os no amplo grupo dos invisíveis sociais.

A despeito de nossa ignorância diária ou da naturalização dos nossos olhos que negligenciam tal fato, a existência destes trabalhadores e sua presença nas ruas denuncia a sociedade desigual em que vivemos. Dar-se conta de tal aspecto é admitir que o Brasil do século XXI ainda não superou elementos de seu histórico escravagista e conservador, em que pesem as atualizações da dominação e exploração do trabalho produzidas pelo capitalismo, neste momento em sua faceta neoliberal. Apesar disso, é possível reconhecer a manutenção dos principais elementos atualizados em diversas expressões de desigualdade social que confiscam a cidadania de milhares de trabalhadores.

Logo, a angústia e o sofrimento vivenciados por Luciano e João não dizem respeito somente a uma vivência individual, mas, também, a aspectos que subjazem na materialidade, em nossa sociabilidade corriqueira, fatores esses que apontam para a história de um país que transicionou de um escravismo tardio para um capitalismo dependente, mantendo no seio deste capitalismo elementos coloniais (Moura, 2014).

Como destacamos no item 3.2 A dimensão subjetiva da desigualdade social, ao falarmos de dimensão subjetiva, não estamos nos referindo aos aspectos subjetivos intrínsecos aos indivíduos, ou nos debruçando na análise destes como se acontecessem de maneira isolada, fragmentada da realidade. Ao nos debruçarmos neste campo, nos deparamos em um verdadeiro “emaranhado”, onde a separação do que é individual e do que é social é até mesmo impossível.

Ao discutir a dimensão subjetiva do trabalho subordinado a plataformas nos encontramos neste emaranhado entre social e individual. Ao traçarmos como objetivo desta pesquisa a compreensão da dimensão subjetiva, desejamos discutir essa atividade de forma ampla, dialética, indo além de análises objetivistas e subjetivistas. A categoria dimensão subjetiva da realidade dá visibilidade à presença dos sujeitos na construção do real, oportunizando a compreensão de que os fenômenos sociais têm uma dimensão de imagens, valores, ideias, afetos, etc., que é complexa, dialética, contraditória. É através desta categoria que podemos compreender esta complexidade que é composta por sentidos subjetivos e significados que estão em constante movimento, sendo ainda, múltiplos e contraditórios (Carvalho, 2019).

É nesse sentido que apontamos que o servilismo vivenciado e atribuído a Luciano e João faz parte da matriz social e da sociabilidade brasileira. Tal aspecto constitui a dimensão subjetiva do trabalho plataformizado dos entregadores, de tal maneira que o tratamento inferiorizado e aviltante dispensado a eles não diz respeito somente a uma situação específica, mas se refere, também, ao amplo grupo dos invisíveis sociais que se constitui historicamente no Brasil a partir do processo de colonização e escravização, e que subjaz, recolocando-se como ingrediente importante na constituição renovada e aprofundada da desigualdade social. .

Ao retomar estes aspectos históricos, procuramos desnaturalizar a desigualdade social, evidenciando como esta se produz. Descortinamos os discursos meritocráticos que culpabilizam os trabalhadores por seus sucessos ou fracassos, ideais capitalistas que se infiltram em nosso dia a dia e subjazem nas construções subjetivas diárias. Os aspectos históricos são recorrentemente esquecidos e negligenciados, de tal maneira que muitas vezes operamos

diariamente embasados em verdades prontas que legitimam e universalizam a natureza humana, sem nos darmos conta dos diversos atravessadores desta.

Ao adotar a categoria da dimensão subjetiva para compreender o trabalho subordinado a plataformas, assumimos a psicologia sócio-histórica como base teórico-metodológica. Trabalhamos com a historicidade, privilegiamos o processo, o movimento, a compreensão das relações como dialéticas, enfatizamos o processo de constituição dos fenômenos e suas contradições (Gonçalves, 2015). Estudar a história e as contradições presentes no trabalho plataformizado é fundamental para compreensão deste na contemporaneidade brasileira. Infelizmente vivemos em um país em que a memória histórica é recorrentemente apagada, editada. A história do negro, do índio, dos menos favorecidos que aqui viveram quase nunca é contada. O racismo e as desigualdades sociais que hoje atravessam nosso dia a dia não se deram ao acaso, cabe recordar as peças que compõem esse mosaico e que contribuem para mescla de racismo e desigualdade social que vivenciamos no Brasil, afinal, estes componentes são importantes constituintes da dimensão subjetiva do trabalho plataformizado.

6. REFLEXÃO FINAL: O TRABALHO É AINDA CENTRAL? REFLEXÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO PARA ALÉM DAS PLATAFORMAS

É o fim do trabalho? Assim se questionou Ricardo Antunes em 1995 em sua obra “Adeus ao trabalho” e, posteriormente, em “O privilégio da servidão” (2018). A resposta a tal questão já é óbvia, para aqueles que declararam o fim do trabalho, o autor respondeu que não se trata da eliminação completa deste, mas da ascensão de um novo proletariado digital, ou, ainda, de novas morfologias que atravessam a realidade desta classe-que-vive-do-trabalho.

Mesmo Antunes (1995-2018) já tendo respondido a esta pergunta, agora, a caráter de reflexão final, aproveitamos para retomá-la e expandi-la: É o fim do trabalho como um dia já conhecemos? Existe um mundo do trabalho para além das plataformas? Ou, o trabalho ainda é central na constituição da subjetividade?

Entendemos que, neste momento final da tese, muitas destas questões já foram respondidas, contudo, destacamos a relevância de retomá-las, neste movimento que não almeja conclusão, mas, recondução da dúvida, dada a relevância da reflexão. Trata-se de fazer um movimento dialético da singularidade à totalidade e, novamente, da totalidade à singularidade, retomando as questões, reposicionando-as.

Apesar de parecer óbvia a centralidade do trabalho em nossas vidas e a forma como este vem, cada vez mais, atravessando e ocupando todos os aspectos de nossa existência, a maneira como tal fato é apresentado na atualidade parece transfigurar esta realidade. Fenômenos como *home office*, horários de trabalho mais flexíveis, facilidades como “trabalhe de qualquer lugar” – o famoso *anywhere office* – ou a existência de escritórios “descolados” e modernos, parecem vender a ideia de que o trabalho está mais fácil, menos complexo, mais leve e que podemos adequá-lo ou torná-lo um apêndice de nossas vidas. Além disso, o discurso de “empreendedorismo” vendido pelas plataformas, que se ampara no ideário de trabalhe como quiser, o quanto quiser e sem a “chateação de um chefe”, vende a aparência de que estamos menos submetidos ao trabalho e seus controles quando, na verdade, estamos, cada vez mais, subsumidos pelas relações de trabalho de maneira que: o trabalho tem invadido e atravessado nossa vida como um todo.

Portanto, talvez a pergunta mais adequada seria: Existe vida para além do trabalho? Existiram partes da nossa subjetividade “imaculadas”, não “tocadas” pela questão do trabalho? A resposta para ambas as perguntas é um enfático “Não”, e se voltarmos aos diversos excertos que tomamos de Marx (2011) no decorrer deste texto, logo compreenderíamos o porquê. Mas,

o que vale aqui ressaltar como reflexão final é que as novas formas de trabalho impulsionadas pela tecnologia digital têm corroborado para esta subsunção do trabalhador e para invasão do trabalho em todos os aspectos da vida, de tal maneira que podemos reposicionar a questão para: Quando não estamos trabalhando?

Essa é a realidade nua e crua das lógicas *work-on-demand* e do toyotismo, modelos que passam a ser aplicados não apenas como modos de produção, mas como modos de gestão da vida: estamos sempre prontos para trabalhar, prontos para relegar escolhas, momentos com a família, passeios e diversão em nome do trabalho; gerenciamos nossa vida como a um empreendimento com metas, objetivos e desafios constantes e, sem dúvida a precarização do trabalho impulsiona este fenômeno. Nossa subjetividade parece, cada vez mais, capturada pelo capital e, para explicar tal fenômeno e suas reverberações, não precisamos aderir a jargões da psicologia ou a noções, como por exemplo, a de inconsciente¹⁴¹. O fato pode ser percebido conscientemente, a olho nu, se observamos atentamente e retiramos certos véus que se depositam sobre a concretude.

Sim, o trabalho tem invadido nossa vida como um todo de maneira que, ao destacar o trabalho precário e suas múltiplas formas, também evidenciamos os modos precários de vida que passam a existir. Ao objetivarmos destacar a desigualdade social e sua dimensão subjetiva como categorias centrais para pensar a plataformaização do trabalho, o fizemos para que se pudesse vislumbrar que não se trata de um processo que incide somente no “mundo do trabalho”, mas que se espraia para modos subjetivos do viver, formando o que aqui apresentamos como uma dimensão subjetiva do trabalho plataformaizado.

Assim, o trabalho continua e continuará central, sobretudo no que se refere à constituição da subjetividade. Portanto, é preciso que se continue refletindo sobre a subsunção da subjetividade às novas formas de trabalho e, até mesmo, sobre a subjetividade e sua subsunção à economia da atenção. Melhor explicitando, é preciso que cada vez mais possamos nos questionar: Como as tecnologias e mídias diversas nos roubam vida a todo momento? É a

¹⁴¹ “Controlar atitudes comportamentais tornou-se a meta dos treinamentos empresariais, mobilizando valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado, que atuam nas frequências intrapsíquicas do inconsciente e do pré-consciente. Os consentimentos espúrios que compõem a hegemonia social do toyotismo têm na emulação pelo medo, um dos afetos regressivos da alma humana, um dos seus elementos cruciais. Aliás, o sócio-metabolismo da barbárie é uma ‘fábrica do medo’ que, enquanto afeto regressivo que atua na instância do pré-consciente e do inconsciente, torna-se a “moeda de troca” dos consentimentos espúrios das individualidades de classe. A função estrutural da barbárie social é a produção simbólica do medo como afeto regressivo da alma humana” (Alves, 2008, p. 224).

subsunção da vida às plataformas? Estamos a todo momento nos gerindo, auto-disciplinadamente na constituição de uma identidade empreendedora de nós mesmos?

Para além destas questões, aqui colocamos outras que acreditamos ser o cerne desta tese: Existe trabalho para além das plataformas? Existe vida para além das plataformas? Enfaticamente respondemos: Não! Hoje parece não haver uma perspectiva para o futuro do trabalho que não inclua o trabalho em plataformas - ou mediado por tecnologias. Contudo, uma vez constatado isso, vale ressaltar, como fizemos no decorrer desta tese, que a questão central não é exatamente “acabar com as plataformas” ou, em uma linguagem mais coloquial, “demonizá-las”. Se tomamos o pensamento de Marx (2011) como referência, trata-se de enfatizar que *se a classe operária tudo produz a ela tudo pertence*. Logo, afirmamos que se trata de devolver os meios de produção a quem eles sempre deveriam ter pertencido: os trabalhadores. Acreditamos, portanto, que uma possível saída seria o modo colaborativo de utilização das plataformas, que apresentamos, mesmo que brevemente, como possibilidade nos resultados de nossa pesquisa. O cooperativismo de plataforma, mesmo diante a todas as limitações e contradições envolvidas, oferta uma possibilidade de “aquilombar” os trabalhadores, neste sentido, sendo uma alternativa mais igualitária que minimiza o efeito da exploração inerente ao modo de produção capitalista. Apesar de algumas análises pessimistas, acreditamos que esta constitui uma saída que pode trazer benefícios não somente ao trabalhador, mas a sociedade em geral.

Todavia, para além desta proposta, parece ser de extrema importância a existência de proposições legislativas nacionais acerca da regulação do trabalho de plataformas e, sobretudo, que estas proposições emergjam da própria classe trabalhadora ou estejam em consonância com as aspirações desta. Acreditamos, ser vital a revogação da reforma trabalhista de 2017, que contribuiu para desconfigurar o status do trabalhador no Brasil em ampla maneira, favorecendo a expansão das lógicas de trabalho “*Just in time*” e “*work on demand*”. Para além dos aspectos trabalhistas, é preciso que se amplie a discussão no campo das políticas públicas e direitos sociais destes trabalhadores. De outra maneira, afirmamos: reconhecer legalmente o trabalho de alguém é inserir este alguém no rol de cidadania, de acesso a direitos e sobretudo de uma vida digna. Afinal, os direitos trabalhistas são, também, direitos sociais, de maneira que o direito ao trabalho e no trabalho são fundamentais para o desenvolvimento humano e para assegurar a dignidade cabível a cada ser humano individual.

Portanto, a questão central não é o aplicativo ou a tecnologia, ou, ainda, a existência de empresas-plataformas. Ora se este formato de trabalho tem se tornado um dos maiores

“mercados empregadores” no Brasil e no mundo, tal fato revela não a necessidade de acabar com este modo de trabalho em “si”, mas de reconhecer que o crescimento exponencial desta modalidade se alimenta de fenômenos estruturais que sempre permearam a noção de trabalho no Brasil. O que aqui estamos afirmando é que a plataformização do trabalho é uma das várias expressões da desigualdade social e do racismo que sempre se apresentaram no Brasil, sobretudo quando nos referimos ao fenômeno trabalho. O mercado de trabalho brasileiro historicamente está assentado na profunda desigualdade social, portanto, não se trata de extinguir esta forma – afinal o fenômeno pode se expressar de tantas outras formas como historicamente vem acontecendo – e sim, de repensar um novo projeto de sociedade.

Pensar em um novo projeto de sociedade é dar-se conta de que no capitalismo não existe trabalho “cheio de sentido” ou, “vida autêntica” já que tudo é consumido pelo capital que subordina a tudo e a todos à lógica do consumo. Assim, em última instância, denunciemos que o trabalho que é posto pelo modo capitalista de produção gera uma subjetividade inautêntica, que se consome no próprio ato de trabalhar (Antunes, 2009).

Desta maneira, se reconhecemos que uma das dimensões mais importantes da vida humana, pedra fundamental na construção da sociedade e na formação subjetiva, é o trabalho, precisamos garantir que este possa ocorrer de maneira digna preservando a autenticidade e a autonomia humana. Para que isso aconteça, precisamos superar o capitalismo, uma vez que este significa a alienação do trabalhador que, em última instância, se universaliza através da precarização do trabalho.

O trabalho alienado evidencia a reificação humana ao tornar a força de trabalho mercadoria. É esta lógica que subjaz quando pensamos na lógica do trabalho *on demand*, que expõe o trabalhador a uma gestão frequente de sua vida e de seu trabalho na busca pela sobrevivência, impossibilitando-o assim de viver livremente e de maneira autônoma. Desse modo, na lógica reificada e alienante de trabalho, inverte-se o paradigma: não é mais trabalhar para viver, mas sim, viver para trabalhar, de tal maneira que os trabalhadores estão constantemente gerindo sua subjetividade de maneira a manterem-se produtivos e adaptados às exigências algorítmicas performadas pelas plataformas. Uma vida onde todas as atividades e escolhas pessoais passam por uma gestão da subjetividade subordinada ao capital.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Breque no despotismo algorítmico: uberização, trabalho sob demanda e insubordinação. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 30 de julho de 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/30/breque-no-des-potismo-algoritmico-uberizacao-trabalho-sob-demanda-e-insubordinacao/>. Último acesso em 27 mar. 2022.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Perfis e trajetórias ocupacionais. In: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan (org). **O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos**. - UFPR - Clínica Direito do Trabalho: Curitiba, 2022. p. 127-164.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Sem maquiagem: O trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. UBERIZAÇÃO E JUVENTUDE PERIFÉRICA: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2020, v. 39, n. 3 [Acessado 7 Abril 2023], pp. 579-597. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 111–126, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização:: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 1-11, 15 nov. 2019. Pontificia Universidad Catolica de Valparaiso. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Giovanni. A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S.L.], vol. 11, n. 2, p. 223-239, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v11n2/a07v11n2.pdf>.

ALVES, Giovanni. Toyotismo e Subjetividade: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. **Revista Org & Demo**, [S.L.], v. 7, n. 1/2, p. 89-108, dez. 2006. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/1519-0110.2006.v7n1/2.394>

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ANTUNES, Deborah Christina *et al.* Psicoterapia on-line e economia do compartilhamento: um estudo de caso do aplicativo falafreud. **Psicologia Usp**, [S.L.], v. 33, p. 1-15, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e200155>.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil Reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, [S.L.], nº especial em português, p. 45-59, 2012. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-nova-morfologia-do-trabalho-no-brasil-reestruturacao-e-precariedade/>.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In RICARDO, Antunes (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A Fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

BARBOSA, Daniele. A precariedade politicamente induzida e o empreendedor de si mesmo no caso UBER. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092000000100009>.

BENJAMIN, Ruha, **Race After Technology**: Abolitionist Tools for the New Jim Code. Medford: Polity, 2019.

BEZERRA, Arthur Coelho; COSTA, Camila Mattos da. Pele negra, algoritmos brancos: informação e racismo nas redes sociotécnicas. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. e6043, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i2.6043. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6043>. Acesso em: 2 dez. 2023.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **As aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia**: um estudo sobre o significado do fenômeno psicológico na categoria dos psicólogos. Tese (Doutorado) – **Curso de Psicologia Social**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia. In BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs). **Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia**. Paulo: Cortez, 2015, p. 21-46.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair. Dimensão Subjetiva: uma categoria potente em vários campos da psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair. **Dimensão subjetiva: uma proposta para uma leitura crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2020. p. 15-38.

BOTSMAN, Rachel; ROGERS, Roo. **O que é seu é meu**: como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo. Porto Alegre: Bookman Editora, 2011.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CARVALHO, Mônica Gurjão. Trabalho Doméstico Remunerado e Resistência: interseccionando raça, gênero e classe. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 43, p. 1-16, 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003249090>.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante. 2017.

FILGEIRAS, Victor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901>.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 17, n. esp., p. 844-856, nov. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395176936>.

FURTADO, O. As dimensões subjetivas da realidade. In: FURTADO, Odair; REY, Fernando Luiz Gonzalez (orgs). **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. Casa do Psicólogo. São Paulo: 2002, p. 89-94.

GEORGES, Rafael; MAIA, Katia. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: OXFAM Brasil, 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/publicacao/a-distancia-que-nos-une-um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/?gclid=CjwKCAjww0-WBhAMEiwAV4dybXlmTzKpjk79FX7-X9TCWsqNmsrbtJfW1nvslK9yDvtszkA-a56_YxoCr_wQAvD_BwE

GONÇALVES FILHO, José Moura. A invisibilidade pública (prefácio). In: COSTA, F. B. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2010, p. 9-47

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2022.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **Psicologia sócio-histórica uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 37-53.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Fundamentos metodológicos da psicologia Sócio-histórica. In: BOCK, Ana Mercês; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (Orgs.). **A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2015, p 139-156.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; BOCK, Ana M. B. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; BOCK, Ana M. B. (Orgs.). **A Dimensão Subjetiva da Realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 116-157.

GROHMANN, Rafael. Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. **Matrizes**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 209-233, 9 maio 2022. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p209-233>.

HEROLD JUNIOR, Carlos. (2012). Corpo no trabalho e corpo pelo trabalho: perspectivas no estudo da corporalidade e da educação no capitalismo contemporâneo. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10 n. 1, p. 11-35, mar./jun.2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/rTs4LvbGgjRt4kS4VWgTxpP/?format=pdf&lang=pt>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (OIT). **World Employment and Social Outlook 2021: The role of digital labour platforms in transforming the world of work**. Genebra: ILO, 2021.

KAHHALE, E. M. S. P.; ROSA, E. Z. A construção de um saber crítico em psicologia. In: BOCK, Ana Mercês; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina (orgs.). **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 19-53.

LIMA, J. C; BRIDI, M. A. O trabalho digital e os trabalhadores. In: BRIDI, M. A.; LIMA, J. (org.) **Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias da informação**. Editora da UFPR, 2018.

LUCÁKS, Georg. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINS FILHO, M. T.; NARVAI, P. C.. O sujeito implicado e a produção de conhecimento científico. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 99, p. 646–654, out. 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos** [1844]. São Paulo: Boitempo, 2004. Tradução de Jesus Ranieri.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011. Vol. I: O processo de produção do capital.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista** [1848]. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MIRANDA, Gabriel. **Necrocapitalismo**: ensaio sobre como nos matam. São Paulo: Lavrapalavra, 2021

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Mauricio Gabrois, 2014.

MOURA, Clóvis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Dandara, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. SP: Instituto Kuanza, 2006, p. 117-125.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão**: como os mecanismos de busca reforçam o racismo. São Paulo: Editora rua do Sabão, 2022.

POCHMANN, Marcio. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Ideias e Letras, 2015.

RECK, YASMIN. Mulheres e cicloentregas: um estudo de caso sobre o coletivo Senhoritas Courier. In: CALLIL, Victor; COSTANZO, Daniela (orgs.). **Desafio**: estudos de mobilidade por bicicleta. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 71-75.

SCHEIBER, N. How Uber uses psychological tricks to push its drivers' buttons. **New York Times**, Nova Iorque, 2 de abril de 2017. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/interactive/2017/04/02/technology/uber-driver-s-psychological-tricks.html>.

SILVA, Larissa Maués Pelúcio. A uberização do amor: aplicativos de encontros em cenário tecnoliberal e pandêmico. **Revista TOMO**, [S. l.], n. 41, p. 199–232, 2022. DOI: 10.21669/tomo.vi41.17480. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/17480>.

SILVA, Mozart Linhares da; ARAÚJO, Willian Fernandes. Biopolítica, racismo estrutural-algorítmico e subjetividade. **Educação Unisinos**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 1-20, 23 out. 2020. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/edu.2020.241.40>. Silva, T. (2022). Racismo Algorítmico, Inteligência Artificial e Discriminação nas Redes Digitais. São paulo: Sesc São Paulo

SILVA, Tarcízio. “Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código”. In: SILVA, Tarcízio. (ed.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: Editora LiteraRUA, 2020a

SLEE, Tom. **Uberização**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SOUZA, Jessé de *et al.* **Ralé brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé de. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé de. **Como o Racismo criou o Brasil?** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

STANDING, Guy. **Basic Income: And How We Can Make It Happen**. **London, UK**: Pelican Books, 2017.

STEFANO, Valerio de. The Rise of the 'Just-in-Time Workforce': on-demand work, crowd work and labour protection in the 'gig-economy'. **Ssrn Electronic Journal**, [S.L.], p. 1-51, jan. 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2682602>.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica** [1911]. São Paulo: Atlas, 2009.

UCHÔA-DE-OLIVEIRA, Flávia Manuella. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [S.L.], v. 45, p. 1-8, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000012520>.

VAN DOORN, Niels. Platform labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the ‘on-demand’ economy. **Information, Communication &**

Society, [S.L.], v. 20, n. 6, p. 898-914, 24 fev. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/1369118x.2017.1294194>.

VAZ, Claudia Freire e BARROS, João Paulo. Neo(necro) liberalismo e impactos na população brasileira: e agora, psicólogas? Em: SCHIVANO, Isabel *et al* (org.). **15 anos do CREPOP: Psicologia brasileira em defesa das políticas públicas e da democracia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia do Rio de Janeiro, 2022.

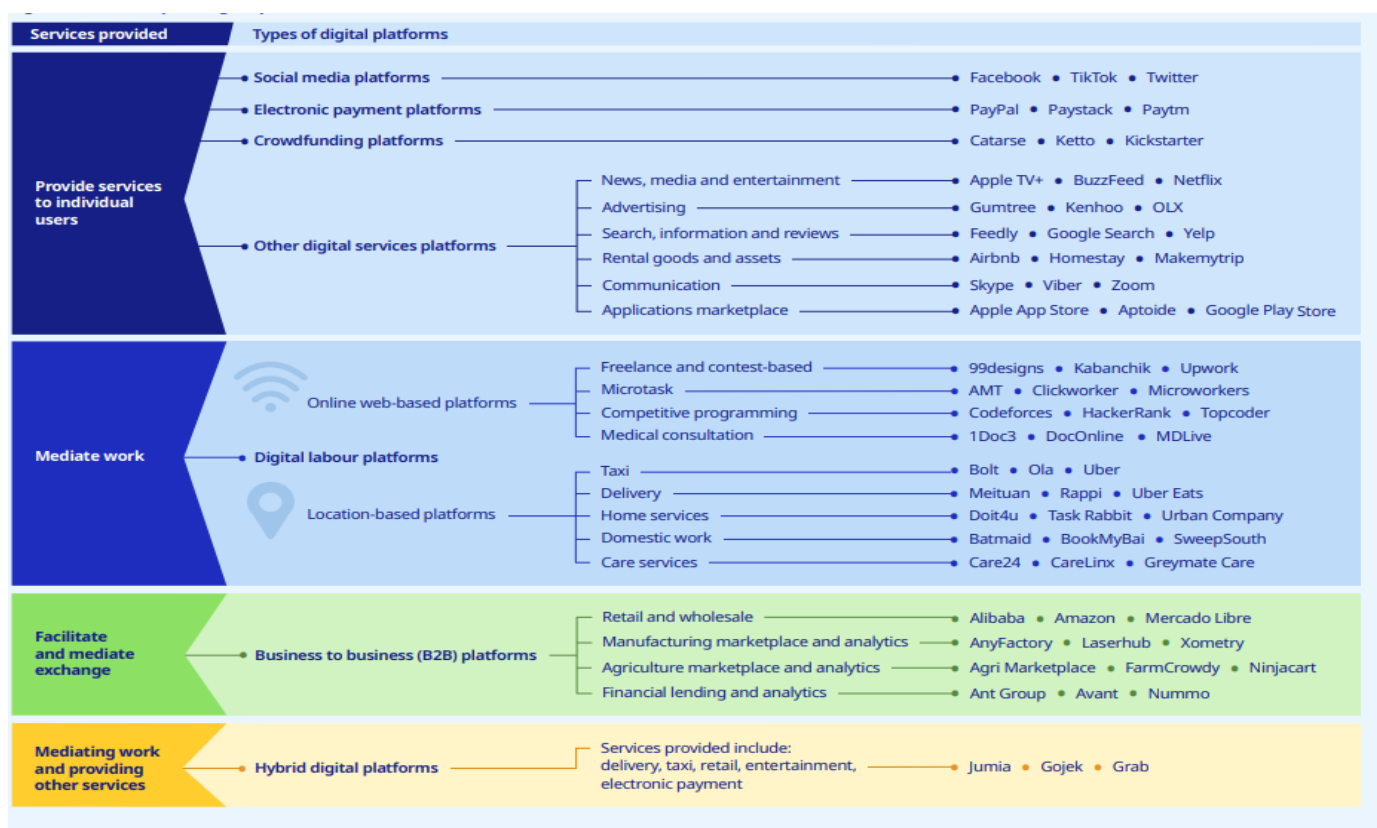
VIDIGAL, Viviane. **Fazendo Gênero no trabalho plataformizado**. 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, julho de 2021. Universidade Federal do Pará – Belém, Pará. Disponível em: [https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhc mFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BULFVSVZPIjtzOjQ6IjM2ODYiO30iO3M6MToi aCI7czozMjoiYjFmMjc0NzY2NDQyZjg1YTdlZWFKNmFiYzg4MmNiYWQiO30%3D#:~:text=S%C3%A3o%20trabalhadores\(as\)%20despojados\(capital%20possuem%20vi%C3%Aas%20de%20g%C3%AAnero](https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhc mFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BULFVSVZPIjtzOjQ6IjM2ODYiO30iO3M6MToi aCI7czozMjoiYjFmMjc0NzY2NDQyZjg1YTdlZWFKNmFiYzg4MmNiYWQiO30%3D#:~:text=S%C3%A3o%20trabalhadores(as)%20despojados(capital%20possuem%20vi%C3%Aas%20de%20g%C3%AAnero).

ZUBOFF, Shoshana Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação. In: BRUNO, Fernanda *et al* (org.) **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo, Boitempo, 2018

ANEXOS

Anexo 1 – Cenário das plataformas digitais.

Divisão das atividades e serviços prestados pelas plataformas digitais a partir do referencial da OIT (2021, p. 40)



Anexo 2 – Imagens do Twitter do jornalista Nicolas Kayser-Bril (2020)

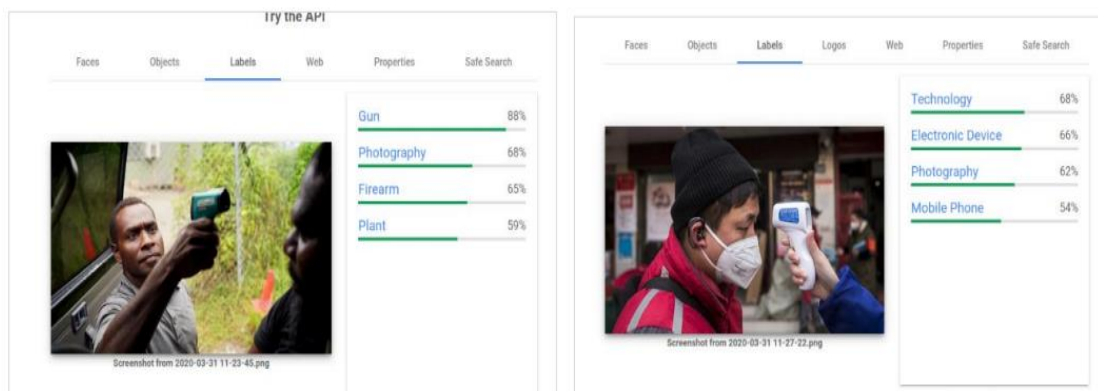
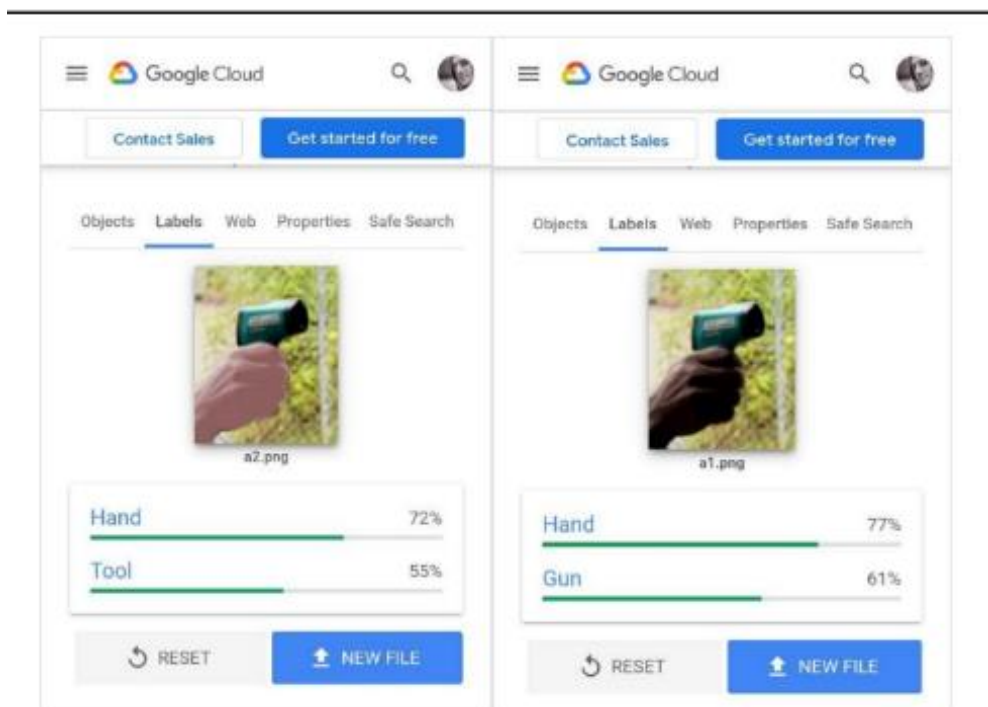


Imagem que demonstra um homem negro e um homem asiático ambos segurando um termômetro infravermelho, com as análises realizadas pelo aplicativo Cloud Vision



Destaque para análise do aplicativo Cloud Vision apontando a presença de uma arma na mão do homem negro e de uma ferramenta na mão do homem asiático.

Anexo 3- Imagens dos sites das empresas-aplicativo

Imagens do site I-food para entregadores



Imagens do Site Ifood para empresas – benefícios empresariais

ifood Benefícios Benefícios e vantagens Indique O que é PAT Blog iFood Card Ajuda [Fazer Login](#)

Multibenefícios com maior aceitação para sua empresa!

Vale para alimentação e refeição, saldo para cultura e mobilidade, e muito mais liberdade para o colaborador e sua empresa. E o melhor: com **taxa zero**.

Seu e-mail corporativo

Conheça o iFood Benefícios

Protegido por reCAPTCHA - Privacidade - Condições

[Contrate](#) [Ajuda](#)

ifood Benefícios Benefícios e vantagens Indique O que é PAT Blog iFood Card Ajuda [Fazer Login](#)

clube ifood

Economize até R\$ 100 por mês usando seu cartão de Benefícios no iFood

Cupons até 25% off

5 cupons de até R\$ 10 para usar no iFood todos os meses

Entrega grátis

Para quem gasta mais de R\$ 65 em restaurantes parceiros no iFood

Fale com a gente e descubra como

[Contrate](#) [Ajuda](#)

Anexo 4 – TCLE – termo de consentimento livre esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dou meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário(a) da pesquisa: A plataformização do trabalho enquanto manifestação da desigualdade social instituída pelo capitalismo neoliberal no século XXI, sob responsabilidade da pesquisadora Ma. Mônica Gurjão Carvalho. O trabalho é de cunho acadêmico e está sendo orientado pela Profa. Dra. Maria das Graças Marchina Gonçalves:

1. Concordo em ser participante da pesquisa, sendo que posso desistir a qualquer momento, sem nenhum prejuízo, tendo direito de requerer indenização por danos e receber ressarcimento de gastos caso seja necessário me deslocar para a participação na pesquisa;

2. O objetivo geral da pesquisa é compreender como, no Brasil, se entrelaçam os fenômenos da desigualdade social e da plataformização do trabalho e qual o impacto destes fenômenos sobre a subjetividade dos trabalhadores que utilizam plataformas digitais para trabalhar.

3. Serão utilizados materiais para a coleta de informações: Formulário do Google Forms para coleta de dados sócio-demográficos no formato on-line, cujo tempo de preenchimento é de aproximadamente 15 minutos; após esta etapa a pesquisadora escolherá alguns participantes para participar em entrevista utilizando o modelo roteiro de entrevista semidirigida com duração máxima de duas horas (a participação no preenchimento dos dados do questionário não obrigam a participação na etapa de entrevista).

4. A pesquisa é considerada de risco mínimo, sendo eles: a evocação de conteúdos pessoais e sensíveis do participante, no que se refere aos sentimentos e emoções relacionados ao trabalho que exerce. Frente aos potenciais riscos desta pesquisa destacamos que, caso a participante solicite a entrevista/participação pode ser interrompida a qualquer momento. Além disso, as participantes podem ser orientadas a procurar ajuda psicológica que se enquadre na sua condição financeira ou de instituições que fornecem gratuitamente o serviço.

5. Os benefícios obtidos por minha participação são: fornecer informações para estudos posteriores a respeito do respectivo tema (trabalho uberizado); insumos para iniciar elaboração de melhorias no mercado de trabalho que tem expandido o trabalho uberizado na atualidade; o despertar do sentimento de empoderamento e independência do trabalhador em relação a atividade que exerce. Além disso, os benefícios diretos aos participantes da pesquisa consistem em obter uma escuta não julgadora e a oportunidade de se expressarem sobre a

temática, promovendo uma reflexão sobre si e sobre sentimentos que envolvem o trabalho que exercem. Enquanto os benefícios indiretos consistem em promover uma reflexão sobre o contexto social em que estão inseridos/as.

6. Minha participação na pesquisa é voluntária, não receberei qualquer forma de remuneração.

7. Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos por meio da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos da pesquisa, incluindo sua divulgação em eventos científicos e publicação na forma de artigos em revistas.

8. Poderei entrar em contato com o responsável pela pesquisa Mônica Gurjão Carvalho, sempre que julgar necessário pelo telefone (11) 95978-7998 para esclarecer eventuais dúvidas.

9. O arquivamento dos materiais coletados durante a pesquisa obedecerá às leis vigentes ficando sua guarda e proteção sob responsabilidade do pesquisador, por cinco anos, e disponível para consulta do comitê de ética quando este julgar necessário.

Obtive todas as informações necessárias para decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa.

Mônica Gurjão Carvalho

E-mail: monicagurjao@hotmail.com

Telefone: (11) 95978-7998

Anexo 5 – TCLE – termo de consentimento livre esclarecido para as empresas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, _____ anos,
residente

_____, telefone _____

_____, abaixo assinado, dou meu consentimento livre e esclarecido para que a pesquisa “A plataformização do trabalho enquanto manifestação da desigualdade social instituída pelo capitalismo neoliberal no século XXI”, sob responsabilidade da aluna Mônica Gurjão Carvalho seja realizada na empresa _____ onde atuo como responsável. Prontifico-me, a voluntariamente responder as perguntas da pesquisa, anteriormente enviadas por e-mail.

O trabalho é de cunho acadêmico e está sendo orientado pelo Prof.^a. Dra. Maria da Graça

Marchina Gonçalves.

Assinando este Termo de Consentimento estou ciente de que:

1. Autorizo a participação da empresa na pesquisa, podendo desistir a qualquer momento, sem nenhum prejuízo;
2. O objetivo geral da pesquisa é compreender as diferentes dimensões do campo do trabalho plataformizado em sua complexidade;
3. Será utilizado como material para a coleta de informações um roteiro de entrevista previamente enviado e aprovado por e-mail;
4. Os benefícios diretos obtidos por minha participação consistem em ter uma escuta não julgadora e a oportunidade de me expressar sobre a temática;
5. A pesquisa é considerada de risco mínimo, porém se este procedimento gerar desconforto, constrangimento ou outra situação desagradável, a minha participação poderá ser interrompida, a qualquer momento, sem prejuízo para qualquer das partes;
6. Estou ciente de que a entrevista será gravada para fins acadêmicos e apenas as pesquisadoras terão acesso ao material;
7. Meus dados pessoais, bem como os da empresa, serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos por meio da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar objetivos do trabalho expostos acima, incluída sua divulgação em eventos científicos e

publicação na forma de artigos em revistas;

8. Poderei entrar em contato com o responsável pela pesquisa, Prof.^a. Dra. Maria da Graça Marchina Gonçalves, sempre que julgar necessário, pelo telefone (11) 3670-8520 ou grajota@uol.com.br para esclarecer eventuais dúvidas sobre a atividade;

09. O arquivamento dos materiais coletados durante a pesquisa obedecerá às leis vigentes ficando sua guarda e proteção sob responsabilidade das pesquisadoras, por cinco anos, e disponível para consulta do comitê de ética quando este julgar necessário.

10. O presente documento deverá ser assinado em duas vias de igual teor, sendo que

uma ficará em poder do pesquisador e outra em poder do participante. Os participantes

deverão rubricar todas as páginas do presente documento.

Obtive todas as informações necessárias das pesquisadoras para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa.

São Paulo _____, de _____ de 2022.

Nome e/ou assinatura da voluntária

Orientadora: Prof.^a. Dra. Maria da Graça Marchina Gonçalves

Mônica Gurjão Carvalho

Cel: (11) 95978-7998

monicagurjao@hotmail.com

Anexo 6 – Levantamento de dados sociodemográficos dos entrevistados

1. Nome
3. Idade
1. Escolaridade: Sem instrução Y Ensino Fundamental (completou até a 9ª série) Y Ensino Médio (completou até 3º ano, 2º grau) Y Ensino Superior (completou faculdade) YPós-graduação () estuda atualmente
5. Qual sua naturalidade?
6. Com quem você reside atualmente?
7. Estado Civil?
8. Raça / Cor: Branca Y Preta Y Amarela Y Parda Y Indígena
9. Número de Filhos
10. Em geral, quantas horas você trabalha por dia? () Até 5 horas () de 6 a 8 horas () de 9 a 12 horas () Mais que 12 horas
11. Renda média mensal () Inferior a R\$1.000,00 () Entre R\$1.000,00 e R\$1.500,00 () Entre R\$1.500,00 e R\$2.500,00 () Superior a R\$2.500,00
13. Há quanto tempo você exerce atividade remunerada através de aplicativo?

14. Quais investimentos você teve de realizar para trabalhar através de aplicativo?

- ☐ Melhorar seu pacote de internet
- ☐ Comprar celular novo ou computador
- ☐ Comprar um veículo próprio (carro, moto, bicicleta, patinete, etc)
- ☐ Reformar um veículo próprio (carro, moto, bicicleta, patinete, etc)
- ☐ Alugar veículo para trabalhar (carro, moto, bicicleta, patinete, etc)
- ☐ Fez algum outro investimento? Qual? _____

15. Qual o investimento médio que você realizou/a por mês para exercer essa atividade?

- ☐ Inferior a R\$500,00
- ☐ Entre R\$500,00 e R\$1.000,00
- ☐ Entre R\$1.000,00 e R\$1.500,00
- ☐ Superior a R\$1.500,00

16. Como você considera seu trabalho através de aplicativo?

- ☐ Muito Satisfatório
- ☐ Satisfatório
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim

Sobre essa pergunta, deixei aqui sua opinião: _____

17. Quais as principais vantagem de trabalhar através de aplicativo? (assinale quantas quiser)

- ☐ Emprego rápido que não exigiu processo seletivo
- ☐ Flexibilidade de horário
- ☐ Não ter um patrão
- ☐ É uma renda extra
- ☐ É flexível, trabalho se estiver com vontade
- ☐ É tranquilo de trabalhar
- ☐ Não fico parado em casa
- ☐ Ter independência

- ☐ Paga bem em relação a outros empregos
- ☐ Outras vantagens? _____

18. Quais as principais desvantagens em trabalhar através de aplicativo? (assinale quantas quiser)

- ☐ Instabilidade financeira
- ☐ Estresse diário
- ☐ Insegurança em relação do futuro
- ☐ Dependência em relação ao aplicativo para poder trabalhar
- ☐ As condições de trabalho oferecidas pelo aplicativo
- ☐ Os valores pagos pelo aplicativo
- ☐ Os gastos mensais (investimento mensal) necessário para se manter trabalhando
- ☐ Outros problemas? Quais? _____

19. Quais os principais problemas que você enfrenta no seu dia a dia de trabalho?

- ☐ Falta de segurança nas condições de trabalho
- ☐ Instabilidade quanto aos ganhos mensais
- ☐ Falta de segurança pública (furtos, roubos, violência na cidade)
- ☐ Cansaço resultante da quantidade de trabalho
- ☐ Outros: _____

Anexo 7 – Roteiro entrevista semidirigida

Histórico profissional do/a trabalhador/a (do início ao momento atual), com relatos sobre as atividades que realiza e realizava
Relato de como começou a trabalhar na plataforma
Relato sobre como é a rotina de trabalho e como se sente a respeito
Principais vantagens ao trabalhar para plataforma
Principais problemas que enfrenta ao trabalhar para plataforma
Situações delicadas/marcantes de trabalho que já enfrentou/vivenciou
Relato sobre sentimentos do/a participante em relação a sua rotina profissional
Relato de experiências positivas e negativas em relação do trabalho na plataforma
Planos em relação do futuro? Quanto tempo deseja permanecer exercendo esse tipo de atividade?